DUE DILIGENCE

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIAS

FUNPREV

2026.1

PUBLICAÇÃO:

RELATÓRIO SEMESTRAL
DE DILIGÊNCIAS
FUNPREV
2026.1

Este relatório é publicado em cumprimento ao
Programa de Certificação Institucional e Modernização
da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social
da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

SERGIPEPREVIDÊNCIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE
Praça General Valadão, 32, bairro Centro - Aracaju – SE
CEP: 49010-520
Tel: (79) 3198-0801/ (79) 3198-0800 (WhatsApp)
E-mail: atendimento@sergipeprevidencia.se.gov.br

DIRETORIA-EXECUTIVA

JOSÉ ROBERTO DE LIMA ANDRADE

Diretor-Presidente

JOSÉ NORMANDO DA MOTA GUIMARÃES FILHO

Diretor de Finanças e Investimentos

GILDO DE SOUZA XAVIER FILHO

Diretor de Previdência

BRUNO ROLEMBERG DANTAS BARRETO

Diretor de Planejamento e Gestão

SUMÁRIO

SEÇÃO I 1
INFORMAÇÕES GERAIS 1
MENSAGEM DO PRESIDENTE 2
INSTITUCIONAL 4
PROCESSO DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS 5
ANÁLISE ECONÔMICA E PESQUISA 6
COMPLIANCE 7
SEÇÃO II 8
APLICAÇÕES FINANCEIRAS 8
PANORAMA GERAL 9
ESTRATÉGIA NAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS 11
ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS 12
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - BANCO DO BRASIL 13
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 14
RENTABILIDADE FINANCEIRA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS 15
CONCLUSÃO 16
SEÇÃO III 18
INFORMAÇÕES SOBRE COMPATIBILIDADE DO ATIVO E PASSIVO (ALM) E DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS 18

SEÇÃO I

INFORMAÇÕES GERAIS

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Em 2026, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SergipePrevidência completou 20 anos desde a sua fundação em 2006, sendo responsável pela gestão de mais de 36 mil beneficiários. Mantendo durante o 1° semestre sua atuação voltada à gestão dos benefícios previdenciários de seus segurados, com foco na preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e na adequada administração dos recursos previdenciários.

No decorrer do primeiro semestre de 2026, a economia brasileira apresentou trajetória de crescimento, acompanhada por um cenário de atividade econômica ainda resiliente. No período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao quarto trimestre de 2025, acumulando alta de 2,0% nos quatro trimestres encerrados em março. Pela ótica da produção, destacaram-se os resultados positivos da agropecuária, com crescimento de 2,0%, da indústria, com 1,0%, e dos serviços, com 0,5%.

Somada ao crescimento econômico, a inflação apresentou desaceleração ao final do semestre. Em junho de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,16%, acumulando 3,36% no primeiro semestre e 4,64% nos últimos 12 meses. Apesar da trajetória de desaceleração observada em relação ao início do período, o comportamento dos preços permaneceu como importante fator de atenção para a condução da política monetária e para as decisões de investimento.

No âmbito da política monetária, o primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo início de um processo de flexibilização da taxa básica de juros. Após permanecer em 15,00% ao ano no início do exercício, a Taxa SELIC foi reduzida para 14,50% ao ano em abril e, posteriormente, para 14,25% ao ano em junho, encerrando o semestre nesse patamar. Embora tenha ocorrido o início da redução dos juros, a taxa permaneceu em nível elevado, mantendo condições favoráveis para investimentos de renda fixa e, ao mesmo tempo, exigindo cautela na avaliação dos riscos e das oportunidades de mercado.

O cenário econômico do primeiro semestre de 2026 foi marcado, portanto, pela combinação entre crescimento da atividade econômica, inflação ainda demandando atenção e manutenção das taxas de juros em patamar elevado, embora em trajetória de redução. Esse ambiente proporcionou oportunidades de rentabilidade, especialmente no segmento de renda fixa, mas também exigiu acompanhamento contínuo das condições econômicas e financeiras, considerando os impactos sobre a gestão dos recursos previdenciários.

Nesse cenário, a equipe do SergipePrevidência manteve uma postura vigilante e adotou uma estratégia conservadora, alinhada às condições econômicas observadas no período. As decisões foram pautadas pela cautela e pela preservação do equilíbrio atuarial e financeiro do regime próprio, priorizando a segurança, a liquidez e a adequada diversificação dos investimentos. Essa abordagem buscou mitigar possíveis impactos negativos decorrentes das oscilações dos mercados financeiros, contribuindo para a solidez dos recursos sob sua responsabilidade.

No que tange à governança, o SergipePrevidência manteve, no primeiro semestre de 2026, o compromisso com o aprimoramento das práticas de gestão, o fortalecimento dos controles internos e a condução responsável da política de investimentos, pautada pelos princípios de responsabilidade, transparência e sustentabilidade do regime previdenciário.

Agradecemos o apoio e a confiança do Governo de Sergipe e dos nossos segurados, que são o foco principal do nosso trabalho. Reconhecemos o esforço e o profissionalismo de nosso corpo funcional e dos Conselheiros. Esse apoio e dedicação foram fundamentais para a condução das atividades no primeiro semestre de 2026 e para reforçar nosso compromisso em assegurar a sustentabilidade dos benefícios previdenciários para os nossos segurados.

JOSÉ ROBERTO DE LIMA ANDRADE

Diretor-Presidente do SERGIPEPREVIDÊNCIA

INSTITUCIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe - SergipePrevidência é uma entidade jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta do Governo de Sergipe e vinculada à Administração Direta – Secretaria de Estado da Administração, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e orçamentária.

É a entidade responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS/SE), especialmente, quanto à operacionalização dos respectivos planos de benefícios previdenciários, nos termos e para os fins da Lei Complementar nº 113, de 1º de novembro de 2005, e suas alterações posteriores. Seu público é composto pelos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, autárquica e Funcional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública do Estado.

O SergipePrevidência tem como Missão garantir a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados e beneficiários, por meio da gestão ética, transparente e participativa, de forma acolhedora e prestativa. Como Visão, ser referência nacional na gestão dos regimes próprios de previdência social, com base nos pilares da gestão governamental, controle interno e da educação previdenciária, com foco em inovação. E como Valores a ética; a cordialidade; a transparência; a participação; e a justiça.

PROCESSO DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS

As diretrizes da política de investimentos do SergipePrevidência são debatidas pela Diretoria Executiva e, posteriormente, avaliadas pelo Comitê de Investimentos. O Comitê de Investimentos delibera sobre a alocação geral de risco/retorno para os investimentos. Em seguida, a Gerência de Arrecadação e Investimentos elabora a política, que é apresentada ao Conselho Estadual de Previdência Social para aprovação e posterior publicação.

A definição de faixa de alocação de risco/retorno é regra para o balizamento das estratégias de alocação entre os diversos ativos contidos nos respectivos mercados para todos os investimentos realizados pelo SergipePrevidência.

Desta forma, ocorre o acompanhamento constante da evolução dos dados econômicos, notícias, acontecimentos, com o intuito de avaliar os seus impactos nas estratégias adotadas de alocação dos recursos.

ANÁLISE ECONÔMICA E PESQUISA

A área de pesquisa econômica, arrecadação e investimento está inserida na estrutura da Diretoria de Finanças e Investimentos, sob o comando do servidor José Normando da Mota Guimarães Filho, e uma de suas missões é manter a excelência na análise das variáveis econômicas relevantes para consecução da política de investimentos, de forma a potencializar a eficiência na gestão dos recursos financeiros. Todas as decisões de investimento são tomadas via Diretoria Executiva e colocadas para a apreciação do Comitê de Investimentos.

COMPLIANCE

O setor de *Compliance* do SergipePrevidência foi instituído pela Lei Ordinária nº 8.851 de 16 de junho de 2021, recebendo o nome de Assessoria Especial de Processos e Controle Interno – ASSEPCI.

Tem como objetivo orientar e incentivar a gestão do Instituto na adoção de providências necessárias para atingir com maior eficiência a Legalidade, a Impessoalidade, a Moralidade, a Igualdade, a Publicidade, a Probidade Administrativa, a Vinculação ao Instrumento Convocatório, o Julgamento Objetivo e a Economicidade dos atos praticados.

As atividades desenvolvidas pela ASSEPCI têm por competência oferecer orientação preventiva aos gestores contribuindo para identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias da gestão voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público. O acompanhamento prévio dos processos organizacionais pela ASSEPCI, em conjunto com a gestão da entidade, possibilita a identificação dos eventos e riscos capazes de ameaçar os objetivos institucionais da Autarquia Estadual.

Os trabalhos da assessoria são desenvolvidos em colaboração com as Diretorias e seus setores, por meio de análises e apreciações das atividades e resultados desenvolvidos pela gestão do SergipePrevidência.

SEÇÃO II

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

PANORAMA GERAL

A área responsável pelos investimentos do SergipePrevidência realiza o acompanhamento contínuo da movimentação e do desempenho dos recursos aplicados, observando as condições do mercado financeiro, os limites estabelecidos pela legislação vigente e as necessidades do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe – RPPS/SE. A gestão busca conciliar segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, de modo a preservar os recursos previdenciários e contribuir para o cumprimento das obrigações presentes e futuras.

No exercício de 2026, a gestão dos recursos previdenciários passou a contemplar o Fundo Previdenciário do Estado de Sergipe – FUNPREV/SE, instituído pela Lei Complementar nº 449, de 25 de março de 2026, no âmbito da Segregação de Massa do RPPS/SE. O FUNPREV/SE possui natureza previdenciária, funciona sob regime de capitalização e é gerido pelo SergipePrevidência, sendo destinado ao custeio dos benefícios previdenciários dos segurados e beneficiários a ele vinculados.

Nesse modelo, a formação e a preservação das reservas assumem papel relevante na gestão do fundo, considerando que as contribuições recebidas e os rendimentos decorrentes da aplicação dos recursos integram o patrimônio do FUNPREV/SE. Dessa forma, as decisões de investimento devem considerar o horizonte das obrigações previdenciárias, buscando compatibilizar a disponibilidade dos recursos com a sustentabilidade financeira e atuarial do plano.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS NO MÊS DE JUNHO/2026:

NOME DO FUNDO / ATIVO	ISIN	VALOR (R$)	% Carteira	PL em 30/06/2026 (R$)	% PL Fundo	Enquadramento
BB PREV RF REF. DI LP PERFIL FIC FIF	BRRPP7CTF004	5.274.189,80	16,37%	19.846.329.238,66	0,03%	7º V, CMN 5.272
BB RF LP TESOURO SELIC FIC FIF	BRBB17CTF000	3.663.179,26	11,37%	24.027.874.815,37	0,02%	7º I, CMN 5.272
CAIXA BRASIL TIT PUB FI FINANC. RF LP	BRCXRGCTF007	4.724.174,25	14,67%	12.446.248.827,92	0,04%	7º I, CMN 5.272
BB PREV RF ALOC. ATIVA RET FIC FIF	BR041RCTF005	6.320.530,46	19,62%	5.163.286.357,97	0,12%	7º I, CMN 5.272
CAIXA TOPÁZIO CORP FI FIN. RF REF DI LP	BRCA44CTF004	5.774.050,10	17,93%	13.803.455.675,09	0,04%	7º I, CMN 5.272
BB RF LP CORP BANCOS FIC FIF	BRCOM3CTF004	6.357.162,10	19,74%	41.165.129.925,00	0,02%	7º V, CMN 5.272

Investimentos (R$)	32.113.285,97
Disponibilidades Financeiras (R$)	98.532,23
Total Carteira (R$)	32.211.818,20
Governança (Pró Gestão)	Nível 4 - 13/11/2027

No mês de junho de 2026, a carteira de investimentos do FUNPREV/SE encontrava-se integralmente alocada em fundos do segmento de renda fixa, observados os limites e critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

A composição da carteira evidencia, no período analisado, uma estratégia de perfil conservador, com predominância de aplicações vinculadas a ativos de renda fixa e exposição concentrada em instrumentos de menor risco relativo. A distribuição adotada também considera as condições do cenário macroeconômico e financeiro, especialmente o comportamento das taxas de juros e as perspectivas para a política monetária.

O retorno apresentado pela carteira em 2026 deve ser analisado considerando as condições de mercado observadas desde a constituição do FUNPREV/SE. Embora os recursos estejam predominantemente alocados em renda fixa, essa característica não elimina a exposição às oscilações do mercado, uma vez que alterações nas taxas de juros, nos preços dos ativos e nas expectativas dos agentes econômicos podem afetar o valor e o desempenho das aplicações.

Toda aplicação financeira está sujeita a fatores de risco capazes de influenciar sua rentabilidade. Nesse contexto, cabe ao SergipePrevidência realizar o acompanhamento sistemático dos investimentos, adotando procedimentos de controle e monitoramento compatíveis com as características da carteira e com as obrigações do RPPS/SE.

Entre esses fatores, destaca-se o risco de mercado, caracterizado pela possibilidade de variações no valor dos ativos e, consequentemente, nos resultados da carteira em decorrência de mudanças nas condições econômicas e financeiras. Esse risco está relacionado, entre outros fatores, às oscilações das taxas de juros, dos preços dos ativos e dos índices de mercado.

ESTRATÉGIA NAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS

A gestão das movimentações financeiras compreende o acompanhamento dos saldos mantidos nas contas e aplicações, bem como a análise da rentabilidade, da liquidez e da distribuição dos recursos entre os fundos integrantes da carteira.

Para esse acompanhamento, são utilizados extratos bancários, informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e instrumentos internos de controle, permitindo avaliar o comportamento das aplicações e subsidiar as decisões relacionadas à manutenção, aplicação ou resgate dos recursos.

No âmbito do FUNPREV/SE, as decisões de alocação consideram, além dos limites regulamentares e das condições de mercado, sua característica de regime de capitalização. Dessa forma, a estratégia procura conciliar a necessidade de liquidez com a formação de reservas destinadas ao custeio futuro dos benefícios previdenciários, observando a adequada relação entre risco e retorno.

A alocação dos recursos deve, portanto, permanecer compatível com as características do passivo previdenciário e com o horizonte de utilização dos recursos, evitando a adoção de estratégias que comprometam a capacidade do fundo de cumprir suas obrigações.

O enquadramento das aplicações observa os parâmetros e limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como as diretrizes previstas na Política de Investimentos do RPPS/SE.

ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS

O credenciamento das instituições financeiras aptas a receber recursos do RPPS tem por objetivo assegurar que as aplicações sejam realizadas em ativos compatíveis com os limites, critérios e condições estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e suas atualizações, contribuindo também para a adequada diversificação da carteira de investimentos.

O SergipePrevidência realiza o acompanhamento das características dos fundos que integram sua carteira, considerando, entre outros aspectos, as disposições constantes em seus regulamentos, os fatos relevantes que possam influenciar seu desempenho, os riscos envolvidos e a compatibilidade de cada investimento com o perfil da carteira e com a Política de Investimentos do RPPS/SE.

Os fundos que compõem a carteira do SergipePrevidência são administrados e geridos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Constam na Seção III os documentos relativos às instituições financeiras e aos prestadores de serviços envolvidos, incluindo demonstrações contábeis, relatórios de auditoria independente e relatórios de Due Diligence da ANBIMA referentes às gestoras dos fundos de investimento.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - BANCO DO BRASIL

Os fundos de investimentos com prazos de resgates de liquidez diária, que atendem o propósito do RPPS, visando o pagamento dos aposentados e pensionistas no atual momento, ou seja, seu retorno está atribuído ao fluxo de caixa de aplicações e resgates para o pagamento das folhas de aposentados e pensionistas.

Os documentos pertinentes aos fundos constam da Seção III.

FUNDO	CNPJ
BB PREV RF REF. DI LP PERFIL FIC FIF	13.077.418/0001-49
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA	04.857.834/0001-79
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA	35.292.588/0001-89
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO CORPORATE BANCOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RESP LIMITADA	18.060.364/0001-22

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Os fundos de investimento administrados pela Caixa Econômica Federal que integram a carteira do RPPS possuem características específicas de liquidez, rentabilidade e risco, conforme estabelecido em seus respectivos regulamentos e documentos técnicos. A avaliação desses investimentos considera, entre outros aspectos, a composição da carteira, a estratégia do fundo, os riscos envolvidos, a liquidez disponível e sua compatibilidade com as necessidades do RPPS.

No caso dos fundos apresentados nesta seção, as condições de aplicação e resgate devem ser observadas de acordo com os respectivos regulamentos vigentes, não se confundindo a classificação “Longo Prazo” constante da denominação do fundo com eventual prazo de resgate dos recursos.

FUNDO	CNPJ
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA LONGO PRAZO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	05.164.356/0001-84
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	11.061.230/0001-87

RENTABILIDADE FINANCEIRA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

No que se refere ao desempenho das aplicações financeiras, destaca-se que, para o exercício de 2026, foi estabelecida uma meta atuarial correspondente à variação do IPCA acrescida de **5,52% ao ano**.

Em relação ao FUNPREV/SE, considerando o período compreendido entre sua constituição e o mês de referência do Relatório de Investimentos de junho de 2026, foi apurada rentabilidade acumulada de **1,10%**.

Por se tratar de fundo constituído no decorrer do exercício, esse resultado corresponde a um período inicial de formação e alocação da carteira. Dessa forma, sua avaliação deve considerar o horizonte temporal efetivamente transcorrido, não sendo adequada a comparação direta entre a rentabilidade acumulada desde a constituição do fundo e a meta atuarial estabelecida para todo o exercício.

O desempenho da carteira deve ser acompanhado de forma contínua, levando em consideração não apenas sua rentabilidade nominal, mas também sua evolução em relação à meta atuarial, aos riscos assumidos, às condições de mercado e às necessidades futuras de utilização dos recursos previdenciários.

CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra a importância do acompanhamento contínuo das aplicações financeiras, das instituições credenciadas e dos prestadores de serviços responsáveis pela administração e gestão dos fundos que compõem a carteira do SergipePrevidência.

A diversificação constitui importante instrumento de gerenciamento de riscos, uma vez que permite distribuir os recursos entre diferentes ativos, estratégias e prazos. Contudo, sua utilização deve ser realizada de forma compatível com o perfil do RPPS/SE, com a Política de Investimentos e com as necessidades de liquidez e solvência do regime.

No que se refere especificamente ao FUNPREV/SE, sua instituição em 2026 representa uma mudança relevante na estrutura de financiamento do RPPS/SE, mediante a adoção de regime de capitalização para os segurados e beneficiários a ele vinculados. Nesse contexto, torna-se fundamental o acompanhamento da formação de suas reservas, da evolução patrimonial, do desempenho das aplicações e dos riscos associados à carteira.

A gestão dos recursos do FUNPREV/SE deve manter-se alinhada às características de suas obrigações previdenciárias, buscando compatibilizar os ativos da carteira com os compromissos presentes e futuros. Nesse sentido, ferramentas de gestão de ativos e passivos, como o **Asset Liability Management – ALM**, assumem relevância na avaliação da liquidez, solvência e sustentabilidade do fundo ao longo do tempo. O próprio relatório prevê a utilização do ALM para avaliar a compatibilidade entre ativos e passivos e subsidiar o acompanhamento das estratégias de investimento.

O relatório sugere que o SergipePrevidência preserve a informação obtida no ALM, dispondo de relatórios de acompanhamento da implantação de estratégias propostas e deliberadas, bem como na elaboração de diagnósticos, com propostas de revisão de alocação das aplicações financeiras sempre que for necessário.

Relatório aprovado pelo Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários na reunião ordinária da data de 18 de setembro de 2026.

SEÇÃO III

INFORMAÇÕES SOBRE
COMPATIBILIDADE DO ATIVO E
PASSIVO (ALM) E DOCUMENTOS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS



Mais Valia
Consultoria & Educação

ESTUDO DE *ALM* 2025

(*ASSET LIABILITY MANAGEMENT*)

SERGIPE PREVIDÊNCIA

21/08/2025

ÍNDICE

0 – INTRODUÇÃO 02

I – O MODELO DE *ALM*.....04

I.1 – FRONTEIRA EFICIENTE DE *MARKOWITZ*.....05

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO **SERGIPE PREVIDÊNCIA** 09

II.1 – SEGMENTO DE RENDA FIXA.....10

II.2 – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....11

II.3 – SEGMENTO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR.....11

II.4 – SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....12

II.5 – SEGMENTO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS 13

II.6 – SUGESTÃO DE ALOCAÇÃO OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO **SERGIPE PREVIDÊNCIA.**.....13

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....14

MAIS VALIA CONSULTORIA LTDA – EPP CNPJ: 22.687.467/0001-94
Rua General Artigas, 232 – Loja 301, Leblon, Rio de Janeiro RJ, CEP 22441-140
www.maisvaliaconsultoria.com.br

ESTUDO DE *ALM* (*ASSET LIABILITY MANAGEMENT*)

O – INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados da análise de **Asset and Liability Management (ALM)**, voltada à gestão integrada dos ativos garantidores e dos compromissos atuariais do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**. A abordagem ALM tem se consolidado como uma ferramenta técnica essencial para a mensuração de riscos, definição de estratégias de financiamento e sustentabilidade de longo prazo dos planos previdenciários.

A essência do ALM consiste na compatibilização dos fluxos de ativos e passivos ao longo do tempo, permitindo avaliar a capacidade de liquidez da carteira frente às exigibilidades atuariais. Neste contexto, a análise considera tanto os retornos esperados dos investimentos quanto sua volatilidade, prazo médio, indexadores, riscos de crédito e de mercado, confrontando-os com as projeções atuariais de benefícios futuros. Trata-se, portanto, de uma avaliação que busca garantir a solvência intertemporal do plano, por meio de uma gestão que antecipe os desequilíbrios financeiros e otimize o uso dos recursos públicos afetos à previdência.

Esta análise fundamenta-se em abordagem determinística, com base em cenários econômicos projetados a partir de parâmetros prudenciais, tais como a taxa real de juros, os índices de inflação, o crescimento real da massa salarial e a evolução demográfica da população de segurados. A carteira de investimentos é avaliada sob a ótica de sua aderência às metas atuariais e aos dispositivos legais vigentes, em especial ao disposto no art. 9º da Portaria MTP nº 1.467/2022, bem como às diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos (PAI) do RPPS.

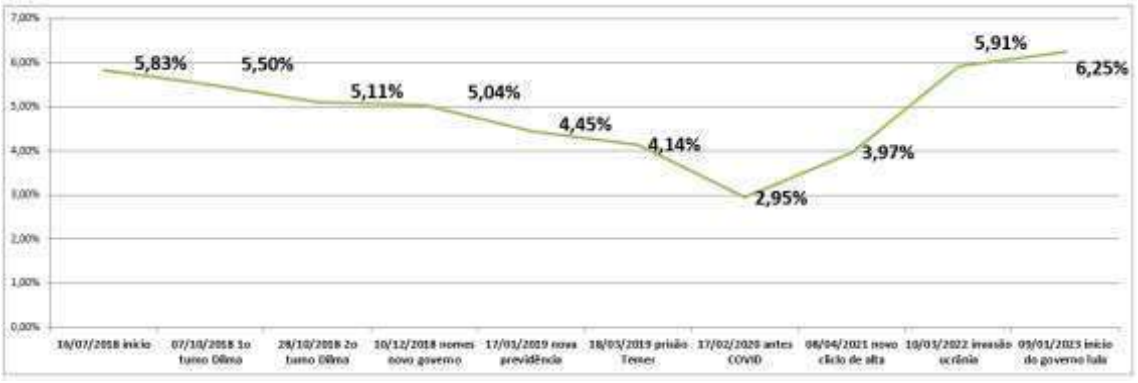
Importa destacar que a consolidação da metodologia de Asset Liability Management (ALM) no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social representa uma resposta evolutiva ao aprimoramento do arcabouço normativo brasileiro, que tem exigido maior robustez técnica, controle dos riscos e fortalecimento da governança previdenciária. A análise aqui apresentada contribui diretamente para a qualificação das informações contábeis e atuariais, o aprimoramento dos mecanismos de governança e a ampliação da transparência perante os órgãos de controle e a sociedade civil.

Considerando a crescente complexidade do ambiente regulatório e a exigência de avaliações mais estruturadas dos riscos inerentes à gestão previdenciária, entende-se que a inclusão de relatórios técnicos de ALM se torna instrumento indispensável para a tomada de decisão estratégica na alocação dos recursos do RPPS. Mais do que uma peça acessória, trata-se de uma ferramenta que confere base técnica e previsibilidade às decisões do gestor público, ao mesmo tempo em que posiciona o ente federativo de

forma proativa diante das futuras exigências da Secretaria de Previdência e dos Tribunais de Contas estaduais e municipais.

Por fim, este relatório tem por finalidade demonstrar a suficiência da carteira de ativos frente às obrigações futuras do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, com vistas à manutenção da solvência técnica e ao atendimento ao princípio da responsabilidade fiscal e previdenciária. Reforça-se, assim, o compromisso do ente federativo com a sustentabilidade de longo prazo do regime, com a preservação do equilíbrio atuarial e com a observância das melhores práticas de gestão pública no campo previdenciário.

As dificuldades de gerir uma carteira de investimentos com foco no longo prazo, compatibilizando retornos frente compromissos futuros de pagamentos tem se mostrado cada vez mais desafiadores diante da realidade brasileira. Começando pelo comportamento das taxas de juros de longo prazo (10 anos) observado nos últimos 7 anos de acordo com o gráfico abaixo:



Cabe fazer uma ressalva sobre essa volatilidade das taxas de juros reais de longo prazo (10 anos) observadas na negociação das NTNs-B ao longo do período de 2018 a 2025. Esse foi um período com diversas influências sobre esses títulos quer por aspectos internos como os externos e globais como a pandemia do COVID 19.

Em 2017/2028 Michel Temer era presidente do Brasil terminando o mandato da presidente Dilma que sofreu impeachment. Nas eleições do outubro de 2018 foi eleito o Deputado Jair Bolsonaro representando assim uma alternância ideológica do poder executivo. A partir desse período observamos uma queda da taxa real dos títulos públicos federais, principalmente pela reforma da previdência aprovada, nos dando uma perspectiva de melhora das contas públicas pelo lado das despesas obrigatórias do governo.

Nesse momento e até pouco antes da decretação da pandemia pela OMS, em abril de 2020 a Taxa SELIC atingiu patamar de juro real abaixo de 3% aa. Diante dos enormes gastos públicos adicionais necessários ao atendimento através de ajuda emergencial a diversos setores da sociedade brasileira houve a reversão da trajetória de queda da Taxa

SELIC para um movimento de alta na busca de maiores volumes para a recomposição do caixa do Tesouro Nacional.

Esse movimento de "exigência" de maiores taxas de remuneração foi acelerado pelo resultado das eleições presidenciais de 2022, com nova alternância de poder, assumindo um governo mais voltado para gastos e ajudas sociais e assim, maiores pressões sobre o endividamento do Tesouro e elevação das taxas de remuneração dos títulos públicos federais.

O aumento verificado no gasto público e a perspectiva de elevação do endividamento do governo central a preocupantes níveis percentuais do PIB brasileiro, avaliados pelos agentes do mercado levaram as taxas dos títulos a patamares superiores a 7% de juros real a partir de novembro de 2024 e mantido até esse momento de 2025, conforme se pode verificar na tabela abaixo representativa do mercado de negociação de NTNs-B em 20/08/2025:

Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
					Mínimo (D0)	Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
15/08/2026	10,2594	10,2271	**10,2453**	**4.372,84**	9,9327	10,5634	9,9825	10,6158
15/05/2027	8,8833	8,8545	**8,8644**	**4.416,77**	8,5451	9,1501	8,5398	9,1443
15/08/2028	8,2016	8,17	**8,1828**	**4.298,17**	7,8908	8,569	7,8364	8,515
15/05/2029	7,9708	7,9359	**7,9455**	**4.347,68**	7,6531	8,2555	7,612	8,2148
15/08/2030	7,9119	7,882	**7,8941**	**4.215,30**	7,6053	8,1172	7,594	8,1059
15/08/2032	7,8244	7,7952	**7,811**	**4.129,51**	7,5633	8,0279	7,5587	8,0234
15/05/2033	7,7505	7,7174	**7,7353**	**4.181,97**	7,4605	7,9091	7,4978	7,9465
15/05/2035	7,6022	7,5779	**7,59**	**4.147,19**	7,3313	7,7444	7,3846	7,7978
15/08/2040	7,4125	7,3741	**7,3883**	**4.007,25**	7,1975	7,5295	7,2317	7,5639
15/05/2045	7,3922	7,3604	**7,3765**	**3.999,40**	7,2026	7,5154	7,2292	7,5418
15/08/2050	7,3311	7,2905	**7,3056**	**3.901,44**	7,1297	7,4387	7,165	7,4738
15/05/2055	7,3108	7,2736	**7,2866**	**3.939,59**	7,1197	7,4293	7,1472	7,4567
15/08/2060	7,3263	7,289	**7,3087**	**3.831,82**	7,1453	7,4556	7,1701	7,4801

Diante dessas volatilidades em anos recentes, optamos no estudo a utilizar um parâmetro **de juro real de 3,50% aa** para as NTNs-B por entendermos que esse seria um nível aceito pelo mercado em momentos de equilíbrio fiscal, administrativo e político.

I – O MODELO DO *ALM*

O modelo do *ALM* é composto por duas etapas fundamentais: a primeira relacionada à macroalocação das classes de ativos permitidas pela Resolução CMN nº 4.963/21, através da Fronteira Eficiente de *Markowitz* e a segunda diretamente ligada à proteção do passivo atuarial (*hedge*), tendo em vista a alocação em títulos públicos

Notas do Tesouro Nacional Série B (NTNs-B), **a serem necessariamente marcados na curva, pela taxa prefixada (cupom) adquirida no dia da compra, através de plataforma eletrônica, desde que esteja dentro do túnel de preços divulgados pela ANBIMA, no site: www.anbima.com.br**, obedecendo ainda os critérios estipulados na Portaria MTP nº 1.467/22, artigos 141 à 146 e seu respectivo Anexo VIII.

I.1 – FRONTEIRA EFICIENTE DE *MARKOWITZ*[1]

O modelo de seleção de carteiras (*Portfolio Selection*), de *Harry Markowitz*, foi publicado em 1952, quando ele estava fazendo seu doutorado em Economia pela Universidade de Chicago, sendo que em 1990, acabou por ganhar o prêmio Nobel em Economia, devido à sua contribuição com a teoria de portfólio, ou seja, da diversificação (diminuição de risco) que ocorre em uma carteira de ativos.

O que se tem por trás de toda essa teoria é, uma vez estabelecidas as classes de ativos disponíveis, com seus respectivos retornos e riscos históricos, buscar a melhor alocação (ótima), combinando-se as classes de ativos de forma a maximizar o retorno com o menor risco (volatilidade) possível. Em outras palavras, achar a melhor carteira, a melhor combinação entre as classes de ativos disponíveis, é como se fosse "achar uma agulha no meio de um palheiro".

Diante da atual Resolução CMN nº 4.963/21, pode-se identificar 7 (sete) possíveis classes de ativos, quais sejam:

(i) **SELIC/CDI:** Taxa Básica de Juros da Economia;

(ii) **IRF-M: Índice de Renda Fixa de Mercado,** *benchmark* da Anbima que congrega todos os títulos prefixados, sejam eles as Letras do Tesouro Nacional (LTN) e as Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F);

(iii) **IMA-B: Índice de Mercado Anbima Série B,** *benchmark* da Anbima que congrega todas as Notas do Tesouro Nacional Série B, que são atreladas à IPCA + Cupom % a.a.;

(iv) **SMLL**: **Índice Small Caps** da Bolsa Brasileira [B]3, que servirá para denotar tudo aquilo que não é gestão passiva no segmento de renda variável permitido pela referida Resolução CMN nº 4.963/21, ou seja, os fundos de ações que fazem **gestão ativa**;

[1] Maiores informações em Bodie, Kane & Marcus, "Investimentos", 8ª Edição, Editora Mc Graw Hill, Capítulos 6 e 7 e, ainda, no Artigo 4º: "Aplicação da Teoria da Carteira de Markowitz e seu comportamento em relação à Meta Atuarial de um RPPS, publicado em 2018, no livro "Regimes Próprios Aspectos Relevantes Volume 12", da ABIPEM e da APEPREM, página 45, escrito pelo autor Eduardo Augusto Reichert, CFP.

(v) **S&P 500: Standard & Poor's 500**, *benchmark* da bolsa americana que congrega as 500 ações das empresas com a maior capitalização (multiplicação do preço atual da ação pelo número de ações em circulação), a ser utilizado para o Segmento de Investimentos Estruturados, mais precisamente para os Fundos Multimercados do Artigo 10, Inciso I, da Resolução CMN nº 4.963/21;

(vi) **MSCI ACWI R$**: **MSCI All Country World Index em Reais**, é o principal índice de ações globais da MSCI, congregando ações de alta e média da capitalização em 23 mercados desenvolvidos e 26 mercados emergentes, a ser utilizado para o Segmento de Investimentos no Exterior, Artigo 9º, da Resolução CMN nº 4.963/21;

(vii) **IFIX**: O Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX) foi criado para indicar o desempenho médio das cotações dos fundos de investimentos imobiliários. Ele é composto por cotas de fundos negociados nos mercados de bolsa e de balcão organizado da [B]3, e, demonstra o comportamento do Segmento de Fundos Imobiliário, Artigo 11 da Resolução CMN nº 4.963/21.

A utilização da fronteira eficiente neste contexto tem finalidade exploratória e diagnóstica: avaliar como as diversas classes de ativos (representadas por seus respectivos índices) contribuem para o risco e retorno agregado da carteira, e identificar quais combinações históricas teriam posicionado a carteira mais próxima da fronteira eficiente. Tal abordagem possibilita ao gestor previdenciário:

- Visualizar de forma objetiva a relação de dominância entre classes de ativos, ou seja, quais oferecem melhor retorno para o mesmo nível de risco;
- Avaliar a eficiência histórica das decisões de alocação, em comparação com composições mais balanceadas;
- Compreender quais classes apresentaram correlação favorável à diversificação da carteira ao longo do período;

Desta maneira, levando-se em conta a série histórica de retornos diários de cada um desses *benchmarks* apontados anteriormente, por 15 anos, a partir de 31/12/2010, até a data de desenvolvimento do presente modelo (28/02/2025), apurou-se a **volatilidade histórica para cada um deles, com as suas respectivas expectativas de retornos** diante do **cenário atual vigente**, apresentado no relatório FOCUS de 15/08/2025, publicado pelo Banco Central do Brasil:

	SELIC	*IRF-M*	*IMA-B*	*SP500*	*MSCI AC*	*IFIX*	*SMLL*
Retornos a.a.	**1,64%**	**0,00%**	**3,50%**	**8,50%**	**11,50%**	**0,00%**	**18,00%**
Volatilidade a.a.	**0,87%**	**2,16%**	**3,82%**	**7,65%**	**8,17%**	**5,77%**	**12,55%**

BOLETIM FOCUS BANCO CENTRAL		
INDICADORES DE MERCADO	**2025**	**2026**
	15/08/2025	15/08/2025
IPCA	4,95%	4,40%
IGPM	1,13%	4,32%
CÂMBIO (US$/R$)	5,60	5,70
SELIC	15,00%	12,50%
PIB	2,21%	1,87%

Ainda, se faz necessário o cálculo da matriz de covariância entre as classes de ativos (*benchmarks*), que é dada por:

MATRIZ DE COVARIÂNCIA							
	SELIC	***IRF-M***	***IMA-B***	***SP500***	***MSCI AC***	***IFIX***	***SMLL***
SELIC	**0,00764%**	0,01013%	0,00573%	0,00235%	0,00119%	0,00994%	0,01233%
IRF-M	0,01013%	**0,04646%**	0,06423%	0,01343%	**-0,04947%**	0,05897%	0,12562%
IMA-B	0,00573%	0,06423%	**0,14586%**	0,05361%	**-0,07918%**	0,11531%	0,27417%
SP500	0,00235%	0,01343%	0,05361%	**0,58526%**	0,33290%	0,11976%	0,49710%
MSCI AC	0,00119%	**-0,04947%**	**-0,07918%**	0,33290%	**0,66780%**	**-0,03357%**	**-0,02511%**
IFIX	0,00994%	0,05897%	0,11531%	0,11976%	**-0,03357%**	**0,33275%**	0,44806%
SMLL	0,01233%	0,12562%	0,27417%	0,49710%	**-0,02511%**	0,44806%	**1,57522%**

Importante destacar que a matriz de covariância acima, que gera o efeito portfolio na composição da carteira, ou seja, o efeito da diversificação, possui algumas propriedades:

(i) O valor da covariância não é uma medida padronizada entre -1 e 1 como a correlação. Quando você compara um benchmark em relação a ele mesmo, você está calculando a covariância de um ativo com ele mesmo. Isso não dá 1. O que dá 1 é a correlação de um ativo com ele mesmo. A covariância de um ativo com ele mesmo é igual à sua variância.

(ii) É uma matriz quadrada, ou seja, o número de linhas é igual ao número de colunas;

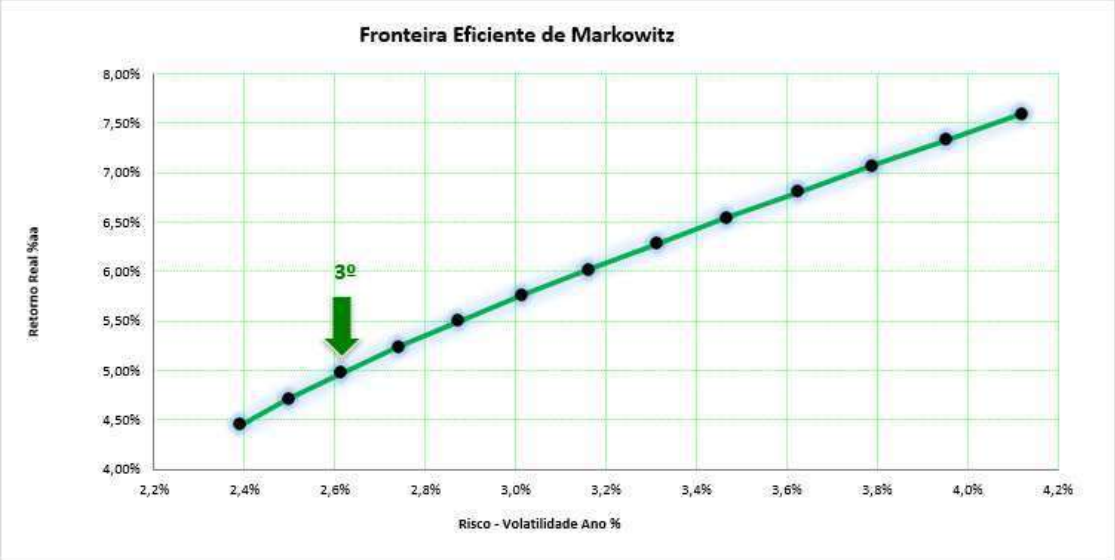
(iii) Os valores em destaque na diagonal principal (em verde), representam os valores da variância de cada um dos *benchmarks*, ou seja, basta apenas

(iv) extrair a raiz quadrada da variância e chegamos ao desvio padrão, que é a medida de volatilidade utilizada no presente estudo;

(v) É uma matriz triangular, pois a parte de baixo pode ser rebatida para a parte de cima, fixando-se a diagonal principal, ou seja, a covariância do IRF-M com a Selic é igual a 0,01013%, o que é o mesmo que dizer qual é a covariância entre Selic e o IRF-M, apresentando-se o mesmo valor;

(vi) Podemos observar a tão falada diversificação gerada pelo *benchmark* MSCI AC que é comprovada através dos valores destacados em vermelho que apresentam covariância negativa (correlação também) diante dos *benchmarks* locais da economia brasileira.

Diante deste contexto, a seguir, pode-se obter a **Fronteira Eficiente de *Markowitz***, com inúmeros pontos das possíveis carteiras que combinam os *benchmarks* anteriormente citados, cada qual com um determinado grau de risco (volatilidade anual) e respectivo retorno (retorno real), dados por:



Como se pode notar acima, para cada um dos pontos se apresenta uma carteira com determinado risco (anual) e respectivo retorno real (anual). Para o **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, que possui em sua respectiva avaliação atuarial e em sua Política de Investimentos para o ano de 2025, a taxa de juros real de 4,91% a.a., é recomendado a composição da carteira gerada pelo 3º ponto destacado em verde, ou seja, aquele que apresenta risco aproximado de 2,62% ao ano e respectivo retorno aproximado de 4,97% a.a.

N	Retorno a.a.	Risco a.a.	SELIC	IRF-M	IMA-B	S&P500	MSCI AC	IFIX	SMLL
1	4,45%	2,39%	31,96%	0,00%	47,36%	8,47%	10,00%	0,00%	2,21%
2	4,71%	2,50%	31,96%	0,00%	45,36%	8,77%	10,00%	0,00%	3,91%
3	**4,97%**	**2,62%**	**31,96%**	**0,00%**	**43,36%**	**9,06%**	**10,00%**	**0,00%**	**5,61%**
4	5,23%	2,74%	31,96%	0,00%	41,37%	9,36%	10,00%	0,00%	7,32%
5	5,49%	2,87%	31,96%	0,00%	39,37%	9,65%	10,00%	0,00%	9,02%
6	5,76%	3,01%	31,96%	0,00%	37,37%	9,95%	10,00%	0,00%	10,72%
7	6,02%	3,16%	31,96%	0,00%	35,37%	10,24%	10,00%	0,00%	12,42%
8	6,28%	3,31%	31,96%	0,00%	33,38%	10,54%	10,00%	0,00%	14,13%
9	6,54%	3,47%	31,96%	0,00%	31,38%	10,83%	10,00%	0,00%	15,83%
10	6,80%	3,63%	31,96%	0,00%	29,38%	11,13%	10,00%	0,00%	17,53%
11	7,06%	3,79%	31,96%	0,00%	27,38%	11,42%	10,00%	0,00%	19,24%
12	7,33%	3,95%	31,96%	0,00%	25,38%	11,72%	10,00%	0,00%	20,94%
13	7,59%	4,12%	31,96%	0,00%	23,39%	12,01%	10,00%	0,00%	22,64%

Assim, diante do contexto até agora exposto, a seguir será realizado o diagnóstico do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, tendo em vista os resultados das alocações da carteira sugerida por *Markowitz*.

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SERGIPE PREVIDÊNCIA

Levando-se em conta o patrimônio atual do **SERGIPE PREVIDÊNCIA** em **31/07/2025**, no valor de **R$ 38.356.882,21** a alocação sugerida por *Markowitz* é:

ALOCAÇÃO ÓTIMA MARKOWITZ		
BENCHMARKS	**% ALOCAÇÃO**	**R$**
SELIC/CDI	**31,96%**	**12.258.859,55**
IMA-B	**43,36%**	**16.633.189,73**
SMLL	**5,61%**	**2.153.078,93**
MSCI AC	**10,00%**	**3.835.688,22**
S&P500	**9,06%**	**3.476.065,78**
IFIX	**0,00%**	**0,00**
TOTAL	**100,00%**	**38.356.882,21**

II.1 – SEGMENTO DE RENDA FIXA

Analisando a carteira do Segmento de Renda Fixa do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, *Markowitz* sinalizou a alocação de 31,96% do patrimônio em CDI/SELIC e a alocação de 43,36% do patrimônio em IMA-B, totalizando, assim a alocação de 75,32% no segmento de Renda Fixa.

Ocorre que em 31/07/2025, o **SERGIPE PREVIDÊNCIA** possui alocado no segmento de Renda Fixa a totalidade (100%) de seu patrimônio líquido, dividido da seguinte maneira, conforme tabela adiante:

4.963/21	Ativos	R$	R$ Total	%	% Total	*Benchmarks*	% Markowitz	R$ Markowitz	Diferença R$	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea b	FUNDOS RF TÍTULOS PÚB ATRELADOS AO IMA-B	0,00	0,00	0,00%	0,00%	IMA-B	43,36%	16.633.189,73	16.633.189,73	43,36%
Artigo 7º I, Alínea b	BB TESOURO FIC RENDA FIXA SELIC LP	31.379.659,96	38.356.882,21	81,81%	100,00%	CDI/SELIC	31,96%	12.258.859,55	-26.098.022,66	-68,04%
Artigo 7º I, Alínea b	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	24.305,36		0,06%						
Artigo 7º III, Alínea a	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REF DI PREV LP	6.952.916,89		18,13%						
TOTAL		38.356.882,21	38.356.882,21	100,00%	100,00%	-	75,32%	28.892.049,28	-9.464.832,93	-24,68%

A carteira atual apresenta:

(i) 100% dos recursos alocados no Benchmark CDI/SELIC (Art 7º I b a e Art 7º III a)

Pode-se concluir o seguinte diagnóstico do Segmento de Renda Fixa do **SERGIPE PREVIDÊNCIA** para compor o novo total a ser alocado no segmento Renda Fixa de 75,32%:

(i) Reduzir a alocação em SELIC/CDI de 100% para 31,96% diminuindo as posições de fundos de investimentos do Art 7º I b a e Art 7º III a;

(ii) Iniciar posições em fundos de investimentos com benchmark IMA-B do Art 7 I b ou **NTN-B do Art 7 I a com marcação mercado**, até 43,36% do patrimônio

(iii) No total, diminuir a alocação no Segmento de Renda Fixa de 100,00% para 75,32%;

(iv) Rever os limites da alocação objetivo da atual política anual de investimentos referente ao ano de 2025 no Segmento de Renda Fixa.

II.2 – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Analisando a carteira do Segmento de Renda Variável do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, Artigo 8º, *Markowitz* sinalizou a alocação de 5,61% do patrimônio em Fundos de Investimentos em Ações de gestão ativa (SMLL).

Ocorre que em 31/07/2025, o **SERGIPE PREVIDÊNCIA** não possui recursos alocados no benchmark SMLL (segmento de renda variável), conforme tabela a seguir:

4.963/21	Ativos	R$	%	*Benchmarks*	% Markowitz	R$ Markowitz	Diferença R$	Diferença %
Artigo 8º I	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	0,00	0,00%	SMLL	5,61%	2.153.078,93	2.153.078,93	5,61%
TOTAL		0,00	0,00%	-	5,61%	2.153.078,93	2.153.078,93	5,61%

Assim, pode-se concluir o diagnóstico do Segmento de Renda Variável do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**:

(i) Para compor o benchmark SMLL de Markowitz: iniciar a alocação em fundos de investimentos em ações, do Artigo 8º I até 5,61% do patrimônio;

(ii) Rever os limites da alocação objetivo da atual política anual de investimentos referente ao ano de 2025 no Segmento de Renda Variável.

II.3 – SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Analisando a carteira do Segmento Investimentos no Exterior do **SERGIPE PREVIDÊNCIA,** Artigos 9º II e 9º III, Markowitz sinalizou a alocação de 10,00% do patrimônio em MSCI AC, conforme tabela a seguir:

4.963/21	Ativos	R$	R$ Total	%	% Total	*Benchmarks*	% Markowitz	R$ Markowitz	Diferença R$	Diferença %
Artigo 9º II	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00%	0,00%	MSCI AC	10,00%	3.835.688,22	3.835.688,22	10,00%
Artigo 9º III	FUNDOS DE AÇÕES BDR NÍVEL 1	0,00		0,00%						
TOTAL		0,00	0,00	0,00%	0,00%	MSCI AC	10,00%	3.835.688,22	3.835.688,22	10,00%

Assim, pode-se concluir o diagnóstico do Benchmark MSCI AC Segmento de Investimentos no Exterior do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**:

(i) Iniciar a alocação em Fundos de Ações BDR dos Artigo 9º II e Artigo 9º III, até 10,00% do patrimônio;

(ii) rever limites da alocação objetivo da atual política anual de investimentos referente ao ano de 2025 do Segmento de Investimentos no Exterior.

II.4 – SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Analisando agora o Benchmark S&P500 Segmento de Investimentos Estruturados da carteira do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, *Markowitz* sinalizou a alocação de 9,06% do patrimônio, conforme tabela a seguir:

4.963/21	Ativos	R$	%	*Benchmarks*	% Markowitz	R$ Markowitz	Diferença R$	Diferença %
Artigo 10 I	FUNDOS MULTIMERCADOS ATRELADOS AO S&P500	0,00	0,00%	S&P500	9,06%	3.476.065,78	3.476.065,78	9,06%
TOTAL		0,00	0,00%	-	9,06%	3.476.065,78	3.476.065,78	9,06%

Assim, pode-se concluir o diagnóstico do Segmento de Investimentos Estruturados do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**:

(i) Iniciar a alocação em Fundos Multimercados do Art 10º I atrelados ao S&P 500, até 9,06% do patrimônio;

(ii) rever limites da alocação objetivo da atual política anual de investimentos referente ao ano de 2025 do Segmento de Investimentos Estruturados.

II.5 – SEGMENTO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Analisando agora o Benchmark IFIX Segmento de Fundos de Investimentos Imobiliários, como o **SERGIPE PREVIDÊNCIA** não possui participação nesse segmento, e como *Markowitz* não sinalizou a alocação de recursos neste segmento, não deverá ser efetuado investimentos em Fundos de Investimentos Imobiliários do Artigo 11º, conforme tabela a seguir:

4.963/21	Ativos	R$	%	*Benchmarks*	% Markowitz	R$ Markowitz	Diferença R$	Diferença %
11	FUNDO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	0,00%	IFIX	0,00%	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		0,00	0,00%	-	0,00%	0,00	0,00	0,00%

Assim, pode-se concluir o diagnóstico do Segmento de Fundos de Investimentos Imobiliários do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**:

(i) Não realizar investimentos no benchmark IFIX em Fundos de Investimentos Imobiliários do Artigo 11º;

(ii) Manter os limites atuais da alocação objetivo da política anual de investimentos referente ao ano de 2025 do Segmento de Investimentos Estruturados.

II.6 – SUGESTÃO DE ALOCAÇÃO OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O SERGIPE PREVIDÊNCIA

A seguir segue a consolidação do modelo e sugestão de alocação objetivo para a Política de Investimentos 2025 do **SERGIPE PREVIDÊNCIA** de acordo com Markowitz.

4.963/21	Ativos	R$	%	% Total	*Benchmarks*	% Markowitz	Mínimo	Sugestão	Objetivo	Máximo	Limite Legal PRÓ GESTÃO NÍVEL 4
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos IMA-B	0,00	0,00%	0,00%	IMA-B	43,36%	0,00%	43,36%	80,00%	100,00%	100,00%
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos CDI	31.403.965,32	81,87%	100,00%	CDI/SELIC	31,96%		13,83%			
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	6.952.916,89	18,13%				0,20%	18,13%	20,00%	80,00%	80,00%
Artigo 8º I	Fundos de Ações	0,00	0,00%	0,00%	SMLL	5,61%	0,00%	5,61%	0,00%	50,00%	50,00%
Artigo 9º II	Fundos de Investimento no Exterior	0,00	0,00%	0,00%	MSCI AC	10,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	0,00	0,00%				0,00%	5,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Artigo 10 I	Fundos Multimercados S&P500	0,00	0,00%	0,00%	S&P500	9,06%	0,00%	9,06%	0,00%	15,00%	15,00%
Artigo 11	Fundo de Investimento Imobiliário	0,00	0,00%	0,00%	IFIX	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
TOTAL		38.356.882,21	100,00%	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	-	-

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, diante de todo o contexto apresentado anteriormente, pode-se concluir que o **SERGIPE PREVIDÊNCIA** já vinha apresentando uma ótima gestão na sua carteira de investimentos, levando-se em conta todos os segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/21: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados e Fundos Imobiliários.

Dessa forma, o presente Estudo de *ALM* possui como principal objetivo, apresentar uma sugestão de ajuste fino na gestão atual da carteira de investimentos do **SERGIPE PREVIDÊNCIA**, fazendo reduzir sua volatilidade, a partir de uma nova divisão dos recursos.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2025

MAIS VALIA CONSULTORIA LTDA EPP
Ronaldo Borges da Fonseca
Sócio-Diretor
Economista CORECON RN 1639-1
Consultor de Valores Mobiliários CVM

Demonstrações Contábeis

30 de junho de 2026



Índice

Balanço patrimonial **3**
Demonstração do resultado **4**
Demonstração do resultado abrangente **5**
Demonstração das mutações do patrimônio líquido **6**
Demonstração dos fluxos de caixa **8**
Demonstração do valor adicionado **9**
1 – O Banco e suas operações 10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis 11
3 – Resumo das principais práticas contábeis 16
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis 29
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias 32
6 – Informações por segmento 33
7 – Caixa e equivalentes de caixa 37
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil 38
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez 39
10 – Títulos e valores mobiliários 41
11 – Instrumentos financeiros derivativos 48
12 – Carteira de crédito 55
13 – Outros ativos 73
14 – Investimento 74
15 – Imobilizado 79
16 – Intangível 80
17 – Recursos de clientes 82
18 – Recursos de instituições financeiras 85
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários 87
20 – Outros passivos 89
21 – Provisões e passivos contingentes 90
22 – Tributos 94
23 – Patrimônio líquido 97
24 – Receitas de prestação de serviços 104
25 – Despesas Administrativas 105
26 – Outras receitas e outras despesas 106
27 – Partes relacionadas 107
28 – Benefícios a empregados 113
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros 124
30 – Gerenciamento de riscos e de capital 129
31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos 145
32 – Transferência de ativos financeiros 147
33 – Resultado recorrente e não recorrente 149
34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes 150
35 – Outras informações 152
36 – Eventos subsequentes 155
Relatório do auditor independentes **156**
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria **164**
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras **166**
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes **167**
Membros da Administração **168**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo					
Disponibilidades	7	**24.951.323**	**17.192.762**	**27.063.120**	**19.737.849**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		**10.650.683**	**8.297.752**	**16.166.249**	**12.277.786**
Títulos e valores mobiliários	10.b	4.662.878	3.669.173	10.151.513	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.987.805	4.628.579	6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		**673.267.965**	**631.884.974**	**681.641.442**	**640.022.346**
Títulos e valores mobiliários	10.c	673.267.965	631.884.974	681.641.442	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado		**1.725.250.699**	**1.655.274.123**	**1.768.942.348**	**1.692.398.143**
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	117.967.414	120.016.133	117.967.414	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	252.572.058	187.012.603	254.518.991	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	10.d	64.228.663	72.422.703	76.466.014	82.141.286
Carteira de crédito	12	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	13	70.690.455	71.046.449	74.118.205	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(108.031.039)**	**(102.776.536)**	**(109.222.424)**	**(103.790.491)**
Carteira de crédito	12	(102.841.970)	(98.004.759)	(103.686.600)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	9 e 13	(5.189.069)	(4.771.777)	(5.535.824)	(5.051.806)
Ativos fiscais		**106.091.494**	**97.419.480**	**110.485.151**	**101.077.006**
Correntes		10.626.712	11.548.781	12.091.555	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	22	95.464.782	85.870.699	98.393.596	88.668.550
Investimentos		**43.136.672**	**41.173.368**	**20.401.162**	**20.526.343**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	43.021.615	41.064.231	20.255.325	20.388.708
Outros investimentos		147.312	143.790	147.312	143.790
Perdas por redução ao valor recuperável		(32.255)	(34.653)	(1.475)	(6.155)
Imobilizado	15	**17.709.550**	**16.967.411**	**18.254.932**	**17.521.224**
Imobilizações de uso		28.663.354	27.335.964	29.307.303	27.959.857
Direito de uso		4.687.515	4.377.166	5.007.568	4.680.985
Depreciação acumulada		(15.618.655)	(14.723.055)	(16.034.492)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor recuperável		(22.664)	(22.664)	(25.447)	(25.447)
Intangível	16	**12.186.009**	**11.953.028**	**12.261.509**	**12.034.747**
Ativos intangíveis		23.855.688	22.251.907	24.404.155	22.811.545
Amortização acumulada		(11.630.146)	(10.259.346)	(12.073.222)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável		(39.533)	(39.533)	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	13	**36.400.526**	**37.388.944**	**38.776.522**	**39.815.755**
Total do ativo		**2.541.613.882**	**2.414.775.306**	**2.584.770.011**	**2.451.620.708**
Passivo					
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		**5.613.667**	**4.476.749**	**5.614.344**	**4.474.734**
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.613.667	4.476.749	5.614.344	4.474.734
Passivos financeiros ao custo amortizado		**2.260.627.323**	**2.135.779.671**	**2.280.884.545**	**2.149.141.134**
Recursos de clientes	17	914.710.690	860.648.320	954.018.837	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	18	867.585.672	755.054.062	845.408.764	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	292.270.087	326.682.384	296.074.171	331.537.120
Outros passivos financeiros	20	186.060.874	193.394.905	185.382.773	192.627.318
Provisões		**37.914.606**	**36.048.625**	**38.911.731**	**37.198.751**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	31.731.258	29.455.991	32.037.200	29.889.800
Outras provisões		6.183.348	6.592.634	6.874.531	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31	**735.228**	**789.283**	**741.135**	**793.913**
Passivos fiscais		**13.144.541**	**16.230.257**	**16.831.443**	**21.179.813**
Correntes		1.641.153	1.721.395	5.022.430	6.425.409
Diferidos	22	11.503.388	14.508.862	11.809.013	14.754.404
Outros passivos	20	**42.245.412**	**36.862.963**	**52.575.459**	**46.727.068**
Total do passivo		**2.360.280.777**	**2.230.187.548**	**2.395.558.657**	**2.259.515.413**
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	4.100.000	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.425.060	1.416.070	1.426.650	1.417.307
Reservas de lucros	23.d	87.519.241	83.087.465	86.769.740	82.301.417
Outros resultados abrangentes	23.h	(27.359.776)	(19.658.517)	(27.359.776)	(19.658.517)
Ações em tesouraria	23.l	(251.420)	(257.260)	(253.010)	(258.497)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	4.527.750	4.203.585
Total do patrimônio líquido	23	**181.333.105**	**184.587.758**	**189.211.354**	**192.105.295**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.541.613.882**	**2.414.775.306**	**2.584.770.011**	**2.451.620.708**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas da intermediação financeira		**152.400.427**	**126.182.440**	**157.790.705**	**131.834.199**
Carteira de crédito	12.b	87.785.523	75.463.907	90.831.626	78.020.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	13.634.532	17.434.118	13.543.268	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	10.f	46.388.929	30.610.354	48.806.359	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(1.388.447)	(2.366.045)	(1.370.147)	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	8.b	5.577.542	4.499.632	5.577.542	4.499.632
Outros ativos financeiros		402.348	540.474	402.057	566.185
Despesas da intermediação financeira		**(103.782.234)**	**(79.762.023)**	**(104.391.420)**	**(81.043.234)**
Recursos de instituições financeiras	18.d	(49.994.874)	(31.268.157)	(48.884.861)	(30.046.249)
Recursos de clientes	17.c	(36.924.927)	(32.713.865)	(38.444.281)	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(17.956.167)	(18.418.821)	(18.257.604)	(18.788.344)
Outras despesas de captação	20.b	1.093.734	2.638.820	1.195.326	2.731.299
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		**(35.825.643)**	**(28.726.350)**	**(35.912.869)**	**(29.041.610)**
Carteira de crédito	12.h	(35.454.757)	(28.733.360)	(35.798.852)	(28.880.147)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31.b	56.141	120.206	54.399	119.880
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(427.027)	(113.196)	(168.416)	(281.343)
Resultado da intermediação financeira		**12.792.550**	**17.694.067**	**17.486.416**	**21.749.355**
Outras receitas/despesas operacionais		**(7.200.614)**	**(6.407.653)**	**(7.207.630)**	**(6.162.486)**
Receitas de prestação de serviços	24	10.209.316	9.595.160	17.946.497	17.115.221
Despesas de pessoal	25.a	(12.352.735)	(12.010.673)	(13.562.725)	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.883.600)	(7.613.185)	(7.512.674)	(7.339.278)
Despesas tributárias	22.c	(3.285.813)	(3.071.816)	(4.651.714)	(4.375.560)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.315.041	8.134.642	3.878.427	3.882.645
Outras receitas/despesas	26	(2.202.823)	(1.441.781)	(3.305.441)	(2.245.847)
Provisões	**21.b**	**(5.495.898)**	**(5.771.889)**	**(5.494.249)**	**(5.814.805)**
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.489.664)	(5.759.223)	(5.488.015)	(5.802.139)
Outras		(6.234)	(12.666)	(6.234)	(12.666)
Resultado operacional		**96.038**	**5.514.525**	**4.784.537**	**9.772.064**
Resultado não operacional		**178.370**	**4.734**	**304.922**	**137.334**
Resultado antes dos tributos e participações		**274.408**	**5.519.259**	**5.089.459**	**9.909.398**
Imposto de renda e contribuição Social	**22**	**6.663.455**	**5.629.624**	**3.652.441**	**2.829.878**
Participação de empregados e administradores no lucro		**(721.807)**	**(1.264.634)**	**(730.278)**	**(1.273.315)**
Participação dos não controladores	**23.i**	**--**	**--**	**(1.746.959)**	**(1.658.612)**
Lucro líquido		**6.216.056**	**9.884.249**	**6.264.663**	**9.807.349**
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		6.216.056	9.884.249	6.264.663	9.807.349
Não controladores		--	--	1.746.959	1.658.612
Lucro por ação	**23.e**				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.709.696.692	5.708.696.148		
Lucro básico e diluído por ação (R$)		1,09	1,73		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	**6.216.056**	**9.884.249**	**6.264.663**	**9.807.349**
Participação dos acionistas não controladores	--	--	1.746.959	1.658.612
Lucro líquido atribuível aos acionistas	**6.216.056**	**9.884.249**	**8.011.622**	**11.465.961**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**68.021**	**2.452.368**	**(161.826)**	**2.304.400**
Ganhos/(perdas) não realizados	376.290	4.401.528	(7.566)	4.409.841
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(175.761)	(92.585)	(191.968)	(328.543)
Efeito tributário	(132.508)	(1.856.575)	37.708	(1.776.898)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**(186.419)**	**74.823**	**(165.748)**	**233.722**
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(366.987)	201.401	(353.020)	407.650
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	68.210	(58.542)	68.210	(58.542)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	9.751	66.623	14.788	105.533
Efeito tributário	102.607	(134.659)	104.274	(220.919)
Hedge de investimento líquido no exterior	**56.091**	**120.461**	**56.091**	**120.461**
Ganhos/(perdas) não realizados	101.984	219.018	101.984	219.018
Efeito tributário	(45.893)	(98.557)	(45.893)	(98.557)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	**(450.280)**	**(1.348.034)**	**(545.551)**	**(1.661.828)**
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**(96.289)**	**148.324**	**42.447**	**150.828**
Ganhos/(perdas) não realizados	(183.583)	260.252	80.937	270.915
Efeito tributário	87.294	(111.928)	(38.490)	(120.087)
Planos de benefício definido	**(7.092.383)**	**(3.298.421)**	**(7.092.383)**	**(3.298.421)**
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(13.427.744)	(6.225.875)	(13.427.744)	(6.225.875)
Efeito tributário	6.335.361	2.927.454	6.335.361	2.927.454
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	**(7.701.259)**	**(1.850.479)**	**(7.866.970)**	**(2.150.838)**
Resultado abrangente do período	**(1.485.203)**	**8.033.770**	**144.652**	**9.315.123**
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(1.485.203)	8.033.770	(1.436.596)	7.956.869
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.581.248	1.358.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2024		**120.000.000**	**1.410.594**	**15.221.388**	**66.401.024**	**(21.892.443)**	**(262.046)**	**--**	**180.878.517**
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		**--**	**--**	**--**	**--**	**577.266**	**--**	**(11.530.338)**	**(10.953.072)**
Saldos em 01/01/2025		**120.000.000**	**1.410.594**	**15.221.388**	**66.401.024**	**(21.315.177)**	**(262.046)**	**(11.530.338)**	**169.925.445**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	2.640.953	--	--	2.640.953
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(1.348.034)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(32.198)	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	120.461	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(4.000)	--	--	(4.000)
Outros		--	--	--	--	70.760	--	41.734	112.494
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	9.884.249	9.884.249
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		**120.000.000**	**1.416.070**	**15.715.601**	**61.025.581**	**(23.165.656)**	**(257.260)**	**--**	**174.734.336**
Mutações do período		**--**	**5.476**	**494.213**	**(5.375.443)**	**(1.850.479)**	**4.786**	**11.530.338**	**4.808.891**
Saldos em 31/12/2025		**120.000.000**	**1.416.070**	**16.128.978**	**66.958.487**	**(19.658.517)**	**(257.260)**	**--**	**184.587.758**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	(261.868)	--	--	(261.868)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(7.092.383)	--	--	(7.092.383)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(450.280)	--	--	(450.280)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	37.516	--	--	37.516
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	56.091	--	--	56.091
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	585	--	--	585
Outros		--	--	--	--	9.080	--	7.447	16.527
Transações com pagamento baseado em ações		--	8.990	--	--	--	5.840	--	14.830
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	6.216.056	6.216.056
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	310.803	5.613.886	--	--	(5.924.689)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(1.492.913)	--	--	(298.814)	(1.791.727)
Saldos em 30/06/2026		**120.000.000**	**1.425.060**	**16.439.781**	**71.079.460**	**(27.359.776)**	**(251.420)**	**--**	**181.333.105**
Mutações do período		**--**	**8.990**	**310.803**	**4.120.973**	**(7.701.259)**	**5.840**	**--**	**(3.254.653)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.412.071**	**15.221.388**	**65.994.017**	**(21.892.443)**	**(263.523)**	**--**	**4.501.238**	**190.072.748**
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**577.266**	**--**	**(11.530.338)**	**(87.858)**	**(11.040.930)**
Saldos em 01/01/2025		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.412.071**	**15.221.388**	**65.994.017**	**(21.315.177)**	**(263.523)**	**(11.530.338)**	**4.413.380**	**179.031.818**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	2.640.953	--	--	(25.339)	2.615.614
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(313.794)	(1.661.828)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(32.198)	--	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	120.461	--	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(4.000)	--	--	104	(3.896)
Outros		--	--	--	--	--	70.760	--	41.734	38.670	151.164
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.994	--	--	--	5.268	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(228.309)	(228.309)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	9.807.349	1.658.612	11.465.961
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(32.100)	--	(32.100)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(109.000)	--	--	109.000	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.312.654)	(1.312.654)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.417.065**	**15.715.601**	**60.509.574**	**(23.165.656)**	**(258.255)**	**--**	**4.230.670**	**183.548.999**
Mutações do período		**--**	**--**	**4.994**	**494.213**	**(5.484.443)**	**(1.850.479)**	**5.268**	**11.530.338**	**(182.710)**	**4.517.181**
Saldos em 31/12/2025		**120.000.000**	**4.100.000**	**1.417.307**	**16.128.978**	**66.172.439**	**(19.658.517)**	**(258.497)**	**--**	**4.203.585**	**192.105.295**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	(261.868)	--	--	(75.654)	(337.522)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(7.092.383)	--	--	--	(7.092.383)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(450.280)	--	--	(95.271)	(545.551)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	37.516	--	--	--	37.516
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	56.091	--	--	--	56.091
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	585	--	--	254	839
Outros		--	--	--	--	--	9.080	--	7.447	4.960	21.487
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	9.343	--	--	--	5.487	--	--	14.830
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	5.534	5.534
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	6.264.663	1.746.959	8.011.622
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(12.060)	--	(12.060)
Resultado não realizado		--	--	--	--	36.547	--	--	(36.547)	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	310.803	5.613.886	--	--	(5.924.689)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.262.617)	(1.262.617)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(1.492.913)	--	--	(298.814)	--	(1.791.727)
Saldos em 30/06/2026		**120.000.000**	**4.100.000**	**1.426.650**	**16.439.781**	**70.329.959**	**(27.359.776)**	**(253.010)**	**--**	**4.527.750**	**189.211.354**
Mutações do período		**--**	**--**	**9.343**	**310.803**	**4.157.520**	**(7.701.259)**	**5.487**	**--**	**324.165**	**(2.893.941)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro líquido		**6.216.056**	**9.884.249**	**6.264.663**	**9.807.349**
Ajustes ao lucro líquido		**25.239.296**	**19.846.319**	**34.905.695**	**26.757.991**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		35.825.643	28.726.350	35.912.869	29.041.610
Depreciações e amortizações		2.877.185	2.165.258	2.966.914	2.238.211
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(3.918.279)	(9.588.012)	(4.359.500)	(10.528.716)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		--	(86.608)	--	(86.608)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(8.315.041)	(8.134.642)	(3.878.427)	(3.882.645)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(242.846)	(61.766)	(239.641)	(60.495)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	5.495.898	5.771.889	5.494.249	5.814.805
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(2.102.604)	(1.918.834)	(2.102.604)	(1.918.834)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		2.630.383	6.854.106	2.977.017	7.659.861
Resultado dos não controladores		--	--	1.746.959	1.658.612
Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.663.455)	(5.629.624)	(3.652.441)	(2.829.878)
Outros ajustes		(347.588)	1.748.202	40.300	(347.932)
Lucro líquido ajustado		**31.455.352**	**29.730.568**	**41.170.358**	**36.565.340**
Variações Patrimoniais		**(4.186.291)**	**38.937.886**	**(7.289.690)**	**35.718.616**
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		2.048.719	(4.397.657)	2.048.719	(4.397.657)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(65.401.544)	83.659.994	(66.978.622)	83.180.767
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(993.810)	(4.259.937)	(2.531.462)	(7.211.116)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(166.217)	4.245.778	(161.551)	4.268.364
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(46.562.115)	(40.975.256)	(47.420.729)	(41.457.657)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(887.926)	(9.118.881)	(4.377.634)	(12.011.808)
(Aumento) Redução em outros ativos		(1.413.689)	2.057.936	2.539.699	4.048.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(75.957)	(1.542.904)	(3.365.373)	(5.447.371)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		57.176.760	15.350.994	59.195.778	11.597.615
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		114.333.317	11.240.609	120.159.315	14.785.268
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(31.980.634)	34.577.199	(33.577.166)	32.355.081
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(22.114.744)	(61.164.054)	(23.684.774)	(53.181.375)
(Redução) Aumento em outros passivos		(8.148.451)	9.264.065	(9.135.890)	9.190.061
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		**27.269.061**	**68.668.454**	**33.880.668**	**72.283.956**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(83.160.464)	(230.139.120)	(85.862.348)	(237.994.162)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		71.456.224	165.361.087	74.226.537	176.648.154
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(5.919.201)	(21.091.847)	(13.165.640)	(23.436.350)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		207.941	1.835.164	6.579.762	1.835.164
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		9.517.702	7.415.246	3.207.953	4.768.103
Aquisição de imobilizado de uso		(1.808.239)	(1.582.105)	(1.848.832)	(1.624.588)
Alienação de imobilizado de uso		5.271	8.033	5.319	8.751
Aquisição de intangíveis		(1.751.992)	(1.927.662)	(1.755.278)	(1.990.557)
Aporte de capital na Broto S.A.		(9.000)	(5.000)	(9.000)	(5.000)
Alienação da participação na Cadam S.A.		39.804	--	39.804	--
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	--	--	3.458
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		(14.383)	--	--	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(11.436.337)**	**(80.126.204)**	**(18.581.723)**	**(81.787.027)**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(2.613.195)	7.023.086	(2.613.195)	7.023.086
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(1.653.735)	(1.440.125)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.975.861)	(6.008.672)	(1.975.861)	(6.008.672)
Liquidação de arrendamentos		(696.813)	(643.337)	(696.813)	(643.337)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(5.285.869)**	**371.077**	**(6.939.604)**	**(1.069.048)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**10.546.855**	**(11.086.673)**	**8.359.341**	**(10.572.119)**
Início do período		58.474.875	81.150.329	59.635.525	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.630.383)	(6.854.106)	(2.977.017)	(7.659.861)
Fim do período		66.391.347	63.209.550	65.017.849	64.935.263
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**10.546.855**	**(11.086.673)**	**8.359.341**	**(10.572.119)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo				Consolidado			
		1º Semestre/2026		1º Semestre/2025		1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
Receitas		**119.263.752**		**99.755.708**		**131.329.567**		**111.897.883**	
Receitas da intermediação financeira		152.400.427		126.182.440		157.790.705		131.834.199	
Receitas de prestação de serviços		10.209.316		9.595.160		17.946.497		17.115.221	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(35.825.643)		(28.726.350)		(35.912.869)		(29.041.610)	
Outras receitas/(despesas)		(7.520.348)		(7.295.542)		(8.494.766)		(8.009.927)	
Despesas da intermediação financeira		**(103.782.234)**		**(79.762.023)**		**(104.391.420)**		**(81.043.234)**	
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(4.628.516)**		**(4.458.808)**		**(4.161.888)**		**(4.106.114)**	
Materiais, água, energia e gás	25	(223.534)		(233.204)		(237.655)		(253.797)	
Serviços de terceiros	25	(385.303)		(408.833)		(171.277)		(232.569)	
Comunicações	25	(171.160)		(209.759)		(205.598)		(244.237)	
Processamento de dados	25	(1.196.004)		(1.089.790)		(843.758)		(809.473)	
Transporte	25	(27.254)		(48.947)		(38.048)		(60.498)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(756.107)		(712.722)		(774.994)		(732.709)	
Serviços do sistema financeiro	25	(198.944)		(228.105)		(246.995)		(291.234)	
Propaganda e publicidade	25	(217.392)		(232.527)		(238.568)		(250.357)	
Manutenção e conservação de bens	25	(641.645)		(635.559)		(445.816)		(445.832)	
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		--		86.608		--		86.608	
Outras		(811.173)		(745.970)		(959.179)		(872.016)	
Valor Adicionado Bruto		**10.853.002**		**15.534.877**		**22.776.259**		**26.748.535**	
Despesas de amortização/depreciação		(2.877.185)		(2.165.258)		(2.966.914)		(2.238.211)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**7.975.817**		**13.369.619**		**19.809.345**		**24.510.324**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**8.315.041**		**8.134.642**		**3.878.427**		**3.882.645**	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.315.041		8.134.642		3.878.427		3.882.645	
Valor Adicionado a Distribuir		**16.290.858**	**100,00%**	**21.504.261**	**100,00%**	**23.687.772**	**100,00%**	**28.392.969**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído		**16.290.858**	**100,00%**	**21.504.261**	**100,00%**	**23.687.772**	**100,00%**	**28.392.969**	**100,00%**
Pessoal		**11.824.322**	**72,58%**	**11.749.851**	**54,64%**	**12.973.196**	**54,77%**	**12.866.831**	**45,32%**
Salários e honorários		6.363.332		6.043.266		7.220.804		6.875.934	
Participação de empregados e administradores no lucro		721.807		1.264.634		730.278		1.273.315	
Benefícios e treinamentos		2.634.832		2.480.798		2.784.919		2.617.527	
FGTS		489.270		460.807		508.448		480.387	
Outros encargos		1.615.081		1.500.346		1.728.747		1.619.668	
Impostos, Taxas e Contribuições		**(1.868.653)**	**-11,47%**	**(714.410)**	**-3,32%**	**2.577.848**	**10,88%**	**3.469.772**	**12,22%**
Federais		(2.462.499)		(1.284.448)		1.352.968		2.289.830	
Estaduais		629		545		629		545	
Municipais		593.217		569.493		1.224.251		1.179.397	
Remuneração de Capitais de Terceiros		**119.133**	**0,73%**	**584.571**	**2,72%**	**125.106**	**0,53%**	**590.405**	**2,08%**
Aluguéis	25	119.133		584.571		125.106		590.405	
Remuneração de Capitais Próprios		**6.216.056**	**38,16%**	**9.884.249**	**45,96%**	**8.011.622**	**33,82%**	**11.465.961**	**40,38%**
Juros sobre capital próprio da União		895.864		1.638.437		895.864		1.638.437	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		895.863		1.638.438		895.863		1.638.438	
Dividendos de acionistas não controladores		--		--		1.262.617		1.312.654	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		12.060		32.100	
Lucro retido		4.424.329		6.607.374		4.460.876		6.498.374	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		484.342		345.958	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil "Cosif", conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas "adicionalmente" às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/08/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	% de Participação	
				30/06/2026	31/12/2025
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. [1]	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. [1]	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. [1]	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%

1 – Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

2 - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram promovidas, de forma voluntária, alterações na evidenciação do resultado de variação cambial na Demonstração do Resultado. Parte dos efeitos, anteriormente apresentados de forma líquida em "Receitas de Outros ativos financeiros", passaram a ser evidenciados em "Receitas da Carteira de crédito" e "Outras despesas de captação", de forma a refletir a essência econômica das transações no âmbito do Resultado da Intermediação Financeira.

Em conformidade com o CPC 23, os saldos comparativos foram reapresentados de forma retrospectiva. Consequentemente, foram ajustados os valores correspondentes na Demonstração do Valor Adicionado e nas respectivas notas explicativas.

Demonstração do Resultado

1º Semestre/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Receitas da intermediação financeira	**130.438.612**	**(4.256.172)**	**126.182.440**	**136.150.750**	**(4.316.551)**	**131.834.199**
Carteira de crédito	74.973.760	490.147	75.463.907	77.530.851	490.147	78.020.998
Outros ativos financeiros	5.286.793	(4.746.319)	540.474	5.372.883	(4.806.698)	566.185
Despesas da intermediação financeira	**(84.018.195)**	**4.256.172**	**(79.762.023)**	**(85.359.785)**	**4.316.551**	**(81.043.234)**
Outras despesas de captação	(1.617.352)	4.256.172	2.638.820	(1.585.252)	4.316.551	2.731.299

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge)	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis no período atual

g.1) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá elaborar e divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais. A norma também determina que a divulgação no primeiro ano deve ocorrer em até 180 dias da data-base (30/06/2027).

Normas aplicáveis em períodos futuros

g.2) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

Embora vigente desde 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/2021 contempla dispositivos com aplicação diferida e regimes transitórios, cujos efeitos para o Banco convergem para 1º de janeiro de 2027, conforme descrito a seguir:

(i) Contabilização de hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de contabilização de hedge a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme disposto no art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(ii) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

Até 31 de dezembro de 2026, o Banco utiliza a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros reestruturados, passando a observar o tratamento definitivo previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme faculta o art. 71-A.

g.3) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

g.4) Resolução CMN nº 5.281, de 26 de fevereiro de 2026

A norma estabelece critérios relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos virtuais. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo e no modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Reflete a forma como o Banco gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Com base nessa avaliação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, conforme os fluxos de caixa resultem de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Critério SPPJ (somente pagamento de principal e juros): Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos atendem ao critério SPPJ sobre o valor do principal em aberto. Caso os fluxos de caixa não atendam ao critério SPPJ, o ativo será classificado ao valor justo no resultado.

Reclassificação: Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. São apresentados a valor presente, refletindo a aplicação da taxa efetiva de juros. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco adota metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste em:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como "Perdas esperadas associadas ao risco de crédito", que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades designados irrevogavelmente no reconhecimento inicial, desde que os ativos não sejam geridos no modelo de negócios cujo objetivo principal seja gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR) – Incluem ativos financeiros que não atendam aos critérios das demais categorias. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas

c.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

e) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação. Engloba também, ativos que apresentem atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) - Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados neste estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superiores a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (para carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. A classificação no estágio 3 somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic real, a taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Aumento significativo no risco de crédito – O aumento significativo no risco de crédito (ASR) compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação), agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte. Na ocorrência do ASR em relação ao reconhecimento inicial, ocorre migração do estágio 1 para o estágio 2.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento ("PD" – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva "Forward Looking").

Perda dado o descumprimento ("LGD" – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portifólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte, entre outras.

Exposição no momento de descumprimento ("EAD" - Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

g) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL [1]	20,00%
PIS/Pasep [2]	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins [2]	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022 e definição do Banco, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não puderam ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas foram adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras despesas administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a:

- desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e
- softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso - Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

Banco como arrendador – Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de suas subsidiárias.

l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outros:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais, são mensurados a valor presente quando o efeito do desconto é relevante, considerando a melhor estimativa de desembolso.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

q) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 33.

s) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando os serviços são prestados ou disponibilizados aos clientes, por valor que reflete a contraprestação que se espera receber, de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho. As receitas relativas a serviços prestados ao longo do tempo são reconhecidas de forma linear durante a vigência dos contratos, enquanto aquelas relacionadas a serviços ou eventos específicos são reconhecidas quando da sua ocorrência.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: administração de fundos; comissões de seguros, previdência e capitalização; conta corrente; taxa de administração de consórcio; rendas de cartões; cobrança; e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.f, 9, 10, 12, 13 e 31.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de tendências futuras, sendo que os cenários são periodicamente atualizados para o estudo. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.

6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	**177.931.705**	**9.154.545**	**156.686.007**	**2.957.519**
Receitas da intermediação financeira	**149.753.274**	**8.037.431**	**129.995.629**	**1.838.570**
Carteira de crédito	86.497.713	4.333.913	80.133.557	(2.112.559)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.649.695	893.573	16.373.999	1.070.185
Títulos e valores mobiliários	45.999.795	2.806.564	30.415.684	3.318.259
Instrumentos financeiros derivativos	(1.373.597)	3.450	(2.345.290)	(85.453)
Aplicações compulsórias	5.577.542	--	4.499.632	--
Outros ativos financeiros	402.126	(69)	918.047	(351.862)
Outras receitas	**28.178.431**	**1.117.114**	**26.690.378**	**1.118.949**
Receitas de prestação de serviços	17.206.905	739.592	16.307.960	807.261
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.878.427	--	3.882.645	--
Demais receitas	7.093.099	377.522	6.499.773	311.688
Ativo não-circulante[1]	**50.586.223**	**331.380**	**45.128.785**	**331.163**

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2026							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	**157.459.305**	**294.143**	**218.425**	**154.711**	**166.753**	**470.486**	**(973.118)**	**157.790.705**
Carteira de crédito	90.837.678	--	--	--	--	--	(6.052)	90.831.626
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.755.124	268	162.838	--	127.406	425.191	(927.559)	13.543.268
Títulos e valores mobiliários	48.396.881	153.791	55.710	154.706	39.483	45.295	(39.507)	48.806.359
Instrumentos financeiros derivativos	(1.510.231)	140.084	--	--	--	--	--	(1.370.147)
Aplicações compulsórias	5.577.542	--	--	--	--	--	--	5.577.542
Outros ativos financeiros	402.311	--	(123)	5	(136)	--	--	402.057
Despesas da intermediação financeira	**(105.256.366)**	**(235.113)**	**--**	**--**	**--**	**(332.716)**	**1.432.775**	**(104.391.420)**
Recursos de instituições financeiras	(50.043.010)	(235.113)	--	--	--	(6)	1.393.268	(48.884.861)
Recursos de clientes	(38.444.281)	--	--	--	--	--	--	(38.444.281)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(17.964.401)	--	--	--	--	(293.203)	--	(18.257.604)
Outras despesas de captação	1.195.326	--	--	--	--	(39.507)	39.507	1.195.326
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(35.824.027)**	**(13.460)**	**--**	**--**	**--**	**(75.382)**	**--**	**(35.912.869)**
Outras receitas	**18.432.829**	**286.423**	**2.203.534**	**6.000.877**	**753.681**	**3.858.218**	**(2.240.017)**	**29.295.545**
Receitas de prestação de serviços	10.855.757	152.034	2.198.948	2.789.208	22.682	3.055.674	(1.127.806)	17.946.497
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	515.202	8.885	--	2.726.575	627.765	--	--	3.878.427
Demais receitas	7.061.870	125.504	4.586	485.094	103.234	802.544	(1.112.211)	7.470.621
Outras despesas	**(34.677.156)**	**(198.624)**	**(380.202)**	**(656.287)**	**(86.180)**	**(1.980.164)**	**1.780.360**	**(36.198.253)**
Despesas de pessoal	(13.084.535)	(21.655)	(87.371)	(49.723)	(1.759)	(321.399)	3.717	(13.562.725)
Outras despesas administrativas	(5.327.384)	(15.469)	(49.211)	(33.437)	(624)	(243.075)	1.123.440	(4.545.760)
Amortização	(1.459.108)	--	--	(62)	--	(2.153)	--	(1.461.323)
Depreciação	(1.451.111)	--	--	--	--	(54.480)	--	(1.505.591)
Despesas tributárias	(3.675.941)	(20.764)	(157.038)	(353.797)	(18.043)	(426.131)	--	(4.651.714)
Demais despesas	(9.679.077)	(140.736)	(86.582)	(219.268)	(65.754)	(932.926)	653.203	(10.471.140)
Provisões	**(5.509.439)**	**6.637**	**24.306**	**(2.140)**	**6**	**(13.619)**	**--**	**(5.494.249)**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.503.205)	6.637	24.306	(2.140)	6	(13.619)	--	(5.488.015)
Outras	(6.234)	--	--	--	--	--	--	(6.234)
Resultado antes dos tributos e participações	**(5.374.854)**	**140.006**	**2.066.063**	**5.497.161**	**834.260**	**1.926.823**	**--**	**5.089.459**
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.140.225	(57.631)	(821.593)	(936.020)	(65.374)	(607.166)	--	3.652.441
Participação de empregados e administradores no lucro	(721.807)	(758)	(798)	--	--	(6.915)	--	(730.278)
Participação dos não controladores	(300.163)	--	--	(1.447.927)	--	1.131	--	(1.746.959)
Lucro líquido	**(256.599)**	**81.617**	**1.243.672**	**3.113.214**	**768.886**	**1.313.873**	**--**	**6.264.663**
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	258.336.873	--	2.433.840	6.150.902	1.016.366	8.659.229	(22.078.219)	254.518.991
Títulos e valores mobiliários	760.053.466	3.106.732	915.199	3.495.961	756.297	821.472	(890.158)	768.258.969
Carteira de crédito	1.245.953.757	--	--	--	--	--	(82.033)	1.245.871.724
Investimentos	29.229.251	1.247.908	--	7.743.199	5.271.963	--	(23.091.159)	20.401.162
Demais Ativos	288.485.301	1.132.028	492.505	4.165.595	3.804.063	7.779.447	(10.139.774)	295.719.165
Total do ativo	**2.582.058.648**	**5.486.668**	**3.841.544**	**21.555.657**	**10.848.689**	**17.260.148**	**(56.281.343)**	**2.584.770.011**
Passivo	**2.394.704.987**	**4.714.540**	**2.411.986**	**11.221.862**	**149.244**	**13.979.152**	**(31.623.114)**	**2.395.558.657**
Recursos de clientes	954.126.418	--	--	--	--	--	(107.581)	954.018.837
Recursos de instituições financeiras	863.403.538	4.083.444	--	--	--	82.033	(22.160.251)	845.408.764
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	288.397.678	--	--	--	--	8.432.297	(755.804)	296.074.171
Provisões	38.350.726	20.067	9.253	58.993	637	478.942	(6.887)	38.911.731
Demais Passivos	250.426.627	611.029	2.402.733	11.162.869	148.607	4.985.880	(8.592.591)	261.145.154
Patrimônio líquido	**187.353.661**	**772.128**	**1.429.558**	**10.333.795**	**10.699.445**	**3.280.996**	**(24.658.229)**	**189.211.354**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.582.058.648**	**5.486.668**	**3.841.544**	**21.555.657**	**10.848.689**	**17.260.148**	**(56.281.343)**	**2.584.770.011**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Semestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	**131.446.941**	**375.470**	**182.985**	**115.516**	**223.976**	**384.144**	**(894.833)**	**131.834.199**
Carteira de crédito	78.027.695	--	--	--	--	--	(6.697)	78.020.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.563.784	177	156.850	--	223.838	387.671	(888.136)	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	33.194.243	401.101	26.472	115.516	138	(3.527)	--	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	(2.404.935)	(25.808)	--	--	--	--	--	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--	--	--	--	--	--	4.499.632
Outros ativos financeiros	566.522	--	(337)	--	--	--	--	566.185
Despesas da intermediação financeira	**(81.831.100)**	**(127.897)**	**--**	**--**	**--**	**(365.172)**	**1.280.935**	**(81.043.234)**
Recursos de instituições financeiras	(31.193.440)	(127.897)	--	--	--	(5.847)	1.280.935	(30.046.249)
Recursos de clientes	(34.939.940)	--	--	--	--	--	--	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(18.429.019)	--	--	--	--	(359.325)	--	(18.788.344)
Outras despesas de captação	2.731.299	--	--	--	--	--	--	2.731.299
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(28.938.929)**	**(23.520)**	**--**	**--**	**--**	**(79.161)**	**--**	**(29.041.610)**
Outras receitas	**17.271.137**	**368.413**	**1.997.281**	**5.813.402**	**847.788**	**3.477.687**	**(1.966.381)**	**27.809.327**
Receitas de prestação de serviços	10.313.750	251.175	1.991.892	2.808.164	22.181	2.704.897	(976.838)	17.115.221
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	550.035	13.340	--	2.596.201	723.069	--	--	3.882.645
Demais receitas	6.407.352	103.898	5.389	409.037	102.538	772.790	(989.543)	6.811.461
Outras despesas	**(32.512.724)**	**(111.665)**	**(312.849)**	**(615.062)**	**(75.025)**	**(1.787.433)**	**1.580.279**	**(33.834.479)**
Despesas de pessoal	(12.742.250)	(20.447)	(80.257)	(47.830)	(2.424)	(309.567)	3.108	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	(5.742.705)	(26.190)	(46.727)	(44.295)	(624)	(202.340)	961.814	(5.101.067)
Amortização	(1.305.739)	--	--	(59)	--	(2.240)	--	(1.308.038)
Depreciação	(884.546)	--	--	--	--	(45.627)	--	(930.173)
Despesas tributárias	(3.446.961)	(37.543)	(142.075)	(352.399)	(20.964)	(375.618)	--	(4.375.560)
Demais despesas	(8.390.523)	(27.485)	(43.790)	(170.479)	(51.013)	(852.041)	615.357	(8.919.974)
Provisões	**(5.781.925)**	**(20.019)**	**(1.475)**	**(2.969)**	**(43)**	**(8.374)**	**--**	**(5.814.805)**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.769.259)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.802.139)
Outras	(12.666)	--	--	--	--	--	--	(12.666)
Resultado antes dos tributos e participações	**(346.600)**	**460.782**	**1.865.942**	**5.310.887**	**996.696**	**1.621.691**	**--**	**9.909.398**
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.303.158	(198.117)	(744.255)	(920.981)	(88.349)	(521.578)	--	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.264.635)	(727)	(1.296)	--	--	(6.657)	--	(1.273.315)
Participação dos não controladores	(266.746)	--	--	(1.393.137)	--	1.271	--	(1.658.612)
Lucro líquido	**3.425.177**	**261.938**	**1.120.391**	**2.996.769**	**908.347**	**1.094.727**	**--**	**9.807.349**
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	292.682.108	7	2.612.775	7.072.012	3.154.847	8.448.220	(22.973.890)	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	601.825.287	1.564.753	534.552	1.900.242	648	623.096	(119.854)	606.328.724
Carteira de crédito	1.231.273.691	--	--	--	--	--	(189.496)	1.231.084.195
Investimentos	28.615.315	1.209.999	--	8.420.161	3.963.478	--	(22.550.497)	19.658.456
Demais Ativos	283.268.952	1.173.817	529.793	3.524.006	3.789.975	8.122.924	(10.993.574)	289.415.893
Total do ativo	**2.437.665.353**	**3.948.576**	**3.677.120**	**20.916.421**	**10.908.948**	**17.194.240**	**(56.827.311)**	**2.437.483.347**
Passivo	**2.256.288.012**	**3.136.944**	**2.247.492**	**10.996.413**	**222.891**	**14.210.577**	**(33.167.981)**	**2.253.934.348**
Recursos de clientes	880.430.655	--	--	--	--	--	(73.450)	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	746.402.050	2.042.512	--	--	--	189.496	(23.163.386)	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	354.649.957	--	--	--	--	9.196.345	--	363.846.302
Provisões	33.040.739	138.382	34.274	56.747	416	447.053	(5.730)	33.711.881
Demais Passivos	241.764.611	956.050	2.213.218	10.939.666	222.475	4.377.683	(9.925.415)	250.548.288
Patrimônio líquido	**181.377.341**	**811.632**	**1.429.628**	**9.920.008**	**10.686.057**	**2.983.663**	**(23.659.330)**	**183.548.999**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.437.665.353**	**3.948.576**	**3.677.120**	**20.916.421**	**10.908.948**	**17.194.240**	**(56.827.311)**	**2.437.483.347**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**24.951.323**	**17.192.762**	**27.063.120**	**19.737.849**
Disponibilidades em moeda nacional	12.425.150	10.238.077	12.430.528	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	12.526.173	6.954.685	14.632.592	9.498.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	**41.440.024**	**41.282.113**	**37.954.729**	**39.897.676**
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.718.846	285.257	2.220.411	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.686.080	40.996.856	35.734.318	39.583.823
Aplicações em moeda estrangeira	1.035.098	--	--	--
Total	**66.391.347**	**58.474.875**	**65.017.849**	**59.635.525**

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo	60.271.807	53.187.224	60.271.807	53.187.224
Depósitos de poupança	41.815.964	42.454.209	41.815.964	42.454.209
Depósitos à vista	11.032.049	20.349.251	11.032.049	20.349.251
Conta de pagamento instantâneo	4.707.832	3.843.247	4.707.832	3.843.247
Depósitos de moeda eletrônica	139.762	182.202	139.762	182.202
Total	**117.967.414**	**120.016.133**	**117.967.414**	**120.016.133**

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.939.520	2.848.811	3.939.520	2.848.811
Depósitos de poupança	1.638.022	1.650.821	1.638.022	1.650.821
Total	**5.577.542**	**4.499.632**	**5.577.542**	**4.499.632**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	**155.359.421**	**128.120.273**	**155.543.606**	**128.352.536**
Revendas a liquidar - Posição Bancada	**2.700.764**	**1.138.774**	**3.386.280**	**1.383.241**
Títulos públicos federais - no país	475.218	--	976.550	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	2.225.546	1.138.774	2.233.450	1.168.051
Outros títulos no exterior	--	--	176.280	199.190
Revendas a liquidar - posição financiada	**152.658.657**	**126.981.499**	**152.157.326**	**126.969.295**
Títulos públicos federais - no país	152.658.657	126.981.499	152.157.326	126.965.499
Outros títulos	--	--	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros [1]	**97.212.637**	**58.892.330**	**98.975.385**	**61.130.780**
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	**252.572.058**	**187.012.603**	**254.518.991**	**189.483.316**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(25.254)**	**(18.626)**	**(26.735)**	**(18.797)**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(25.254)	(18.626)	(25.370)	(18.634)
Aplicações em operações compromissadas	--	--	(1.365)	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	**252.546.804**	**186.993.977**	**254.492.256**	**189.464.519**

1 - Inclui no Consolidado o montante de R$ 7.309.086 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas	**12.286.413**	**20.149.939**	**12.317.052**	**20.169.781**
Posição financiada	12.233.082	20.096.599	12.233.081	20.096.599
Posição bancada	53.331	53.340	83.971	73.182
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**3.129.848**	**1.684.142**	**3.007.945**	**1.674.366**
Variação cambial	**(1.781.729)**	**(4.399.963)**	**(1.781.729)**	**(4.399.963)**
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	**13.634.532**	**17.434.118**	**13.543.268**	**17.444.184**
(Constituição)/reversão de perda esperada	(7.484)	(1.164)	(8.804)	(11.212)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	**13.627.048**	**17.432.954**	**13.534.464**	**17.432.972**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

30/06/2026	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	155.359.421	--	--	155.359.421
Aplicações em depósitos interfinanceiros	97.212.637	--	--	97.212.637
Total	**252.572.058**	**--**	**--**	**252.572.058**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(25.254)	--	--	(25.254)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**252.546.804**	**--**	**--**	**252.546.804**

31/12/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	--	--	128.120.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.892.330	--	--	58.892.330
Total	**187.012.603**	**--**	**--**	**187.012.603**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.626)	--	--	(18.626)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**186.993.977**	**--**	**--**	**186.993.977**

30/06/2026	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	155.543.606	--	--	155.543.606
Aplicações em depósitos interfinanceiros	98.975.385	--	--	98.975.385
Total	**254.518.991**	**--**	**--**	**254.518.991**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(26.735)	--	--	(26.735)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**254.492.256**	**--**	**--**	**254.492.256**

31/12/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.352.536	--	--	128.352.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	--	--	61.130.780
Total	**189.483.316**	**--**	**--**	**189.483.316**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.797)	--	--	(18.797)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**189.464.519**	**--**	**--**	**189.464.519**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Valor justo no resultado	4.662.878	3.669.173	10.151.513	7.620.302
Valor justo em outros resultados abrangentes	673.267.965	631.884.974	681.641.442	640.022.346
Custo amortizado	64.228.663	72.422.703	76.466.014	82.141.286
Total	**742.159.506**	**707.976.850**	**768.258.969**	**729.783.934**

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**4.690.228**	**(24.282)**	**(3.159)**	**4.662.787**
Títulos públicos federais	4.179.563	8.719	--	4.188.282
Títulos privados de entidades não financeiras	346.773	(14.653)	(2.934)	329.186
Títulos privados de entidades financeiras	163.892	(18.348)	(225)	145.319
Instrumentos de patrimônio	**88**	**3**	**--**	**91**
Cotas de fundos de investimento	88	3	--	91
Total	**4.690.316**	**(24.279)**	**(3.159)**	**4.662.878**

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**3.669.768**	**1.059**	**(1.722)**	**3.669.105**
Títulos públicos federais	3.145.059	961	--	3.146.020
Títulos privados de entidades não financeiras	524.709	98	(1.722)	523.085
Instrumentos de patrimônio	**60**	**8**	**--**	**68**
Cotas de fundos de investimento	60	8	--	68
Total	**3.669.828**	**1.067**	**(1.722)**	**3.669.173**

Consolidado	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**9.243.850**	**(88.597)**	**(18.799)**	**9.136.454**
Títulos públicos federais	4.727.132	8.812	--	4.735.944
Títulos privados de entidades não financeiras	3.497.861	(158.736)	(18.574)	3.320.551
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	821.994	79.727	--	901.721
Títulos privados de instituições financeiras	196.863	(18.400)	(225)	178.238
Instrumentos de patrimônio	**950.452**	**64.607**	**--**	**1.015.059**
Ações	157.225	85	--	157.310
Cotas de fundos de investimento	793.227	64.522	--	857.749
Total	**10.194.302**	**(23.990)**	**(18.799)**	**10.151.513**

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**6.647.486**	**38.810**	**(3.902)**	**6.682.394**
Títulos públicos federais	3.560.060	816	--	3.560.876
Títulos privados de entidades não financeiras	2.854.343	(8.591)	(3.902)	2.841.850
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	--	251.142
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	(55)	--	28.526
Instrumentos de patrimônio	**849.303**	**88.605**	**--**	**937.908**
Ações	131.593	89	--	131.682
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	717.710	88.516	--	806.226
Total	**7.496.789**	**127.415**	**(3.902)**	**7.620.302**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**672.765.578**	**(1.670.974)**	**(7.308)**	**671.087.296**
Títulos públicos federais	662.163.694	(1.460.143)	--	660.703.551
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.966.754	(100.778)	(2.044)	4.863.932
Títulos privados de instituições financeiras	2.214.017	5.624	(2.761)	2.216.880
Títulos privados de entidades não financeiras	3.421.113	(115.677)	(2.503)	3.302.933
Instrumentos de patrimônio [1]	**1.811.266**	**369.403**	**--**	**2.180.669**
Ações	124.926	218.158	--	343.084
Cotas de fundos de investimento	1.686.340	151.245	--	1.837.585
Total	**674.576.844**	**(1.301.571)**	**(7.308)**	**673.267.965**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**631.206.760**	**(1.600.962)**	**(5.265)**	**629.600.533**
Títulos públicos federais	622.475.348	(1.454.257)	--	621.021.091
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	(72.644)	(1.763)	4.197.734
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	26.593	(1.571)	1.370.951
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.342	(100.654)	(1.931)	3.010.757
Instrumentos de patrimônio [1]	**2.000.760**	**283.681**	**--**	**2.284.441**
Ações	118.257	150.807	--	269.064
Cotas de fundos de investimento	1.882.503	132.874	--	2.015.377
Total	**633.207.520**	**(1.317.281)**	**(5.265)**	**631.884.974**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**681.261.415**	**(1.759.154)**	**(33.909)**	**679.468.352**
Títulos públicos federais	662.368.883	(1.484.348)	--	660.884.535
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.813.218	(87.655)	(14.503)	6.711.060
Títulos privados de instituições financeiras	2.247.512	5.774	(2.952)	2.250.334
Títulos privados de entidades não financeiras	9.831.802	(192.925)	(16.454)	9.622.423
Instrumentos de patrimônio [1]	**1.814.286**	**358.804**	**--**	**2.173.090**
Ações	157.877	206.462	--	364.339
Cotas de fundos de investimento	1.656.409	152.342	--	1.808.751
Total	**683.075.701**	**(1.400.350)**	**(33.909)**	**681.641.442**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**639.406.438**	**(1.559.295)**	**(138.494)**	**637.708.649**
Títulos públicos federais	622.680.662	(1.482.454)	--	621.198.208
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Instrumentos de patrimônio [1]	**2.035.778**	**277.919**	**--**	**2.313.697**
Ações	152.090	131.487	--	283.577
Cotas de fundos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Total	**641.442.216**	**(1.281.376)**	**(138.494)**	**640.022.346**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	30/06/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**37.560.368**	**26.703.373**	**--**	**--**	**64.263.741**
Títulos públicos federais	12.571.784	20.778.356	--	--	33.350.140
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.988.584	5.925.017	--	--	30.913.601
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	**(29.254)**	**(5.824)**	**--**	**--**	**(35.078)**
Total	**37.531.114**	**26.697.549**	**--**	**--**	**64.228.663**

Banco Múltiplo	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**38.359.911**	**33.692.352**	**408.271**	**--**	**72.460.534**
Títulos públicos federais	13.863.518	23.245.529	408.271	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.496.393	10.446.823	--	--	34.943.216
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	**(27.907)**	**(9.924)**	**--**	**--**	**(37.831)**
Total	**38.332.004**	**33.682.428**	**408.271**	**--**	**72.422.703**

Consolidado	30/06/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**40.613.425**	**35.932.558**	**--**	**--**	**76.545.983**
Títulos públicos federais	12.887.861	24.808.604	--	--	37.696.465
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	27.711.656	11.123.954	--	--	38.835.610
Títulos privados de instituições financeiras	13.908	--	--	--	13.908
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	**(38.207)**	**(41.762)**	**--**	**--**	**(79.969)**
Total	**40.575.218**	**35.890.796**	**--**	**--**	**76.466.014**

Consolidado	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**46.831.319**	**35.238.298**	**408.271**	**--**	**82.477.888**
Títulos públicos federais	15.053.269	24.610.601	408.271	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.627.058	--	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	--	639	--	--	639
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	**(315.369)**	**(21.233)**	**--**	**--**	**(336.602)**
Total	**46.515.950**	**35.217.065**	**408.271**	**--**	**82.141.286**

Em linha com a sua gestão de riscos e em função de novas dinâmicas de negócios em 2025, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portifólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria "valor justo em outros resultados abrangentes" para a categoria "custo amortizado" no montante de R$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria	180.787.097	203.643.114	217.360.796	239.200.468
Vinculados a compromissos de recompra	538.079.314	483.580.584	527.108.453	469.525.174
Vinculados a prestação de garantia	23.293.095	20.753.152	23.789.720	21.058.292
Total	**742.159.506**	**707.976.850**	**768.258.969**	**729.783.934**

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Títulos de renda fixa	44.044.788	28.353.855	44.409.822	28.745.957
Títulos de renda variável	93	--	18.889	1.123
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.379.415	2.106.876	4.450.824	4.720.030
Aplicações em fundos de investimentos	42	34	28.445	24.343
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(25.627)	78.862	(89.603)	172.092
Variação cambial	(9.782)	70.727	(12.018)	70.398
Receitas com títulos e valores mobiliários	**46.388.929**	**30.610.354**	**48.806.359**	**33.733.943**
(Constituição)/reversão de perdas esperadas com títulos e valores mobiliários	1.044	(405.042)	328.142	(325.874)
Resultado com títulos e valores mobiliários	**46.389.973**	**30.205.312**	**49.134.501**	**33.408.069**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**4.684.446**	**--**	**5.782**	**4.690.228**
Títulos públicos federais	4.179.563	--	--	4.179.563
Títulos privados de entidades financeiras	163.892	--	--	163.892
Títulos privados de entidades não financeiras	340.991	--	5.782	346.773
Valor justo em outros resultados abrangentes	**672.765.578**	**--**	**--**	**672.765.578**
Títulos públicos federais	662.163.694	--	--	662.163.694
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.966.754	--	--	4.966.754
Títulos privados de instituições financeiras	2.214.017	--	--	2.214.017
Títulos privados de entidades não financeiras	3.421.113	--	--	3.421.113
Custo amortizado	**64.263.741**	**--**	**--**	**64.263.741**
Títulos públicos federais	33.350.140	--	--	33.350.140
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	30.913.601	--	--	30.913.601
Perdas esperadas	**(42.884)**	**--**	**(2.661)**	**(45.545)**
Total	**741.670.881**	**--**	**3.121**	**741.674.002**

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**3.664.280**	**--**	**5.488**	**3.669.768**
Títulos públicos federais	3.145.059	--	--	3.145.059
Títulos privados de entidades não financeiras	519.221	--	5.488	524.709
Valor justo em outros resultados abrangentes	**631.206.625**	**--**	**135**	**631.206.760**
Títulos públicos federais	622.475.348	--	--	622.475.348
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	--	--	4.272.141
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	--	--	1.345.929
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.207	--	135	3.113.342
Custo amortizado	**72.460.534**	**--**	**--**	**72.460.534**
Títulos públicos federais	37.517.318	--	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.943.216	--	--	34.943.216
Perdas esperadas	**(43.526)**	**--**	**(1.292)**	**(44.818)**
Total	**707.287.913**	**--**	**4.331**	**707.292.244**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**9.186.417**	**--**	**57.433**	**9.243.850**
Títulos públicos federais	4.727.132	--	--	4.727.132
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	821.994	--	--	821.994
Títulos privados de instituições financeiras	196.863	--	--	196.863
Títulos privados de entidades não financeiras	3.440.428	--	57.433	3.497.861
Valor justo em outros resultados abrangentes	**681.261.415**	**--**	**--**	**681.261.415**
Títulos públicos federais	662.368.883	--	--	662.368.883
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.813.218	--	--	6.813.218
Títulos privados de instituições financeiras	2.247.512	--	--	2.247.512
Títulos privados de entidades não financeiras	9.831.802	--	--	9.831.802
Custo amortizado	**76.545.983**	**--**	**--**	**76.545.983**
Títulos públicos federais	37.696.465	--	--	37.696.465
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	38.835.610	--	--	38.835.610
Títulos privados de instituições financeiras	13.908	--	--	13.908
Perdas esperadas	**(115.929)**	**--**	**(16.748)**	**(132.677)**
Total	**766.877.886**	**--**	**40.685**	**766.918.571**

Consolidado	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**6.627.388**	**14.610**	**5.488**	**6.647.486**
Títulos públicos federais	3.560.060	--	--	3.560.060
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	189.892	14.610		204.502
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	--	--	28.581
Títulos privados de entidades não financeiras	2.848.855	--	5.488	2.854.343
Valor justo em outros resultados abrangentes	**637.793.594**	**1.612.709**	**135**	**639.406.438**
Títulos públicos federais	622.680.662	--	--	622.680.662
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.331.013	1.612.709	--	5.943.722
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	--	--	1.358.661
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.258	--	135	9.423.393
Custo amortizado	**76.477.958**	**5.999.930**	**--**	**82.477.888**
Títulos públicos federais	40.072.141	--	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.400.132	5.999.930	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	639	--	--	639
Perdas esperadas	**(122.853)**	**(354.853)**	**(1.292)**	**(478.998)**
Total	**720.776.087**	**7.272.396**	**4.331**	**728.052.814**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**707.331.439**	**--**	**5.623**	**707.337.062**
Transferidos para o estágio 1	--	--	(135)	(135)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações [1]	34.382.217	--	268	34.382.485
Saldo em 30/06/2026	**741.713.765**	**--**	**5.782**	**741.719.547**

1 – Ativos comprados ou liquidados.

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**720.898.940**	**7.627.249**	**5.623**	**728.531.812**
Transferidos para o estágio 1	--	(7.627.249)	(135)	(7.627.384)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 2	7.627.249	--	--	7.627.249
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações [1]	38.467.517	--	51.919	38.519.436
Saldo em 30/06/2026	**766.993.815**	**--**	**57.433**	**767.051.248**

1 – Ativos comprados ou liquidados.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**(43.526)**	**--**	**(1.292)**	**(44.818)**
Outras movimentações [1]	642	--	(1.369)	(727)
Saldo em 30/06/2026	**(42.884)**	**--**	**(2.661)**	**(45.545)**

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**(122.853)**	**(354.853)**	**(1.292)**	**(478.998)**
Transferidos para o estágio 1	--	354.853	--	354.853
Oriundos do estágio 2	(354.853)	--	--	(354.853)
Outras movimentações [1]	361.777	--	(15.456)	346.321
Saldo em 30/06/2026	**(115.929)**	**--**	**(16.748)**	**(132.677)**

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2026
Valor justo no resultado	(1.722)	(1.437)	--	--	(3.159)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(5.265)	(557)	--	(1.486)	(7.308)
Custo amortizado	(37.831)	3.038	--	(285)	(35.078)
Total	**(44.818)**	**1.044**	**--**	**(1.771)**	**(45.545)**

Consolidado	30/06/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2026
Valor justo no resultado	(3.902)	(14.897)	--	-	(18.799)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(138.494)	99.563	--	5.022	(33.909)
Custo amortizado	(336.602)	243.476	--	13.157	(79.969)
Total	**(478.998)**	**328.142**	**--**	**18.179**	**(132.677)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo						Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025			30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo
Ativo												
Operações a termo[1]	1.706.948	(165.676)	1.541.272	1.096.510	(246.884)	849.626	1.707.402	(165.676)	1.541.726	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	676.125	(243.960)	432.165	887.148	(375.988)	511.160	694.234	(240.169)	454.065	887.148	(375.988)	511.160
Swap	3.168.787	604.354	3.773.141	2.235.990	547.524	2.783.514	3.168.787	604.354	3.773.141	2.235.990	547.524	2.783.514
Outros derivativos[2]	271.531	(30.304)	241.227	490.993	(6.714)	484.279	276.703	(30.899)	245.804	492.476	(6.732)	485.744
Total	**5.823.391**	**164.414**	**5.987.805**	**4.710.641**	**(82.062)**	**4.628.579**	**5.847.126**	**167.610**	**6.014.736**	**4.737.044**	**(79.560)**	**4.657.484**
Passivo												
Operações a termo[1]	(5.736.229)	3.432.599	(2.303.630)	(3.127.329)	1.526.760	(1.600.569)	(5.737.103)	3.432.599	(2.304.504)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Opções	(761.995)	(437.631)	(1.199.626)	(983.261)	169.746	(813.515)	(762.990)	(438.043)	(1.201.033)	(983.261)	169.746	(813.515)
Swap	(1.589.760)	(340.106)	(1.929.866)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(1.589.760)	(340.106)	(1.929.866)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Outros derivativos[2]	(186.397)	5.852	(180.545)	(719.266)	(9.970)	(729.236)	(185.174)	6.233	(178.941)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	**(8.274.381)**	**2.660.714**	**(5.613.667)**	**(5.987.500)**	**1.510.751**	**(4.476.749)**	**(8.275.027)**	**2.660.683**	**(5.614.344)**	**(5.987.579)**	**1.512.845**	**(4.474.734)**

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 - Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

(i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
(ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
(iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros								
Compromissos de Compra	**59.518.018**	**--**	**71.533.036**	**--**	**60.090.768**	**--**	**72.831.474**	**--**
Risco de taxa de juros	46.042.792	--	43.695.170	--	46.042.792	--	43.695.170	--
Risco de moedas	13.211.204	--	27.711.790	--	13.783.954	--	29.010.228	--
Outros riscos	264.022	--	126.076	--	264.022	--	126.076	--
Compromissos de Venda	**38.101.076**	**--**	**40.492.600**	**--**	**39.096.211**	**--**	**40.505.425**	**--**
Risco de taxa de juros	28.204.836	--	29.990.599	--	29.035.813	--	29.990.599	--
Risco de moedas	7.644.198	--	7.070.272	--	7.712.006	--	7.083.097	--
Outros riscos	2.252.042	--	3.431.729	--	2.348.392	--	3.431.729	--
Contratos de operações a termo[1]								
Posição Ativa	**27.405.873**	**1.541.272**	**20.830.739**	**849.626**	**27.447.484**	**1.541.726**	**21.393.178**	**877.066**
Risco de taxa de juros	729.310	461.391	234.821	10.293	729.310	461.391	234.821	10.293
Risco de moedas	25.206.778	859.696	19.219.579	628.553	25.248.389	860.150	19.782.018	655.993
Outros riscos	1.469.785	220.185	1.376.339	210.780	1.469.785	220.185	1.376.339	210.780
Posição Passiva	**44.374.941**	**(2.303.630)**	**33.567.596**	**(1.600.569)**	**44.432.515**	**(2.304.504)**	**33.582.674**	**(1.600.695)**
Risco de taxa de juros	1.407.140	(483.887)	2.314.775	(135.615)	1.407.140	(483.887)	2.314.775	(135.615)
Risco de moedas	42.733.779	(1.806.832)	31.155.392	(1.461.676)	42.791.353	(1.807.706)	31.170.470	(1.461.802)
Outros riscos	234.022	(12.911)	97.429	(3.278)	234.022	(12.911)	97.429	(3.278)
Contratos de opções								
Posição comprada	**15.504.964**	**432.165**	**24.116.314**	**511.160**	**15.563.723**	**454.065**	**24.116.314**	**511.160**
Risco de moedas	15.504.964	432.165	24.116.314	511.160	15.504.964	432.165	24.116.314	511.160
Outros riscos	--	--	--	--	58.759	21.900	--	--
Posição vendida	**16.912.734**	**(1.199.626)**	**24.014.075**	**(813.515)**	**16.971.493**	**(1.201.033)**	**24.014.075**	**(813.515)**
Risco de taxa de juros	906.390	(2.587)	3.543	(7)	906.390	(2.587)	3.543	(7)
Risco de moedas	15.065.337	(1.179.836)	23.562.873	(808.203)	15.065.337	(1.179.836)	23.562.873	(808.203)
Outros riscos	941.007	(17.203)	447.659	(5.305)	999.766	(18.610)	447.659	(5.305)
Contratos de swap								
Posição ativa	**31.537.311**	**3.773.141**	**40.149.749**	**2.783.514**	**31.537.311**	**3.773.141**	**40.149.749**	**2.783.514**
Risco de taxa de juros	20.968.427	3.287.188	25.589.130	2.258.294	20.968.427	3.287.188	25.589.130	2.258.294
Risco de moedas	10.568.884	485.953	14.560.619	525.220	10.568.884	485.953	14.560.619	525.220
Posição passiva	**23.655.645**	**(1.929.866)**	**19.197.847**	**(1.333.429)**	**23.655.645**	**(1.929.866)**	**19.197.847**	**(1.333.429)**
Risco de taxa de juros	12.971.846	(1.483.139)	9.462.293	(691.990)	12.971.846	(1.483.139)	9.462.293	(691.990)
Risco de moedas	10.683.799	(446.727)	9.735.554	(641.439)	10.683.799	(446.727)	9.735.554	(641.439)
Outros contratos de derivativos[2]								
Posição ativa	**8.570.838**	**241.227**	**5.111.233**	**484.279**	**8.383.374**	**245.804**	**4.469.467**	**485.744**
Risco de moedas	8.570.838	241.227	5.111.233	484.279	8.305.725	244.896	4.441.955	484.279
Outros riscos[3]	--	--	--	--	77.649	908	27.512	1.465
Posição passiva	**2.295.257**	**(180.545)**	**8.118.788**	**(729.236)**	**2.054.856**	**(178.941)**	**8.107.534**	**(727.095)**
Risco de moedas	2.295.257	(180.545)	8.118.788	(729.236)	2.054.856	(178.941)	8.107.534	(727.095)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.
2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).
3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	11.889.524	18.290.289	14.160.814	15.177.391	59.518.018	71.533.036	12.462.274	18.290.289	14.160.814	15.177.391	60.090.768	72.831.474
Contratos de operações a termo	8.360.614	8.664.554	6.670.433	3.710.272	27.405.873	20.830.739	8.402.225	8.664.554	6.670.433	3.710.272	27.447.484	21.393.178
Contratos de opções	1.555.287	3.914.692	3.122.658	6.912.327	15.504.964	24.116.314	1.555.287	3.914.692	3.122.658	6.971.086	15.563.723	24.116.314
Contratos de swap	5.040.277	5.258.958	6.829.311	14.408.765	31.537.311	40.149.749	5.040.277	5.258.958	6.829.311	14.408.765	31.537.311	40.149.749
Outros contratos de derivativos	4.160.847	3.753.474	445.991	210.526	8.570.838	5.111.233	4.238.496	3.488.361	445.991	210.526	8.383.374	4.469.467

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	7.526.776	4.411.196	9.298.616	16.864.488	38.101.076	40.492.600	7.621.275	4.480.855	9.298.616	17.695.465	39.096.211	40.505.425
Contratos de operações a termo	10.346.957	10.924.733	9.381.638	13.721.613	44.374.941	33.567.596	10.404.531	10.924.733	9.381.638	13.721.613	44.432.515	33.582.674
Contratos de opções	1.812.921	4.846.770	3.347.371	6.905.672	16.912.734	24.014.075	1.812.921	4.846.770	3.347.371	6.964.431	16.971.493	24.014.075
Contratos de swap	3.873.881	2.609.697	998.671	16.173.396	23.655.645	19.197.847	3.873.881	2.609.697	998.671	16.173.396	23.655.645	19.197.847
Outros contratos de derivativos	1.568.606	563.705	162.946	--	2.295.257	8.118.788	1.328.205	563.705	162.946	--	2.054.856	8.107.534

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional)

30/06/2026	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	97.296.131	--	2.968.300	--	--	98.232.592	--	2.968.300	--	--
Exterior	322.963	--	--	--	--	954.387	--	117.518	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	11.773.614	--	31.475.894	10.866.095	--	11.872.799	--	31.475.894	10.438.230
Clientes	--	60.007.200	29.449.398	23.717.062	--	--	60.007.200	29.449.398	23.717.062	--

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro	16.448.394	15.367.583	16.748.380	15.367.583

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Contratos de futuro	279.760	1.311.144	263.305	1.294.121
Contratos de operações a termo	(2.048.270)	(4.512.269)	(2.088.066)	(4.514.447)
Contratos de opções	(599.973)	(1.553.665)	(596.446)	(1.553.665)
Contratos de swap	911.036	2.420.165	1.009.311	2.420.165
Outros derivativos	69.000	(31.420)	41.749	(76.917)
Total	**(1.388.447)**	**(2.366.045)**	**(1.370.147)**	**(2.430.743)**

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de hedge de valor de mercado e de hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e Swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui carteiras ativas de crédito nas modalidades Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada e Letra de Crédito do Agronegócio pré-fixada (LCA Pré). Para gerenciar esses riscos, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;

- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar esse risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge[1]				
Ativo	**4.857.415**	**2.215.676**	**4.857.415**	**2.215.676**
Contratos de swap	2.085.293	2.215.676	2.085.293	2.215.676
Contratos de futuro	2.772.122	--	2.772.122	--
Passivo	**(241.249)**	**(517.308)**	**(241.249)**	**(517.308)**
Contratos de swap	(195.485)	(468.551)	(195.485)	(468.551)
Contratos de futuro	(45.764)	(48.757)	(45.764)	(48.757)
Itens objeto de hedge				
Ativo	**3.449.862**	**4.236.075**	**3.449.862**	**4.236.075**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.404.197	4.187.393	3.404.197	4.187.393
Operações de crédito	45.665	48.682	45.665	48.682
Passivo	**(8.051.804)**	**(5.916.737)**	**(8.051.804)**	**(5.916.737)**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(6.494.232)	(4.208.772)	(6.494.232)	(4.208.772)
Recursos de instituições financeiras	(1.557.572)	(1.707.965)	(1.557.572)	(1.707.965)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(155.112)	(330.152)	(155.112)	(330.152)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	146.678	325.687	146.678	325.687
Efeito líquido	**(8.434)**	**(4.465)**	**(8.434)**	**(4.465)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge				
Passivo	**(1.725.444)**	**(1.710.908)**	**(1.725.444)**	**(1.710.908)**
Contrato de futuro	(1.725.444)	(1.710.908)	(1.725.444)	(1.710.908)
Itens objeto de hedge				
Ativo	**1.715.248**	**1.701.698**	**1.715.248**	**1.701.698**
Investimento líquido no exterior	1.715.248	1.701.698	1.715.248	1.701.698

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(103.744)	(219.018)	(103.744)	(219.018)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	101.984	219.018	101.984	219.018
Efeito líquido [1]	**(1.760)**	**--**	**(1.760)**	**--**

1 – O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi um ganho de R$ 4.053 mil no 1º semestre/2025.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	**1.019.019.297**	**1.000.256.981**	**1.042.180.957**	**1.022.471.407**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	377.731.870	377.847.057	387.243.331	388.276.355
Financiamentos	198.874.037	197.501.887	201.726.776	198.692.549
Financiamentos rurais	392.069.723	373.579.404	392.069.723	373.579.404
Financiamentos imobiliários	50.262.693	51.239.535	61.060.153	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	80.974	89.098	80.974	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	**200.772.812**	**204.519.254**	**202.474.167**	**206.285.614**
Títulos com características de concessão de crédito	96.192.143	101.820.642	96.192.143	101.820.642
Operações com cartão de crédito	58.145.956	60.951.339	59.847.311	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.414.521	26.324.947	26.414.521	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.845.749	7.379.771	7.845.749	7.379.771
Diversos	12.174.443	8.042.555	12.174.443	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	**--**	**--**	**1.216.600**	**1.150.006**
Total da carteira de crédito	**1.219.792.109**	**1.204.776.235**	**1.245.871.724**	**1.229.907.027**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(102.841.970)**	**(98.004.759)**	**(103.686.600)**	**(98.738.685)**
Perdas esperadas com operações de crédito	(96.503.513)	(90.110.675)	(97.104.109)	(90.599.522)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(6.338.457)	(7.894.084)	(6.403.436)	(7.952.641)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	--	(179.055)	(186.522)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	**1.116.950.139**	**1.106.771.476**	**1.142.185.124**	**1.131.168.342**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado de operações de crédito	**93.016.556**	**88.126.408**	**95.948.070**	**90.596.197**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.674.238	41.699.669	47.525.035	43.589.299
Financiamentos rurais	18.169.450	16.613.109	18.169.450	16.613.109
Financiamentos	12.381.757	11.209.833	12.502.946	11.241.729
Títulos com características de concessão de crédito	6.744.808	8.109.493	6.744.808	8.109.493
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.442.650	3.104.118	3.442.650	3.279.560
Recuperação de créditos baixados como prejuízo [1]	2.571.267	3.262.346	3.096.244	3.262.346
Financiamentos imobiliários	2.495.057	2.454.025	2.929.608	2.826.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	626.220	958.554	626.220	958.554
Diversos	911.109	715.261	911.109	715.261
Resultado de arrendamento mercantil	**--**	**--**	**114.583**	**86.242**
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros [2] [3]	**(2.682.330)**	**179.277**	**(2.682.330)**	**179.277**
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	**(316)**	**3.035**	**(316)**	**3.035**
Variação cambial da carteira de crédito	**(2.548.387)**	**(12.844.813)**	**(2.548.381)**	**(12.843.753)**
Total	**87.785.523**	**75.463.907**	**90.831.626**	**78.020.998**

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R$ 257.990 mil no 1º Semestre/2026 (com impacto no resultado de R$ 141.894 mil, líquido de tributos), e R$ 630.856 mil no 1º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R$ 346.971, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R$ 558.796 e R$ 2.668.165 mil respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R$ 286.993 mil (R$ 157.846 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2026 e R$ 339.571 mil (R$ 186.764 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R$ 26.575 mil no 1º Semestre/2026 e R$ 76.218 mil no 1º Semestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R$ 401.615 mil e R$ 502.166 mil respectivamente.

3 - Inclui, no 1º Semestre/2026, resultado na cessão de títulos com característica de concessão de crédito. O efeito líquido no resultado da intermediação financeira foi residual, dada a reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026	%	31/12/2025	%	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	**112.030.171**	**9,2**	**101.671.109**	**8,4**	**112.030.171**	**9,0**	**101.671.109**	**8,3**
Administração pública	88.378.497	7,3	79.495.304	6,6	88.378.497	7,1	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.325.221	1,3	16.865.575	1,4	16.325.221	1,3	16.865.575	1,4
Serviços	4.931.885	0,4	3.641.104	0,3	4.931.885	0,4	3.641.104	0,3
Energia Elétrica	759.398	0,1	12.804	--	759.398	0,1	12.804	--
Demais atividades	1.635.170	0,1	1.656.322	0,1	1.635.170	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	**1.107.761.938**	**90,8**	**1.103.105.126**	**91,6**	**1.133.841.553**	**91,0**	**1.128.235.918**	**91,7**
Pessoa física	**733.334.387**	**60,1**	**726.490.981**	**60,3**	**741.940.272**	**59,5**	**733.923.573**	**59,7**
Pessoa jurídica	**374.427.551**	**30,7**	**376.614.145**	**31,3**	**391.901.281**	**31,5**	**394.312.345**	**32,0**
Agronegócio de origem vegetal	59.080.446	4,9	55.040.344	4,5	60.747.795	4,8	55.627.408	4,5
Serviços	48.675.581	4,0	49.231.211	4,1	51.920.280	4,2	52.571.121	4,3
Mineração e metalurgia	26.131.449	2,1	23.835.257	2,0	26.830.567	2,2	24.405.973	2,0
Energia Elétrica	23.642.594	1,9	25.548.046	2,1	23.740.597	1,9	25.725.650	2,1
Automotivo	21.451.515	1,8	18.741.559	1,6	23.632.022	1,9	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	21.980.505	1,8	19.885.686	1,6	22.457.237	1,8	20.358.676	1,7
Transportes	19.482.925	1,6	20.572.499	1,7	19.987.029	1,6	21.059.441	1,7
Insumos agrícolas	16.983.413	1,4	17.540.950	1,5	16.996.892	1,4	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.183.926	1,3	16.382.496	1,4	16.799.184	1,3	16.989.899	1,4
Químico	16.091.400	1,3	16.021.750	1,3	16.297.064	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	12.388.073	1,0	15.224.998	1,3	13.318.631	1,1	16.132.820	1,3
Eletroeletrônico	12.996.728	1,1	12.957.876	1,1	13.163.895	1,1	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.741.588	1,0	12.902.877	1,1	12.780.457	1,0	12.941.431	1,1
Imobiliário	9.870.321	0,8	10.915.749	0,9	12.484.543	1,0	13.239.738	1,1
Comércio atacadista e indústrias	9.719.052	0,8	10.026.392	0,8	11.124.264	0,9	11.495.420	0,9
Instituições e serviços financeiros	9.549.929	0,8	10.831.473	0,9	10.371.123	0,8	13.135.940	1,1
Papel e celulose	9.866.132	0,8	9.897.602	0,8	10.031.760	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.143.075	0,7	8.594.525	0,7	8.219.053	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.216.226	0,6	7.362.819	0,6	7.269.409	0,6	7.419.285	0,6
Telecomunicações	4.813.250	0,4	4.951.908	0,4	5.301.158	0,4	5.324.959	0,4
Construção pesada	3.200.878	0,3	5.678.017	0,5	3.797.163	0,3	6.251.618	0,5
Demais atividades	4.218.545	0,3	4.470.111	0,4	4.631.158	0,4	5.060.712	0,3
Total	**1.219.792.109**	**100,0**	**1.204.776.235**	**100,0**	**1.245.871.724**	**100,0**	**1.229.907.027**	**100,0**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	3.755.382	5.719.641	19.346.778	1.602.096	41.905.932	72.329.829
31 a 60	3.636.118	5.076.791	16.310.195	1.232.264	12.129.655	38.385.023
61 a 90	5.051.797	4.751.572	16.202.629	681.970	9.754.500	36.442.468
91 a 180	14.896.795	10.555.730	34.128.329	2.951.653	22.519.867	85.052.374
181 a 360	32.039.479	17.714.574	48.506.672	3.998.661	31.216.380	133.475.766
Acima de 360	208.224.747	136.687.081	185.903.524	43.449.825	184.935.852	759.201.029
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	411.123	1.994.342	2.916.401	11.044	687.844	6.020.754
Subtotal	**268.015.441**	**182.499.731**	**323.314.528**	**53.927.513**	**303.150.030**	**1.130.907.243**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	79.320	189.243	371.341	1.318	492.743	1.133.965
31 a 60	76.590	177.744	316.344	1.574	446.522	1.018.774
61 a 90	73.992	204.160	340.284	1.787	449.185	1.069.408
91 a 180	212.418	539.895	845.900	4.486	1.293.077	2.895.776
181 a 360	576.557	1.409.478	1.926.942	6.090	2.336.111	6.255.178
Acima de 360	5.748.488	7.176.814	7.387.483	316.725	11.982.053	32.611.563
Parcelas vencidas						
01 a 14	43.478	76.946	218.364	718	202.192	541.698
15 a 30	156.315	331.677	1.095.752	263.031	799.749	2.646.524
31 a 60	218.397	861.060	2.383.340	2.468	1.415.653	4.880.918
61 a 90	221.212	778.275	2.664.152	2.388	2.095.435	5.761.462
91 a 180	250.226	1.048.942	3.805.003	8.143	5.159.171	10.271.485
181 a 360	66.617	1.967.470	7.490.020	38.260	5.258.948	14.821.315
Acima de 360	7.671	628.516	2.233.071	9.590	2.097.952	4.976.800
Subtotal	**7.731.281**	**15.390.220**	**31.077.996**	**656.578**	**34.028.791**	**88.884.866**
Total	**275.746.722**	**197.889.951**	**354.392.524**	**54.584.091**	**337.178.821**	**1.219.792.109**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.041.395	3.726.639	20.776.954	1.174.767	48.505.896	75.225.651
31 a 60	1.014.828	2.178.728	17.238.534	460.309	14.245.084	35.137.483
61 a 90	1.184.177	1.666.101	16.348.850	639.296	9.014.065	28.852.489
91 a 180	7.099.972	6.989.430	56.316.347	3.893.652	23.553.762	97.853.163
181 a 360	18.337.104	15.016.271	85.777.528	3.084.246	31.176.744	153.391.893
Acima de 360	142.659.175	92.123.402	272.176.691	34.970.800	186.575.256	728.505.324
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	930.577	2.567.996	26.334	583.777	4.202.753
Subtotal	**171.430.720**	**122.631.148**	**471.202.900**	**44.249.404**	**313.654.584**	**1.123.168.756**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	15.566	71.470	340.191	636	372.873	800.736
31 a 60	16.097	77.339	361.163	701	401.799	857.099
61 a 90	16.850	71.897	332.980	535	322.327	744.589
91 a 180	51.896	301.149	1.084.520	2.638	1.012.749	2.452.952
181 a 360	103.072	865.394	2.613.637	6.067	1.844.991	5.433.161
Acima de 360	3.848.299	3.535.540	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.475.591
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.410	207.024	482	153.644	401.138
15 a 30	84.381	162.891	1.610.332	2.311	917.925	2.777.840
31 a 60	67.754	250.584	3.400.577	5.189	649.153	4.373.257
61 a 90	52.917	214.358	2.600.461	74.945	494.734	3.437.415
91 a 180	90.493	639.529	7.880.599	399.450	1.940.473	10.950.544
181 a 360	75.001	618.660	7.683.638	17.935	5.067.787	13.463.021
Acima de 360	52.481	378.122	1.968.083	15.928	3.025.522	5.440.136
Subtotal	**4.482.385**	**7.219.343**	**41.164.395**	**2.180.007**	**26.561.349**	**81.607.479**
Total	**175.913.105**	**129.850.491**	**512.367.295**	**46.429.411**	**340.215.933**	**1.204.776.235**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	3.755.382	5.790.659	20.191.890	1.602.096	47.926.893	79.266.920
31 a 60	3.636.118	5.133.980	16.016.549	1.232.264	13.053.689	39.072.600
61 a 90	5.051.797	4.805.198	16.234.194	681.970	10.269.045	37.042.204
91 a 180	14.896.795	10.691.964	34.082.320	2.951.653	23.945.901	86.568.633
181 a 360	32.039.479	17.945.383	48.581.732	3.998.661	32.562.738	135.127.993
Acima de 360	208.224.747	138.368.080	195.968.661	43.449.825	186.805.854	772.817.167
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	411.123	1.998.143	3.171.072	11.044	738.047	6.329.429
Subtotal	**268.015.441**	**184.733.407**	**334.246.418**	**53.927.513**	**315.302.167**	**1.156.224.946**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	79.320	189.274	371.341	1.318	492.743	1.133.996
31 a 60	76.590	177.775	316.344	1.574	446.522	1.018.805
61 a 90	73.992	204.190	340.284	1.787	449.185	1.069.438
91 a 180	212.418	539.968	845.900	4.486	1.293.077	2.895.849
181 a 360	576.557	1.409.553	1.926.942	6.090	2.336.111	6.255.253
Acima de 360	5.748.488	7.176.930	7.387.483	316.725	11.982.053	32.611.679
Parcelas vencidas						
01 a 14	43.478	76.973	218.364	718	202.192	541.725
15 a 30	156.315	332.319	1.267.874	263.031	853.138	2.872.677
31 a 60	218.397	861.448	2.467.640	2.468	1.460.411	5.010.364
61 a 90	221.212	778.429	2.692.303	2.388	2.127.927	5.822.259
91 a 180	250.226	1.049.167	3.847.363	8.143	5.249.410	10.404.309
181 a 360	66.617	1.967.744	7.513.743	38.260	5.414.143	15.000.507
Acima de 360	7.671	628.907	2.248.304	9.590	2.115.445	5.009.917
Subtotal	**7.731.281**	**15.392.677**	**31.443.885**	**656.578**	**34.422.357**	**89.646.778**
Total	**275.746.722**	**200.126.084**	**365.690.303**	**54.584.091**	**349.724.524**	**1.245.871.724**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.041.395	3.836.527	21.430.741	1.174.767	53.830.782	81.314.212
31 a 60	1.014.828	2.232.365	16.957.786	460.309	15.066.748	35.732.036
61 a 90	1.184.177	1.700.684	16.326.506	639.296	9.638.740	29.489.403
91 a 180	7.099.972	7.123.430	56.216.048	3.893.652	24.899.349	99.232.451
181 a 360	18.337.104	15.228.088	85.766.500	3.084.246	32.605.273	155.021.211
Acima de 360	142.659.175	93.757.762	281.687.720	34.970.800	189.060.004	742.135.461
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	932.397	2.872.091	26.334	630.141	4.555.032
Subtotal	**171.430.720**	**124.811.253**	**481.257.392**	**44.249.404**	**325.731.037**	**1.147.479.806**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	15.566	71.743	340.192	636	372.872	801.009
31 a 60	16.097	77.604	361.163	701	401.799	857.364
61 a 90	16.850	72.148	332.980	535	322.327	744.840
91 a 180	51.896	301.866	1.084.520	2.638	1.012.749	2.453.669
181 a 360	103.072	866.716	2.613.637	6.067	1.844.991	5.434.483
Acima de 360	3.848.299	3.537.288	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.477.339
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.590	207.024	482	153.644	401.318
15 a 30	84.381	163.570	1.894.871	2.311	974.911	3.120.044
31 a 60	67.754	250.988	3.477.460	5.189	701.614	4.503.005
61 a 90	52.917	214.651	2.612.617	74.945	545.787	3.500.917
91 a 180	90.493	640.334	7.925.435	399.450	2.027.858	11.083.570
181 a 360	75.001	620.237	7.698.790	17.935	5.168.828	13.580.791
Acima de 360	52.481	380.342	1.987.062	15.928	3.033.059	5.468.872
Subtotal	**4.482.385**	**7.230.077**	**41.616.941**	**2.180.007**	**26.917.811**	**82.427.221**
Total	**175.913.105**	**132.041.330**	**522.874.333**	**46.429.411**	**352.648.848**	**1.229.907.027**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

30/06/2026	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**892.869.584**	**(17.085.333)**	**28.201.274**	**(9.258.455)**	**97.948.439**	**(70.159.725)**	**1.019.019.297**	**(96.503.513)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	310.279.983	(3.580.454)	15.325.404	(4.678.099)	52.126.483	(37.083.994)	377.731.870	(45.342.547)
Financiamentos	191.745.302	(478.168)	1.708.215	(330.967)	5.420.520	(3.849.238)	198.874.037	(4.658.373)
Financiamentos rurais	346.349.957	(12.978.765)	10.076.277	(4.224.739)	35.643.489	(28.518.785)	392.069.723	(45.722.289)
Financiamentos imobiliários	44.413.404	(47.944)	1.091.343	(24.650)	4.757.946	(707.708)	50.262.693	(780.302)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	80.938	(2)	35	--	1	--	80.974	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**187.470.353**	**(718.546)**	**3.022.603**	**(545.632)**	**10.279.856**	**(5.074.279)**	**200.772.812**	**(6.338.457)**
Títulos com características de concessão de crédito	89.117.769	(158.467)	669.156	(82.055)	6.405.218	(2.831.065)	96.192.143	(3.071.587)
Operações com cartão de crédito	54.691.740	(492.656)	1.810.293	(345.001)	1.643.923	(1.060.874)	58.145.956	(1.898.531)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.533.780	(45.245)	298.006	(57.738)	1.582.735	(692.756)	26.414.521	(795.739)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.845.644	(10.841)	--	--	105	(105)	7.845.749	(10.946)
Diversos	11.281.420	(11.337)	245.148	(60.838)	647.875	(489.479)	12.174.443	(561.654)
Total da carteira de crédito	**1.080.339.937**	**(17.803.879)**	**31.223.877**	**(9.804.087)**	**108.228.295**	**(75.234.004)**	**1.219.792.109**	**(102.841.970)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**877.348.543**	**(13.423.335)**	**31.054.966**	**(11.112.626)**	**91.853.472**	**(65.574.714)**	**1.000.256.981**	**(90.110.675)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	(4.073.460)	12.638.526	(4.127.826)	47.963.308	(34.361.641)	377.847.057	(42.562.927)
Financiamentos	190.312.731	(534.672)	1.804.849	(355.925)	5.384.307	(4.169.901)	197.501.887	(5.060.498)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(51.063)	1.528.180	(36.447)	4.785.447	(1.025.859)	51.239.535	(1.113.369)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**190.243.549**	**(960.517)**	**4.392.472**	**(689.814)**	**9.883.233**	**(6.243.753)**	**204.519.254**	**(7.894.084)**
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(646.010)	1.763.864	(270.274)	308.397	(211.935)	60.951.339	(1.128.219)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Total da carteira de crédito	**1.067.592.092**	**(14.383.852)**	**35.447.438**	**(11.802.440)**	**101.736.705**	**(71.818.467)**	**1.204.776.235**	**(98.004.759)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2026	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**914.968.599**	**(17.297.565)**	**28.726.824**	**(9.299.007)**	**98.485.534**	**(70.507.537)**	**1.042.180.957**	**(97.104.109)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	319.016.153	(3.621.032)	15.664.174	(4.706.320)	52.563.004	(37.377.359)	387.243.331	(45.704.711)
Financiamentos	194.433.047	(481.119)	1.834.774	(339.661)	5.458.955	(3.870.021)	201.726.776	(4.690.801)
Financiamentos rurais	346.349.957	(12.978.765)	10.076.277	(4.224.739)	35.643.489	(28.518.785)	392.069.723	(45.722.289)
Financiamentos imobiliários	55.088.504	(216.647)	1.151.564	(28.287)	4.820.085	(741.372)	61.060.153	(986.306)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	80.938	(2)	35	--	1	--	80.974	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**189.038.626**	**(742.884)**	**3.126.347**	**(567.244)**	**10.309.194**	**(5.093.308)**	**202.474.167**	**(6.403.436)**
Títulos com características de concessão de crédito	89.117.769	(158.467)	669.156	(82.055)	6.405.218	(2.831.065)	96.192.143	(3.071.587)
Operações com cartão de crédito	56.260.013	(516.994)	1.914.037	(366.613)	1.673.261	(1.079.903)	59.847.311	(1.963.510)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.533.780	(45.245)	298.006	(57.738)	1.582.735	(692.756)	26.414.521	(795.739)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.845.644	(10.841)	--	--	105	(105)	7.845.749	(10.946)
Diversos	11.281.420	(11.337)	245.148	(60.838)	647.875	(489.479)	12.174.443	(561.654)
Operações de arrendamento mercantil	**1.032.517**	**(3.288)**	**8.312**	**(883)**	**175.771**	**(174.884)**	**1.216.600**	**(179.055)**
Total da carteira de crédito	**1.105.039.742**	**(18.043.737)**	**31.861.483**	**(9.867.134)**	**108.970.499**	**(75.775.729)**	**1.245.871.724**	**(103.686.600)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**898.787.258**	**(13.620.072)**	**31.422.920**	**(11.144.738)**	**92.261.229**	**(65.834.712)**	**1.022.471.407**	**(90.599.522)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	(4.103.521)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(34.572.077)	388.276.355	(42.829.964)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.186.861)	198.692.549	(5.077.813)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(1.058.461)	61.834.001	(1.317.864)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**191.862.482**	**(977.070)**	**4.513.407**	**(713.798)**	**9.909.725**	**(6.261.773)**	**206.285.614**	**(7.952.641)**
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(229.955)	62.717.699	(1.186.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Operações de arrendamento mercantil	**962.901**	**(2.907)**	**2.079**	**(487)**	**185.026**	**(183.128)**	**1.150.006**	**(186.522)**
Total da carteira de crédito	**1.091.612.641**	**(14.600.049)**	**35.938.406**	**(11.859.023)**	**102.355.980**	**(72.279.613)**	**1.229.907.027**	**(98.738.685)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Banco Múltiplo	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	**1.067.592.092**	**48.632.340**	**--**	**(13.072.665)**	**(22.811.830)**	**--**	**1.080.339.937**
Operações de crédito	**877.348.543**	**43.776.072**	**--**	**(10.243.917)**	**(18.011.114)**	**--**	**892.869.584**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	9.601.844	--	(7.166.923)	(9.400.161)	--	310.279.983
Financiamentos	190.312.731	3.759.342	--	(664.069)	(1.662.702)	--	191.745.302
Financiamentos rurais	324.775.989	30.934.657	--	(2.552.817)	(6.807.872)	--	346.349.957
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(512.019)	--	139.821	(140.306)	--	44.413.404
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	88.692	(7.752)	--	71	(73)	--	80.938
Outros créditos com características de concessão de crédito	**190.243.549**	**4.856.268**	**--**	**(2.828.748)**	**(4.800.716)**	**--**	**187.470.353**
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	60.452	--	(584.663)	(1.791.088)	--	89.117.769
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(601.309)	--	(2.096.654)	(1.489.375)	--	54.691.740
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	1.005.468	--	(126.980)	(1.446.372)	--	24.533.780
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.379.666	465.978	--	--	--	--	7.845.644
Diversos	7.450.073	3.925.679	--	(20.451)	(73.881)	--	11.281.420
Estágio 2	**35.447.438**	**(210.527)**	**13.072.665**	**--**	**(17.085.699)**	**--**	**31.223.877**
Operações de crédito	**31.054.966**	**2.071.981**	**10.243.917**	**--**	**(15.169.590)**	**--**	**28.201.274**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.638.526	2.492.881	7.166.923	--	(6.972.926)	--	15.325.404
Financiamentos	1.804.849	(370.784)	664.069	--	(389.919)	--	1.708.215
Financiamentos rurais	15.083.143	(37.283)	2.552.817	--	(7.522.400)	--	10.076.277
Financiamentos imobiliários	1.528.180	(12.671)	(139.821)	--	(284.345)	--	1.091.343
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	268	(162)	(71)	--	--	--	35
Outros créditos com características de concessão de crédito	**4.392.472**	**(2.282.508)**	**2.828.748**	**--**	**(1.916.109)**	**--**	**3.022.603**
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(976.132)	584.663	--	(994.269)	--	669.156
Operações com cartão de crédito	1.763.864	(1.158.905)	2.096.654	--	(891.320)	--	1.810.293
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	(152.215)	126.980	--	(4.690)	--	298.006
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	4.744	20.451	--	(25.725)	--	245.148
Estágio 3	**101.736.705**	**(2.799.671)**	**22.811.830**	**17.085.699**	**--**	**(30.606.268)**	**108.228.295**
Operações de crédito	**91.853.472**	**(507.842)**	**18.011.114**	**15.169.590**	**--**	**(26.577.895)**	**97.948.439**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.963.308	215.440	9.400.161	6.972.926	--	(12.425.352)	52.126.483
Financiamentos	5.384.307	125.242	1.662.702	389.919	--	(2.141.650)	5.420.520
Financiamentos rurais	33.720.272	(792.808)	6.807.872	7.522.400	--	(11.614.247)	35.643.489
Financiamentos imobiliários	4.785.447	(55.506)	140.306	284.345	--	(396.646)	4.757.946
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	138	(210)	73	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	**9.883.233**	**(2.291.829)**	**4.800.716**	**1.916.109**	**--**	**(4.028.373)**	**10.279.856**
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(4.343.061)	1.791.088	994.269	--	(369.758)	6.405.218
Operações com cartão de crédito	308.397	2.351.841	1.489.375	891.320	--	(3.397.010)	1.643.923
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(709.207)	1.446.372	4.690	--	(54.472)	1.582.735
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	408.598	73.881	25.725	--	(207.133)	647.875
Total da carteira de crédito	**1.204.776.235**	**45.622.142**	**35.884.495**	**4.013.034**	**(39.897.529)**	**(30.606.268)**	**1.219.792.109**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	**1.091.612.641**	**49.675.688**	**--**	**(13.321.485)**	**(22.927.102)**	**--**	**1.105.039.742**
Operações de crédito	**898.787.258**	**44.723.828**	**--**	**(10.433.586)**	**(18.108.901)**	**--**	**914.968.599**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	8.637.800	--	(7.297.967)	(9.479.404)	--	319.016.153
Financiamentos	191.421.019	5.445.013	--	(756.791)	(1.676.194)	--	194.433.047
Financiamentos rurais	324.775.989	30.934.657	--	(2.552.817)	(6.807.872)	--	346.349.957
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(285.890)	--	173.918	(145.358)	--	55.088.504
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	88.692	(7.752)	--	71	(73)	--	80.938
Outros créditos com características de concessão de crédito	**191.862.482**	**4.872.450**	**--**	**(2.879.567)**	**(4.816.739)**	**--**	**189.038.626**
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	60.452	--	(584.663)	(1.791.088)	--	89.117.769
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(585.127)	--	(2.147.473)	(1.505.398)	--	56.260.013
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	1.005.468	--	(126.980)	(1.446.372)	--	24.533.780
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	7.379.666	465.978	--	--	--	--	7.845.644
Diversos	7.450.073	3.925.679	--	(20.451)	(73.881)	--	11.281.420
Operações de arrendamento mercantil	**962.901**	**79.410**	**--**	**(8.332)**	**(1.462)**	**--**	**1.032.517**
Estágio 2	**35.938.406**	**(206.077)**	**13.321.485**	**--**	**(17.192.331)**	**--**	**31.861.483**
Operações de crédito	**31.422.920**	**2.144.011**	**10.433.586**	**--**	**(15.273.693)**	**--**	**28.726.824**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.831.998	2.581.787	7.297.967	--	(7.047.578)	--	15.664.174
Financiamentos	1.858.162	(373.722)	756.791	--	(406.457)	--	1.834.774
Financiamentos rurais	15.083.143	(37.283)	2.552.817	--	(7.522.400)	--	10.076.277
Financiamentos imobiliários	1.649.349	(26.609)	(173.918)	--	(297.258)	--	1.151.564
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	268	(162)	(71)	--	--	--	35
Outros créditos com características de concessão de crédito	**4.513.407**	**(2.348.626)**	**2.879.567**	**--**	**(1.918.001)**	**--**	**3.126.347**
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(976.132)	584.663	--	(994.269)	--	669.156
Operações com cartão de crédito	1.884.799	(1.225.023)	2.147.473	--	(893.212)	--	1.914.037
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	(152.215)	126.980	--	(4.690)	--	298.006
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	4.744	20.451	--	(25.725)	--	245.148
Operações de arrendamento mercantil	**2.079**	**(1.462)**	**8.332**	**--**	**(637)**	**--**	**8.312**
Estágio 3	**102.355.980**	**(2.747.038)**	**22.927.102**	**17.192.331**	**--**	**(30.757.876)**	**108.970.499**
Operações de crédito	**92.261.229**	**(438.042)**	**18.108.901**	**15.273.693**	**--**	**(26.720.247)**	**98.485.534**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	48.288.633	292.093	9.479.404	7.047.578	--	(12.544.704)	52.563.004
Financiamentos	5.413.368	125.851	1.676.194	406.457	--	(2.162.915)	5.458.955
Financiamentos rurais	33.720.272	(792.808)	6.807.872	7.522.400	--	(11.614.247)	35.643.489
Financiamentos imobiliários	4.838.818	(62.968)	145.358	297.258	--	(398.381)	4.820.085
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	138	(210)	73	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	**9.909.725**	**(2.306.881)**	**4.816.739**	**1.918.001**	**--**	**(4.028.390)**	**10.309.194**
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(4.343.061)	1.791.088	994.269	--	(369.758)	6.405.218
Operações com cartão de crédito	334.889	2.336.789	1.505.398	893.212	--	(3.397.027)	1.673.261
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(709.207)	1.446.372	4.690	--	(54.472)	1.582.735
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	408.598	73.881	25.725	--	(207.133)	647.875
Operações de arrendamento mercantil	**185.026**	**(2.115)**	**1.462**	**637**	**--**	**(9.239)**	**175.771**
Total da carteira de crédito	**1.229.907.027**	**46.722.573**	**36.248.587**	**3.870.846**	**(40.119.433)**	**(30.757.876)**	**1.245.871.724**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	31/12/2025	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	**14.383.852**	**2.908.373**	**--**	**476.005**	**35.649**	**--**	**17.803.879**
Operações de crédito	**13.423.335**	**2.911.747**	**--**	**546.626**	**203.625**	**--**	**17.085.333**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.073.460	(835.273)	--	(64.398)	406.665	--	3.580.454
Financiamentos	534.672	(103.253)	--	29.283	17.466	--	478.168
Financiamentos rurais	8.764.137	3.875.517	--	572.976	(233.865)	--	12.978.765
Financiamentos imobiliários	51.063	(25.243)	--	8.765	13.359	--	47.944
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	**960.517**	**(3.374)**	**--**	**(70.621)**	**(167.976)**	**--**	**718.546**
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(54.633)	--	(10.395)	(21.435)	--	158.467
Operações com cartão de crédito	646.010	49.592	--	(59.835)	(143.111)	--	492.656
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	(1.171)	--	(251)	(3.119)	--	45.245
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	13.359	(2.518)	--	--	--	--	10.841
Diversos	6.432	5.356	--	(140)	(311)	--	11.337
Estágio 2	**11.802.440**	**4.993.242**	**(476.005)**	**--**	**(6.515.590)**	**--**	**9.804.087**
Operações de crédito	**11.112.626**	**4.946.562**	**(546.626)**	**--**	**(6.254.107)**	**--**	**9.258.455**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.127.826	2.922.516	64.398	--	(2.436.641)	--	4.678.099
Financiamentos	355.925	85.470	(29.283)	--	(81.145)	--	330.967
Financiamentos rurais	6.592.428	1.932.038	(572.976)	--	(3.726.751)	--	4.224.739
Financiamentos imobiliários	36.447	6.538	(8.765)	--	(9.570)	--	24.650
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**689.814**	**46.680**	**70.621**	**--**	**(261.483)**	**--**	**545.632**
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(157.615)	10.395	--	(79.298)	--	82.055
Operações com cartão de crédito	270.274	191.261	59.835	--	(176.369)	--	345.001
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	2.973	251	--	7.702	--	57.738
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	10.061	140	--	(13.465)	--	60.838
Estágio 3	**71.818.467**	**27.541.864**	**(35.649)**	**6.515.590**	**--**	**(30.606.268)**	**75.234.004**
Operações de crédito	**65.574.714**	**25.112.424**	**(203.625)**	**6.254.107**	**--**	**(26.577.895)**	**70.159.725**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.361.641	13.117.729	(406.665)	2.436.641	--	(12.425.352)	37.083.994
Financiamentos	4.169.901	1.757.308	(17.466)	81.145	--	(2.141.650)	3.849.238
Financiamentos rurais	26.017.313	10.155.103	233.865	3.726.751	--	(11.614.247)	28.518.785
Financiamentos imobiliários	1.025.859	82.284	(13.359)	9.570	--	(396.646)	707.708
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**6.243.753**	**2.429.440**	**167.976**	**261.483**	**--**	**(4.028.373)**	**5.074.279**
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.082.759)	21.435	79.298	--	(369.758)	2.831.065
Operações com cartão de crédito	211.935	3.926.469	143.111	176.369	--	(3.397.010)	1.060.874
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	156.644	3.119	(7.702)	--	(54.472)	692.756
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	--	52	--	53	--	--	105
Diversos	253.802	429.034	311	13.465	--	(207.133)	489.479
Total da carteira de crédito	**98.004.759**	**35.443.479**	**(511.654)**	**6.991.595**	**(6.479.941)**	**(30.606.268)**	**102.841.970**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	**14.600.049**	**2.917.391**	**--**	**483.426**	**42.871**	**--**	**18.043.737**
Operações de crédito	**13.620.072**	**2.915.689**	**--**	**551.584**	**210.220**	**--**	**17.297.565**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.103.521	(826.614)	--	(61.656)	405.781	--	3.621.032
Financiamentos	534.777	(100.464)	--	29.277	17.529	--	481.119
Financiamentos rurais	8.764.137	3.875.517	--	572.976	(233.865)	--	12.978.765
Financiamentos imobiliários	217.634	(32.749)	--	10.987	20.775	--	216.647
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	**977.070**	**1.586**	**--**	**(68.282)**	**(167.490)**	**--**	**742.884**
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(54.633)	--	(10.395)	(21.435)	--	158.467
Operações com cartão de crédito	662.563	54.552	--	(57.496)	(142.625)	--	516.994
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	(1.171)	--	(251)	(3.119)	--	45.245
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	13.359	(2.518)	--	--	--	--	10.841
Diversos	6.432	5.356	--	(140)	(311)	--	11.337
Operações de arrendamento mercantil	**2.907**	**116**	**--**	**124**	**141**	**--**	**3.288**
Estágio 2	**11.859.023**	**5.018.009**	**(483.426)**	**--**	**(6.526.472)**	**--**	**9.867.134**
Operações de crédito	**11.144.738**	**4.970.695**	**(551.584)**	**--**	**(6.264.842)**	**--**	**9.299.007**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.154.366	2.939.336	61.656	--	(2.449.038)	--	4.706.320
Financiamentos	356.175	93.780	(29.277)	--	(81.017)	--	339.661
Financiamentos rurais	6.592.428	1.932.038	(572.976)	--	(3.726.751)	--	4.224.739
Financiamentos imobiliários	41.769	5.541	(10.987)	--	(8.036)	--	28.287
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**713.798**	**46.629**	**68.282**	**--**	**(261.465)**	**--**	**567.244**
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(157.615)	10.395	--	(79.298)	--	82.055
Operações com cartão de crédito	294.258	191.210	57.496	--	(176.351)	--	366.613
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	2.973	251	--	7.702	--	57.738
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	10.061	140	--	(13.465)	--	60.838
Operações de arrendamento mercantil	**487**	**685**	**(124)**	**--**	**(165)**	**--**	**883**
Estágio 3	**72.279.613**	**27.770.391**	**(42.871)**	**6.526.472**	**--**	**(30.757.876)**	**75.775.729**
Operações de crédito	**65.834.712**	**25.338.450**	**(210.220)**	**6.264.842**	**--**	**(26.720.247)**	**70.507.537**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.572.077	13.306.729	(405.781)	2.449.038	--	(12.544.704)	37.377.359
Financiamentos	4.186.861	1.782.587	(17.529)	81.017	--	(2.162.915)	3.870.021
Financiamentos rurais	26.017.313	10.155.103	233.865	3.726.751	--	(11.614.247)	28.518.785
Financiamentos imobiliários	1.058.461	94.031	(20.775)	8.036	--	(398.381)	741.372
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**6.261.773**	**2.430.970**	**167.490**	**261.465**	**--**	**(4.028.390)**	**5.093.308**
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.082.759)	21.435	79.298	--	(369.758)	2.831.065
Operações com cartão de crédito	229.955	3.927.999	142.625	176.351	--	(3.397.027)	1.079.903
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	156.644	3.119	(7.702)	--	(54.472)	692.756
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	--	52	--	53	--	--	105
Diversos	253.802	429.034	311	13.465	--	(207.133)	489.479
Operações de arrendamento mercantil	**183.128**	**971**	**(141)**	**165**	**--**	**(9.239)**	**174.884**
Total da carteira de crédito	**98.738.685**	**35.705.791**	**(526.297)**	**7.009.898**	**(6.483.601)**	**(30.757.876)**	**103.686.600**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial [1]	**(98.004.759)**	**(80.118.007)**	**(98.738.685)**	**(80.420.049)**
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(35.454.757)	(28.733.360)	(35.798.852)	(28.880.147)
Variação cambial - provisões no exterior	11.278	128.001	93.061	150.932
Baixas para prejuízo	30.606.268	19.880.003	30.757.876	19.901.248
Saldo final	**(102.841.970)**	**(88.843.363)**	**(103.686.600)**	**(89.248.016)**

1 - No 1º Semestre/2025, o saldo inicial corresponde a 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial	**79.769.609**	**70.539.842**
Renegociações	7.398.842	9.528.894
Reestruturações	11.621.101	11.082.137
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.194.798)	(10.092.284)
Baixas para prejuízo	(9.856.417)	(6.774.335)
Saldo final [1]	**73.738.337**	**74.284.254**
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	56,8%	48,7%

1 - Inclui o montante de R$ 47 mil (R$ 139 mil em 30/06/2025) referente a créditos rurais em atraso renegociados. Não está incluído o valor de R$ 66.464.360 mil (R$ 57.744.248 no 1º Semestre/2025) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	30/06/2026	% da Carteira	31/12/2025	% da Carteira
Maior devedor	16.306.859	1,3	16.865.580	1,4
10 maiores devedores	73.268.579	6,0	70.206.927	5,8
20 maiores devedores	108.137.145	8,9	108.349.035	9,0
50 maiores devedores	163.890.589	13,4	164.877.583	13,7
100 maiores devedores	206.326.805	16,9	203.608.832	16,9

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	Safra 2025/2026 [1]				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância [2]	Custos por descumprimento das exigibilidades [2]
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.859.041	35.774.217	102,6%	--	--
Poupança rural	135.066.539	136.141.349	100,8%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA [3]	132.558.017	132.768.536	100,2%	--	--

1 - Refere-se à posição em 30/06/2026, encerramento da safra 2025/2026.
2 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.
3 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2025/2026, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 70%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 60%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**625.422.296**	**124.949.171**	**80.083**	**750.451.550**	**23.479.781**	**678.457**	**--**	**24.158.238**	**76.597.112**	**61.478**	**--**	**76.658.590**	**725.499.189**	**125.689.106**	**80.083**	**851.268.378**
Varejo PF	295.715.240	122.548.940	80.083	418.344.263	13.868.526	678.291	--	14.546.817	44.547.782	60.617	--	44.608.399	354.131.548	123.287.848	80.083	477.499.479
Produtor rural	329.707.056	2.400.231	--	332.107.287	9.611.255	166	--	9.611.421	32.049.330	861	--	32.050.191	371.367.641	2.401.258	--	373.768.899
Pessoas jurídicas	**454.917.641**	**99.958.500**	**19.713.232**	**574.589.373**	**7.744.096**	**117.741**	**4.738**	**7.866.575**	**31.631.183**	**25.525**	**822.279**	**32.478.987**	**494.292.920**	**100.101.766**	**20.540.249**	**614.934.935**
Atacado	321.654.578	74.323.592	19.482.422	415.460.592	3.324.821	23.994	322	3.349.137	17.409.251	16.413	818.472	18.244.136	342.388.650	74.363.999	20.301.216	437.053.865
Varejo MPE	85.379.421	24.991.890	230.810	110.602.121	4.194.274	93.497	4.416	4.292.187	12.147.961	9.111	3.807	12.160.879	101.721.656	25.094.498	239.033	127.055.187
Produtor rural	47.883.642	643.018	--	48.526.660	225.001	250	--	225.251	2.073.971	1	--	2.073.972	50.182.614	643.269	--	50.825.883
Total	**1.080.339.937**	**224.907.671**	**19.793.315**	**1.325.040.923**	**31.223.877**	**796.198**	**4.738**	**32.024.813**	**108.228.295**	**87.003**	**822.279**	**109.137.577**	**1.219.792.109**	**225.790.872**	**20.620.332**	**1.466.203.313**
%	**81,5%**	**17,0%**	**1,5%**	**100,0%**	**97,5%**	**2,5%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,2%**	**0,1%**	**0,7%**	**100,0%**	**83,2%**	**15,4%**	**1,4%**	**100,0%**

Banco Múltiplo	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**623.581.392**	**122.297.111**	**87.260**	**745.965.763**	**26.580.924**	**279.844**	**--**	**26.860.768**	**68.957.958**	**44.562**	**--**	**69.002.520**	**719.120.274**	**122.621.517**	**87.260**	**841.829.051**
Varejo PF	303.539.529	120.261.234	87.260	423.888.023	11.993.639	279.482	--	12.273.121	38.613.723	43.716	--	38.657.439	354.146.891	120.584.432	87.260	474.818.583
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	**444.010.700**	**106.730.042**	**17.451.419**	**568.192.161**	**8.866.514**	**116.062**	**4.955**	**8.987.531**	**32.778.747**	**13.295**	**589.398**	**33.381.440**	**485.655.961**	**106.859.399**	**18.045.772**	**610.561.132**
Atacado	312.478.697	79.337.110	16.483.337	408.299.144	3.740.071	28.573	157	3.768.801	20.033.848	6.189	585.925	20.625.962	336.252.616	79.371.872	17.069.419	432.693.907
Varejo MPE	91.275.302	25.946.372	968.082	118.189.756	4.896.471	87.089	4.798	4.988.358	12.071.951	7.106	3.473	12.082.530	108.243.724	26.040.567	976.353	135.260.644
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	**1.067.592.092**	**229.027.153**	**17.538.679**	**1.314.157.924**	**35.447.438**	**395.906**	**4.955**	**35.848.299**	**101.736.705**	**57.857**	**589.398**	**102.383.960**	**1.204.776.235**	**229.480.916**	**18.133.032**	**1.452.390.183**
%	**81,3%**	**17,4%**	**1,3%**	**100,0%**	**98,9%**	**1,1%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,4%**	**0,0%**	**0,6%**	**100,0%**	**83,0%**	**15,8%**	**1,2%**	**100,0%**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**639.733.843**	**124.949.171**	**80.561**	**764.763.575**	**23.880.373**	**678.457**	**--**	**24.558.830**	**77.229.337**	**61.478**	**--**	**77.290.815**	**740.843.553**	**125.689.106**	**80.561**	**866.613.220**
Varejo PF	310.026.787	122.548.940	80.561	432.656.288	14.269.118	678.291	--	14.947.409	45.180.007	60.617	--	45.240.624	369.475.912	123.287.848	80.561	492.844.321
Produtor rural	329.707.056	2.400.231	--	332.107.287	9.611.255	166	--	9.611.421	32.049.330	861	--	32.050.191	371.367.641	2.401.258	--	373.768.899
Pessoas jurídicas	**465.305.899**	**106.054.926**	**19.665.271**	**591.026.096**	**7.981.110**	**117.741**	**4.738**	**8.103.589**	**31.741.162**	**25.525**	**822.279**	**32.588.966**	**505.028.171**	**106.198.192**	**20.492.288**	**631.718.651**
Atacado	321.723.362	80.420.018	19.434.461	421.577.841	3.307.516	23.994	322	3.331.832	17.474.185	16.413	818.472	18.309.070	342.505.063	80.460.425	20.253.255	443.218.743
Varejo MPE	95.698.895	24.991.890	230.810	120.921.595	4.448.593	93.497	4.416	4.546.506	12.193.006	9.111	3.807	12.205.924	112.340.494	25.094.498	239.033	137.674.025
Produtor rural	47.883.642	643.018	--	48.526.660	225.001	250	--	225.251	2.073.971	1	--	2.073.972	50.182.614	643.269	--	50.825.883
Total	**1.105.039.742**	**231.004.097**	**19.745.832**	**1.355.789.671**	**31.861.483**	**796.198**	**4.738**	**32.662.419**	**108.970.499**	**87.003**	**822.279**	**109.879.781**	**1.245.871.724**	**231.887.298**	**20.572.849**	**1.498.331.871**
%	**81,5%**	**17,0%**	**1,5%**	**100,0%**	**97,6%**	**2,4%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,2%**	**0,1%**	**0,7%**	**100,0%**	**83,1%**	**15,5%**	**1,4%**	**100,0%**

Consolidado	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**637.488.377**	**122.297.111**	**87.768**	**759.873.256**	**27.309.860**	**279.844**	**--**	**27.589.704**	**69.600.402**	**44.562**	**--**	**69.644.964**	**734.398.639**	**122.621.517**	**87.768**	**857.107.924**
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	**454.124.264**	**110.432.665**	**17.466.745**	**582.023.674**	**8.628.546**	**116.062**	**4.955**	**8.749.563**	**32.755.578**	**13.295**	**589.398**	**33.358.271**	**495.508.388**	**110.562.022**	**18.061.098**	**624.131.508**
Atacado	313.078.069	83.039.733	16.254.993	412.372.795	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.241	83.074.495	16.841.075	436.447.811
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	**1.091.612.641**	**232.729.776**	**17.554.513**	**1.341.896.930**	**35.938.406**	**395.906**	**4.955**	**36.339.267**	**102.355.980**	**57.857**	**589.398**	**103.003.235**	**1.229.907.027**	**233.183.539**	**18.148.866**	**1.481.239.432**
%	**81,4%**	**17,3%**	**1,3%**	**100,0%**	**98,9%**	**1,1%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,4%**	**0,0%**	**0,6%**	**100,0%**	**83,0%**	**15,8%**	**1,2%**	**100,0%**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Outros ativos financeiros	**70.690.455**	**71.046.449**	**74.118.205**	**70.850.381**
Devedores por depósitos em garantia	39.343.699	38.220.956	40.167.959	39.250.337
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.764.815	12.367.543	12.764.815	12.367.543
Rendas a receber	10.281.002	13.303.385	12.193.620	11.410.337
Títulos e créditos a receber [1]	2.143.655	3.238.860	2.273.724	3.408.244
Negociação e intermediação de valores	1.085.400	1.314.155	1.597.135	1.899.056
Fundo de Compensação de Variações Salariais	620.111	598.591	620.111	598.591
Demais	4.451.773	2.002.959	4.500.841	1.916.273
Outros ativos	**36.400.526**	**37.388.944**	**38.776.522**	**39.815.755**
Ativos atuariais (Nota 28.e)	22.781.663	31.774.493	22.781.663	31.774.493
Devedores diversos	6.646.980	3.736.712	7.282.057	4.361.550
Despesas Antecipadas[2]	5.576.959	1.261.336	5.785.920	1.416.294
Mantidos para venda - Recebidos	227.398	197.488	227.677	197.772
Mantidos para venda - Próprios	63.970	116.920	73.974	128.556
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.499	5.349	59.066	54.286
Demais	1.098.057	296.646	2.566.165	1.882.804

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R$ 91.845 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R$ 803.292 mil.
2 - Inclui antecipação de contribuições ordinárias realizada em março de 2026, à vista, ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a ser deduzida das futuras contribuições ordinárias periódicas atribuíveis ao Banco.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber	(4.395.314)	(4.030.649)	(4.395.314)	(4.030.649)
Títulos e créditos a receber	(573.057)	(572.972)	(918.328)	(852.825)
Demais	(195.444)	(149.530)	(195.447)	(149.535)
Total	**(5.163.815)**	**(4.753.151)**	**(5.509.089)**	**(5.033.009)**

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial [1]	**(4.753.151)**	**(3.915.265)**	**(5.033.009)**	**(4.095.408)**
(Constituição)/reversão	(420.588)	(517.074)	(487.754)	(596.005)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(1.747)	28.148
Baixas para prejuízo/outros ajustes	9.924	(5.929)	13.421	(5.704)
Saldo final	**(5.163.815)**	**(4.438.268)**	**(5.509.089)**	**(4.668.969)**

1 – No 1º semestre/2025, refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimento

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado[1]	Lucro líquido 1º Semestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Semestre/2026			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais		31/12/2025	Dividendos/ JCP	Outros eventos[2]	Resultado de equivalência	30/06/2026	1º Semestre/2025
No país							**32.206.836**	**(5.455.406)**	**(143.824)**	**7.055.905**	**33.663.511**	**6.952.129**
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.657.573	751.348	10.000	--	100,00%	9.907.668	--	(1.443)	751.348	10.657.573	892.138
BB Seguridade Participações S.A. [3] [4]	6.269.692	10.333.796	4.561.148	1.325.000	--	68,26%	6.702.003	(2.627.852)	(134.028)	3.113.214	7.053.337	2.995.578
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.853.771	195.459	3.000	--	100,00%	4.843.998	(185.686)	--	195.459	4.853.771	176.599
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.961.691	952.024	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(367.000)	32.341	476.012	6.480.845	466.841
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	772.128	190.029	3.790	--	100,00%	780.473	(190.029)	(8.345)	190.029	772.128	356.317
BB Tecnologia e Serviços	299.749	686.098	62.262	2	2	100,00%	648.378	(21.062)	(3.481)	62.262	686.097	80.079
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.328.640	967.234	14	--	100,00%	1.142.448	(781.041)	(1)	967.234	1.328.640	807.953
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.429.558	1.245.521	100.000	--	100,00%	1.428.199	(1.245.521)	1.359	1.245.521	1.429.558	1.119.633
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	41.871	17.538	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	17.538	41.871	16.209
Outras participações	--	--	--	--	--		389.844	(37.215)	(30.226)	37.288	359.691	40.782
No exterior[5]							**8.857.395**	**(165.695)**	**(592.732)**	**1.259.136**	**9.358.104**	**1.182.513**
Banco Patagonia S.A.	2.512	6.235.297	1.508.100	578.117	--	80,39%	4.389.342	(165.695)	(423.481)	1.212.352	5.012.518	1.093.736
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.294.200	35.380	211.023	--	100,00%	1.338.027	--	(79.207)	35.380	1.294.200	150.261
Banco do Brasil AG	403.143	823.619	36.572	638	--	100,00%	857.188	--	(70.141)	36.572	823.619	10.874
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	383.045	2.649	5.000	--	100,00%	422.924	--	(42.528)	2.649	383.045	546
Banco do Brasil Americas	991.319	1.803.063	154.028	36.250	--	100,00%	1.806.736	--	(157.701)	154.028	1.803.063	108.837
BB USA Holding Company	--	675	(10)	--	--	100,00%	728	--	(43)	(10)	675	(14)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							42.450	--	(1.466)	--	40.984	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas[5]							--	--	181.835	(181.835)	--	(181.727)
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							**41.064.231**	**(5.621.101)**	**(736.556)**	**8.315.041**	**43.021.615**	**8.134.642**
(Provisão para perdas)							(34.653)	--	2.398	--	(32.255)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.
2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes.
3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R$ 51.900.250 mil (R$ 47.898.750 mil em 31/12/2025).
4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.
5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado[1]	Lucro líquido 1º Semestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Semestre/2026			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais		31/12/2025	Dividendos/ JCP	Outros eventos[2]	Resultado de equivalência	30/06/2026	1º Semestre/2025
Coligadas [3] e controladas em conjunto [4]												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.961.691	952.024	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(367.000)	32.342	476.012	6.480.846	466.841
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. [5]	220.000	8.207.961	446.701	88.000	2.613.402	30,00%	2.850.334	(231.658)	(290.298)	134.010	2.462.388	141.181
Cielo S.A. [6]	5.700.000	11.674.670	566.759	778.320	--	29,17%	3.240.221	--	23	165.327	3.405.571	195.785
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. [7]	3.529.257	6.783.267	1.141.651	879	1.759	74,99%	5.239.601	(797.674)	(211.053)	856.170	5.087.044	640.008
BB Mapfre Participações S.A. [7]	1.469.848	2.637.093	2.320.629	944.858	1.889.339	74,99%	2.237.728	(2.014.153)	13.741	1.740.240	1.977.556	1.855.442
Brasilcap Capitalização S.A. [7]	403.000	960.589	179.333	107.989	159.308	66,77%	685.207	(163.581)	--	119.736	641.362	85.249
Elo Participações Ltda. [8]	347.309	3.132.070	653.854	173.620	--	49,99%	1.233.804	(101.720)	105.209	328.428	1.565.721	386.104
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.490.005	6.895	1.954.245	--	49,99%	731.434	--	9.973	3.447	744.854	14.619
Outras Participações							495.578	(45.315)	(31.372)	55.057	473.948	97.416
Resultado não realizado [9]							(2.664.692)	--	80.727	--	(2.583.965)	--
Total							**20.388.708**	**(3.721.101)**	**(290.708)**	**3.878.427**	**20.255.325**	**3.882.645**
(Provisão para perdas)							(6.155)	--	4.680	--	(1.475)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.
2 - Referem-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes.
3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.
4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.
5 - Participação indireta do Banco na Cateno S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.
6 - Participação indireta do Banco na Cielo S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 49,28%, em virtude das participações da Livelo S.A. e Elo Participações Ltda na Cielo.
7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.
8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.
9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS S.A.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica [1]
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

30/06/2026	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	73.390.016	482.816.771	107.777.422	1.922.711	25.125	1.687.010	372.557	6.393.903
Ativos não circulantes	80.620.951	18.900.865	8.891.842	7.408.982	2.978.245	6.522.791	1.261.003	7.616.051
Passivos circulantes	94.878.700	68.486.195	94.819.344	1.118.383	1.202	579.228	143.555	11.601.023
Passivos não circulantes	46.148.591	426.435.062	10.175.250	5.349	--	4.354.121	--	1.448.342
Passivos contingentes	530.229	24.595	165.015	5.349	--	8.796	--	1.439.066
Lucro líquido – 1º Semestre/2026	**961.453**	**1.140.646**	**566.759**	**446.701**	**2.320.629**	**867.479**	**6.895**	**156.022**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(9.429)	1.005	--	--	--	(213.624)	--	23.310
Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2026	**952.024**	**1.141.651**	**566.759**	**446.701**	**2.320.629**	**653.854**	**6.895**	**179.333**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	**476.012**	**856.170**	**165.327**	**134.010**	**1.740.240**	**328.428**	**3.447**	**119.736**
Outros resultados abrangentes	64.680	(281.421)	80	386.129	10.740	(3.163)	350	--
Resultado abrangente total	1.016.704	860.230	566.839	832.830	2.331.369	650.691	7.246	179.333
Patrimônio líquido	**12.983.676**	**6.796.379**	**11.674.670**	**8.207.961**	**3.002.168**	**3.276.452**	**1.490.005**	**960.589**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(21.985)	(13.113)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	**12.961.691**	**6.783.267**	**11.674.670**	**8.207.961**	**2.637.093**	**3.132.070**	**1.490.005**	**960.589**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	**6.480.846**	**5.087.044**	**3.405.571**	**2.462.388**	**1.977.556**	**1.565.721**	**744.854**	**641.362**
Resultado não realizado	--	--	--	2.161.717	--	--	422.248	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.825.166	453.243.360	111.786.970	3.444.825	259.029	1.433.582	459.710	6.105.601
Ativos não circulantes	79.483.296	19.205.216	9.688.939	7.613.443	3.091.442	6.152.357	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.350.659	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	255.271	11.494.042
Passivos não circulantes	40.275.288	400.471.202	10.166.490	4.730	--	4.375.462	--	1.400.310
Passivos contingentes	577.555	24.962	151.740	4.730	--	19.185	--	1.390.970
Lucro líquido – Exercício/2025	**1.851.366**	**1.606.369**	**1.888.055**	**1.314.345**	**5.065.160**	**2.045.025**	**42.732**	**318.165**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	2.726	152.002	--	--	--	(81.524)	--	(49.803)
Lucro líquido ajustado – Exercício/2025	**1.854.092**	**1.758.371**	**1.888.055**	**1.314.345**	**5.065.160**	**1.963.501**	**42.732**	**268.362**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	**927.046**	**1.318.673**	**550.757**	**394.303**	**3.798.364**	**981.554**	**26.383**	**179.179**
Outros resultados abrangentes	421.759	487.011	169.676	--	(22.495)	--	184.694	(20.633)
Resultado abrangente total	2.275.851	2.245.382	2.057.731	1.314.345	5.042.665	1.963.501	227.426	247.729
Patrimônio líquido	**12.682.515**	**7.000.791**	**11.107.831**	**9.501.112**	**3.349.110**	**2.612.484**	**1.463.161**	**1.026.257**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(3.530)	(14.100)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	**12.678.985**	**6.986.691**	**11.107.831**	**9.501.112**	**2.984.035**	**2.468.101**	**1.463.161**	**1.026.257**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	**6.339.493**	**5.239.601**	**3.240.221**	**2.850.334**	**2.237.728**	**1.233.804**	**731.434**	**685.207**
Resultado não realizado	--	--	--	2.219.620	--	--	445.072	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

Banco Múltiplo	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.541.880	402.605	(233.179)	10.957.708	(6.228.924)	(17.478)	4.711.306
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.400.566	197.704	(204.101)	5.085.689	(2.691.389)	(131)	2.394.169
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.070.779	1.086.374	(445.024)	9.113.338	(4.401.209)	--	4.712.129
Imobilizações em curso	--	1.291.670	83.304	--	1.374.974	--	--	1.374.974
Terrenos	--	296.968	(5.220)	--	291.748	--	--	291.748
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	286.459	19.939	(26.152)	797.094	(511.793)	(5.055)	280.246
Instalações	10%	123.336	18.313	(11.786)	1.026.348	(896.485)	--	129.863
Veículos	10 a 20%	5.355	(3)	(381)	13.644	(8.673)	--	4.971
Obras de arte	--	2.131	(37)	--	2.094	--	--	2.094
Imobilizado em estoque	--	728	(11)	--	717	--	--	717
Total		**13.019.872**	**1.802.968**	**(920.623)**	**28.663.354**	**(14.738.473)**	**(22.664)**	**13.902.217**
Direito de uso								
Edificações		3.947.539	361.816	(502.022)	4.687.515	(880.182)	--	3.807.333
Total		**16.967.411**	**2.164.784**	**(1.422.645)**	**33.350.869**	**(15.618.655)**	**(22.664)**	**17.709.550**

Consolidado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.557.196	404.700	(238.102)	10.999.834	(6.256.246)	(19.794)	4.723.794
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.613.066	214.549	(222.673)	5.422.994	(2.817.454)	(598)	2.604.942
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.175.134	1.102.190	(461.767)	9.338.826	(4.523.269)	--	4.815.557
Imobilizações em curso	--	1.292.813	85.532	--	1.378.345	--	--	1.378.345
Terrenos	--	299.030	(5.248)	--	293.782	--	--	293.782
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	296.670	22.515	(29.630)	813.539	(518.929)	(5.055)	289.555
Instalações	10%	132.806	18.828	(12.464)	1.039.601	(900.431)	--	139.170
Veículos	10 a 20%	7.397	518	(691)	16.972	(9.748)	--	7.224
Obras de arte	--	2.752	(59)	--	2.693	--	--	2.693
Imobilizado em estoque	--	729	(12)	--	717	--	--	717
Total		**13.377.593**	**1.843.513**	**(965.327)**	**29.307.303**	**(15.026.077)**	**(25.447)**	**14.255.779**
Direito de uso								
Edificações		4.143.631	395.786	(540.264)	5.007.568	(1.008.415)	--	3.999.153
Total		**17.521.224**	**2.239.299**	**(1.505.591)**	**34.314.871**	**(16.034.492)**	**(25.447)**	**18.254.932**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis [1]	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2025	**5.270.922**	**6.682.106**	**11.953.028**	**5.270.922**	**6.705.179**	**57.692**	**954**	**12.034.747**
Movimentações								
Adições	35.859	1.716.133	1.751.992	35.859	1.719.419	--	--	1.755.278
Variação cambial	--	(2.114)	(2.114)	--	(2.202)	(1.575)	(75)	(3.852)
Baixas	--	(63.038)	(63.038)	--	(63.341)	--	--	(63.341)
Amortização	(982.085)	(471.774)	(1.453.859)	(982.085)	(474.747)	(4.491)	--	(1.461.323)
Saldos em 30/06/2026	**4.324.696**	**7.861.313**	**12.186.009**	**4.324.696**	**7.884.308**	**51.626**	**879**	**12.261.509**
Valor de custo	10.130.051	13.725.637	23.855.688	10.130.051	13.812.184	461.041	879	24.404.155
Amortização acumulada	(5.790.480)	(5.839.666)	(11.630.146)	(5.790.480)	(5.903.218)	(379.524)	--	(12.073.222)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(24.658)	(39.533)	(14.875)	(24.658)	(29.891)	--	(69.424)
Estimativa de amortização	**4.324.696**	**7.861.313**	**12.186.009**	**4.324.696**	**7.884.308**	**51.626**	**--**	**12.260.630**
2026	952.186	393.066	1.345.252	952.186	394.215	9.233	--	1.355.634
2027	1.647.247	786.131	2.433.378	1.647.247	788.431	9.782	--	2.445.460
2028	706.413	786.131	1.492.544	706.413	788.431	9.669	--	1.504.513
2029	645.695	786.131	1.431.826	645.695	788.431	9.498	--	1.443.624
2030	190.825	786.131	976.956	190.825	788.431	9.423	--	988.679
Após 2030	182.330	4.323.723	4.506.053	182.330	4.336.369	4.021	--	4.522.720

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. [1]	Taxa de desconto a.a. [2]
Banco Patagonia	7,50 %	32,28 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.
2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo	**618.715.106**	**560.668.565**	**651.428.676**	**590.567.475**
Moeda nacional	307.828.075	269.494.033	307.828.075	269.494.033
Judiciais	281.111.164	263.446.160	281.288.644	263.612.005
Moedas estrangeiras	15.214.627	14.155.857	47.750.717	43.888.922
Regime especial [1]	8.215.389	7.802.204	8.215.389	7.802.204
Garantias de terceiros [2]	4.112.409	3.572.481	4.112.409	3.572.481
Funproger (Nota 17.e)	886.089	828.782	886.089	828.782
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	190.126	221.971	190.126	221.971
Outros	1.157.227	1.147.077	1.157.227	1.147.077
Depósitos de poupança	**216.111.514**	**215.188.602**	**216.111.514**	**215.188.602**
Pessoas físicas	207.934.568	207.500.608	207.934.568	207.500.608
Pessoas jurídicas	7.859.281	7.377.227	7.859.281	7.377.227
Ligadas	302.128	296.947	302.128	296.947
Instituições do sistema financeiro	15.537	13.820	15.537	13.820
Depósitos à vista	**79.734.546**	**84.623.023**	**86.329.123**	**92.013.242**
Pessoas físicas	36.838.223	40.099.199	40.522.972	40.099.199
Pessoas jurídicas	23.615.812	31.993.487	26.640.708	35.134.864
Vinculados [3]	13.779.800	7.944.070	13.781.183	7.946.524
Governos	2.893.089	2.732.283	2.893.089	2.732.283
Domiciliados no exterior	879.076	168.209	876.402	163.897
Ligadas	473.386	625.098	441.114	4.941.733
Especiais do Tesouro Nacional	380.063	15.506	380.063	15.506
Instituições do sistema financeiro	461.867	479.603	376.115	409.157
Moedas estrangeiras	266.487	375.375	266.487	375.375
Outros	146.743	190.193	150.990	194.704
Outros depósitos	**149.524**	**168.130**	**149.524**	**168.130**
Total	**914.710.690**	**860.648.320**	**954.018.837**	**897.937.449**

1 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.
2 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.
3 - Inclui o montante de R$ 1.223.159 mil (R$ 2.471.727 mil em 31/12/2025), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo [1]	281.106.450	22.557.869	28.990.319	149.585.852	136.474.616	618.715.106	560.668.565
Depósitos de poupança	216.111.514	--	--	--	--	216.111.514	215.188.602
Depósitos à vista	79.734.546	--	--	--	--	79.734.546	84.623.023
Outros depósitos	149.524	--	--	--	--	149.524	168.130
Total	**577.102.034**	**22.557.869**	**28.990.319**	**149.585.852**	**136.474.616**	**914.710.690**	**860.648.320**

1 - Inclui o valor de R$ 182.886.358 mil (R$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo [1]	281.106.450	49.675.993	33.478.588	150.167.428	137.000.217	651.428.676	590.567.475
Depósitos de poupança	216.111.514	--	--	--	--	216.111.514	215.188.602
Depósitos à vista	86.329.123	--	--	--	--	86.329.123	92.013.242
Outros depósitos	149.524	--	--	--	--	149.524	168.130
Total	**583.696.611**	**49.675.993**	**33.478.588**	**150.167.428**	**137.000.217**	**954.018.837**	**897.937.449**

1 - Inclui o valor de R$ 182.886.358 mil (R$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Depósitos a prazo	**(28.886.525)**	**(24.624.633)**	**(30.405.879)**	**(26.811.287)**
Judiciais	(14.759.277)	(12.958.888)	(14.760.447)	(12.960.463)
Demais	(14.127.248)	(11.665.745)	(15.645.432)	(13.850.824)
Depósitos de poupança	**(8.065.542)**	**(7.933.291)**	**(8.065.542)**	**(7.933.291)**
Variação cambial de recursos de clientes	**27.140**	**(155.941)**	**27.140**	**(195.362)**
Total	**(36.924.927)**	**(32.713.865)**	**(38.444.281)**	**(34.939.940)**

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE [1]	Devolução de Recursos		30/06/2026			31/12/2025		
		Forma [2]	Data inicial	Disponível TMS [3]	Aplicado TJLP e TLP [4]	Total	Disponível TMS [3]	Aplicado TJLP e TLP [4]	Total
Proger Urbano				**32.655**	**153.807**	**186.462**	**28.347**	**188.544**	**216.891**
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	32.655	153.807	186.462	28.347	188.544	216.891
Outros				**680**	**2.984**	**3.664**	**1.014**	**4.066**	**5.080**
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	680	2.984	3.664	1.014	4.066	5.080
Total				**33.335**	**156.791**	**190.126**	**29.361**	**192.610**	**221.971**

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.
2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).
3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).
4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31/12/2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01/01/2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, instituídos no âmbito do FAT nos termos da Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre critérios de remuneração aplicáveis aos saldos disponíveis dos depósitos especiais do FAT, conforme deliberações do Codefat. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	702.733.823	632.211.590	685.501.796	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	88.199.718	84.362.178	88.761.023	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	76.571.061	38.391.097	71.064.875	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	81.070	89.197	81.070	89.197
Total	**867.585.672**	**755.054.062**	**845.408.764**	**727.039.247**

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria	**550.044.150**	**505.229.549**	**533.313.455**	**482.263.422**
Letras Financeiras do Tesouro	522.812.448	459.170.642	509.526.063	439.758.808
Títulos privados	16.746.035	26.629.663	16.746.035	26.629.663
Títulos no exterior	10.485.667	11.116.469	7.041.357	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	--	8.312.775	--	8.218.576
Carteira de terceiros	**152.689.673**	**126.982.041**	**152.188.341**	**126.969.851**
Letras Financeiras do Tesouro	90.362.572	52.510.997	89.937.211	52.510.997
Notas do Tesouro Nacional	46.729.061	15.111.835	46.729.061	15.111.835
Letras do Tesouro Nacional	15.598.040	59.359.209	15.522.069	59.343.209
Títulos no exterior	--	--	--	3.810
Total	**702.733.823**	**632.211.590**	**685.501.796**	**609.233.273**

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo						
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	4.886.453	12.410.554	12.458.296	4.236.991	--	33.992.294	32.128.719
Importação	171.207	240.380	77.314	--	--	488.901	320.809
Total	**5.057.660**	**12.650.934**	**12.535.610**	**4.236.991**	**--**	**34.481.195**	**32.449.528**

	Consolidado						
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	5.397.637	12.445.595	12.468.400	4.241.965	--	34.553.597	32.589.352
Importação	171.209	240.380	77.314	--	--	488.903	320.809
Total	**5.568.846**	**12.685.975**	**12.545.714**	**4.241.965**	**--**	**35.042.500**	**32.910.161**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tesouro Nacional		**1.786.601**	**1.249.845**	**1.786.601**	**1.249.845**
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	130.981	506	130.981	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.640.311	1.233.191	1.640.311	1.233.191
Outros		5.464	6.303	5.464	6.303
BNDES	**Pré 0,50% a 15,17% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 0,76 a 2,08% Var. Camb. 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%**	**17.210.854**	**15.869.546**	**17.210.854**	**15.869.546**
Caixa Econômica Federal	**Pré 4,85% (média)**	**25.229.750**	**25.522.638**	**25.229.750**	**25.522.638**
Finame	**Pré 0,75% a 17,69% TJLP + 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%**	**8.118.064**	**7.647.495**	**8.118.064**	**7.647.495**
Outras Instituições Oficiais		**473.608**	**647.199**	**473.608**	**647.199**
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	473.580	647.171	473.580	647.171
Outros		28	28	28	28
Total		**52.818.877**	**50.936.723**	**52.818.877**	**50.936.723**

Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	899.646	975.927	899.646	975.927
Total	**899.646**	**975.927**	**899.646**	**975.927**

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Captações no mercado aberto	**(47.030.709)**	**(41.248.676)**	**(45.934.251)**	**(40.116.351)**
Carteira própria	(34.813.319)	(21.169.392)	(33.845.826)	(20.262.342)
Carteira de terceiros	(12.217.390)	(20.079.284)	(12.088.425)	(19.854.009)
Depósitos interfinanceiros	**(2.264.044)**	**(1.053.210)**	**(1.961.545)**	**(762.101)**
Obrigações por Empréstimos	**(855.730)**	**(1.196.441)**	**(965.227)**	**(1.297.688)**
Obrigações por repasses	**(2.270.804)**	**(1.995.205)**	**(2.270.804)**	**(1.995.205)**
Caixa Econômica Federal	(890.347)	(890.350)	(890.347)	(890.350)
BNDES	(611.109)	(508.009)	(611.109)	(508.009)
Finame	(511.883)	(314.998)	(511.883)	(314.998)
Do exterior	(162.597)	(226.097)	(162.597)	(226.097)
Tesouro Nacional	(14.726)	(3.318)	(14.726)	(3.318)
Outras	(80.142)	(52.433)	(80.142)	(52.433)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras [1]	**2.426.413**	**14.225.375**	**2.246.966**	**14.125.096**
Total	**(49.994.874)**	**(31.268.157)**	**(48.884.861)**	**(30.046.249)**

1-Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	248.998.097	280.797.197	256.902.181	289.751.933
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	43.271.990	45.885.187	39.171.990	41.785.187
Total	**292.270.087**	**326.682.384**	**296.074.171**	**331.537.120**

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo						**248.998.097**	**280.797.197**
Programa "Global Medium - Term Notes" [1]						**18.569.266**	**17.212.145**
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.753	290.309
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	--	398.464
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	583.645	604.569
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	769.393	700.724
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.903.789	4.132.061
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.641.808	2.806.812
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.899.062	4.139.934
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	3.899.370	4.139.272
	USD	500.000	5,63%	2026	2031	2.581.446	--
Certificados de Depósitos [2]						**5.069.930**	**5.295.722**
Curto prazo			0,99% a 16,25%			4.948.293	5.173.363
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	121.637	122.359
Certificados de Operações Estruturadas						**715.933**	**275.050**
Curto prazo			11,36% a 15,77% DI		2027	714.719	271.674
Longo prazo			12,48% a 14,02% DI		2028	1.214	3.376
Letras de Crédito Imobiliário			**65,00% a 97,00% DI 100% da TR + 7,71%**			**15.439.855**	**16.103.911**
Curto prazo					2026	4.509.985	4.410.417
Longo prazo					2029	10.929.870	11.693.494
Letras de Crédito do Agronegócio			**65,00% a 99,00% DI 8,67% a 14,70% a.a.**			**183.376.000**	**213.144.186**
Curto prazo					2028	49.070.938	42.544.901
Longo prazo					2030	134.305.062	170.599.285
Letras financeiras			**100,00% do DI + 0,30% a 0,35%**			**25.827.113**	**28.766.183**
Curto prazo					2026	22.681.146	18.007.386
Longo prazo					2028	3.145.967	10.758.797
Banco Patagonia						**246.243**	**262.538**
Curto prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	246.243	262.538
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior [3]						**7.676.492**	**8.715.196**
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior [3]							
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	--	110.200
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022 e 2023	2029	2.715.099	3.298.903
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	683.004	758.909
Notas Estruturadas [3]							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014 e 2015	2034	2.616.787	2.780.707
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.661.602	1.766.477
Valor Eliminado na Consolidação [4]						**(18.651)**	**(22.998)**
Total						**256.902.181**	**289.751.933**

1 - As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, em reais, considerando as ocorrências de recompras parciais.
2 - Títulos emitidos no exterior em USD, EUR e BRL.
3 - Informações sobre a EPE Dollar e a EPE Loans podem ser obtidas na Nota 2.e.
4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste [1]						**8.801.069**	**11.734.759**
Letras Financeiras Subordinadas						**30.358.861**	**30.015.161**
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	--	21.360
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.640.984	2.440.658
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	199.882	217.327
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.983.563	2.761.931
		5.180.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.799.616	5.396.182
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	2.910.113	3.149.014
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.514.716	15.693.687
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	309.987	335.002
Bônus Perpétuos						**4.112.060**	**4.135.267**
	BRL	4.100.000	5,50% [2]	2012	Perpétuo	4.112.060	4.135.267
Total – Banco Múltiplo						**43.271.990**	**45.885.187**
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)	(4.100.000)
Total Consolidado						**39.171.990**	**41.785.187**

1 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

2 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R$ 27.492.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R$ 31.612.100 mil em 31/12/2025), vide Nota 30.f.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	**(15.690.225)**	**(16.455.002)**	**(15.991.662)**	**(16.824.525)**
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(12.147.688)	(13.240.021)	(12.147.688)	(13.240.021)
Letras financeiras	(1.774.652)	(1.745.363)	(1.774.652)	(1.745.363)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(809.914)	(632.880)	(1.111.351)	(1.002.403)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(930.127)	(823.754)	(930.127)	(823.754)
Certificados de Operações Estruturadas	(27.844)	(12.984)	(27.844)	(12.984)
Dívidas subordinadas	**(2.265.942)**	**(1.963.819)**	**(2.265.942)**	**(1.963.819)**
Bônus e letras financeiras perpétuos	(2.265.942)	(1.963.819)	(2.265.942)	(1.963.819)
Total	**(17.956.167)**	**(18.418.821)**	**(18.257.604)**	**(18.788.344)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Outros passivos financeiros	**186.060.874**	**193.394.905**	**185.382.773**	**192.627.318**
Operações com cartão de crédito/débito	54.135.543	57.621.672	54.747.718	58.285.771
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	34.878.487	46.434.377	34.878.488	46.434.377
Passivos de arrendamento	4.126.216	4.166.194	4.341.890	4.381.612
Fundos financeiros e de desenvolvimento	68.225.807	62.189.713	68.225.807	62.189.713
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO [1]	52.714.215	47.245.963	52.714.215	47.245.963
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.197.108	5.277.364	5.197.108	5.277.364
Marinha Mercante	4.395.234	4.962.643	4.395.234	4.962.643
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	3.007.371	2.852.672	3.007.371	2.852.672
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.522.377	1.459.293	1.522.377	1.459.293
Pasep	183.932	123.735	183.932	123.735
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	88.107	85.722	88.107	85.722
Outros	1.117.463	182.321	1.117.463	182.321
Negociação e intermediação de valores	3.663.141	4.371.897	432.587	404.306
Demais	21.031.680	18.611.052	22.756.283	20.931.539
Outros passivos	**42.245.412**	**36.862.963**	**52.575.459**	**46.727.068**
Credores diversos	14.822.460	17.253.923	16.075.180	18.257.325
Passivos atuariais (Nota 28.e)	12.757.981	10.715.698	12.757.981	10.715.698
Comissões a apropriar	--	--	6.143.090	6.130.044
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	6.082.281	5.180.176	6.082.281	5.180.176
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.686.079	661.182	5.698.185	679.914
Obrigações por convênios oficiais	1.556.257	1.470.268	1.556.257	1.470.268
Obrigações sociais e estatutárias	876.045	1.132.718	888.545	1.154.195
Rendas antecipadas	8.043	8.519	97.564	102.875
Demais	456.266	440.479	3.276.376	3.036.573

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R$ 50.041.078 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R$ 2.673.136 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(1.011.418)	(909.175)	(1.011.418)	(909.175)
Variação cambial de outros passivos	3.414.380	4.881.471	3.503.912	4.941.850
Demais	(1.309.228)	(1.333.476)	(1.297.168)	(1.301.376)
Total	**1.093.734**	**2.638.820**	**1.195.326**	**2.731.299**

21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019. Em 03/06/2026, o julgamento foi iniciado com a realização das sustentações orais. Na sequência, o julgamento foi suspenso.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenando solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), com acréscimo de correção monetária e juros de mora sobre eventual indébito. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE n.º 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento de mérito pelo STF. Paralelamente, o ministro relator encaminhou os autos ao Núcleo de Solução consensual de Conflitos para a realização de mediação.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Demandas cíveis				
Saldo inicial	**20.107.078**	**14.766.177**	**20.282.228**	**14.928.656**
Constituição	5.419.089	6.172.007	5.466.587	6.231.769
Reversão da provisão	(2.411.165)	(2.306.044)	(2.441.858)	(2.346.012)
Baixa por pagamento	(1.941.141)	(1.850.869)	(1.941.141)	(1.863.396)
Atualização monetária e variação cambial	1.165.422	507.590	1.171.302	506.939
Saldo final	**22.339.283**	**17.288.861**	**22.537.118**	**17.457.956**
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	**7.992.978**	**7.630.188**	**8.047.937**	**7.679.384**
Constituição	1.759.614	1.719.816	1.764.676	1.729.998
Reversão da provisão	(901.641)	(870.670)	(902.795)	(879.673)
Baixa por pagamento	(1.218.586)	(1.240.410)	(1.222.193)	(1.244.861)
Atualização monetária e variação cambial	384.088	361.382	387.334	361.989
Saldo final	**8.016.453**	**7.600.306**	**8.074.959**	**7.646.837**
Demandas fiscais				
Saldo inicial	**1.355.935**	**1.584.401**	**1.559.635**	**1.750.418**
Constituição	79.331	215.133	83.831	235.864
Reversão da provisão	(63.833)	(106.644)	(110.607)	(110.376)
Baixa por pagamento	(54.670)	(92.382)	(177.281)	(93.354)
Atualização monetária e variação cambial	58.759	63.796	69.545	69.867
Saldo final	**1.375.522**	**1.664.304**	**1.425.123**	**1.852.419**
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	**31.731.258**	**26.553.471**	**32.037.200**	**26.957.212**

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.836.154	7.249.067	726.117	17.011.059	7.307.558	757.639
acima de 5 anos	5.503.129	767.386	649.405	5.526.059	767.401	667.484
Total	**22.339.283**	**8.016.453**	**1.375.522**	**22.537.118**	**8.074.959**	**1.425.123**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Demandas fiscais	12.777.823	12.258.057	13.947.982	13.366.086
Demandas cíveis	2.625.671	2.277.752	2.654.570	2.305.913
Demandas trabalhistas	109.460	72.912	136.061	98.390
Total	**15.512.954**	**14.608.721**	**16.738.613**	**15.770.389**

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- IRPJ e CSLL – R$ 4.911.005 mil: litígios decorrentes da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R$ 3.127.503 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Demandas Cíveis	20.465.865	19.823.420	20.516.809	19.869.516
Demandas Fiscais	9.851.217	9.646.279	10.492.911	10.499.731
Demandas Trabalhistas	9.016.455	8.740.303	9.047.769	8.770.296
Total	**39.333.537**	**38.210.002**	**40.057.489**	**39.139.543**

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	**(5.489.664)**	**(5.759.223)**	**(5.488.015)**	**(5.802.139)**
Cíveis	(4.173.346)	(4.376.410)	(4.196.031)	(4.394.470)
Trabalhistas	(1.242.061)	(1.210.528)	(1.249.215)	(1.212.314)
Fiscais	(74.257)	(172.285)	(42.769)	(195.355)
Outras	**(6.234)**	**(12.666)**	**(6.234)**	**(12.666)**
Outras	(6.234)	(12.666)	(6.234)	(12.666)
Total	**(5.495.898)**	**(5.771.889)**	**(5.494.249)**	**(5.814.805)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Valores Correntes	**150.361**	**(82.045)**	**(2.855.366)**	**(2.949.671)**
IR e CSLL no país	205.803	(8.069)	(2.405.493)	(2.646.816)
Imposto de renda no exterior	(55.442)	(73.976)	(449.873)	(302.855)
Valores diferidos	**6.513.094**	**5.711.669**	**6.507.807**	**5.779.549**
Passivos fiscais diferidos	**(2.543.748)**	**(307.067)**	**(2.724.896)**	**(419.995)**
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(18.597)	(29.562)
Marcação a mercado	(721.100)	1.183.077	(851.985)	1.102.930
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.038.986)	(979.559)	(1.038.986)	(979.559)
Lucros do exterior	(690.937)	(510.585)	(690.937)	(510.585)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(92.173)	--	(123.479)	--
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	10.271	10.271
Outros	(552)	--	(11.183)	(13.490)
Ativos fiscais diferidos	**9.056.842**	**6.018.736**	**9.232.703**	**6.199.544**
Diferenças temporárias	772.487	6.477.720	739.104	6.565.872
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	8.061.455	--	8.061.455	--
Marcação a mercado	237.334	(158.944)	446.578	(66.288)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(14.434)	(300.040)	(14.434)	(300.040)
Total	**6.663.455**	**5.629.624**	**3.652.441**	**2.829.878**

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	**274.408**	**5.519.259**	**5.089.459**	**9.909.398**
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(123.484)	(2.483.667)	(2.290.257)	(4.459.229)
Encargos JCP	806.277	1.474.594	806.277	1.474.594
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.812.020	3.716.740	1.744.212	1.728.128
Participação de empregados no lucro	317.892	562.632	320.359	565.199
Outros valores[1]	1.850.750	2.359.325	3.071.850	3.521.186
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**6.663.455**	**5.629.624**	**3.652.441**	**2.829.878**

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cofins	(2.315.979)	(2.152.351)	(2.928.291)	(2.730.623)
ISSQN	(480.336)	(463.903)	(736.401)	(708.182)
PIS/Pasep	(376.618)	(349.972)	(499.172)	(465.540)
Outras	(112.880)	(105.590)	(487.850)	(471.215)
Total	**(3.285.813)**	**(3.071.816)**	**(4.651.714)**	**(4.375.560)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	7.563.360	12.472.759	7.563.360	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.922.241	1.832.748	2.929.036	1.841.397
Decorrentes de lucros do exterior	690.937	--	690.937	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Operações em mercados de liquidação futura	102.162	--	135.655	--
Ajuste da carteira de leasing	--	--	162.945	144.348
Dependências no exterior	21.895	16.561	21.895	16.561
Outros	68.649	52.650	171.041	145.195
Total dos passivos fiscais diferidos	**11.503.388**	**14.508.862**	**11.809.013**	**14.754.404**
Imposto de Renda	5.994.603	7.497.325	6.241.803	7.706.197
Contribuição Social	4.769.609	5.976.462	4.803.681	5.995.064
Cofins	635.431	889.968	655.593	904.846
PIS/Pasep	103.745	145.107	107.936	148.297

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	85.049.960	22.702.721	(21.157.803)	86.594.878
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.475.417	20.156.586	(13.751.722)	61.880.281
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	368.323	205.629	--	573.952
Provisões passivas - outras	25.656.406	722.312	(6.139.447)	20.239.271
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	954.678	889.241	--	1.843.919
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.284.066	728.953	(269.758)	1.743.261
Outras provisões	1.311.070	--	(996.876)	314.194
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	184.201	8.061.456	(12.291)	8.233.366
Total dos ativos fiscais diferidos	**85.870.699**	**30.764.177**	**(21.170.094)**	**95.464.782**
Imposto de Renda	47.827.825	16.667.829	(11.357.796)	53.137.858
Contribuição Social	37.920.654	13.572.145	(9.335.919)	42.156.880
Cofins	105.136	464.307	(423.168)	146.275
PIS/Pasep	17.084	59.896	(53.211)	23.769

	Consolidado			
	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	87.799.694	23.417.355	(21.738.692)	89.478.357
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.636.428	20.192.323	(13.811.189)	62.017.562
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	368.332	205.637	--	573.969
Provisões passivas - outras	26.392.371	724.542	(6.174.341)	20.942.572
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	954.678	889.241	--	1.843.919
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.479.703	926.847	(364.338)	2.042.212
Outras provisões	2.968.182	478.765	(1.388.824)	2.058.123
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	232.318	8.061.455	(15.072)	8.278.701
Total dos ativos fiscais diferidos	**88.668.550**	**31.478.810**	**(21.753.764)**	**98.393.596**
Imposto de Renda	49.616.436	17.390.705	(11.987.215)	55.019.926
Contribuição Social	38.684.377	13.482.735	(9.240.160)	42.926.952
Cofins	305.949	511.141	(443.793)	373.297
PIS/Pasep	61.788	94.229	(82.596)	73.421

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Créditos tributários no exterior	770.058	826.096	1.002.793	1.015.344
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	26.698	26.376
Diferenças temporárias	--	--	5.275	5.045
Total dos créditos tributários	**770.058**	**826.096**	**1.034.766**	**1.046.765**
Imposto de Renda	427.810	458.942	574.870	581.536
Contribuição Social	342.248	367.154	459.896	465.229

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2026, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	18.662.102	18.662.102	19.251.520	19.251.520
Em 2027	16.864.004	15.729.368	17.342.226	16.175.415
Em 2028	8.778.462	7.742.975	9.007.887	7.945.338
Em 2029	9.698.488	8.132.260	9.949.875	8.343.051
Em 2030	10.134.396	8.080.035	10.395.727	8.288.391
Em 2031	7.034.867	5.333.096	7.217.473	5.471.529
Em 2032	6.005.470	4.328.911	6.161.518	4.441.395
Em 2033	6.653.757	4.560.440	6.823.787	4.676.977
Em 2034	6.918.798	4.508.982	7.095.014	4.623.822
Em 2035	4.714.438	2.921.367	5.148.569	3.190.380
Total de créditos tributários em 30/06/2026	**95.464.782**	**79.999.536**	**98.393.596**	**82.407.818**

No 1º semestre/2026, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R$ 21.170.094 mil (R$ 21.753.764 mil no Consolidado), correspondente a 96,52% da respectiva projeção de utilização para o período de 2026, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2025.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2026, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar [1]	Diferenças temporárias [2]	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar [1]	Diferenças temporárias [2]
Em 2026	0%	28%	0%	28%
Em 2027	0%	24%	0%	24%
Em 2028	5%	9%	5%	9%
A partir de 2029	95%	39%	95%	39%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.
2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	181.333.105	184.587.758
Valor patrimonial por ação (R$) [1]	31,76	32,34
Valor de mercado por ação (R$)	19,91	21,92
Patrimônio líquido consolidado	189.211.354	192.105.295

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 120.000.000 mil (R$120.000.000 mil em 31/12/2025) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R$ 150.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08/04/2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R$ 1 bilhão e uma parcela final de R$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 2026, após solicitação de repactuação do cronograma e manifestação favorável do Tribunal de Contas da União, o saldo remanescente passará a ser amortizado nas parcelas anuais de R$ 100 milhões em julho de 2026 e julho de 2027, R$ 1 bilhão em julho de 2028 e R$ 2,9 bilhões em julho de 2029.

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de capital	1.425.060	1.416.070	1.426.650	1.417.307
Reservas de lucros	87.519.241	83.087.465	86.769.740	82.301.417
Reserva legal	16.439.781	16.128.978	16.439.781	16.128.978
Reservas estatutárias	71.079.460	66.958.487	70.329.959	66.172.439
Margem operacional	58.261.790	55.454.847	57.188.317	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	12.817.670	11.503.640	13.141.642	11.843.512

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro líquido (R$ mil)	6.216.056	9.884.249
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.696.692	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	1,09	1,73

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	**6.216.056**	**9.884.249**
No País	3.759.056	7.436.840
No Exterior	2.457.000	2.447.409
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	7.447	41.734
3) (-) Reserva legal	(310.803)	(494.213)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	**5.912.700**	**9.431.770**
5)Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	**12.060**	**32.100**
6) Base de cálculo dos dividendos	**5.912.700**	**9.422.136**
7) Destinações		
Juros sobre o capital próprio - Payout[1]	1.791.727	3.276.875
Reservas estatutárias	5.613.886	9.431.770
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(1.492.913)	(3.276.875)

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2026	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	400.396	0,070	02/03/2026	11/03/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	465.703	0,082	01/06/2026	11/06/2026
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	340.718	0,060	01/06/2026	11/06/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	584.910	0,102	01/09/2026	11/09/2026
Total destinado aos acionistas	**1.791.727**	**0,314**		
Juros sobre o capital próprio [1]	1.791.727	0,314		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2025	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	**3.276.875**	**0,573**		
Juros sobre o capital próprio [1]	3.276.875	0,573		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	30/06/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo	**6.216.056**	**9.884.249**	**181.333.105**	**184.587.758**
Instrumento elegível a Capital Principal[1]	12.060	32.100	4.100.000	4.100.000
Resultado não realizado[2]	36.547	(109.000)	(749.501)	(786.048)
Participação de não controladores	--	--	4.527.750	4.203.585
Consolidado	**6.264.663**	**9.807.349**	**189.211.354**	**192.105.295**

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	30/06/2026	31/12/2025
Banco do Brasil		
Ativos financeiros ao valor justo	(1.296.125)	(1.267.857)
Hedge de investimentos no exterior	19.015	(37.076)
Variação cambial de investimentos no exterior	(11.494.568)	(11.044.288)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(13.309.912)	(6.217.529)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Ativos financeiros ao valor justo	(394.567)	(160.967)
Hedge de fluxo de caixa	(4.599)	(42.115)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	296	296
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(1.001.189)	(1.001.774)
Outros resultados abrangentes	121.873	112.793
Total	**(27.359.776)**	**(19.658.517)**

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	30/06/2026	31/12/2025
BB Tecnologia e Serviços [1]	--	10	--	--
Fundos de Investimento	(1.131)	(1.281)	8.533	10.007
Banco Patagonia S.A.	300.163	266.746	1.238.758	1.076.692
BB Seguridade S.A.	1.447.927	1.393.137	3.280.459	3.116.886
Participação dos não controladores	**1.746.959**	**1.658.612**	**4.527.750**	**4.203.585**

1 - No 1º Semestre/2025, o Banco ainda não detinha a totalidade das ações emitidas pela BB Tecnologia e Serviços.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	255.384.690	4,5	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria [1]	21.960.676	0,4	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.588.071.590	45,1	2.586.898.660	45,1
Total	**5.730.834.040**	**100,0**	**5.730.834.040**	**100,0**
Residentes no país	4.363.471.575	76,1	4.406.347.986	76,9
Residentes no exterior	1.367.362.465	23,9	1.324.486.054	23,1

1 - Em 30/06/2026, o saldo inclui 75.711 e 22.403 ações de emissão do Banco do Brasil, mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente (73.450 e 11.957 ações em 31/12/2025).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON [1]	
	30/06/2026	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282	45.282
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	443.438	292.753
Conselho Fiscal	8.800	--
Comitê de Auditoria	120	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,009% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	% Total	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.623.097	49,6	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações [1]	344.445		334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período [2]	2.842.967.542	49,6	2.842.623.097	49,6
Total emitido	**5.730.834.040**	**100,0**	**5.730.834.040**	**100,0**

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	**21.862.562**	**100,0**	**22.370.399**	**100,0**	**21.960.676**	**100,0**	**22.455.806**	**100,0**
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	73,9	16.150.700	72,2	16.150.700	73,5	16.150.700	71,9
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	4.986.522	22,8	5.625.287	25,1	4.986.522	22,7	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	725.214	3,3	594.286	2,7	823.328	3,7	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--	126	--	126	--
Valor Contábil	**(251.420)**		**(257.260)**		**(253.010)**		**(258.497)**	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A remuneração em ações é estruturada de forma proporcional ao nível de responsabilidade do administrador, prevendo a transferência imediata para a titularidade do beneficiário de percentual variável entre 14% e 20%, enquanto a parcela remanescente, compreendida entre 80% e 86%, é diferida pelo prazo de três a cinco anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R$ 15.380 mil no 1º semestre/2026 (R$ 14.341 mil no 1º semestre/2025).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência da resolução supracitada, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total de Ações do Programa	Custo Médio [1]	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2022					
	401.045	19,58	296.464	24.835	2026
				79.746	2027
Total de ações a distribuir				**104.581**	
Programa 2023					
	306.829	29,01	192.394	22.633	2026
				42.724	2027
				30.512	2028
				18.566	2029
Total de ações a distribuir				**114.435**	
Programa 2024					
	346.916	28,03	132.868	40.647	2026
				69.342	2027
				48.531	2028
				34.664	2029
				20.864	2030
Total de ações a distribuir				**214.048**	
Programa 2025					
	477.704	23,12	88.870	149.941	2027
				95.524	2028
				66.856	2029
				47.748	2030
				28.765	2031
Total de ações a distribuir				**388.834**	

1 – Nos programas 2024 e 2025, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco detidas pelo Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Administração de fundos	3.385.030	3.076.639	5.593.717	5.064.890
Comissões de seguros, previdência e capitalização	224.854	163.736	3.011.593	2.971.899
Conta corrente	2.751.632	2.683.439	2.752.030	2.683.870
Taxas de administração de consórcios	--	--	1.916.644	1.680.138
Rendas de cartões	875.112	824.475	1.043.019	1.013.860
Operações de crédito e garantias prestadas	822.684	723.744	822.561	725.725
Cobrança	524.363	558.298	553.498	590.854
Arrecadações	510.625	502.822	494.218	487.226
Rendas do mercado de capitais	82.847	75.508	269.497	366.553
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais[1]	150.292	152.796	150.292	152.796
Interbancária	27.055	30.978	27.055	30.978
Outras	854.822	802.725	1.312.373	1.346.432
Total	**10.209.316**	**9.595.160**	**17.946.497**	**17.115.221**

1 - Inclui o montante de R$ 23.969 mil no 1º Semestre/2026 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R$ 23.350 mil no 1º Semestre/2025).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

b) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Proventos	(6.077.462)	(5.701.592)	(6.922.495)	(6.523.100)
Benefícios	(2.045.203)	(1.959.580)	(2.178.686)	(2.081.224)
Encargos sociais	(1.923.092)	(2.251.965)	(2.121.658)	(2.466.945)
Provisões administrativas de pessoal	(1.690.245)	(1.552.584)	(1.694.110)	(1.557.201)
Previdência complementar	(567.903)	(498.419)	(579.875)	(508.300)
Honorários de diretores e conselheiros	(27.104)	(23.734)	(39.543)	(34.893)
Treinamentos	(21.726)	(22.799)	(26.358)	(28.004)
Total	**(12.352.735)**	**(12.010.673)**	**(13.562.725)**	**(13.199.667)**

c) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Depreciação	(1.422.645)	(861.161)	(1.505.591)	(930.173)
Amortização	(1.454.540)	(1.304.097)	(1.461.323)	(1.308.038)
Processamento de dados	(1.196.004)	(1.089.790)	(843.758)	(809.473)
Serviços de vigilância e segurança	(756.107)	(712.722)	(774.994)	(732.709)
Manutenção e conservação de bens	(641.645)	(635.559)	(445.816)	(445.832)
Serviços técnicos especializados	(287.061)	(275.163)	(383.151)	(356.671)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(258.766)	(317.940)	(258.766)	(317.940)
Serviços do sistema financeiro	(198.944)	(228.105)	(246.995)	(291.234)
Propaganda e publicidade	(217.392)	(232.527)	(238.568)	(250.357)
Água, energia e gás	(218.464)	(225.949)	(229.211)	(238.125)
Comunicações	(171.160)	(209.759)	(205.598)	(244.237)
Serviços de terceiros	(385.303)	(408.833)	(171.277)	(232.569)
Promoções e relações públicas	(143.996)	(111.029)	(154.421)	(123.205)
Aluguéis	(119.133)	(584.571)	(125.106)	(590.405)
Viagem no país	(51.006)	(51.292)	(67.763)	(70.430)
Transporte	(27.254)	(48.947)	(38.048)	(60.498)
Material	(5.070)	(7.255)	(8.444)	(15.672)
Outras	(329.110)	(308.486)	(353.844)	(321.710)
Total	**(7.883.600)**	**(7.613.185)**	**(7.512.674)**	**(7.339.278)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Atualização de ativo atuarial	2.132.717	1.992.476	2.132.717	1.992.476
Atualização de depósitos em garantia	1.451.710	1.364.088	1.455.117	1.373.354
Recuperação de encargos e despesas	1.168.252	1.235.623	872.036	954.291
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	725.604	653.920	725.604	653.920
Operações com cartões	309.473	417.259	488.396	653.692
Atualização de impostos a compensar	413.521	125.253	413.521	125.253
Clube de Benefícios BB	213.989	251.674	213.989	251.674
Reversão de provisões - outras	39.235	44.539	76.977	70.910
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	76.460	102.179
Dividendos recebidos	255.436	169.851	37.792	21.619
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	36.216	44.194	36.216	44.194
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	23.394	21.614	23.394	21.614
Rendas de títulos e créditos a receber	10.516	2.072	10.516	2.072
Outras	232.708	163.710	439.148	300.542
Total	**7.012.771**	**6.486.273**	**7.001.883**	**6.567.790**

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Descontos concedidos em renegociação	(1.767.464)	(591.199)	(1.767.464)	(591.199)
Operações com cartões	(1.520.434)	(1.108.169)	(1.646.545)	(1.248.559)
Serviços de terceiros	(650.647)	(627.509)	(927.871)	(876.070)
Bônus de relacionamento negocial	(851.171)	(824.527)	(851.171)	(824.527)
Atualização das obrigações atuariais	(690.841)	(669.786)	(690.841)	(669.786)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(439.056)	(358.283)
Transporte de valores	(376.722)	(313.290)	(376.722)	(313.290)
Convênio INSS	(352.768)	(307.298)	(352.768)	(307.298)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(245.144)	(57.818)	(266.135)	(81.808)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(257.784)	(269.196)	(257.784)	(269.196)
Autoatendimento	(132.620)	(265.862)	(132.620)	(265.862)
Falhas/fraudes e outras perdas	(74.981)	(99.247)	(92.290)	(118.086)
Outras despesas de provisões operacionais	(288)	(660)	(44.811)	(41.868)
Outras	(2.294.730)	(2.793.493)	(2.461.246)	(2.847.805)
Total	**(9.215.594)**	**(7.928.054)**	**(10.307.324)**	**(8.813.637)**

27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Benefícios de curto prazo	**37.344**	**34.256**
Honorários e encargos sociais	20.723	18.593
Diretoria Executiva	20.658	18.421
Conselho de Administração	65	172
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.692	12.265
Outros [1]	4.929	3.398
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**100**	**109**
Remuneração baseada em ações	**9.687**	**15.138**
Total	**47.131**	**49.503**

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

a) transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;

b) valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

c) disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;

d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;

e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre/2026, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R$ 549.202 mil no Banco Múltiplo (R$ 500.801 mil no 1º Semestre/2025) e R$ 253.723 mil no Consolidado (R$ 227.149 mil no 1º Semestre/2025). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 35.d – Cessão de empregados a órgãos externos;

f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;

g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;

h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;

i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;

j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e

k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2026, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R$ 1.800.000 mil (de até R$ 1.180.000 mil em 2025).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das transações com partes relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R$ 62.415 mil no 1º Semestre/2026 (R$ 64.353 mil no 1º Semestre/2025).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.491.168	379.224

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos	**1.724.561**	**9.686.408**	**9.947.882**	**6.375**	**37.434.988**	**58.800.214**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	5.923.207	413.967	--	5.554.327	**11.891.501**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	319	--	240.063	--	1.819.164	**2.059.546**
Carteira de crédito [1]	--	724.786	8.322.908	6.375	19.533.936	**28.588.005**
Outros ativos [2]	1.724.242	3.038.415	970.944	--	10.527.561	**16.261.162**
Garantias recebidas	189.280	--	--	--	3.225.169	**3.414.449**
Passivos	**42.289.602**	**27.470.418**	**15.154.007**	**31.273**	**88.620.965**	**173.566.265**
Recursos de clientes	4.783.748	243.333	429.819	4.656	11.508.850	**16.970.406**
Recursos de instituições financeiras	146.291	23.763.727	1.655.727	--	75.185.453	**100.751.198**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.129.903	18.651	--	26.617	29.122	**4.204.293**
Outros passivos [2] [3]	33.229.660	3.444.707	13.068.461	--	1.897.540	**51.640.368**
Garantias prestadas e outras coobrigações	387.302	153.849	5.048.816	4.813	126.508	**5.721.288**
Demonstração do resultado	**1º Semestre/2026**					
Receitas da intermediação financeira	3.447.859	513.762	982.602	627	1.907.357	**6.852.207**
Despesas da intermediação financeira	(164.084)	(1.473.247)	(80.837)	(1.873)	(2.673.309)	**(4.393.350)**
Receitas de prestação de serviços	53.059	18.669	476.965	--	251.367	**800.060**
Outras receitas	2.752	522.790	273.508	--	393.683	**1.192.733**
Outras despesas [2]	(1.426.943)	(1.231.189)	(1.348.070)	--	(332.455)	**(4.338.657)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 18.905 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R$ 1.533 mil no 1º Semestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	**1.887.571**	**6.126.344**	**11.469.452**	**6.209**	**37.203.719**	**56.693.295**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	4.517.680	1.913.661	--	5.900.166	**12.331.507**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	9	253.451	--	1.591.857	**1.845.398**
Carteira de crédito [1]	--	997.170	8.112.906	6.209	19.370.790	**28.487.075**
Outros ativos [2]	1.887.490	611.485	1.189.434	--	10.340.906	**14.029.315**
Garantias recebidas	207.061	--	--	--	2.501.538	**2.708.599**
Passivos	**52.860.700**	**34.213.513**	**17.093.598**	**31.519**	**73.394.527**	**177.593.857**
Recursos de clientes	3.777.713	202.928	407.858	2.971	11.117.284	**15.508.754**
Recursos de instituições financeiras	16.653	29.772.954	2.458.498	--	60.402.779	**92.650.884**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.135.267	22.999	22.450	28.548	57.692	**4.266.956**
Outros passivos [2] [3]	44.931.067	4.214.632	14.204.792	--	1.816.772	**65.167.263**
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	101.799	5.066.435	4.383	105.064	**5.670.508**
Demonstração do resultado	**1º Semestre/2025**					
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	528.417	507.503	571	1.577.757	**5.881.906**
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(1.453.719)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	**(3.968.212)**
Receitas de prestação de serviços	52.431	17.884	404.522	--	312.538	**787.375**
Outras receitas	3.689	424.501	300.360	--	6.463	**735.013**
Outras despesas [2]	(1.415.183)	(1.133.507)	(522.164)	--	(273.863)	**(3.344.717)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R$ 18.770 mil no 1º semestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos	**1.724.561**	**13.174.875**	**6.375**	**37.435.712**	**52.341.523**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	413.967	--	5.554.327	**5.968.294**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	319	240.063	--	1.819.657	**2.060.039**
Carteira de crédito [1]	--	8.322.908	6.375	19.533.936	**27.863.219**
Outros ativos [2]	1.724.242	4.197.937	--	10.527.792	**16.449.971**
Garantias recebidas	189.280	--	--	3.225.169	**3.414.449**
Passivos	**38.189.603**	**21.332.083**	**31.273**	**88.620.965**	**148.173.924**
Recursos de clientes	4.783.749	429.819	4.656	11.508.850	**16.727.074**
Recursos de instituições financeiras	146.291	1.655.727	--	75.185.453	**76.987.471**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	29.903	--	26.617	29.122	**85.642**
Outros passivos [2] [3]	33.229.660	19.246.537	--	1.897.540	**54.373.737**
Garantias prestadas e outras coobrigações	387.302	5.048.816	4.813	126.508	**5.567.439**
Demonstração do resultado			**1º Semestre/2026**		
Receitas da intermediação financeira	3.447.859	982.602	627	1.907.357	**6.338.445**
Despesas da intermediação financeira	(164.084)	(80.837)	(1.873)	(2.673.309)	**(2.920.103)**
Receitas de prestação de serviços	54.928	3.639.325	19	280.582	**3.974.854**
Outras receitas	2.752	397.840	--	393.683	**794.275**
Outras despesas [2]	(1.413.877)	(1.348.074)	--	(335.028)	**(3.096.979)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 18.905 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R$ 1.533 mil no 1º Semestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	**1.887.571**	**14.722.005**	**6.209**	**37.204.601**	**53.820.386**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	**7.813.827**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	253.451	--	1.592.374	**1.845.906**
Carteira de crédito [1]	--	8.112.906	6.209	19.370.790	**27.489.905**
Outros ativos [2]	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	**16.670.748**
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	**2.708.599**
Passivos	**48.760.700**	**23.305.175**	**31.519**	**73.394.527**	**145.491.921**
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	**15.305.826**
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	**62.877.930**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	**143.957**
Outros passivos [2] [3]	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	**67.164.208**
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	**5.568.709**
Demonstração do resultado			**1º Semestre/2025**		
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	505.997	571	1.580.965	**5.355.191**
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	**(2.514.493)**
Receitas de prestação de serviços	58.620	3.558.679	11	360.106	**3.977.416**
Outras receitas	3.689	424.692	--	6.463	**434.844**
Outras despesas [2]	(1.377.038)	(522.175)	--	(276.067)	**(2.175.280)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R$ 18.770 mil no 1º semestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais [1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I [1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 - Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2026			31/12/2025		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	**85.897**	**121.297**	**207.194**	**86.919**	**121.572**	**208.491**
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.350	98.074	100.424	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	73.736	5.367	79.103	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.682	1.682	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.811	16.174	25.985	9.984	16.295	26.279
Planos de Assistência Médica	**87.498**	**104.346**	**191.844**	**88.528**	**104.848**	**193.376**
Cassi	79.285	99.690	178.975	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.213	4.656	12.869	8.346	4.950	13.296

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	**1.159.413**	**1.080.535**
Plano de Benefícios 1 - Previ [1]	328.331	329.387
Plano Previ Futuro	632.548	546.708
Plano Informal	58.062	58.574
Outros Planos	140.472	145.866
Planos de Assistência Médica	**1.174.678**	**1.128.419**
Cassi	1.040.467	999.769
Outros Planos	134.211	128.650
Total	**2.334.091**	**2.208.954**

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2026, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R$ 1.204.657 mil para os próximos 6 meses e R$ 2.240.303 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	**1.377.182**	**1.331.882**
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.100.680	1.953.694
Plano Previ Futuro	(632.548)	(546.708)
Plano Informal	(54.147)	(50.955)
Outros Planos	(36.803)	(24.149)
Planos de Assistência Médica	**(1.320.560)**	**(1.264.462)**
Cassi	(1.190.344)	(1.139.454)
Outros Planos	(130.216)	(125.008)
Total	**56.622**	**67.420**

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" (Regulamento Complementar 1) e "C" (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 30/06/2026 e 31/12/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	**(139.573.241)**	**(129.071.404)**	**(664.842)**	**(637.536)**	**(9.166.110)**	**(8.459.342)**	**(8.337.601)**	**(7.762.407)**
Custo de juros	(8.706.837)	(17.594.917)	(40.263)	(82.895)	(577.079)	(1.157.512)	(523.192)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(2.071)	(10.108)	--	--	(49.307)	(91.825)	(1.298)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	--	(13.883)	(19.251)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.761.673	17.045.504	58.062	121.579	476.509	987.804	473.214	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(18.025.621)	(9.942.316)	(54.955)	(46.739)	(1.328.098)	(445.235)	(956.891)	(497.952)
Ajuste de experiência	(3.069.599)	(1.442.634)	(14.346)	(9.801)	(291.335)	532	(126.771)	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(14.956.022)	(8.499.682)	(40.609)	(36.938)	(1.036.763)	(445.767)	(830.120)	(492.145)
Saldo final	**(157.546.097)**	**(139.573.241)**	**(715.881)**	**(664.842)**	**(10.644.085)**	**(9.166.110)**	**(9.345.768)**	**(8.337.601)**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(157.546.097)	(139.573.241)	--	--	(361.462)	(361.462)	(7.698.439)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos [1]	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	**202.191.021**	**182.839.230**	**--**	**--**	**361.462**	**--**	**7.671.516**	**7.714.673**
Receita de juros	12.910.268	24.797.453	--	--	--	--	494.537	1.032.972
Antecipação de contraprestação [2]	--	--	--	--	--	361.462	--	--
Contribuições recebidas	651.894	1.383.605	58.062	121.579	476.509	987.804	246.008	518.751
Participantes	323.563	686.366	--	--	--	--	93.284	196.857
Empregador	328.331	697.239	58.062	121.579	476.509	987.804	152.724	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.761.673)	(17.045.504)	(58.062)	(121.579)	(476.509)	(987.804)	(473.214)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.749.146)	10.216.237	--	--	--	--	(240.408)	(608.605)
Saldo final	**202.242.364**	**202.191.021**	**--**	**--**	**361.462**	**361.462**	**7.698.439**	**7.671.516**

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).
2 - Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	44.696.267	62.617.780	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado [1]	**22.348.134**	**31.308.890**	**(715.881)**	**(664.842)**	**(10.282.623)**	**(8.804.648)**	**(1.325.948)**	**(780.605)**

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Custo do serviço corrente	(1.035)	(3.120)	--	--	(49.307)	(45.240)	(648)	(616)
Custo dos juros	(4.353.419)	(4.341.800)	(40.264)	(42.155)	(577.079)	(569.961)	(288.911)	(291.779)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.455.134	6.298.614	--	--	--	--	246.413	269.771
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(13.883)	(8.800)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(563.958)	(524.253)	(125.805)	(128.407)
Outros ajustes / reversão	--	--	--	--	--	--	1.932	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	**2.100.680**	**1.953.694**	**(54.147)**	**(50.955)**	**(1.190.344)**	**(1.139.454)**	**(167.019)**	**(149.157)**

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**(5.106.099)**	**(5.175.074)**	**(95.549)**	**(69.842)**	**(445.724)**	**(200.844)**	**(570.157)**	**(255.701)**
Ajustes de avaliação patrimonial	(11.389.768)	131.525	(54.954)	(46.740)	(1.328.098)	(445.236)	(654.924)	(574.170)
Efeitos fiscais	5.416.689	(62.550)	24.729	21.033	597.644	200.356	296.299	259.714
Saldo final	**(11.079.178)**	**(5.106.099)**	**(125.774)**	**(95.549)**	**(1.176.178)**	**(445.724)**	**(928.782)**	**(570.157)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

30/06/2026	Duration [1]	Pagamentos de benefícios esperados [2]				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,23	18.149.177	17.227.948	16.896.409	315.212.611	367.486.145
Plano Informal (Previ)	5,32	117.850	107.199	99.354	978.446	1.302.849
Plano de Associados (Cassi)	8,62	1.113.519	1.095.762	1.072.711	31.938.643	35.220.635
Regulamento Geral (Economus)	7,08	794.489	787.966	778.497	13.770.624	16.131.576
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,01	5.346	5.512	5.728	134.697	151.283
Plus I e II (Economus)	9,06	56.810	57.863	59.182	2.023.352	2.197.207
Grupo B' (Economus)	6,30	27.137	26.820	26.358	359.206	439.521
Prevmais (Economus)	7,49	40.240	40.067	39.844	820.686	940.837
Multifuturo I (Fusesc)	7,22	10.206	9.759	9.659	184.326	213.950
Plano I (Fusesc)	5,98	58.183	54.739	52.993	657.771	823.686
Plano BEP (Prevbep)	7,48	8.510	8.461	8.389	164.888	190.248

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.
2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Renda fixa	145.472.932	140.057.720	7.195.576	7.117.660
Renda variável [1]	39.599.055	44.562.901	100.811	114.449
Investimentos imobiliários	10.496.379	10.857.658	172.385	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.359.423	5.398.500	151.491	152.730
Outros	1.314.575	1.314.242	439.638	450.057
Total	**202.242.364**	**202.191.021**	**8.059.901**	**8.032.978**
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7.139.155	8.734.652	29.980	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.173.006	1.192.927	31.281	30.249

1 - No plano 1 – Previ, inclui o valor de R$ 5.636.177 mil (R$ 5.207.747 mil em 31/12/2025), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de inflação (a.a.)	5,54%	3,58%	5,38%	3,60%	5,65%	3,57%	5,51%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.) [1]	8,29%	9,80%	8,45%	9,74%	8,17%	9,83%	8,33%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,29%	13,73%	--	--	--	--	14,29%	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,56%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

1 - Em junho/2026, o Banco revisou a metodologia de apuração da taxa real de desconto aplicada na remensuração do passivo atuarial dos planos de benefícios. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Os impactos da remensuração atuarial decorrentes das premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto, estão refletidos nos valores apresentados no quadro d.1.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

30/06/2026	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	8,29%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado [1]
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Valor apurado - Previ	**232.878.255**	**226.681.143**	**(218.320.097)**	**(214.204.323)**	**14.558.158**	**12.476.820**
Ajuste no valor dos ativos do plano [1]	(30.635.891)	(24.490.122)	--	--	(30.635.891)	(24.490.122)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	60.774.000	74.631.082	60.774.000	74.631.082
Valor apurado - Banco	**202.242.364**	**202.191.021**	**(157.546.097)**	**(139.573.241)**	**44.696.267**	**62.617.780**

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2026.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.810.898)	2.910.674	2.592.462	(2.647.348)	108	(107)
Plano Informal (Previ)	(9.189)	9.441	17.524	(17.518)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(172.326)	178.832	139.277	(141.434)	709	(695)
Regulamento Geral (Economus)	(127.303)	131.584	126.559	(130.501)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.311)	1.355	(1.962)	1.984	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.264)	16.971	21.007	(20.632)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.357)	2.419	5.025	(5.104)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.111)	7.373	2.738	(2.691)	809	(807)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.046)	2.165	1.174	(1.212)	254	(234)
Plano I (Fusesc)	(6.172)	6.350	9.110	(9.228)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.509)	1.564	1.228	(1.275)	--	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Plano 1 (Previ)	22.348.134	31.308.890	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(715.881)	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.282.623)	(8.804.648)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(826.888)	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9.429	11.481	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(710.147)	(607.913)
Grupo B' (Economus)	--	--	(222.442)	(204.985)
Prevmais (Economus)	174.390	188.701	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.773	93.519	--	--
Plano I (Fusesc)	118.640	133.578	--	--
Plano BEP (Prevbep)	37.297	38.324	--	--
Total	**22.781.663**	**31.774.493**	**(12.757.981)**	**(10.715.698)**

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Fundo de Utilização [1]		
Saldo inicial	**12.367.543**	**12.026.025**
Contribuição ao Plano 1	(328.331)	(697.239)
Atualização	725.603	1.038.757
Saldo final	**12.764.815**	**12.367.543**

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	**2.493.813.159**	**2.501.321.141**	**2.364.436.124**	**2.358.614.695**
Disponibilidades	27.063.120	27.063.120	19.737.849	19.737.849
Ativos financeiros	**2.466.750.039**	**2.474.258.021**	**2.344.698.275**	**2.338.876.846**
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	117.967.414	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.518.991	254.691.103	189.483.316	189.915.180
Títulos e valores mobiliários	768.258.969	767.928.537	729.783.934	728.558.008
Instrumentos financeiros derivativos	6.014.736	6.014.736	4.657.484	4.657.484
Carteira de crédito	1.245.871.724	1.253.538.026	1.229.907.027	1.224.879.660
Outros ativos financeiros	74.118.205	74.118.205	70.850.381	70.850.381
Passivos financeiros	**2.286.498.889**	**2.284.242.810**	**2.153.615.868**	**2.147.137.744**
Recursos de clientes	954.018.837	952.497.723	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	845.408.764	844.673.799	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	296.074.171	296.074.171	331.537.120	331.537.120
Instrumentos financeiros derivativos	5.614.344	5.614.344	4.474.734	4.474.734
Outros passivos financeiros	185.382.773	185.382.773	192.627.318	192.627.318

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida, patrimoniais e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/06/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**701.257.553**	**673.594.205**	**27.348.528**	**314.820**
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	681.641.442	667.956.534	13.627.829	57.079
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	10.151.513	5.637.671	4.301.766	212.076
Instrumentos financeiros derivativos	6.014.736	--	6.014.736	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	3.404.197	--	3.404.197	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	45.665	--	--	45.665
Passivo	**13.666.148**	**--**	**13.666.148**	**--**
Instrumentos financeiros derivativos	5.614.344	--	5.614.344	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	6.494.232	--	6.494.232	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.557.572	--	1.557.572	--

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**656.536.207**	**631.105.518**	**25.096.194**	**334.495**
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	640.022.346	627.293.500	12.655.319	73.527
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	--	--	48.682
Passivo	**10.391.471**	**--**	**10.391.471**	**--**
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.208.772	--	4.208.772	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.707.965	--	1.707.965	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2026
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	212.286	(232)	--	--	--	22	212.076
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	73.527	(16.448)	--	--	--	--	57.079
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	(3.017)	--	--	--	--	45.665
Total	**334.495**	**(19.697)**	**--**	**--**	**--**	**22**	**314.820**

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.

30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

(i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e

(ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/06/2026			31/12/2025		
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(77.895)	(251.565)	(492.532)	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(1.098)	(6)	(13)	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(211.734)	(389.689)	(714.044)	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(312.061)	(357.895)	(746.434)	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	**(602.788)**	**(999.155)**	**(1.953.023)**	**(535.224)**	**(797.800)**	**(1.568.563)**
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.758.458)	(43.492.990)	(82.070.220)	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(14.101.140)	(27.446.820)	(58.828.535)	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(488.631)	(829.255)	(1.560.639)	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(6.089.729)	(533.784)	(1.086.444)	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	**(34.437.958)**	**(72.302.849)**	**(143.545.838)**	**(33.156.192)**	**(68.345.900)**	**(135.563.450)**

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

a) projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;

b) teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;

c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e

d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:

- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appettite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das MCL, visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	30/06/2026						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	3.288.721	20.043.547	8.520.152	271.528.944	4.667	303.386.031	15,5%
LCA	4.604.666	7.513.559	37.155.388	134.414.933	--	183.688.546	9,4%
LCI	312.394	1.638.661	2.560.072	10.909.501	--	15.420.628	0,8%
Letras financeiras	--	14.298.513	8.358.138	3.142.524	--	25.799.175	1,3%
Poupança	213.728.227	--	--	--	--	213.728.227	10,9%
Dep. vista	83.727.361	--	--	--	--	83.727.361	4,3%
Dep. judicial	289.861.950	--	--	--	--	289.861.950	14,8%
Captações de tesouraria	38.395.345	27.903.302	2.762.025	9.021.616	5.806.992	83.889.280	4,3%
Dep. prazo fixo	3.302.100	3.437.375	1.816.545	5.558.789	--	14.114.809	0,7%
Outras captações comerciais	10.174.724	102.681	265.687	1.714.083	--	12.257.175	0,6%
Captações comerciais ME	6.494.231	15.857.432	6.231.602	17.147.736	--	45.731.001	2,3%
Compromissadas	658.013.174	15.286.690	411.301	11.790.631	--	685.501.796	35,1%
Total	**1.311.902.893**	**106.081.760**	**68.080.910**	**465.228.757**	**5.811.659**	**1.957.105.979**	**100,0%**

Passivo	31/12/2025						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	**1.184.886.349**	**98.684.204**	**61.660.876**	**481.459.741**	**5.855.356**	**1.832.546.526**	**100,0%**

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de convenente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.607.318.363**	**1.535.295.821**	**1.651.054.903**	**1.572.718.612**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.572.058	187.012.603	254.518.991	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	64.263.741	72.460.534	76.545.983	82.477.888
Carteira de crédito	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	70.690.455	71.046.449	74.118.205	70.850.381
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	**10.653.842**	**8.299.474**	**16.185.048**	**12.281.388**
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.666.037	3.670.895	10.170.312	7.623.904
Derivativos	5.987.805	4.628.579	6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo resultados abrangentes	**673.275.273**	**631.890.239**	**681.675.351**	**640.160.840**
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	**246.411.204**	**247.613.948**	**252.460.147**	**251.332.405**

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias
Contratadas com garantias	**775.289.500**	**742.561.040**	**730.613.537**	**683.831.952**	**775.289.500**	**742.561.040**	**730.613.537**	**683.831.952**
Produtor rural	**379.669.618**	**352.728.035**	**375.201.060**	**342.926.821**	**379.669.618**	**352.728.035**	**375.201.060**	**342.926.821**
Pessoa física	**53.042.133**	**52.572.640**	**53.901.893**	**53.217.004**	**53.042.133**	**52.572.640**	**53.901.893**	**53.217.004**
Financiamento de veículos	2.045.458	1.987.844	2.443.188	2.344.507	2.045.458	1.987.844	2.443.188	2.344.507
Financiamento imobiliário	43.366.728	43.316.993	44.736.541	44.506.971	43.366.728	43.316.993	44.736.541	44.506.971
Demais	7.629.947	7.267.803	6.722.164	6.365.526	7.629.947	7.267.803	6.722.164	6.365.526
Pessoa jurídica	**342.577.749**	**337.260.365**	**301.510.584**	**287.688.127**	**342.577.749**	**337.260.365**	**301.510.584**	**287.688.127**
Atacado	161.417.129	156.318.883	125.331.420	113.846.680	161.417.129	156.318.883	125.331.420	113.846.680
Varejo/MPE	181.160.620	180.941.482	176.179.164	173.841.447	181.160.620	180.941.482	176.179.164	173.841.447
Contratadas sem garantias	**231.974.066**	**--**	**194.202.966**	**--**	**231.974.066**	**--**	**194.202.966**	**--**
Contratadas com outros mitigadores	**212.528.543**	**--**	**279.959.732**	**--**	**238.608.158**	**--**	**305.090.524**	**--**
Total	**1.219.792.109**		**1.204.776.235**		**1.245.871.724**		**1.229.907.027**	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

(i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
(ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
(iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
(iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
(v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
(vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
(vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
(viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
(ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
(x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
(xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
(xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

ATIVO	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário[1]	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement - cash collateral[2]	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval [3]	**100%**
Seguro de crédito	**100%**
Pledge agreement – securities [4]	**77%**
Fundos offshore – BB Fund [5]	**77%**
Semoventes bovinos [6]	**70%**
Pledge Agreement - cash collateral[7]	**70%**
Demais garantias [8]	**50%**

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.
2 - Mesma moeda da operação.
3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.
4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.
5 - Exclusivo ou varejo.
6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).
7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.
8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Bacen.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Mercado interno	**1.182.304.183**	**1.164.210.171**	**1.183.015.121**	**1.164.472.166**
Sudeste	467.882.338	462.927.894	468.163.683	463.032.072
Sul	200.195.937	196.191.748	200.316.318	196.235.899
Centro-Oeste	238.339.713	237.290.745	238.483.030	237.344.146
Nordeste	188.802.289	182.559.693	188.915.819	182.600.777
Norte	87.083.906	85.240.090	87.136.271	85.259.273
Mercado externo	**37.487.926**	**40.566.064**	**62.856.603**	**65.434.861**
Total do ativo	**1.219.792.109**	**1.204.776.235**	**1.245.871.724**	**1.229.907.027**

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política específica de gerenciamento de riscos e capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.° 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de gestão e monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite[1]	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

[1] nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n° 4.955/2021 e n° 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R$ 4.100.000 mil (R$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/06/2026	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	**191.008.090**	**204.528.805**
Nível I	**182.207.021**	**192.794.046**
Capital Principal (CP)	**154.714.921**	**165.281.946**
Patrimônio líquido	181.822.362	184.878.402
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	5.345.382	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(36.552.823)	(31.714.530)
Capital Complementar	**27.492.100**	**27.512.100**
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.492.100	27.512.100
Nível II	**8.801.069**	**11.734.759**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) - Recursos captados do FCO (Nota 19.c) [1]	8.801.069	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**1.372.716.326**	**1.351.829.024**
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.089.999.850	1.090.837.455
Risco de Mercado (RWAMPAD)	50.593.551	40.709.562
Risco Operacional (RWAOPAD)	232.122.925	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) [2]	**109.817.306**	**108.146.322**
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) [3]	**81.190.784**	**96.382.483**
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) [3]	**13,27%**	**14,26%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA) [3]	11,27%	12,23%
Índice de Basileia (PR/RWA) [3]	**13,91%**	**15,13%**

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n 4.955/2021, em 2026, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 30% (40% em 2025) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(12.459.877)	(17.165.731)
Ativos intangíveis	(12.229.412)	(11.970.240)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(8.914.749)	(864.385)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) [1]	(2.269.196)	(1.073.292)
Participação de não controladores [2]	(654.940)	(583.688)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(21.180)	(52.779)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(3.469)	(4.415)
Total	**(36.552.823)**	**(31.714.530)**

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	30/06/2026	31/12/2025
Situação do limite de imobilização	21,68%	19,82%
Margem em relação ao limite de imobilização	54.092.690	61.723.580

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/06/2026
Índice de Capital Principal (ICP) [1]	8,00%	11,27%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) [1]	9,50%	13,27%
Índice de Basileia (IB) [1]	11,50%	13,91%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	21,68%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30/06/2026, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, na modalidade perpétua, conforme definido em suas emissões, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:

- intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicado ao Mercado de 26 de junho de 2026, o saldo remanescente de R$ 4,1 bilhões passa a ser amortizado conforme o seguinte cronograma: (i) duas parcelas anuais de R$ 100 milhões, em julho de 2026 e julho de 2027; (ii) uma parcela de R$ 1 bilhão, em julho de 2028; e (iii) uma parcela final de R$ 2,9 bilhões, em julho de 2029.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Compromissos de crédito e créditos a liberar	**225.790.872**	**229.480.916**	**231.887.298**	**233.183.539**
Compromissos de crédito	**214.978.383**	**216.736.304**	**221.074.809**	**220.438.927**
Não canceláveis	164.576.852	166.962.507	170.673.278	168.156.922
Canceláveis	50.401.531	49.773.797	50.401.531	52.282.005
Créditos a liberar	**10.812.489**	**12.744.612**	**10.812.489**	**12.744.612**
Não canceláveis	311.603	253.471	311.603	253.471
Canceláveis	10.500.886	12.491.141	10.500.886	12.491.141
Garantias prestadas	**20.620.332**	**18.133.032**	**20.572.849**	**18.148.866**
Créditos abertos para importação contratados	**3.457.034**	**1.429.582**	**3.588.909**	**1.567.203**
Créditos de exportação confirmados	**173.997**	**186.005**	**174.713**	**186.535**

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("*standby*") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota Explicativa 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	170.289	13.493	389.437	573.219	165.495	24.794	444.628	634.917
Compromissos de crédito e créditos a liberar	136.777	24.702	530	162.009	137.921	15.985	460	154.366
Total	**307.066**	**38.195**	**389.967**	**735.228**	**303.416**	**40.779**	**445.088**	**789.283**

	Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	170.482	13.498	389.437	573.417	165.621	24.577	444.628	634.826
Compromissos de crédito e créditos a liberar	142.166	25.022	530	167.718	142.614	16.013	460	159.087
Total	**312.648**	**38.520**	**389.967**	**741.135**	**308.235**	**40.590**	**445.088**	**793.913**

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração do Resultado.

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	Outros	30/06/2026	31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	Outros	30/06/2026
Garantias financeiras prestadas	634.917	(63.760)	2.062	573.219	634.826	(63.437)	2.028	573.417
Compromissos de crédito e créditos a liberar	154.366	7.619	24	162.009	159.087	9.038	(407)	167.718
Total	**789.283**	**(56.141)**	**2.086**	**735.228**	**793.913**	**(54.399)**	**1.621**	**741.135**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	30/06/2026		31/12/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	525.258.625	514.696.964	466.906.681	453.427.816
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários [1]	18.147.859	18.616.491	28.984.986	28.805.774
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	--	--	32.292	29.832
Total	**543.406.484**	**533.313.455**	**495.923.959**	**482.263.422**

1 – Inclui o saldo de R$ 16.298.031 mil (R$ 26.398.785 mil em 31/12/2025) referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação [1]				
Ativos financeiros transferidos	80.974	80.974	89.098	89.098
Passivos financeiros associados	81.070	81.070	89.197	89.197
Posição líquida	**(96)**	**(96)**	**(99)**	**(99)**

1 - Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Carteira de crédito" e "Recursos de instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado recorrente	**6.264.663**	**9.879.317**
Resultado não recorrente	**--**	**(71.968)**
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) [1]	--	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes [2]	--	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2- O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

30/06/2026	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	**24.951.323**	**--**	**24.951.323**	**27.063.120**	**--**	**27.063.120**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	**8.432.035**	**2.218.648**	**10.650.683**	**13.947.601**	**2.218.648**	**16.166.249**
Títulos e valores mobiliários	4.662.878	--	4.662.878	10.151.513	--	10.151.513
Instrumentos financeiros derivativos	3.769.157	2.218.648	5.987.805	3.796.088	2.218.648	6.014.736
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**6.014.012**	**667.253.953**	**673.267.965**	**8.338.165**	**673.303.277**	**681.641.442**
Títulos e valores mobiliários	6.014.012	667.253.953	673.267.965	8.338.165	673.303.277	681.641.442
Ativos financeiros ao custo amortizado	**874.414.015**	**850.836.684**	**1.725.250.699**	**892.477.037**	**876.465.311**	**1.768.942.348**
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	--	117.967.414	117.967.414	--	117.967.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez	251.587.281	984.777	252.572.058	253.354.264	1.164.727	254.518.991
Títulos e valores mobiliários	37.531.114	26.697.549	64.228.663	40.575.218	35.890.796	76.466.014
Carteira de crédito	427.979.517	791.812.592	1.219.792.109	440.442.878	805.428.846	1.245.871.724
Outros ativos financeiros	39.348.689	31.341.766	70.690.455	40.137.263	33.980.942	74.118.205
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(41.272.019)**	**(66.759.020)**	**(108.031.039)**	**(41.867.591)**	**(67.354.833)**	**(109.222.424)**
Carteira de crédito	(36.083.408)	(66.758.562)	(102.841.970)	(36.655.479)	(67.031.121)	(103.686.600)
Demais ativos financeiros	(5.188.611)	(458)	(5.189.069)	(5.212.112)	(323.712)	(5.535.824)
Ativos fiscais	**30.757.165**	**75.334.329**	**106.091.494**	**33.065.047**	**77.420.104**	**110.485.151**
Correntes	10.626.712	--	10.626.712	12.091.555	--	12.091.555
Diferidos (créditos tributários)	20.130.453	75.334.329	95.464.782	20.973.492	77.420.104	98.393.596
Investimentos	**--**	**43.136.672**	**43.136.672**	**--**	**20.401.162**	**20.401.162**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	43.021.615	43.021.615	--	20.255.325	20.255.325
Outros investimentos	--	147.312	147.312	--	147.312	147.312
Perdas por redução ao valor	--	(32.255)	(32.255)	--	(1.475)	(1.475)
Imobilizado	**--**	**17.709.550**	**17.709.550**	**--**	**18.254.932**	**18.254.932**
Imobilizações de uso	--	28.663.354	28.663.354	--	29.307.303	29.307.303
Direito de uso	--	4.687.515	4.687.515	--	5.007.568	5.007.568
Depreciação acumulada	--	(15.618.655)	(15.618.655)	--	(16.034.492)	(16.034.492)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	**--**	**12.186.009**	**12.186.009**	**--**	**12.261.509**	**12.261.509**
Ativos intangíveis	--	23.855.688	23.855.688	--	24.404.155	24.404.155
Amortização acumulada	--	(11.630.146)	(11.630.146)	--	(12.073.222)	(12.073.222)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	**13.539.509**	**22.861.017**	**36.400.526**	**15.611.118**	**23.165.404**	**38.776.522**
Total do ativo	**916.836.040**	**1.624.777.842**	**2.541.613.882**	**948.634.497**	**1.636.135.514**	**2.584.770.011**
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	**3.256.118**	**2.357.549**	**5.613.667**	**3.256.795**	**2.357.549**	**5.614.344**
Instrumentos financeiros derivativos	3.256.118	2.357.549	5.613.667	3.256.795	2.357.549	5.614.344
Passivos financeiros ao custo	**1.639.226.970**	**621.400.353**	**2.260.627.323**	**1.662.261.112**	**618.623.433**	**2.280.884.545**
Recursos de clientes	628.650.222	286.060.468	914.710.690	666.851.192	287.167.645	954.018.837
Recursos de instituições financeiras	808.186.683	59.398.989	867.585.672	790.224.757	55.184.007	845.408.764
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	86.650.979	205.619.108	292.270.087	87.744.287	208.329.884	296.074.171
Outros passivos financeiros	115.739.086	70.321.788	186.060.874	117.440.876	67.941.897	185.382.773
Provisões	**12.589.349**	**25.325.257**	**37.914.606**	**13.285.553**	**25.626.178**	**38.911.731**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.691.824	23.039.434	31.731.258	8.775.627	23.261.573	32.037.200
Outras provisões	3.897.525	2.285.823	6.183.348	4.509.926	2.364.605	6.874.531
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	**307.066**	**428.162**	**735.228**	**312.648**	**428.487**	**741.135**
Passivos fiscais	**5.581.181**	**7.563.360**	**13.144.541**	**9.010.396**	**7.821.047**	**16.831.443**
Correntes	1.641.153	--	1.641.153	5.022.430	--	5.022.430
Diferidos	3.940.028	7.563.360	11.503.388	3.987.966	7.821.047	11.809.013
Outros passivos	**39.640.036**	**2.605.376**	**42.245.412**	**44.117.219**	**8.458.240**	**52.575.459**
Total do passivo	**1.700.600.720**	**659.680.057**	**2.360.280.777**	**1.732.243.723**	**663.314.934**	**2.395.558.657**
Patrimônio líquido	**--**	**181.333.105**	**181.333.105**	**--**	**189.211.354**	**189.211.354**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.700.600.720**	**841.013.162**	**2.541.613.882**	**1.732.243.723**	**852.526.288**	**2.584.770.011**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	**17.192.762**	**--**	**17.192.762**	**19.737.849**	**--**	**19.737.849**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	**6.616.204**	**1.681.548**	**8.297.752**	**10.596.238**	**1.681.548**	**12.277.786**
Títulos e valores mobiliários	3.669.173	--	3.669.173	7.620.302	--	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	2.947.031	1.681.548	4.628.579	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**13.759.033**	**618.125.941**	**631.884.974**	**16.238.944**	**623.783.402**	**640.022.346**
Títulos e valores mobiliários	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado	**821.384.110**	**833.890.013**	**1.655.274.123**	**839.171.058**	**853.227.085**	**1.692.398.143**
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133	120.016.133	--	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.613.389	2.399.214	187.012.603	187.716.049	1.767.267	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	38.332.004	34.090.699	72.422.703	46.515.950	35.625.336	82.141.286
Carteira de crédito	445.795.320	758.980.915	1.204.776.235	457.294.227	772.612.800	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	32.627.264	38.419.185	71.046.449	27.628.699	43.221.682	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(41.030.130)**	**(61.746.406)**	**(102.776.536)**	**(41.518.436)**	**(62.272.055)**	**(103.790.491)**
Carteira de crédito	(36.264.048)	(61.740.711)	(98.004.759)	(36.712.231)	(62.026.454)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	(4.766.082)	(5.695)	(4.771.777)	(4.806.205)	(245.601)	(5.051.806)
Ativos fiscais	**37.951.433**	**59.468.047**	**97.419.480**	**39.585.687**	**61.491.319**	**101.077.006**
Correntes	11.548.781	--	11.548.781	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	26.402.652	59.468.047	85.870.699	27.457.980	61.210.570	88.668.550
Investimentos	**--**	**41.173.368**	**41.173.368**	**--**	**20.526.343**	**20.526.343**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.064.231	41.064.231	--	20.388.708	20.388.708
Outros investimentos	--	143.790	143.790	--	143.790	143.790
Perdas por redução ao valor	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.155)	(6.155)
Imobilizado	**--**	**16.967.411**	**16.967.411**	**--**	**17.521.224**	**17.521.224**
Imobilizações de uso	--	27.335.964	27.335.964	--	27.959.857	27.959.857
Direito de uso	--	4.377.166	4.377.166	--	4.680.985	4.680.985
Depreciação acumulada	--	(14.723.055)	(14.723.055)	--	(15.094.171)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	**--**	**11.953.028**	**11.953.028**	**--**	**12.034.747**	**12.034.747**
Ativos intangíveis	--	22.251.907	22.251.907	--	22.811.545	22.811.545
Amortização acumulada	--	(10.259.346)	(10.259.346)	--	(10.707.374)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	**5.538.273**	**31.850.671**	**37.388.944**	**7.742.415**	**32.073.340**	**39.815.755**
Total do ativo	**861.411.685**	**1.553.363.621**	**2.414.775.306**	**891.553.755**	**1.560.066.953**	**2.451.620.708**
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	**3.308.842**	**1.167.907**	**4.476.749**	**3.306.827**	**1.167.907**	**4.474.734**
Instrumentos financeiros derivativos	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Passivos financeiros ao custo	**1.514.546.837**	**621.232.834**	**2.135.779.671**	**1.530.828.891**	**618.312.243**	**2.149.141.134**
Recursos de clientes	617.998.627	242.649.693	860.648.320	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	691.452.706	63.601.356	755.054.062	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75.731.233	250.951.151	326.682.384	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	129.364.271	64.030.634	193.394.905	131.570.200	61.057.118	192.627.318
Provisões	**13.691.965**	**22.356.660**	**36.048.625**	**14.394.005**	**22.804.746**	**37.198.751**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.930.895	20.525.096	29.455.991	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	4.761.070	1.831.564	6.592.634	5.331.581	1.977.370	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	**303.416**	**485.867**	**789.283**	**308.235**	**485.678**	**793.913**
Passivos fiscais	**3.757.498**	**12.472.759**	**16.230.257**	**8.479.712**	**12.700.101**	**21.179.813**
Correntes	1.721.395	--	1.721.395	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	2.036.103	12.472.759	14.508.862	2.054.303	12.700.101	14.754.404
Outros passivos	**14.333.449**	**22.529.514**	**36.862.963**	**18.560.781**	**28.166.287**	**46.727.068**
Total do passivo	**1.549.942.007**	**680.245.541**	**2.230.187.548**	**1.575.878.451**	**683.636.962**	**2.259.515.413**
Patrimônio líquido	**--**	**184.587.758**	**184.587.758**	**--**	**192.105.295**	**192.105.295**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.549.942.007**	**864.833.299**	**2.414.775.306**	**1.575.878.451**	**875.742.257**	**2.451.620.708**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

35 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Administrado	**1.285**	**1.267**	**1.950.325.509**	**1.782.896.415**
Fundos de investimentos	1.279	1.261	1.934.824.965	1.766.734.332
Carteiras administradas	6	6	15.500.544	16.162.083

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Grupo BB	53.342.600	62.116.604	52.463.770	61.233.426
Terceiros	113.702.650	109.830.719	168.448.469	161.788.093
Total do ativo	**167.045.250**	**171.947.323**	**220.912.239**	**223.021.519**
Passivo				
Grupo BB	33.159.112	33.974.110	31.734.034	32.495.716
Terceiros	126.050.514	126.104.697	171.169.747	169.188.574
Patrimônio líquido	**7.835.624**	**11.868.516**	**18.008.458**	**21.337.229**
Atribuível à controladora	7.835.624	11.868.516	16.769.700	20.260.537
Participação dos não controladores	--	--	1.238.758	1.076.692
Total do passivo	**167.045.250**	**171.947.323**	**220.912.239**	**223.021.519**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro líquido	**1.018.678**	**1.083.716**	**2.757.163**	**2.714.155**
Atribuível à controladora	1.018.678	1.083.716	2.457.000	2.447.409
Participações dos não controladores	--	--	300.163	266.746

c) Recursos de consórcios

	30/06/2026	31/12/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.213.738	1.157.049
Obrigações do grupo por contribuições	81.411.024	79.878.378
Consorciados - bens a contemplar	73.560.337	73.289.786
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	413	428
Quantidade de consorciados ativos	1.802.874	1.791.702
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	256.910	250.625

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	126.517	140.582

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos[1]	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos[1]	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	216	29.837	219	28.567
Outros órgãos/entidades	7	3.143	8	3.215
Sem ônus para o Banco[2]				
Governos Federal, Estadual e Municipal	245	--	228	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	598	--	596	--
Entidades dos funcionários	69	--	71	--
Entidades controladas e coligadas	872	--	818	--
Total	**2.007**	**32.980**	**1.940**	**31.782**

1 - Posição no último dia do período.
2 - No 1º Semestre/2026, o Banco foi ressarcido em R$ 426.429 mil (R$ 382.973 mil no 1º Semestre/2025), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/06/2026	31/12/2025
Menor Salário	4.189	4.189
Maior Salário	70.090	70.090
Salário Médio	13.239	13.033
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.452	6.360
Presidente	94.028	90.186
Vice-presidente	84.162	80.723
Diretor	71.329	68.414
Comitê de Auditoria - Titular	64.196	61.573
Comitê de Riscos e de Capital	64.196	61.573
Conselho Fiscal	8.168	7.847
Conselho de Administração	8.168	7.847

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30/06/2026

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.151.339	7.309
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva [1]	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	**1.287.519**	**7.642**

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

g) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 30 de junho de 2026, o saldo das operações contratadas era de R$ 39.341.333 (R$ 22.556.901 em 31 de dezembro de 2025).

h) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduziu no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global, no contexto do Pilar 2, alinhado às Regras GloBE da OCDE. A norma é aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira incorporou conceitos da legislação internacional e elementos próprios das Regras GloBE, que diferem de práticas adotadas no sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE, regras para tributos abrangidos e o tratamento de tributos diferidos.

Em 2026, a Administração realizou os procedimentos de avaliação previstos na regulamentação aplicável ao Adicional da CSLL, abrangendo o Banco e suas controladas nas jurisdições em que operam. Como resultado dessa avaliação, não foram apurados efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis em decorrência da aplicação da Lei nº 15.079/2024.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira, as orientações emitidas pelos órgãos competentes e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas decorrentes do cenário internacional, que possam afetar a implementação global do Pilar 2 e a aplicação do Adicional da CSLL em períodos futuros.

i) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

36 – Eventos subsequentes

a) Operacionalização de Linhas para Renegociação de Dívidas Rurais Previstas na MP 1.376/2026

O Banco está adotando as medidas necessárias para operacionalizar as linhas de crédito voltadas à renegociação de dívidas rurais de clientes afetados por eventos climáticos extremos ou pela queda dos preços de comercialização, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.376/2026.

Neste momento, o Banco aguarda a publicação de regulamentação complementar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e de ato normativo do Ministério da Fazenda, que definirão as condições aplicáveis, incluindo a equalização dos encargos financeiros, para implementação das linhas de crédito e avaliação dos impactos da medida sobre seus indicadores financeiros, patrimoniais e de resultados.

b) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 21/05/2026, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da quinta parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item "c".

Em 29/07/2026, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R$ 100 milhões referente à parcela prevista no cronograma repactuado.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independentesobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos
Administradores do Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), em 30 de junho de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (f), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2026 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza, pontualmente, análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito, realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da

Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;

- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (f) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante pode ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, realizamos a avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;

- Avaliação, por amostragem, das premissas utilizadas no método “Individualizado” por meio de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como avaliação da consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do

histórico de desembolsos ocorridos no período quando comparado com os respectivos valores provisionados;

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (l), 4 (e) e 28 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentados no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;

- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, ao alto volume de transações processadas diariamente, e à importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a,com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

Avaliação, para áreas e sistemas em que, pelo nosso julgamento, existe elevada dependência de tecnologia da informação, do desenho e da efetividade operacional de controles internos chave (incluindo controles compensatórios) relacionados ao ambiente geral de tecnologia da informação, abrangendo controles de acesso a sistemas e aplicações, tais como autorização de novos usuários, revogação de acessos de colaboradores desligados e revisão periódica de usuários ativos, bem como a análise das políticas de senhas, configurações de segurança e controles internos sobre o desenvolvimento, manutenção e implementação de mudanças em sistemas e aplicativos; nas

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, que impactam de forma relevante as demonstrações contábeis;

- Avaliação, com base em amostragem, das informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis .

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

O Banco elaborou demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Brasil S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2026 de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting que foram apresentadas separadamente e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, datado de 11 de agosto de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 11 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Original assinado

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Primeiro semestre de 2026

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2026, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/11/2025, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

Original assinado

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;

b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;

c) a KPMG atua com efetividade e independência;

d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a legislação aplicável e com a política específica do BB;

e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;

f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;

g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 30/06/2026, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Edson Teixer

Fernando Florêncio Campos

Marcelo Gasparino da Silva

Original assinado

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Original assinado

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Membros da Administração

PRESIDENTE
Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES
Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES
Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Bárbara dos Santos Lopes Freitas
Barbara Favero dos Santos Bosi
Bruno Alves do Nascimento
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL
Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
José Pedro Bastos Neves
Paulo Moreira Marques

COMITÊ DE AUDITORIA
Aramis Sá de Andrade
Edson Teixer
Egídio Otmar Ames
Fernando Florêncio Campos
Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07

Relatório da

Administração

1S26



Relatório da Administração | 1S26

Lucro Líquido
R$ 6,3 bilhões no 1S26– R$ 9,8 bilhões no 1S25

Resultado da Intermediação Financeira
R$ 17,5 bilhões no 1S26 – R$ 21,7 bilhões no 1S25

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
R$ 35,9 bilhões no 1S26 – R$ 29,0 bilhões no 1S25

Receita de Prestação de Serviços
R$ 17,9 bilhões no 1S26 – R$ 17,1 bilhões no 1S25

Despesas Administrativas e de Pessoal
R$ 21,1 bilhões no 1S26 – R$ 20,5 bilhões no 1S25

Índice de Basileia
13,91 %

Índice de Capital Principal
11,27 %

Em junho/26, nossos ativos alcançaram R$ 2,6 trilhões. A carteira de crédito superou R$ 1,2 trilhão, com destaque para o segmento de pessoas físicas na comparação com junho/25, enquanto os recursos de clientes totalizaram R$ 954 bilhões. O Capital Principal foi de 11,27%, adequado para continuar suportando a execução da nossa estratégia corporativa.

As receitas de intermediação financeira cresceram 19,7% em relação ao 1S25, refletindo o aumento das receitas de operação de crédito e do resultado com títulos e valores mobiliários. Já as despesas de intermediação financeira cresceram 28,8% no mesmo período de comparação, fruto tanto do aumento do saldo de captação como da Taxa Média Selic no ano.

As perdas esperadas, com elevação de 23,7%, refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais.

Além disso, o Banco continuou atuando, com conhecimento especializado e proximidade junto ao produtor rural, oferecendo soluções que impulsionam a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento sustentável do setor.

Com uma plataforma fígital robusta e escalável, que integra canais digitais e presenciais e atende 35 milhões de clientes ativos nos canais digitais, entregamos um banco para cada cliente — profundamente digital, estrategicamente completo e essencialmente humano. A inteligência artificial e a análise de dados potencializam a assessoria personalizada, enquanto a tecnologia amplia a proximidade do atendimento humano, que fortalece o relacionamento e os negócios.

A diversificação das receitas de prestação de serviços, que cresceram 4,9% no comparativo anual, foi favorecida pela administração de fundos e consórcios, demonstrando nossa força comercial e importante sinergia junto às empresas do conglomerado. As Despesas Administrativas permaneceram sob controle, com elevação de 2,6% ante o 1S25, com destaque para os investimentos em tecnologia, IA e cibersegurança.

Com isso, o lucro líquido do 1S26 foi de R$ 6,3 bilhões e o valor adicionado foi de R$ 23,7 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Em 2026, seguimos trabalhando para reforçar as bases da perenidade do Banco do Brasil - da gestão disciplinada do crédito à integração fígital, da diversificação das receitas ao investimento contínuo em tecnologia e pessoas. Seguimos com disciplina na execução estratégica e com o compromisso de geração de valor sustentável para os acionistas e para a sociedade.

Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

A carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R$ 15,7 bilhões com mais de 1,8 milhão de operações, atendendo a mais de 1,2 milhão de trabalhadores.

BB no *Ranking* Bacen de Reclamações

A manutenção do Banco do Brasil entre as instituições com melhor desempenho no *Ranking* Bacen é resultado de uma governança corporativa robusta e intensamente exercida em todos os níveis da organização. O resultado reflete a maturidade da sua governança corporativa e a capacidade de transformar informações provenientes da voz do cliente, da inteligência de mercado e do uso de novas tecnologias em ações concretas de aperfeiçoamento, além de reforçar o papel estratégico da Ouvidoria, que monitora e sensoria de forma permanente o mercado, mitigando riscos emergentes e atua diretamente na articulação interna entre as áreas de negócio.

Os processos que sustentam esse resultado evoluem continuamente para atender às mudanças regulatórias, comportamentais e de mercado, fortalecendo a conformidade, a eficiência operacional e a experiência dos clientes, especialmente reforçando o compromisso com a qualidade do atendimento e resolutividade, em alinhamento à estratégia corporativa e às diretrizes dos órgãos reguladores.

Plano Safra

Encerramos a Safra agrícola 2025/2026 com R$ 209 bilhões desembolsados em cerca de 500 mil operações. Para a Safra 2026/2027, reafirmamos nosso papel como principal parceiro do Agronegócio.

Casa BB

Inauguramos a Casa BB no Aeroporto Internacional de Guarulhos, ampliando nossa proposta de valor para clientes de alto valor por meio de uma experiência exclusiva, diferenciada e alinhada às suas necessidades. Com funcionamento 24 horas, o lounge reforça nossa estratégia de fortalecer a principalidade, elevar o engajamento e ampliar a relevância dos cartões premium nas jornadas de viagem. A iniciativa combina conveniência, conforto e relacionamento em um dos principais aeroportos da América Latina.

Nature Bond

Reforçamos nosso protagonismo em finanças sustentáveis com a emissão de US$ 500 milhões em *Nature Bond* no mercado internacional, a primeira operação de um banco comercial no mundo com esse rótulo e nesse montante. Os recursos serão destinados ao financiamento de projetos voltados à recuperação produtiva de áreas degradadas, fortalecendo nossa contribuição para a agenda climática, a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável do País. A operação registrou demanda cinco vezes superior ao volume ofertado, evidenciando a confiança dos investidores na solidez financeira do Banco e na consistência da nossa estratégia ASG.

AcademIA

Em abril, lançamos uma nova edição do AcademIA BB, nosso programa corporativo de capacitação em Inteligência Artificial e Dados, voltado a todos os funcionários do Banco e do Conglomerado. Nesta nova edição, que tem foco em IA Generativa e Agêntica, foram mais de 36 mil inscritos, com perfis que envolvem as diferentes áreas de atuação no Banco. A iniciativa tem como foco democratizar a

IA, reforçando a tecnologia como um dos pilares da transformação digital e cultural da organização.

Inovações no Pix

Lançamos o Boleto com Pix Automático, solução que permite a automatização de pagamentos recorrentes por meio da autorização do cliente via QR Code no momento do pagamento do boleto. A nova funcionalidade beneficia empresas de todos os portes ao reduzir custos de implementação, facilitar a conciliação financeira e aumentar a previsibilidade do fluxo de caixa, preservando características tradicionais do boleto bancário, como juros, multa, protesto e negativação. A iniciativa reforça o posicionamento do BB como referência em inovação nos meios de pagamento e na oferta de soluções digitais para seus clientes.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2026, seguimos atuando nas linhas de crédito com fundos garantidores, com foco em operações que apresentem melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro e pequenas empresas, suportados pelo PEAC-FGI e pelo Pronampe, somaram R$ 11,1 bilhões no semestre, crescimento de 34% em relação ao mesmo período de 2025. Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias, reforçando a qualidade e a sustentabilidade da carteira.

Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de junho, 35% das nossas ações em *free float* estavam em poder destes clientes, 17% em poder de investidores PJ locais e 48% em poder de investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,47% do Ibovespa no segundo quadrimestre de 2026. No último pregão do mês de junho, as BBAS3 estavam cotadas a R$ 19,91.

Conforme fato relevante de 19 de janeiro, para o exercício de 2026, foi aprovado payout de 30%. No 1S26, foram distribuídos R$ 1,8 bilhão em juros sobre o capital próprio (JCP), o que corresponde a R$ 0,314 por ação.

Em 23 de abril de 2026, realizamos o BB Day, evento em que a Administração do Banco apresentou as perspectivas sobre a dinâmica dos negócios e o posicionamento estratégico. Para acessar o evento clique no link.

Em 29 de abril de 2026, o Banco do Brasil realizou suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, com participação de acionistas em formato presencial e digital. Foram apreciadas e aprovadas as contas de 2025, a destinação do resultado, a distribuição de dividendos e a remuneração dos administradores. Também foram deliberadas matérias de governança, incluindo eleição de membros do Conselho Fiscal, ajustes no Estatuto Social e atualização do limite de capital autorizado.

Estratégia e Governança Corporativa

No primeiro semestre de 2026, seguimos com a execução da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) 2026-2030, que traduz nossa visão de futuro, nossas prioridades e nossas escolhas, orienta o posicionamento estratégico da instituição e reforça o compromisso com a geração de valor sustentável para clientes, parceiros, acionistas e toda a sociedade.

Nosso propósito, ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos, e nossos valores orientam comportamentos, decisões e entregas, fortalecendo a atuação do BB em um ambiente de negócios dinâmico e em constante transformação.

Com horizonte temporal de cinco anos e revisão anual, a ECBB permanece como um processo contínuo, dinâmico e colaborativo, capaz de se adaptar às transformações do mercado e às demandas da sociedade. Para o ciclo 2026-2030, mantivemos foco na visão de longo prazo, apoiados na reflexão sobre cenários e futuros possíveis, no fortalecimento de capacidades organizacionais e no investimento em inovação e transformação digital.

Os direcionadores e objetivos estratégicos seguem sustentados por cinco princípios norteadores, que refletem escolhas conscientes para assegurar a competitividade e a perenidade do Banco do Brasil: gestão financeira inteligente e sustentável; transformação digital com propósito; geração de valor e inovação contínua; atuação em novas arenas de negócios; e governança eficiente e integrada.

Nossa cultura estimula o aprendizado contínuo, valoriza a diversidade e fortalece um ambiente de confiança e segurança para as pessoas. Nossos funcionários e colaboradores impulsionam a inovação, a geração de valor e a proximidade com clientes e com a sociedade, contribuindo para a entrega consistente da estratégia e para a construção de resultados sustentáveis no longo prazo.

A Governança Corporativa assegura a integridade, a transparência, a equidade, a responsabilização/*accountability* e a sustentabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente/a e Vice-presidentes/as) e demais Diretores estatutários; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme estabelecido no Estatuto Social do BB, art. 18, §7º, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da B3, normas aplicáveis e boas práticas de governança corporativa. O CA possui, além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco.

Tecnologia que Transforma

O surgimento de novas tecnologias, em especial o avanço da Inteligência Artificial, vem redefinindo a forma como pessoas, empresas e governos se relacionam com os serviços financeiros. Nesse contexto, mantemos uma agenda consistente de evolução tecnológica orientada à geração de valor sustentável, à ampliação da eficiência operacional, ao fortalecimento da experiência dos clientes e à criação de novas oportunidades de negócios. Nossa estratégia combina modernização tecnológica, inteligência artificial, ecossistemas digitais, inovação aberta e segurança, sustentada por uma cultura organizacional cada vez mais integrada entre negócio, tecnologia e dados.

Nova forma de trabalhar

No semestre, o Banco do Brasil avançou na expansão da sua Aceleração Digital, fortalecendo a integração entre negócio, tecnologia, dados e experiência do cliente, permitindo maior alinhamento entre estratégia e execução.

A adoção progressiva do Modelo Operacional Ágil amplia nossa capacidade de transformar prioridades estratégicas em entregas concretas, reduzindo dependências organizacionais, acelerando a tomada de decisões e promovendo ganhos de produtividade. Ao reunir equipes multidisciplinares orientadas por jornadas e produtos, fortalecemos a colaboração, a inovação e a geração contínua de valor, criando as condições necessárias para sustentar nossa evolução no longo prazo.

Investimentos em inovação e modernização tecnológica

Investimos R$ 4,5 bilhões em tecnologia somente neste primeiro semestre e, desde 2016, esse montante já soma R$ 48,3 bilhões, incluindo investimentos e despesas de pessoal em TI. Esses investimentos contínuos em tecnologia, que vão desde a evolução da infraestrutura até segurança, ampliam escalabilidade, resiliência e eficiência operacional, e sustentam uma experiência fígital de alta qualidade, permitindo que o cliente utilize nossos serviços onde, quando e como quiser.

Nossa estratégia de nuvem, baseada na combinação de ambientes públicos e privados, permite atender às crescentes demandas dos negócios com velocidade, flexibilidade e segurança, apoiando soluções críticas e ampliando nossa capacidade de inovação.

Canais digitais

Os canais digitais — App BB, WhatsApp BB e plataformas web — seguiram como principal eixo de interação com os clientes, respondendo por aproximadamente 94% das transações totais realizadas no semestre. Esse patamar evidencia não apenas maior adoção, mas um uso mais frequente e resolutivo dos serviços digitais, alinhado à preferência dos clientes por conveniência e segurança.

Também ampliamos mecanismos de segurança das transações e dos meios de pagamento, com a expansão da solução BB, Sou Eu!, que viabiliza a confirmação de compras que foram recusadas por regras de segurança, para os canais WhatsApp e SMS, reforçando a segurança das jornadas digitais e a proteção dos clientes.

A aquisição de novos clientes por canais digitais manteve desempenho consistente. Mais de 1,65 milhão de contas foram abertas pelo aplicativo em
2026, refletindo a atratividade da proposta digital do BB e a efetividade da Plataforma de Onboarding.

Inteligência Artificial e Analítica: pioneirismo e protagonismo

Em 2026, o Banco do Brasil consolidou sua estratégia de Dados e Inteligência Artificial, combinando capacitação, governança, modernização tecnológica e geração de valor para os negócios. O AcademIA BB ampliou o alcance da capacitação em IA, com mais de 36 mil inscritos, fortalecendo a adoção da tecnologia em escala corporativa. O Banco também evoluiu sua maturidade analítica, alcançando o nível Data Safety, referência em confiança, governança e segurança no uso de dados.

A expansão da Plata.IA, plataforma corporativa que democratiza o acesso seguro à Inteligência Artificial, e a evolução do GAIA 3.0, ambiente de governança do ciclo de vida de dados, Analytics e
IA, ampliaram a escalabilidade, a eficiência e a governança das soluções tecnológicas. A modernização reduziu em cerca de 50% os esforços manuais de governança e consolidou mais de 2,3 mil soluções catalogadas.

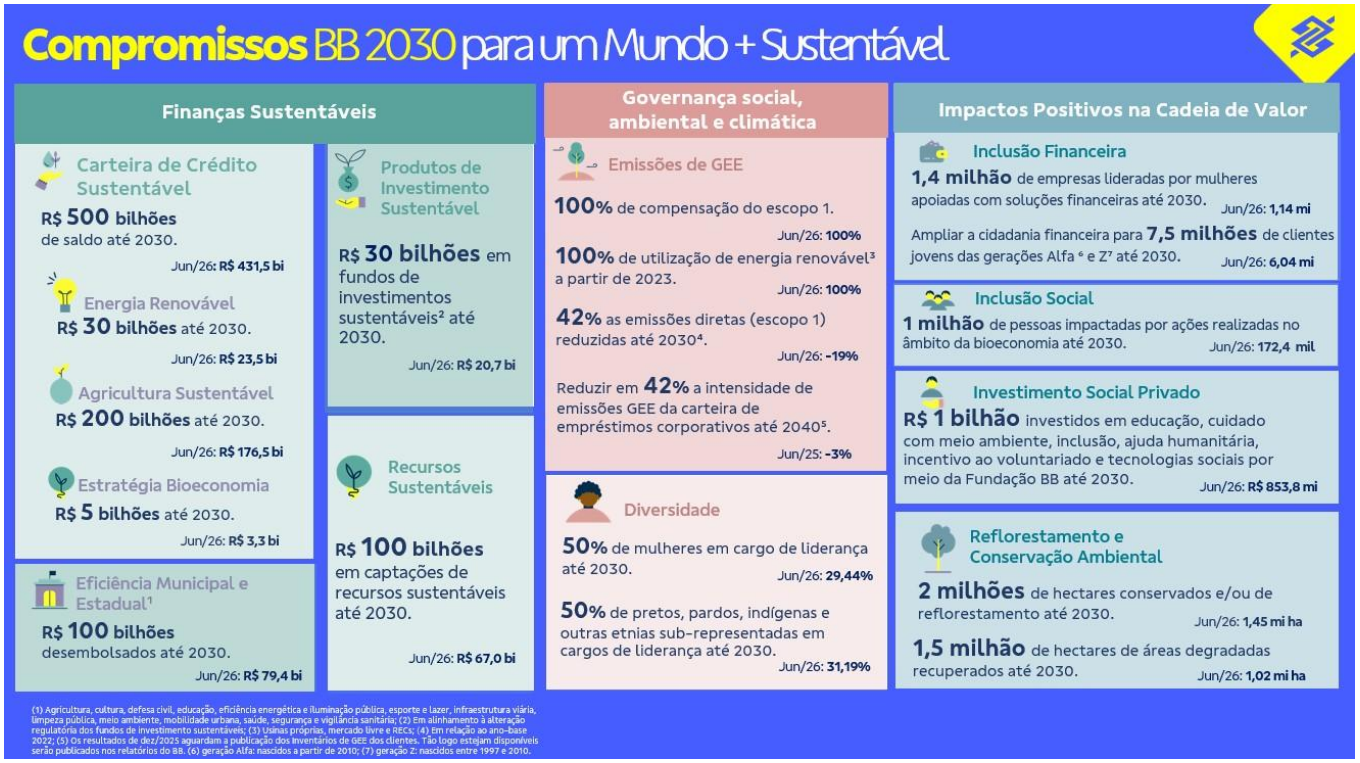
A Inteligência Artificial está cada vez mais presente nos processos internos e nas jornadas de clientes, apoiando a tomada de decisão, a automação de atividades, a mitigação de riscos, a personalização de ofertas e a melhoria contínua da experiência dos usuários. Essas aplicações geram ganhos de produtividade para os funcionários, aumentam a eficiência operacional e contribuem para melhores resultados de negócios, fortalecendo o relacionamento com os clientes e ampliando a geração de valor para acionistas e sociedade.

Paralelamente, o BB reforçou seu protagonismo em IA Ética e Responsável, privacidade e compartilhamento seguro de dados, consolidando as bases para a expansão sustentável e segura do uso de Inteligência Artificial na organização.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que estabelecem ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável (compromissos de longo prazo) e no Plano de Sustentabilidade do Banco.

Os Compromissos BB 2030 estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.



Captações Sustentáveis

Alcançamos R$ 51,1 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de títulos sustentáveis nos mercados internacionais e da contratação de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais globais.

Atuamos de forma contínua como um dos protagonistas na mobilização de recursos internacionais voltados ao financiamento da agenda climática, de desenvolvimento econômico e social e ao apoio a atividades com impacto ambiental positivo, em linha com nossa estratégia de sustentabilidade e com os compromissos assumidos no âmbito das finanças sustentáveis.

No primeiro semestre de 2026, o principal destaque neste eixo foi a emissão internacional do Nature Bond, no valor de US$ 500 milhões, ampliando a atuação do BB na mobilização de recursos destinados ao financiamento de soluções alinhadas às agendas de natureza, clima e uso sustentável da terra.

A operação representou um marco para o mercado de finanças sustentáveis ao direcionar recursos para projetos voltados à recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo a combinação entre ganhos de produtividade agropecuária, restauração ambiental e redução da pressão pela conversão de novas áreas naturais. A forte demanda observada junto a investidores internacionais evidenciou o reconhecimento da solidez financeira do Banco do Brasil, da consistência de sua estratégia ASG e de sua capacidade de estruturar iniciativas com impactos ambientais positivos e geração de valor de longo prazo.

A emissão também reforçou nosso posicionamento na fronteira da inovação financeira sustentável, ao incorporar a agenda de natureza à estratégia de funding internacional e ampliar o conjunto de instrumentos voltados ao direcionamento de capital para atividades com benefícios ambientais mensuráveis e potencial de geração de valor econômico sustentável.

Ao longo do semestre, as captações sustentáveis internacionais fortaleceram a diversificação das

fontes de financiamento, ampliaram o acesso a recursos de longo prazo e contribuíram para o aprofundamento do relacionamento com investidores e instituições financeiras globais.

Avançamos na ampliação das soluções de financiamento sustentável com a contratação do novo Green Building Repo, estruturado em parceria com o banco francês Natixis, no valor de US$ 200 milhões e prazo de dois anos. Os recursos da operação serão destinados ao financiamento e refinanciamento de edificações sustentáveis, incluindo projetos de construção e retrofit com elevada eficiência energética e certificações ambientais reconhecidas internacionalmente. A iniciativa está alinhada ao nosso Framework de Finanças Sustentáveis e ao Programa Eco Invest Brasil, fortalecendo a mobilização de capital privado internacional para apoiar a transformação ecológica do país.

No âmbito do Programa Eco Invest Brasil, consolidamos nossa participação na implementação da iniciativa, com destaque para os resultados do 4º Leilão, que mobilizou aproximadamente R$ 6,4 bilhões para investimentos em sociobioeconomia, turismo sustentável e projetos de infraestrutura verde na Amazônia Legal. Com essa atuação, reforçamos nossa estratégia de direcionar capital para atividades com elevado potencial de impacto socioambiental, contribuindo para a conservação ambiental, a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável em todos os biomas brasileiros.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, em junho, o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R$ 431,5 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 8,8% em 12 meses. O resultado demonstra a capacidade da Instituição de ampliar a oferta de soluções financeiras alinhadas à transição para uma economia mais sustentável, consolidando sua posição como um dos principais financiadores de atividades com impacto socioambiental positivo no país.

A evolução da carteira reflete a crescente incorporação de aspectos ambientais e sociais aos negócios do Banco, direcionando recursos para atividades capazes de gerar desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e benefícios ambientais, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência e a competitividade dos setores financiados.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a avaliação independente baseada nas principais taxonomias ASG nacionais e internacionais. Sua metodologia é continuamente aprimorada para incorporar as melhores práticas de mercado, assegurando transparência, consistência e alinhamento com padrões reconhecidos de sustentabilidade.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Desempenhamos papel estratégico no fortalecimento da biodiversidade e da sociobioeconomia no País, apoiando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, associações e cooperativas por meio de soluções financeiras, linhas de crédito com condições diferenciadas, atendimento especializado e orientação financeira. Essa atuação contribui para a geração de renda, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos presentes.

Nos últimos anos, ampliamos nossa atuação nesse segmento por meio de novas iniciativas e parcerias estratégicas que fortalecem o acesso ao crédito, estimulam a inovação e conectam produtores e empreendimentos da bioeconomia a mercados e oportunidades de crescimento sustentável.

Em linha com nossa estratégia de fortalecimento da sociobioeconomia e de ampliação do acesso a soluções financeiras em territórios prioritários, capacitamos, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e a Conexsus, 105 Agentes de Crédito da Sociobioeconomia para atuação nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, nos termos da Portaria Conjunta MDA/MMA nº 2, de 24 de janeiro de 2025. A iniciativa fortalece a oferta de orientação financeira especializada e contribui para ampliar o acesso de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e demais empreendimentos da bioeconomia às soluções financeiras necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Como resultado dessa estratégia, consolidamos nossa posição entre os principais financiadores da bioeconomia e das cadeias de valor da biodiversidade no Brasil, com R$ 3,3 bilhões destinados ao financiamento de projetos do segmento, impactando positivamente mais de 172 mil pessoas e reforçando nosso compromisso com a geração de valor econômico, social e ambiental.

Mercado de Carbono

Fortalecemos nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na estruturação de projetos com relevante adicionalidade ambiental e ampliando a oferta de soluções voltadas à transição
para uma economia de baixo carbono. Nossa atuação contempla o apoio a estratégias de descarbonização, a comercialização e intermediação de créditos de carbono e o financiamento de iniciativas em energia renovável, eficiência energética e recuperação ambiental.

Até junho de 2026, contribuímos para a preservação e o reflorestamento de 1,45 milhão de hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito, promovendo a conservação dos recursos naturais e a geração de valor para produtores e comunidades. Nesse contexto, os projetos de conservação florestal (REDD+) combinam proteção ambiental e desenvolvimento econômico sustentável.

Também avançamos em iniciativas de restauração florestal, com destaque para o projeto São Paulo Agro Springs Reforestation, desenvolvido em parceria com a Carbonext e a Fundação Coopercitrus Credicitrus. A iniciativa prevê a restauração de três mil hectares de vegetação nativa e reforça nosso papel na estruturação de ativos climáticos de alta integridade, conectando recuperação ambiental, inclusão produtiva e acesso a mecanismos de financiamento climático.

No semestre, reforçamos nossa agenda de inovação sustentável por meio do investimento, via BB Ventures, na Agrorobótica, agtech especializada em inteligência agronômica e mensuração de carbono no solo. A iniciativa fortalece a estratégia de aproximar crédito, tecnologia e sustentabilidade, ampliando as possibilidades de geração de valor e de desenvolvimento de novos mercados associados à agenda climática.

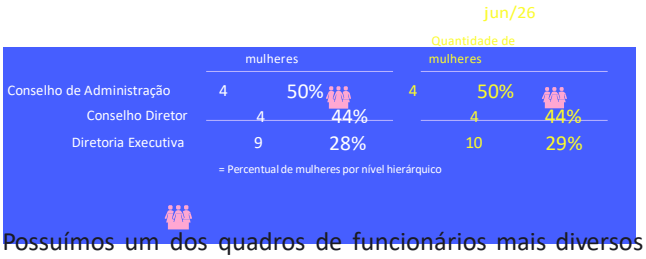
Diversidade, Equidade e Inclusão

Acreditamos que a diversidade, a equidade e a inclusão são elementos essenciais para a geração sustentável de valor e para o fortalecimento da nossa capacidade de inovação, tomada de decisão e relacionamento com os diferentes públicos com os quais nos conectamos. Ao considerar as pessoas, os territórios e as múltiplas realidades sociais presentes em nossa atuação, promovemos um

ambiente mais representativo e inclusivo, ampliamos oportunidades de desenvolvimento e contribuímos para a redução de desigualdades e para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde estamos presentes.

Nosso compromisso se reflete também na composição de nossas instâncias de governança. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram negros,
dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e um membro do CA é pessoa com deficiência (PcD).

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:



Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Em atendimento ao inciso III do §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 15.177/2025, informamos que a política de remuneração do Banco do Brasil observa critérios objetivos e isonômicos, sem distinção de gênero, nas componentes — remuneração fixa e variável. A remuneração fixa tem por base o salário-base ou valor de referência definido para cada cargo, cujo ingresso se dá exclusivamente por concurso público, não havendo diferença entre homens e mulheres, o que se reflete na razão salário-base mulher/homem igual a 1 (um) em todos os níveis funcionais (Executivo, Gerencial, Técnico, Operacional, Assessoria e demais). As verbas de remuneração variável, vinculadas ao exercício de funções, e as verbas de caráter pessoal seguem regras corporativas uniformes, definidas em função do cargo, da função exercida e de critérios objetivos de elegibilidade, igualmente sem qualquer distinção de gênero. Atualmente, o Banco do brasil não possui remuneração classificada como eventual.

Nos quadros a seguir, é possível observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB, bem como a proporção do salário-base mulher/homem.

jun/26

	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	35.082	41%	34.222	41%
Operacional	18.073	45%	17.018	46%
Gerencial	11.345	37%	11.433	37%
Assessoria	4.276	35%	4.272	34%
Especialista	672	38%	776	35%
Técnico	716	54%	723	54%

= Percentual de mulheres por nível hierárquico

Remuneração salário-base mulher/homem	jun/25	jun/26
Executivo [1]	1	1
Gerencial	1	1
Técnico	1	1
Operacional	1	1
Assessoria	1	1
Outros	1	1

[1] Inclui os administradores estatutários

Mantemos o compromisso de ampliar a diversidade em posições de liderança, com o objetivo de alcançar 50% de participação feminina até 2030. A evolução desse indicador demonstra avanços consistentes ao longo dos últimos anos. Também seguimos avançando na ampliação da representatividade de pessoas pretas, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança, para as quais estabelecemos a meta de alcançar 50% até 2030.

Com o objetivo de fortalecer uma governança cada vez mais inclusiva, diversa e representativa, promovemos duas edições da reunião estratégica do Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão (Codei), que proporcionaram o diálogo

entre membros do Conselho Diretor e especialistas externos sobre temas relevantes para o negócio, com os temas “ASG impulsionando a nova arena de negócios” e “NR1 – Risco Psicossocial e impactos no resultado”. Também realizamos reuniões dos Fóruns Regionais de Diversidade, Equidade e Inclusão e Experiência do Funcionário, onde se debateu os impactos da NR1 sob o ponto de vista do funcionalismo.

Alinhado à nossa Estratégia Corporativa e ao propósito de gerar valor para a sociedade, fomentamos iniciativas voltadas à inclusão produtiva, à valorização da diversidade e ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, patrocinamos a Favela Gastronômica, contribuindo para o fortalecimento do empreendedorismo comunitário e da economia criativa em territórios periféricos. A iniciativa promoveu geração de renda, valorização cultural e ampliação de oportunidades para empreendedores negros, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente sub-representados, reunindo mais de 40 mil visitantes, e ampliando a visibilidade de negócios locais.

Durante o mês do Orgulho, patrocinamos a Feira da Diversidade, iniciativa alinhada ao nosso compromisso com a inclusão, o respeito às diferenças e o desenvolvimento econômico sustentável. O evento reuniu mais de 100 expositores e aproximadamente 25 mil visitantes, promovendo visibilidade e valorização da população LGBTQIAPN+, além de fomentar empreendedorismo, empregabilidade, acessibilidade e geração de renda.

Essas iniciativas reforçam nossa agenda de diversidade, equidade, inclusão e bem-estar, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional, o aprimoramento da gestão de pessoas e o desenvolvimento de ambientes mais inovadores, colaborativos e sustentáveis. Ao mesmo tempo, fortalecem nossa capacidade de atração e retenção de talentos, de gestão de riscos e de geração de valor sustentável para nossos stakeholders.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Em março, conquistamos o **Prêmio Banking Transformation**, que reconhece práticas inovadoras e transformadoras no setor financeiro, reafirmando a relevância da atuação do Banco do Brasil nas pautas de diversidade, equidade e inclusão. O reconhecimento reflete o avanço consistente nessa agenda estratégica, sustentado por iniciativas como o Fundo BB Ações Diversidade e o apoio direto a projetos de empreendedorismo em comunidades sub-representadas, que ampliam o alcance e a efetividade das ações do Banco. A premiação também evidencia o alinhamento do BB à Agenda 2030 e ao Pacto Global da ONU, consolidando a inclusão como pilar da estratégia corporativa e como vetor essencial para a transformação digital e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em maio, recebemos o **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça,** concedido pelo Ministério das Mulheres, além de cinco reconhecimentos na premiação **Melhores Empresas e Líderes da Diversidade**, promovida pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, contemplando iniciativas relacionadas à ascensão de profissionais negros, à implementação de ações afirmativas no recrutamento interno, à promoção da equidade racial, ao engajamento da cadeia de fornecedores em Direitos Humanos e DE&I e à valorização da memória e da identidade negra. Esses reconhecimentos reforçam o protagonismo do Banco na promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão e do respeito aos Direitos Humanos, além de evidenciarem a efetividade de ações estruturantes que geram impacto positivo para funcionários, clientes, fornecedores e sociedade.

Também em maio, o Pix no exterior do Banco do Brasil foi o vencedor no voto popular da categoria **Inovação Digital Brasil** no Prêmio Seleção Mobile Time 2026, reconhecimento que destaca iniciativas inovadoras desenvolvidas no país nos últimos 12 meses. Ao todo, concorreram 21 iniciativas escolhidas pela redação do Mobile Time e do Mobile Time Latinoamérica. A conquista reforça a relevância da solução, que entrou em fase piloto na Argentina em março deste ano. Desenvolvida a partir da integração entre Banco do Brasil e Banco Patagonia, a iniciativa permite que brasileiros realizem pagamentos em estabelecimentos credenciados no país vizinho por meio de uma experiência semelhante à do Pix utilizado no Brasil.

Em junho, o BB foi eleito o **Banco do Ano** pelo Celent Model Bank. O prêmio, que celebra 20 anos destacando as melhores práticas entre bancos de todo o mundo, consolida o BB como referência internacional no uso estratégico da tecnologia para geração de valor aos clientes. A edição deste ano contou com 115 instituições indicadas de todos os continentes, avaliadas com base em critérios rigorosos de inovação, excelência tecnológica e resultados de negócio. O reconhecimento reflete a incorporação em larga escala de inteligência artificial e analytics do BB, com soluções que ampliam a capacidade do Banco de compreender, antecipar e atender as necessidades dos clientes com mais precisão.

O Banco também recebeu, em junho, o **selo Confia**, concedido pela Receita Federal em reconhecimento à excelência na gestão tributária, reforçando seu compromisso com a transparência, a conformidade e as melhores práticas de governança.

No campo macroeconômico, o Banco do Brasil conquistou posição de destaque no **Prêmio Broadcast Projeções**, um dos mais prestigiados reconhecimentos do mercado financeiro. A premiação valoriza as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos mais se aproximam dos resultados efetivamente observados, evidenciando a consistência analítica e a qualidade na construção de cenários. Neste ano, o BB foi a única instituição financeira de grande porte a integrar o grupo das dez melhores colocadas, alcançando a 7ª posição entre mais de 90 participantes, incluindo bancos, corretoras, consultorias e *assets*, reafirmando sua excelência na análise econômica e sua contribuição para a compreensão do ambiente macroeconômico.

Ao longo do semestre, também recebemos importantes reconhecimentos internacionais pela nossa atuação no segmento Private Banking, que refletem a excelência do BB Private na oferta de soluções patrimoniais, digitais e de assessoria especializada. Entre os destaques estão as premiações concedidas pelo Euromoney Private Banking Awards, que reconheceu o BB Private como o **melhor Private Bank do Brasil para soluções digitais**, refletindo nosso compromisso com a inovação e a evolução da experiência do cliente; pelo PWM Wealth Tech Awards, no qual fomos eleitos o **melhor Private Bank da América Latina para gestão global do portfólio de investimentos** e demais produtos e serviços, evidenciando a excelência das soluções oferecidas para a gestão global do patrimônio dos clientes; e pelo Global Private Banking Innovation Awards, que concedeu ao BB Private o reconhecimento como **melhor Private Bank da América Latina em assessoria para sucessão familiar** e para as próximas gerações, destacando a relevância do Generations, programa do BB Private voltado ao planejamento sucessório e à formação de futuros líderes familiares.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R$ 1,0 bilhão de créditos tributários não ativados, apresentado na nota explicativa 22 - Tributos (subitem “f”). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas
2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas
Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente aos nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA	CNPJ: 35.292.588/0001-89
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 355372
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	CNPJ: 30.822.936/0001-69

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Prev Renda Fixa Alocação Ativa Retorno Total

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.bb.com.br/bbasset . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: O fundo ï¿? destinado a investidores que pretendam: O FUNDO é destinado a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Restrições de Investimento: .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: O FUNDO tem como objetivo obter retornos compatíveis à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros CDI, através da diversificação dos ativos financeiros que compõem sua carteira, utilizando-se de cotas de Fundos de Investimento, a seguir denominados FIs.

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. Para alcançar seus objetivos, o FUNDO aplicará seus recursos em cotas de FIs que apresentem carteira de ativos composta, exclusivamente, por títulos públicos federais pós fixados, prefixados ou indexados a índices de preços e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Devem manter, ainda, no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio líquido representado por ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, à taxa de juros doméstica, índice de preços ou ambos. Não serão admitidas estratégias que impliquem exposição em renda variável.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**0%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**100%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**N**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 10.000,00**
Investimento adicional mínimo	**R$ 1.000,00**
Resgate mínimo	**R$ 1.000,00**
Horário para aplicação e resgate	**14:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 1.000,00**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 3º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **3** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**A taxa de administração pode variar de 0,3% a 0,5% do patrimônio líquido ao ano.**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: **Não há.**
Taxa de desempenho/performance	**Não há.**
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,225%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **01/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.bb.com.br/bbasset .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 6.153.638.080,30 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos Publicos Federais	**83%**
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	**17%**
Outras Aplicações	**0%**

Derivativos	**0%**
Cotas de Fundos de Investimento 555	**0%**

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco				**Maior Risco**
1	**2**	**3**	**4**	**5**

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 43,73%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 45,97%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	6,65%	7,99%	83,32%
2023	14,99%	13,04%	114,93%
2022	9,3%	12,39%	75,06%
2021	0,54%	4,42%	12,09%
2020	6,65%	1,89%	351,73%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	0,85%	1%	85,29%
11	1,09%	0,92%	119,36%
12	0,95%	0,89%	106,01%
1	0,85%	0,97%	87,84%
2	0,77%	0,8%	96,66%
3	0,77%	0,83%	92,18%
4	0,28%	0,89%	32,11%
5	0,72%	0,83%	86,67%
6	0,38%	0,79%	48,58%
7	1,04%	0,91%	114,18%
8	0,95%	0,87%	109,14%
9	0,71%	0,84%	84,63%

a. Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho: Nï¿?o se aplica

b. Exemplo do desempenho do fundo: Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Variação do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	**Nï¿?o se aplica**	**Nï¿?o se aplica**	**Nï¿?o se aplica**

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.123,63, já deduzidos impostos no valor de R$ 26,23.

A taxa de saída teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 1,71.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **8,17**	R$ **15,03**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **322,83**	R$ **595,48**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 08007293886

b. Página na rede mundial de computadores www.bb.com.br/bbasset

c. Reclamações: bbasset@bb.com.br - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: BB RENDA FIXA LONGO PRAZO CORPORATE BANCOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RESP LIMITADA	CNPJ: 18.060.364/0001-22
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 204730
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	CNPJ: 30.822.936/0001-69

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Renda Fixa LP Corporate Bancos

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB RENDA FIXA LONGO PRAZO CORPORATE BANCOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RESP LIMITADA, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.bb.com.br/bbasset . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: O fundo ï¿? destinado a investidores que pretendam: O FUNDO destina-se a receber recursos de Pessoas Jurídicas, Cooperativas de Crédito e Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento.

Restrições de Investimento: **.**

2. OBJETIVOS DO FUNDO: O FUNDO buscará proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. UN/O /O ap

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**50%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**100%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**S**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 1.000.000,00**
Investimento adicional mínimo	**R$ 0,01**
Resgate mínimo	**R$ 0,01**
Horário para aplicação e resgate	**17:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 50.000,00**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **0** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**0,2%**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: **Não há.**
Taxa de desempenho/performance	**Não há.**
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,0076%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **01/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.bb.com.br/bbasset .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 16.768.457.945,71 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	**41%**
Títulos Publicos Federais	**31%**
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	**26%**
Títulos de Crédito Privado	**1%**
Outras Aplicações	**0%**

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 2

Menor Risco				Maior Risco
1	2	3	4	5

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 48,14%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 47,21%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	8,29%	7,99%	103,75%
2023	13,23%	13,04%	101,45%
2022	12,85%	12,39%	103,66%
2021	4,5%	4,42%	101,71%
2020	2,46%	2,76%	89,12%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	1%	1%	99,95%
11	0,95%	0,92%	103,56%
12	0,93%	0,89%	104,13%
1	0,98%	0,97%	100,99%
2	0,83%	0,8%	103,44%
3	0,9%	0,83%	107,93%
4	0,9%	0,89%	100,96%
5	0,85%	0,83%	102,6%
6	0,79%	0,79%	100,05%
7	1,02%	0,91%	112,61%
8	0,9%	0,87%	103,78%
9	0,83%	0,84%	99,86%

a. Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho: Nï¿?o se aplica

b. Exemplo do desempenho do fundo: Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Variação do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	Nï¿?o se aplica	Nï¿?o se aplica	Nï¿?o se aplica

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.109,13, já deduzidos impostos no valor de R$ 23,15.

A taxa de saída teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 0,06.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **0,28**	R$ **0,51**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **330,72**	R$ **610,00**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade

de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 38087500

b. Página na rede mundial de computadores www.bb.com.br/bbasset

c. Reclamações: bbasset@bb.com.br - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA	CNPJ: 11.046.645/0001-81
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 128813
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	CNPJ: 30.822.936/0001-69

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB RF Referenciado DI Títulos Públicos FI LP

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.bb.com.br/bbasset . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: O fundo ï¿? destinado a investidores que pretendam: Acompanhar a tendência da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI no longo prazo. Somente aceita aplicações de clientes pessoas físicas do segmento Private, pessoas jurídicas, de fundos de investimento, de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento e carteiras administradas.

Restrições de Investimento: .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: Acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, no longo prazo.

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. As aplicações do FUNDO deverão se subordinar aos seguintes limites em relação ao patrimônio líquido: TPF ou operações compromissadas (0% a 100%)

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**0%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**0%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**S**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 10.000.000,00**
Investimento adicional mínimo	**R$ 0,01**
Resgate mínimo	**R$ 0,01**
Horário para aplicação e resgate	**17:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 1.000.000,00**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **0** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**0,1%**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: **Não há.**
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: **Não há.**
Taxa de desempenho/performance	**Não há.**
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,0495%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **01/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.bb.com.br/bbasset .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 32.173.775.540,30 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	**57%**
Títulos Publicos Federais	**43%**
Outras Aplicações	**0%**

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 1

Menor Risco				**Maior Risco**
1	**2**	**3**	**4**	**5**

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 46,79%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 47,21%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	7,97%	7,99%	99,75%
2023	12,98%	13,04%	99,57%
2022	12,39%	12,39%	100%
2021	4,39%	4,42%	99,23%
2020	2,57%	2,76%	93,04%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	0,98%	1%	98,06%
11	0,91%	0,92%	98,83%
12	0,9%	0,89%	100,09%
1	0,96%	0,97%	99,51%
2	0,8%	0,8%	100,16%
3	0,83%	0,83%	99,88%
4	0,88%	0,89%	99,45%
5	0,82%	0,83%	98,96%
6	0,79%	0,79%	99,81%
7	0,91%	0,91%	100%
8	0,87%	0,87%	100,31%
9	0,83%	0,84%	99,76%

a. Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho: Ni¿?o se aplica

b. Exemplo do desempenho do fundo: Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Variação do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	**Ni¿?o se aplica**	**Ni¿?o se aplica**	**Ni¿?o se aplica**

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.107,12, já deduzidos impostos no valor de R$ 22,72.

A taxa de saída teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 0,41.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **1,80**	R$ **3,32**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **329,20**	R$ **607,19**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 38087500

b. Página na rede mundial de computadores www.bb.com.br/bbasset

c. Reclamações: bbasset@bb.com.br - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

Consulta de Formulário de Informações Complementares

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência	25/05/2016 Exibir
Nome do Fundo	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ do Fundo	11.046.645/0001-81
Tipo do Fundo	FDOS DE INVESTIMENTO
Cód. CVM	128813
Administrador	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A
CNPJ do Administrador	30.822.936/0001-69

Formulário de Informações Complementares

Informações Complementares de código:
30979

CNPJ do fundo:
11.046.645/0001-81

Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:
A composição da carteira do Fundo será disponibilizada aos cotistas em até 10 (dez) dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
A Demonstração de Desempenho do Fundo no endereço eletrônico www.bb.com.br.

Descrição da forma de Divulgação:
Nos prazos previstos na Instrução CVM 555/14.

Tipo do meio de divulgação: físico

Descrição do local de divulgação:
Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas nas agências do Banco do Brasil

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O valor da cota e do patrimônio líquido, no endereço eletrônico www.bb.com.br e/ou na página da internet da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br.

Descrição da forma de Divulgação:
Diariamente para fundos com liquidez diária ou periodicidade compatível com a liquidez do fundo

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Demonstrações Contábeis do Fundo, devidamente acompanhadas do parecer do auditor independente, no endereço eletrônico www.bb.com.br.

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social.

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.bb.com.br

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Central de Atendimento Banco do Brasil S.A. nos telefones 4004 0001 ou 0800 729 0001.

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Suporte Técnico no telefone 0800 729 0200

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Deficiente Auditivo ou de Fala no telefone 0800 729 0088

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo
Risco de juros posfixados (CDI, TMS), Risco de Taxa de Juros, Risco de Liquidez, Risco de Conjuntura , Risco Sistêmico, Risco Regulatório,

Informações Políticas sobre o gestor

Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira: Não

Descrição da politica relativa ao exercicio de direito do voto:
O Fundo não adotará política de direito de voto pela Gestora em assembleias gerais de companhias, tendo em vista a natureza dos seus investimentos

Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido
As operações da carteira do Fundo não estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Haverá cobrança de IOF de acordo com tabela decrescente para os resgates ocorridos nos primeiros trinta dias, a contar da data de cada aplicação no Fundo, conforme legislação vigente. Não há garantia de que os cotistas receberão o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Por tratar-se de fundo de investimento fechado, não haverá incidência de come-cotas semestral. Os rendimentos auferidos pelo cotista serão tributados pelo Imposto de Renda na Fonte (IRRF), à alíquota de 20% ou de 15%, conforme o prazo médio da carteira por ocasião do encerramento do FUNDO, quando ocorrerá o resgate total das cotas emitidas pelo FUNDO, salvo a ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, quando deverá ser aplicada a regra abaixo: Caso a carteira do FUNDO esteja composta por ativos financeiros cujo prazo médio seja inferior a trezentos e sessenta e cinco dias (apurada conforme metodologia divulgada pela Secretaria da Receita Federal), os cotistas serão tributados conforme a tabela a seguir: IRRF - CURTO PRAZO ALÍQUOTA PRAZO DE PERMANÊNCIA 22,5% Até 180 dias 20% Acima de 180 dias Caso a carteira do FUNDO esteja composta por ativos financeiros, cujo prazo médio seja igual ou superior a trezentos e sessenta e cinco dias (apurado conforme metodologia divulgada pela Secretaria da Receita Federal), o cotista será tributado conforme a tabela abaixo: IRRF - FUNDOS DE LONGO PRAZO ALÍQUOTA PRAZO DE PERMANÊNCIA 22,5% Até 180 dias 20% De 181 dias a 360 dias 17,5% De 361 dias a 720 dias 15% Acima de 720 dias Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas.

Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez
Para gerenciamento dos riscos a que o Fundo se encontra sujeito, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A. deverá observar os métodos abaixo: Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk ? VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado são realizados testes de estresse que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. As métricas acima são calculadas para todos os fundos. No gerenciamento do risco de liquidez, aplicamos metodologia para avaliação da liquidez de cada ativo do Fundo e da carteira como um todo. Para tanto utilizamos séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimação consistente de seus históricos diários de negociação. No caso do passivo (resgates líquidos) utilizamos a métrica LVaR que, semelhante ao VaR, estima uma probabilidade de resgate líquido, considerando-se um intervalo de tempo, uma série histórica móvel e um intervalo de confiança. A avaliação do risco de liquidez do ativo e do passivo é efetuada diariamente, em condições normais e de estresse. Como forma de reduzir o risco de liquidez, são mantidas posições substanciais em títulos públicos federais que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado, bem como, operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Em fundos indexados, isto pode elevar o risco de descasamento ao benchmark. A política utilizada pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. para gerenciar os riscos a que o Fundo e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo e/ou pelos seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

Informações de Risco

Informação se existe ou não agência de classificação de rating
Não

CNPJ

Nome do Prestador

Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada

Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM

Detalhamento do administrador

Apresentação do administrador
Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos,macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody?s América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

Apresentação do gestor de recursos
Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos,macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody?s América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

Detalhamento do Serviço Prestado

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Controle e Processamento

Nome do Prestador:

Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Registro Escritural de Cotas e Tesouraria

Nome do Prestador:
Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Distribuição

Nome do Prestador:
Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Custodia

Nome do Prestador:
Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Auditor Independente

Nome do Prestador:
Nome: KPMG Auditores Independentes Cnpj: 57755217000129

Detalhamento de Distribuição

Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico: Sim

Descrição detalhada
O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do FUNDO, a ser paga diretamente pelo FUNDO mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do FUNDO. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes. O Distribuidor do FUNDO é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do FUNDO, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM. O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste FUNDO nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o FUNDO venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

Outras Informações

Informações sobre autorregulação anbima:
Tipo Anbima: Renda Fixa Duração Baixa Soberano Classificação Anbima: Fundos que objetivam buscar retornos em ativos e derivativos de renda fixa, com duration média ponderada da carteira inferior a 21 (vinte e um) dias úteis, procurando minimizar a oscilação nos retornos promovida por alterações nas taxas de juros futuros, investindo 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Classe Cvm: Fundo Referenciado Sub Classe Cvm: Não se Aplica ESTE FORMULÁRIO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇO. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. ESTE FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS ? FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

Demais informações relevantes ao investidor
Aplicação Inicial: R$50000000,00 Aplicação Subsequente: R$0,01 Resgate Mínimo: R$0.01 Saldo Mínimo: R$1000000,00 Horário de Movimentação do Fundo: 17:00h(horário de Brasília - DF)

Fale com a CVM

Consulta de Formulário de Informações Complementares

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência	31/01/2018 Exibir
Nome do Fundo	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO CORPORATE BANCOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RESP LIMITADA
CNPJ do Fundo	18.060.364/0001-22
Tipo do Fundo	FDOS DE INVESTIMENTO
Cód. CVM	204730
Administrador	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A
CNPJ do Administrador	30.822.936/0001-69

Formulário de Informações Complementares

Informações Complementares de código:
30277

CNPJ do fundo:
18.060.364/0001-22

Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:
A composição da carteira do Fundo será disponibilizada aos cotistas em até 10 (dez) dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
A Demonstração de Desempenho do Fundo no endereço eletrônico www.bb.com.br.

Descrição da forma de Divulgação:
Nos prazos previstos na Instrução CVM 555/14.

Tipo do meio de divulgação: físico

Descrição do local de divulgação:
Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas nas agências do Banco do Brasil

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O valor da cota e do patrimônio líquido, no endereço eletrônico www.bb.com.br e/ou na página da internet da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br.

Descrição da forma de Divulgação:
Diariamente para fundos com liquidez diária ou periodicidade compatível com a liquidez do fundo

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Demonstrações Contábeis do Fundo, devidamente acompanhadas do parecer do auditor independente, no endereço eletrônico www.bb.com.br.

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social.

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.bb.com.br

Descrição da forma de Divulgação:
No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Central de Atendimento Banco do Brasil S.A. nos telefones 4004 0001 ou 0800 729 0001.

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Suporte Técnico no telefone 0800 729 0200

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Banco do Brasil S.A.

Descrição do local de divulgação
Deficiente Auditivo ou de Fala no telefone 0800 729 0088

Descrição da forma de divulgação
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo
Risco de Crédito, Risco de Taxa de Juros, Risco de juros posfixados (CDI, TMS), Risco de Liquidez, Risco Proveniente do uso de Derivativos, Risco de Concentração , Risco de Conjuntura , Risco Sistêmico, Risco Regulatório,

Informações Políticas sobre o gestor

Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira: Sim

Descrição da politica relativa ao exercicio de direito do voto:
Ao adotar Política de Exercício de Direito de Voto, conforme indicado no endereço eletrônico www.bb.com.br, a Gestora comparecerá às assembleias em que o Fundo seja detentor de ativos financeiros, sempre que identificar tal necessidade, a fim de resguardar os direitos e interesses dos cotistas.

Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido
As operações da carteira do Fundo não estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Por tratar-se de fundo de investimento fechado, não haverá incidência de come-cotas semestral, conforme legislação vigente. Os rendimentos auferidos pelo cotista serão tributados pelo Imposto de Renda na Fonte (IRRF), conforme o prazo médio da carteira por ocasião do encerramento do FUNDO, quando ocorrerá o resgate total das cotas emitidas pelo FUNDO. Pela ocasião do encerramento do FUNDO, haverá tributação na forma da legislação vigente, conforme abaixo: IRRF - FUNDOS DE LONGO PRAZO ALÍQUOTA PRAZO DE PERMANÊNCIA 22,5% Até 180 dias 20% De 181 dias a 360 dias 17,5% De 361 dias a 720 dias 15% Acima de 720 dias Haverá cobrança de IOF de acordo com tabela decrescente para os resgates ocorridos nos primeiros trinta dias, a contar da data de cada aplicação no Fundo, conforme legislação vigente. Não se aplica o disposto nos parágrafos anteriores aos cotistas sujeitos a regras de tributação específica, atendida a legislação pertinente. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo.

Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez
Para gerenciamento dos riscos a que o Fundo se encontra sujeito, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A. observará, na seleção dos FIs, a exigência de que os métodos abaixo descritos sejam utilizados: Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk ? VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado são realizados testes de estresse que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. As métricas acima são calculadas para todos os fundos. No gerenciamento do risco de liquidez, aplicamos metodologia para avaliação da liquidez de cada ativo do Fundo e da carteira como um todo. Para tanto utilizamos séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimação consistente de seus históricos diários de negociação. No caso do passivo (resgates líquidos) utilizamos a métrica LVaR que, semelhante ao VaR, estima uma probabilidade de resgate líquido, considerando-se um intervalo de tempo, uma série histórica móvel e um intervalo de confiança. A avaliação do risco de liquidez do ativo e do passivo é efetuada diariamente, em condições normais e de estresse. Como forma de reduzir o risco de liquidez, podem ser mantidas posições em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que são os ativos com maior volume de negociação no mercado. A política utilizada pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. para gerenciar os riscos a que o Fundo e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo e/ou pelos seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

Informações de Risco

Informação se existe ou não agência de classificação de rating
Não

CNPJ

Nome do Prestador

Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada

Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM

Detalhamento do administrador

Apresentação do administrador
Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos,macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody?s América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

Apresentação do gestor de recursos
Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos,macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody?s América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

Detalhamento do Serviço Prestado

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Controle e Processamento

Nome do Prestador:
Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Registro Escritural de Cotas e Tesouraria

Nome do Prestador:
Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Distribuição

Nome do Prestador:
Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Custodia

Nome do Prestador:
Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Auditor Independente

Nome do Prestador:
Nome: KPMG Auditores Independentes Cnpj: 57755217000129

Detalhamento de Distribuição

Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico: Sim

Descrição detalhada
O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes. O único Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM. O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

Outras Informações

Informações sobre autorregulação anbima:
Tipo Anbima: Renda Fixa Duração Baixa Grau de Investimento Classificação Anbima: Fundos que objetivam buscar retornos em ativos e derivativos de renda fixa, com duration média ponderada da carteira inferior a 21 (vinte e um) dias úteis, procurando minimizar a oscilação nos retornos promovida por alterações nas taxas de juros futuros, investindo, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito do mercado doméstico ou externo. Classe Cvm: Fundo de Renda Fixa Sub Classe Cvm: Não se Aplica ESTE FORMULÁRIO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇO. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. ESTE FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS ? FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

Demais informações relevantes ao investidor
Aplicação Inicial: R$3000000,00 Aplicação Subsequente: R$0,01 Resgate Mínimo: R$0.01 Saldo Mínimo: R$0,01 Horário de Movimentação do Fundo: 17:00h(horário de Brasília - DF)

Fale com a CVM

Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITATA	CNPJ: 04.857.834/0001-79
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 50199
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	CNPJ: 30.822.936/0001-69

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Renda Fixa LP Tesouro Selic

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITATA, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.bb.com.br/bbasset . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: O fundo ï¿? destinado a investidores que pretendam: obter retorno no longo prazo e rentabilidade que acompanhe a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, por meio de investimento em diversas classes de ativos financeiros, exceto renda variável e que sejam clientes do Banco do Brasil.

Restrições de Investimento: .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, por meio de investimento em diversas classes de ativos financeiros, exceto renda variável.

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. O fundo aplicará seus recursos em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Deverá manter, no mínimo, 80% do seu patrimônio líquido representadado por ativos de renda fixa relacionados diretamente ou sintetizados via derivativos, à taxa de juros doméstica e sua carteira deverá ter o prazo médio superior a 365 dias.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**0%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**100%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**N**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 0,01**
Investimento adicional mínimo	**R$ 0,01**
Resgate mínimo	**R$ 0,01**
Horário para aplicação e resgate	**17:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 0,01**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **0** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**A taxa de administração pode variar de 0,2% a 0,3% do patrimônio líquido ao ano.**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: **Não há.**
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: **Não há.**
Taxa de desempenho/performance	**Não há.**
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,0503%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **01/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.bb.com.br/bbasset .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 11.688.156.356,11 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	**59%**
Títulos Publicos Federais	**41%**
Outras Aplicações	**0%**

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 2

Menor Risco				**Maior Risco**
1	**2**	**3**	**4**	**5**

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 45,3%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 47,21%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	7,8%	7,99%	97,66%

2023	12,75%	13,04%	97,75%
2022	12,16%	12,39%	98,16%
2021	4,16%	4,42%	94,15%
2020	2,32%	2,76%	84,25%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	0,96%	1%	96,27%
11	0,89%	0,92%	96,95%
12	0,88%	0,89%	98,22%
1	0,95%	0,97%	97,78%
2	0,79%	0,8%	98,15%
3	0,82%	0,83%	98,02%
4	0,86%	0,89%	97,36%
5	0,81%	0,83%	96,85%
6	0,77%	0,79%	97,66%
7	0,89%	0,91%	97,91%
8	0,85%	0,87%	98,19%
9	0,82%	0,84%	97,74%

a. Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho: Ni¿?o se aplica

b. Exemplo do desempenho do fundo: Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Variação do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	Ni¿?o se aplica	Ni¿?o se aplica	Ni¿?o se aplica

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.105,16, já deduzidos impostos no valor de R$ 22,31.

A taxa de saída teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 0,41.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **1,83**	R$ **3,37**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **329,17**	R$ **607,14**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 21494300

b. Página na rede mundial de computadores www.bb.com.br/bbasset

c. Reclamações: bbasset@bb.com.br - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, **commercial paper**, **export note**, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	**Swaps**, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Aviso Legal: A fim de preservar a disponibilidade das informações ao público em geral, este serviço possui limites de acessos simultâneos e quantidade de consultas ao site em um determinado período de tempo. Caso seja percebido algum tipo de bloqueio, o intervalo entre as consultas deve ser ampliado.
Além disso, o serviço controla dinamicamente a liberação ou bloqueio de acesso e consulta através de uma lista de endereços IP ou domínios Internet, classificando a origem como confiável ou não-confiável.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

BrGaap

30 de junho de 2026

Índice Página

Demonstrações Contábeis

Balanços patrimoniais individuais e consolidados 4
Demonstrações individuais e consolidadas do resultado 5
Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente 6
Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa 9
Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado 10

Nota 1 – Contexto operacional 11
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas 12
Nota 3 – Principais políticas contábeis 15
Nota 4 - Julgamentos e estimativas relevantes 30
Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa 33
Nota 6 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 34
Nota 6.1 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado 34
Nota 6.2 – Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge* 39
Nota 6.3 – Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 46
Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes 46
Nota 7.1 – Aplicações interfinanceiras de liquidez - operações compromissadas 46
Nota 7.2 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes 47
Nota 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado 52
Nota 8.1 – Depósitos no banco central 52
Nota 8.2 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros 52
Nota 8.3 – Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado 53
Nota 8.4 – Carteira de crédito mensurada ao custo amortizado 54
Nota 8.5 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado 67
Nota 9 – Provisão para perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros 71
Nota 10 – Ativos e passivos fiscais 79
Nota 11 – Investimentos 82
Nota 12 – Imobilizado de uso 89
Nota 13 – Intangível 91
Nota 14 – Outros ativos 92
Nota 15 – Passivos financeiros ao custo amortizado 94
Nota 15.1 – Recursos de clientes 94
Nota 15.2 – Recursos de instituições financeiras e outras 95
Nota 15.3 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários 96

Nota 15.4 – Outros passivos financeiros 99
Nota 16 – Provisões 100
Nota 17 – Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas 105
Nota 18 – Passivos atuariais 107
Nota 19 – Outros passivos 107
Nota 20 – Patrimônio líquido 126
Nota 21 – Receitas e despesas de juros e similares 128
Nota 22 – Ganhos e perdas com o valor justo de instrumentos financeiros 129
Nota 23 – Ganhos e perdas com a negociação de instrumentos financeiros 130
Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias 130
Nota 25 – Despesas com pessoal 131
Nota 26 – Outras despesas administrativas 132
Nota 27 – Despesas tributárias 132
Nota 28 – Outras receitas 133
Nota 29 – Outras despesas 133
Nota 30 – Constituição e reversão de provisões 133
Nota 31 – Resultado não operacional 134
Nota 32 – Partes relacionadas 135
Nota 33 – Gestão de riscos e de capital 140
Nota 34 – Valor justo de ativos e passivos financeiros 146
Nota 35 – Balanço patrimonial por prazo 152
Nota 36 – Resultado recorrente e não recorrente 156
Nota 37 – Outras informações 156
Nota 38 – Eventos subsequentes 157

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria 158
Parecer do Conselho Fiscal 167
Parecer do Conselho de Administração 168
Relatório do Auditor Independente 169

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

em R$ mil

Ativo	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**5**	**9.773.570**	**10.057.712**	**9.773.857**	**10.070.353**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6**	**153.169.545**	**157.198.435**	**157.453.404**	**161.363.222**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	6.1	152.859.185	156.938.782	157.142.960	161.103.569
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	3.036	46	3.120	46
Outros ativos financeiros	6.3	307.324	259.607	307.324	259.607
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**7**	**538.431.379**	**451.991.763**	**537.920.895**	**450.970.105**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.1	242.019.870	139.988.308	242.019.870	139.988.308
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	7.2	296.411.509	312.003.455	295.901.025	310.981.797
Ativos financeiros ao custo amortizado	**8**	**1.609.232.207**	**1.530.942.293**	**1.627.861.769**	**1.549.973.060**
Depósitos no Banco Central	8.1	122.536.251	116.891.800	122.536.251	116.891.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.2	8.597.821	7.808.018	8.597.821	7.808.018
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.3	3.146.080	2.238.931	3.146.080	2.238.931
Carteira de crédito	8.4	1.430.086.816	1.359.382.759	1.448.200.079	1.377.893.253
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.5	44.865.239	44.620.785	45.381.538	45.141.058
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito com característica de concessão	**8.4**	**(67.729.629)**	**(61.406.969)**	**(68.977.351)**	**(62.708.883)**
Ativos fiscais		**80.686.602**	**76.208.562**	**80.872.653**	**76.364.270**
Correntes		4.192.049	4.459.344	4.192.776	4.460.581
Diferidos	10	76.494.553	71.749.218	76.679.877	71.903.689
Outros ativos	**14**	**17.782.166**	**12.512.461**	**17.303.681**	**12.029.942**
Investimentos	**11**	**14.116.572**	**13.831.309**	**14.052.776**	**13.698.375**
Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto		14.116.572	13.831.309	14.052.809	13.698.408
(Perdas por redução ao valor recuperável)				(33)	(33)
Imobilizado de uso	**12**	**8.089.138**	**7.155.400**	**8.097.725**	**7.165.069**
Imobilizações de uso		16.466.533	15.292.552	16.477.383	15.303.403
Depreciação acumulada		(8.337.853)	(8.095.305)	(8.340.116)	(8.096.487)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(39.542)	(41.847)	(39.542)	(41.847)
Intangível	**13**	**4.595.675**	**4.607.542**	**4.616.716**	**4.631.582**
Ativos intangíveis		8.852.817	8.644.866	8.882.867	8.674.915
Amortização acumulada		(4.256.755)	(4.001.939)	(4.265.764)	(4.007.948)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(387)	(35.385)	(387)	(35.385)
Total		**2.368.147.225**	**2.203.098.508**	**2.388.976.125**	**2.223.557.095**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**1.124.921**	**372.346**	**1.124.939**	**372.406**
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	1.124.921	372.346	1.124.939	372.406
Passivos financeiros ao custo amortizado	**15**	**2.174.340.191**	**2.021.004.251**	**2.140.066.543**	**1.985.789.418**
Recursos de clientes	15.1	869.172.635	821.927.213	868.399.042	821.343.025
Recursos de instituições financeiras e outras	15.2	881.291.861	793.405.932	880.757.685	791.926.312
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	15.3	389.228.382	371.507.164	354.420.053	336.405.906
Outros passivos financeiros	15.4	34.647.313	34.163.942	36.489.763	36.114.175
Provisões	**16**	**9.547.246**	**9.425.429**	**9.563.790**	**9.440.177**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		8.753.006	8.545.334	8.769.550	8.560.082
Outras provisões		794.240	880.095	794.240	880.095
Perdas esperadas comp. empréstimos, créd. a liberar e garantias financeiras prestadas	**17**	**2.643.093**	**3.065.343**	**1.395.371**	**1.763.429**
Passivos fiscais		**6.496.379**	**6.188.544**	**6.836.793**	**6.628.630**
Correntes		1.583.387	1.710.920	1.915.639	2.150.508
Diferidos	10	4.912.992	4.477.624	4.921.154	4.478.122
Passivos atuariais (Benefícios a empregados)	**18**	**22.061.094**	**21.936.713**	**22.061.094**	**21.936.713**
Outros passivos	**19**	**33.566.509**	**29.310.058**	**51.939.462**	**47.953.950**
Patrimônio líquido	**20**	**118.367.792**	**111.795.824**	**155.988.133**	**149.672.372**
Capital		112.600.000	105.300.000	112.600.000	105.300.000
Instrumento elegível ao capital principal				34.808.330	35.101.258
Reserva de reavaliação		190.775	194.005	190.775	194.005
Reservas de lucros		7.565.371	14.865.371	7.565.371	14.865.371
Outros resultados abrangentes		(8.723.488)	(8.563.552)	(8.723.488)	(8.563.552)
Lucros ou prejuízos acumulados		6.735.134		6.735.134	
Participação de não controladores				2.812.011	2.775.290
Total		**2.368.147.225**	**2.203.098.508**	**2.388.976.125**	**2.223.557.095**

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

em R$ mil

Descrição	Nota	Individual		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
		1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Receitas da intermediação financeira	**21, 22 e 23**	**133.407.376**	**114.988.294**	**133.715.593**	**115.109.222**
Ao valor justo por meio do resultado		**10.090.648**	**7.341.664**	**10.370.613**	**7.466.131**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		8.455.257	9.921.214	8.737.177	10.044.804
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.2	1.539.203	(2.550.110)	1.537.069	(2.549.233)
Resultado de outros ativos financeiros		96.188	(29.440)	96.367	(29.440)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**34.733.571**	**28.033.561**	**34.667.120**	**27.961.045**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		15.125.741	15.443.254	15.125.741	15.443.254
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		19.607.830	12.590.307	19.541.379	12.517.791
Ao custo amortizado		**88.583.157**	**79.613.069**	**88.677.860**	**79.682.046**
Resultado da carteira de crédito		81.112.914	72.094.600	81.207.617	72.163.577
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		190.290	313.470	190.290	313.470
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		170.413	146.100	170.413	146.100
Resultado de aplicações no Banco Central		5.940.123	5.893.328	5.940.123	5.893.328
Resultado de outros ativos financeiros		1.169.417	1.165.571	1.169.417	1.165.571
Despesas da intermediação financeira	**21**	**(96.636.603)**	**(83.548.774)**	**(95.771.377)**	**(82.399.260)**
Ao custo amortizado		**(96.636.603)**	**(83.548.774)**	**(95.771.377)**	**(82.399.260)**
Recursos de clientes		(38.527.270)	(33.892.223)	(38.527.270)	(33.892.223)
Recursos de instituições financeiras e outras		(36.806.026)	(33.722.551)	(36.722.942)	(33.638.125)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(21.303.307)	(15.934.000)	(20.521.165)	(14.868.912)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**9**	**(13.484.011)**	**(5.617.353)**	**(13.484.011)**	**(5.617.353)**
Resultado da intermediação financeira		**23.286.762**	**25.822.167**	**24.460.205**	**27.092.609**
Outras receitas/despesas operacionais		**(17.126.238)**	**(13.688.260)**	**(16.090.375)**	**(12.630.526)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	10.023.707	10.463.128	14.928.431	13.241.462
Despesas de pessoal	25	(15.523.052)	(14.555.338)	(15.793.649)	(14.768.935)
Outras despesas administrativas	26	(7.093.963)	(6.830.713)	(7.158.941)	(6.892.521)
Despesas tributárias	27	(2.311.842)	(2.085.845)	(2.919.845)	(2.473.057)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	3.570.024	2.519.455	1.917.432	1.731.051
Outras receitas operacionais	28	8.225.209	5.956.214	8.244.091	6.133.942
Outras despesas operacionais	29	(14.016.321)	(9.155.161)	(15.307.894)	(9.602.468)
Constituição e reversão de provisões	**30**	**(2.582.776)**	**(1.829.644)**	**(2.366.862)**	**(1.910.253)**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.481.660)	(2.394.843)	(2.481.660)	(2.394.843)
Outras		(101.116)	565.199	114.798	484.590
Resultado operacional		**3.577.748**	**10.304.263**	**6.002.968**	**12.551.830**
Resultado não operacional	**31**	**(122.562)**	**(86.746)**	**(122.559)**	**(86.746)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**3.455.186**	**10.217.517**	**5.880.409**	**12.465.084**
Imposto de renda e contribuição social	**10**	**4.221.669**	**(415.184)**	**3.061.336**	**(1.188.916)**
Participação dos empregados e dirigentes nos lucros		**(1.091.061)**	**(1.083.669)**	**(1.102.997)**	**(1.093.094)**
Participação dos não controladores				**(470.812)**	**(399.322)**
Lucro líquido do período		**6.585.794**	**8.718.664**	**7.367.936**	**9.783.752**

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

em R$ mil

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Lucro líquido atribuível ao controlador	**6.585.794**	**8.718.664**	**7.367.936**	**9.783.752**
Participação de acionistas não controladores			470.812	399.322
Lucro líquido total	**6.585.794**	**8.718.664**	**7.838.748**	**10.183.074**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**(84.091)**	**610.898**	**(89.315)**	**654.889**
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	**(78.060)**	**536.673**	**(78.060)**	**536.673**
Títulos e valores mobiliários não patrimoniais	(145.996)	824.764	(145.996)	824.764
Instrumentos financeiros patrimoniais	10.621	83.799	10.621	83.799
Efeito fiscal	57.315	(371.890)	57.315	(371.890)
Outros resultados abrangentes em investimentos	**(6.031)**	**74.225**	**(11.255)**	**118.216**
Itens que não serão reclassificados para o resultado	**(75.845)**	**(45.431)**	**(75.845)**	**(45.431)**
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	(89.267)	(34.810)	(89.267)	(34.810)
Efeito fiscal	13.422	(10.621)	13.422	(10.621)
Resultado abrangente do período	**6.425.858**	**9.284.131**	**7.673.588**	**10.792.532**
Resultado abrangente atribuível ao controlador	6.425.858	9.284.131	7.215.025	10.349.219
Resultado abrangente atribuível aos não controladores			458.563	443.313

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

em R$ mil

Individual							
Eventos	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		103.968.123
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021						(4.090.439)	**(4.090.439)**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	99.877.684
Resultado abrangente do período					565.467		565.467
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					536.673		536.673
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego					(45.431)		(45.431)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					74.225		74.225
Aumento de capital	9.300.000			(9.300.000)			
Outros		(3.622)				2.704	(918)
Lucro líquido no período						8.718.664	8.718.664
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	109.160.897

Individual							
Eventos	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		111.795.824
Resultado abrangente do período					(159.936)		(159.936)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					(78.060)		(78.060)
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego					(75.845)		(75.845)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(6.031)		(6.031)
Aumento de capital	7.300.000			(7.300.000)			
Outros		(3.230)				149.340	146.110
Lucro líquido no período						6.585.794	6.585.794
Saldos em 30 de junho de 2026	112.600.000	190.775	6.841.217	724.154	(8.723.488)	6.735.134	118.367.792

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

em R$ mil

Consolidado										
Eventos	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
				Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		137.896.087	2.255.677	140.151.764
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021							(4.090.439)	(4.090.439)		(4.090.439)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	133.805.648	2.255.677	136.061.325
Resultado abrangente do período						565.467		565.467		565.467
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						536.673		536.673		536.673
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego						(45.431)		(45.431)		(45.431)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						74.225		74.225		74.225
Aumento de capital	9.300.000				(9.300.000)					
Atualização monetária de IHCD incorporada		1.223.906						1.223.906		1.223.906
Atualização monetária de IHCD a incorporar		512.379					(512.379)			
Variação na participação de não controladores									443.144	443.144
Outros			(3.622)				2.704	(918)		(918)
Lucro líquido no período							9.783.752	9.783.752		9.783.752
Destinações do lucro líquido										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(552.709)	(552.709)		(552.709)
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	35.664.249	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	144.825.146	2.698.821	147.523.967

Consolidado										
Eventos	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
				Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	35.101.258	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		146.897.082	2.775.290	149.672.372
Resultado abrangente do período						(159.936)		(159.936)		(159.936)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(78.060)		(78.060)		(78.060)
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego						(75.845)		(75.845)		(75.845)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(6.031)		(6.031)		(6.031)
Aumento de capital	7.300.000				(7.300.000)					
Atualização monetária de IHCD		707.072					(707.072)			
Amortização parcial de instrumento elegível ao capital		(1.000.000)						(1.000.000)		(1.000.000)
Variação na participação de não controladores									36.721	36.721
Outros			(3.230)				149.341	146.111		146.111
Lucro líquido no período							7.367.936	7.367.936		7.367.936
Destinações do lucro líquido										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(75.071)	(75.071)		(75.071)
Saldos em 30 de junho de 2026	112.600.000	34.808.330	190.775	6.841.217	724.154	(8.723.488)	6.735.134	153.176.122	2.812.011	155.988.133

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

em R$ mil

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Fluxos de caixa nas atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	**18.236.818**	**15.376.624**	**20.121.670**	**16.528.947**
Lucro líquido	**6.585.794**	**8.718.664**	**7.367.936**	**9.783.752**
Ajustes ao lucro líquido	**11.651.024**	**6.657.960**	**12.753.734**	**6.745.195**
Ajustes ao valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	517.009	(612.125)	515.715	(735.528)
(Ganho)/Perda na venda de imobilizado	668	351	668	351
(Ganho)/Perda na alienação de ativos não financeiros	(488.854)	(1.322.210)	(488.854)	(1.322.210)
Provisão para perdas esperadas com instrumentos financeiros	13.484.011	5.617.353	13.484.011	5.617.353
Passivo atuarial (benefícios a empregados)	920.105	1.003.873	920.105	1.003.873
Depreciações e amortizações	1.597.336	1.144.532	1.601.416	1.147.583
Impostos diferidos	(4.221.669)	415.184	(4.247.093)	419.524
Despesas com provisões para causas judiciais e outras	2.582.776	1.829.644	2.366.862	1.910.253
Resultado de participação em controladas e coligadas	(3.570.024)	(2.519.455)	(1.917.432)	(1.731.051)
Participação dos não controladores			470.812	399.322
Despesas com dívidas subordinadas e instrumentos híbridos	829.666	1.100.813	47.524	35.725
Variação patrimonial	**68.682.727**	**11.008.951**	**72.874.389**	**12.537.267**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(941.076)	(145.962)	(941.076)	(145.962)
(Aumento) Redução em TVM VJR	3.559.598	(15.358.010)	3.441.820	(15.582.737)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.994.453)	(4.360.358)	(2.994.453)	(4.360.358)
(Aumento) Redução na carteira de crédito	(78.161.701)	(42.619.546)	(77.818.662)	(57.811.506)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(468.179)	7.793.182	(464.205)	7.468.253
(Aumento) Redução em ativos fiscais	(256.371)	504.950	(261.290)	497.272
(Aumento) Redução em outros ativos	(8.412.949)	(2.325.031)	(5.995.107)	(1.632.245)
(Redução) Aumento em recursos com instituições financeiras e outras	87.885.929	29.916.962	88.831.373	30.583.157
(Redução) Aumento em recursos de clientes	47.245.422	13.832.009	47.056.017	13.601.998
(Redução) Aumento em recursos por emissão de títulos e valores mobiliários	17.860.817	42.233.839	18.860.817	42.233.842
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	752.575	156.145	752.533	156.145
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	483.371	(2.273.916)	375.588	(1.721.307)
(Redução) Aumento em provisões	(2.315.689)	(2.984.875)	(2.097.979)	(3.058.779)
(Redução) Aumento em perdas esperadas com garantias	(58)		54.135	
(Redução) Aumento em passivos fiscais	718.359	(894.593)	618.687	(864.573)
(Redução) Aumento em passivos atuariais	(871.569)	(4.408.023)	(871.569)	(4.408.023)
(Redução) Aumento em outros passivos	5.009.225	(8.057.822)	4.738.284	7.582.090
Imposto de renda e contribuição social pagos	(410.524)		(410.524)	
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	**86.919.545**	**26.385.575**	**92.996.059**	**29.066.214**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição e resgate de TVM VJORA	15.322.061	(63.230.194)	14.810.887	(63.225.210)
Aquisição e resgate de TVM CA	(907.149)	1.523.184	(907.149)	1.523.184
(Aumento) Redução em investimentos	3.284.761	1.915.915	1.563.031	313.489
Alienação de investimentos		842.922		842.922
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	3.698.885	2.523.676	1.277.009	1.309.694
Alienação de imobilizado de uso	120.546	18.239	120.548	18.239
Aquisição de imobilizado de uso	(1.824.057)	(1.469.021)	(1.824.056)	(1.479.427)
Alienação de intangível	299.045	246.930	299.045	246.930
Aquisição de intangível	(1.115.411)	(770.413)	(1.115.411)	(770.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**18.878.681**	**(58.398.762)**	**14.223.904**	**(61.220.642)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio	(581.954)	(2.770.957)	(581.954)	(2.770.957)
Remuneração de IHCD pago	(969.265)	(949.814)	(969.265)	(949.814)
Amortização parcial de instrumento elegível a capital			(1.000.000)	
Participação dos acionistas não controladores			(434.091)	43.822
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.551.219)**	**(3.720.771)**	**(2.985.310)**	**(3.676.949)**
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**104.247.007**	**(35.733.958)**	**104.234.653**	**(35.831.377)**
Modificações em caixa e equivalentes de caixa, líquida				
Caixa e equivalentes no início do período	155.946.430	252.639.479	155.959.071	252.737.052
Caixa e equivalentes no fim do período	260.193.437	216.905.521	260.193.724	216.905.675
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**104.247.007**	**(35.733.958)**	**104.234.653**	**(35.831.377)**

Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

em R$ mil

Descrição	Individual				Consolidado			
	2026		2025		2026		2025	
	1º semestre		1º semestre		1º semestre		1º semestre	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. Receitas	**138.049.719**		**126.827.254**		**143.281.545**		**129.960.221**	
Intermediação financeira	133.407.376		114.988.294		133.715.593		115.109.222	
Prestação de serviços com tarifas bancárias	10.023.707		10.463.128		14.928.431		13.241.462	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.484.011)		(5.617.353)		(13.484.011)		(5.617.353)	
Ajuste de variação cambial	4.650.521		414.057		4.650.521		414.057	
Outras	3.452.126		6.579.128		3.471.011		6.812.833	
2. Despesas da intermediação financeira	**(96.636.603)**		**(83.548.774)**		**(95.771.377)**		**(82.399.260)**	
3. Insumos adquiridos de terceiros	**(21.510.161)**		**(16.931.497)**		**(22.646.718)**		**(17.572.284)**	
Materiais, energia e outros	(1.820.866)		(1.729.891)		(1.831.421)		(1.734.342)	
Processamento de dados e comunicações	(1.228.429)		(1.404.015)		(1.240.784)		(1.417.492)	
Propaganda, publicidade e promoções	(260.473)		(218.048)		(261.836)		(219.608)	
Serviços de terceiros, vigilância e especializados	(1.601.296)		(1.471.021)		(1.637.921)		(1.508.427)	
Serviços delegados pelo Governo Federal	(1.320.648)		(1.144.947)		(1.320.648)		(1.144.947)	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	(1.575.122)		(1.624.015)		(1.612.616)		(1.659.663)	
Serviços do sistema financeiro	(930.311)		(899.990)		(2.068.328)		(1.187.195)	
Benefício pós-emprego	(920.105)		(1.003.873)		(920.105)		(1.003.873)	
Constituição e reversão de provisões	(2.582.776)		(2.953.361)		(2.366.862)		(3.089.947)	
Despesas com ajuste de variação cambial	(4.379.995)		(417.735)		(4.379.995)		(418.231)	
Outras	(4.890.140)		(4.064.601)		(5.006.202)		(4.188.559)	
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**19.902.955**		**26.346.983**		**24.863.450**		**29.988.677**	
5. Depreciação, amortização e exaustão	**(1.597.336)**		**(1.144.532)**		**(1.601.416)**		**(1.147.583)**	
6. Valor adicionado líquido (4-5)	**18.305.619**		**25.202.451**		**23.262.034**		**28.841.094**	
7. Valor adicionado recebido em transferência - Resultado de equivalência patrimonial	**3.570.024**		**2.519.455**		**1.917.432**		**1.731.051**	
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**21.875.643**		**27.721.906**		**25.179.466**		**30.572.145**	
9. Distribuição do valor adicionado	**21.875.643**	**100,00**	**27.721.906**	**100,00**	**25.179.466**	**100,00**	**30.572.145**	**100,00**
Pessoal	**14.429.216**	**65,95**	**13.603.271**	**49,07**	**14.677.372**	**58,29**	**13.800.385**	**45,14**
Remuneração	9.427.849		8.876.106		9.563.120		8.976.420	
Participação dos empregados e dirigentes nos lucros	1.091.061		1.083.669		1.102.997		1.093.094	
Benefícios	3.183.850		2.966.660		3.273.582		3.045.602	
FGTS	726.456		676.836		737.673		685.269	
Impostos, taxas e contribuições	**275.070**	**1,26**	**4.536.765**	**16,37**	**2.077.783**	**8,25**	**5.723.618**	**18,72**
Federais	(202.438)		4.095.507		1.446.285		5.179.547	
Estaduais	918		1.368		934		1.378	
Municipais	476.590		439.890		630.564		542.693	
Remuneração de capitais de terceiros - Aluguéis	**585.563**	**2,68**	**863.206**	**3,11**	**585.563**	**2,33**	**865.069**	**2,83**
Remuneração de capitais próprios	**6.585.794**	**30,11**	**8.718.664**	**31,45**	**7.838.748**	**31,13**	**10.183.073**	**33,31**
Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.426.922		1.409.658		1.426.922		1.409.658	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital					75.071		552.708	
Lucros retidos atribuíveis ao controlador	5.158.872		7.309.006		5.865.943		7.821.385	
Participação dos não controladores nos lucros retidos					470.812		399.322	

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 165 anos de atuação, cuja constituição, na forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, estando vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. A Instituição possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo, caracterizado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto na qualidade de instituição financeira e agente de políticas públicas quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A instituição disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, composta por postos de atendimento, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades móveis (caminhão e barco) e contêineres automatizados. Adicionalmente, mantém canais eletrônicos e digitais, com o objetivo de ampliar o acesso e a qualidade do atendimento prestado aos clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, com destaque para a poupança, e de sua aplicação de recursos em diversas operações, abrangendo as carteiras comercial, de infraestrutura, de câmbio, de crédito ao consumidor, imobiliária e de agronegócio, além da prestação de serviços bancários. Atua, ainda, nos negócios com cartões de débito e crédito, na administração de fundos e carteiras de investimento e em atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com o suporte de suas subsidiárias Caixa Cartões Holding, Caixa Asset e Caixa Loterias. Adicionalmente, participa dos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por meio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter exclusivo, os serviços das loterias federais, bem como exerce, de forma permanente e contínua, o monopólio das operações de penhor civil. As Loterias CAIXA configuram-se como relevante fonte de geração de recursos destinados ao desenvolvimento social, com reflexos diretos no financiamento de programas do Governo Federal, especialmente nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA detém tradição e posição de destaque no mercado de poupança, relevante fonte de captação de recursos destinada principalmente ao financiamento do crédito imobiliário e à formação de patrimônio da população brasileira. A Instituição lidera o mercado de crédito habitacional, destacando-se como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. Adicionalmente, contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico do país por meio da atuação nos segmentos de crédito voltados ao saneamento e infraestrutura, bem como pela promoção do desenvolvimento sustentável local e da melhoria de vida dos produtores rurais, por intermédio do crédito ao agronegócio.

Na condição de principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui de forma relevante para a redução da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, instrumento relevante para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, bem como no pagamento do Seguro-Desemprego, do FGTS, do Abono Salarial e de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de promover a cidadania, investindo nessas iniciativas de forma contínua. Nesse contexto, os investimentos realizados visam tanto a proporcionar aos atletas brasileiros condições adequadas de treinamento quanto a contribuir para a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, ampliando oportunidades para o desenvolvimento de novos talentos.

Por meio de sua estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos com enfoque social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e fomenta iniciativas educacionais voltadas à população de menor renda. De forma alinhada, no âmbito cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizam a musicalização como instrumento de inclusão, bem como eventos de cultura popular e iniciativas culturais com potencial de alcance em múltiplas regiões do país.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce a função de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para o qual atua como principal agente financeiro, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Esses fundos constituem entidades jurídicas autônomas, regidas por normativos próprios, com estruturas de governança específicas e contabilidade individualizada, cujos patrimônios não se confundem com o da CAIXA. Dessa forma, as informações relativas a tais fundos não integram o escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da CAIXA, os quais são conduzidos por auditores independentes.

Principais fundos e programas sociais		
Descrição	30/06/2026 (1)	31/12/2025
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	861.906.360	829.780.877
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	25.154.915	24.934.456
Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS	19.894.760	19.575.947
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	7.783.545	7.307.942
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	6.393.932	5.950.005
Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab	4.284.283	4.050.773
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM (2)	5.084.376	1.632.038
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	482.967	434.594
Fundo de Garantia para Construção Naval – FGCN	60.330	58.333
Total	931.045.468	893.724.965

(1) Os valores apresentados refletem a posição mais recente de fechamento dos ativos dos fundos.
(2) O aumento do saldo decorreu, principalmente, em virtude do aporte de recursos da União.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e aprovadas pelo Conselho Diretor em 18 de agosto de 2026 e pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2026.

(b) Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil (Bacen), emanadas da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Resolução CMN nº 4.966/2021– que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), com as respectivas alterações posteriores, da Resolução CMN nº 4.818/2020 – que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições, em conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), da Resolução BCB nº 2/2020 – que dispõe sobre os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações contábeis, da Resolução BCB nº 352/2023 – que estabelece procedimentos contábeis para aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021, incluindo classificação, mensuração, reconhecimento e evidenciação de instrumentos financeiros, contabilidade de *hedge*, teste SPPI, taxa de juros efetiva e provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como das demais normas e instruções emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e, quando aplicável e não conflitante com a regulamentação bancária, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da CAIXA, exceto quando indicado de outra forma.

Na elaboração destas demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade da CAIXA de continuar operando normalmente e concluiu que a Instituição possui condições adequadas para a manutenção de suas atividades e o cumprimento de suas obrigações no curso normal dos negócios. Adicionalmente, não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Instituição.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas e premissas referem-se à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, dos ativos fiscais diferidos, do valor justo de determinados instrumentos financeiros, das provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais, das perdas por redução ao valor recuperável de ativos, dos planos de previdência complementar, dos ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego e da determinação da vida útil econômica de determinados ativos.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e os julgamentos são revisados periodicamente e seus efeitos reconhecidos prospectivamente quando da revisão das premissas ou da realização dos eventos correspondentes.

A natureza das estimativas relevantes e os correspondentes valores contábeis dos ativos e passivos estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da CAIXA, de suas controladas diretas e indiretas e das entidades sobre as quais exerce controle, incluindo fundos de investimento exclusivos e fundos de investimento em direitos creditórios, quando aplicável, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Atividade	% de participação	
		Em 30/06/2026	Em 31/12/2025
Caixa Econômica Federal	**Instituição financeira**	**Líder do conglomerado**	**Líder do conglomerado**
Caixa Loterias	**Serviços lotéricos**	**100%**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Loterias	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária	100% de participação da subsidiária
Caixa Cartões	**Holding**	**100%**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Cartões	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária	100% de participação da subsidiária
Caixa Seguridade	**Holding**	**80%**	**80%**
Caixa Holding	Holding	100%	100%
Caixa Corretora	Corretora de seguros	100%	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Seguridade	Fundos de investimento	100% de participação da controlada	100% de participação da controlada
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Corretora	Fundos de investimento	100% de participação da controlada	100% de participação da controlada
Caixa Asset	**Distribuição de títulos e valores mobiliários**	**100%**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Ibirapuera Renda Fixa	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária	100% de participação da subsidiária
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV	**Fundos de investimento**	**96,78%**	**96,90%**
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ânima Cooasgo	**Fundos de investimento**	**66,14%**	**68,47%**

Consideram-se entidades controladas aquelas sobre as quais a CAIXA possui poder, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e é capaz de exercer influência sobre tais retornos por meio desse poder. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. A avaliação da existência de controle é realizada de forma contínua pela Administração.

As demonstrações contábeis consolidadas relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações estão sendo apresentadas de forma adicional às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, em conformidade com a faculdade prevista no art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021 e no art. 100 da Resolução BCB nº 352/2023, durante o período de transição regulatória previsto até o exercício de 2027.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as entidades consolidadas são eliminados no processo de consolidação.

As controladas e demais entidades consolidadas nas quais o Conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta estão apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Normas aplicáveis a períodos futuros

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a Resolução CMN nº 5.146/2024 facultou, até 31 de dezembro de 2026, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A CAIXA optou pela adoção dessa faculdade regulatória.

Conforme facultado pela Resolução CMN nº 5.100/2023, a CAIXA optou por postergar para 1º de janeiro de 2027 a aplicação dos novos requisitos de contabilidade de *hedge*.

A Resolução CMN nº 5.185/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.818/2020 e introduziu o art. 12-A, que dispõe sobre a elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais. O referido artigo determina a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, aprovado em 12 de setembro de 2024; e

II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, aprovado em 12 de setembro de 2024.

A Resolução CMN nº 5.252/2025 estabelece os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à baixa e à evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2027, as instituições deverão observar os requerimentos previstos na referida regulamentação.

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, pela Lei Complementar nº 214/2025, pela Lei Complementar nº 227/2026 e demais atos normativos correlatos, estabelece um novo modelo de tributação sobre o consumo baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e no Imposto Seletivo (IS).

No primeiro semestre de 2026, foram publicados atos complementares relevantes para a implementação do novo sistema tributário, incluindo normas relacionadas à regulamentação da CBS e do IBS e à definição de procedimentos necessários à sua operacionalização.

A implementação da reforma ocorrerá de forma gradual até 2033, observados os cronogramas e as condições previstas na legislação aplicável.

A CAIXA acompanha a evolução da regulamentação e permanece avaliando os potenciais impactos decorrentes dessas alterações sobre suas atividades, observadas as respectivas datas de entrada em vigor e os demais requisitos definidos pelos órgãos competentes.

Nota 3 – Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas em conformidade com o BrGaap, estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que constituem a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas utilizando a taxa de câmbio vigente entre a moeda estrangeira e a moeda funcional na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço patrimonial. As variações cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas no período em que ocorrem os respectivos fatos geradores, quando correlacionadas, independentemente de recebimento ou pagamento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente de acordo com a categoria de mensuração aplicável e os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no respectivo custo amortizado, enquanto aqueles classificados em outras categorias são mensurados de acordo com os critérios específicos aplicáveis.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data-base das demonstrações contábeis. As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo regime de competência e apropriadas ao resultado pelo método da taxa de juros efetiva, calculada *pro rata temporis* sobre o valor contábil dos instrumentos financeiros, observadas as características contratuais e a categoria de mensuração aplicável.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante das disponibilidades em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data das demonstrações contábeis.

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa caracterizam-se por sua alta liquidez, sendo mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo com vencimento original igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação, e estão sujeitos a insignificante risco de mudança no valor.

A composição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se apresentada na Nota Explicativa 5.

(d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento, classificação e mensuração

(d.1) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data em que a CAIXA se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. No caso de compras e vendas regulares de ativos financeiros, o reconhecimento ocorre na data de negociação, incluindo operações que preveem a entrega do ativo em prazo estabelecido por regulamento ou prática de mercado.

(d.2) Classificação de instrumentos financeiros

A CAIXA classifica os instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a natureza do contrato e com as características dos fluxos de caixa associados, os quais dão origem a ativos financeiros, passivos financeiros ou instrumentos patrimoniais.

(d.3) Mensuração de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente:

I - Pelo preço da transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou

II - Ao valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

(d.4) Classificação de ativos financeiros

A CAIXA classifica os ativos financeiros com base no modelo de negócio adotado para a sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado (VJR); valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou pelo custo amortizado (CA).

O modelo de negócio da entidade para o gerenciamento dos ativos financeiros é determinado com base nas práticas adotadas na gestão de ativos, refletindo a forma como são administrados e avaliados, e não sendo definido de forma arbitrária. Essa avaliação considera evidências observáveis, tais como:

- a forma como o desempenho dos ativos financeiros é reportada ao pessoal-chave da administração; e
- os riscos associados aos ativos financeiros e a forma como esses riscos são gerenciados.

O modelo de negócio refere-se à forma com a entidade gerencia seus ativos financeiros, visando fluxos de caixa, seja por meio do recebimento de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos. A classificação dos ativos financeiros considera o modelo de negócio adotado e as características dos fluxos de caixa contratuais, avaliadas quanto ao critério de somente pagamentos de principal e juros (SPPJ). O teste SPPJ consiste na avaliação dos termos contratuais dos instrumentos financeiros, com o objetivo de verificar se os fluxos de caixa contratuais, em datas específicas, são compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Para fins desse teste, o principal corresponde ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e os juros representam a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao principal, bem como por outros componentes básicos de crédito, liquidez, custos e margem de lucro.

A classificação dos ativos financeiros considera, conjuntamente, o modelo de negócios adotado pela Administração para a sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais. Nesse contexto, ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério de serem exclusivamente compostos por pagamentos de principal e juros (SPPJ) são, obrigatoriamente, classificados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A definição dos modelos de negócios aplicáveis às carteiras é apresentada a seguir:

(d.4.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Na categoria valor justo por meio do resultado (VJR), são classificados os ativos financeiros mantidos para negociação ou geridos com base no valor justo, bem como aqueles que não atendem aos critérios para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A receita de juros é reconhecida no resultado com base no método da taxa de juros efetiva. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado quando do estabelecimento do direito ao seu recebimento. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo, sendo os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos diretamente no resultado do período.

(d.4.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), são classificados os ativos financeiros geridos no âmbito de modelo de negócios cujo objetivo é tanto a manutenção para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos financeiros, desde que tais fluxos de caixa atendam ao critério de serem exclusivamente compostos por pagamentos de principal e juros (SPPJ). Adicionalmente, a CAIXA pode designar, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial,

instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação para a categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou originação dos ativos financeiros são incorporados ao valor inicial dos instrumentos.

A receita de juros é reconhecida no resultado, com base no método da taxa de juros efetiva. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado quando do estabelecimento do direito ao seu recebimento, exceto quando representarem, de forma clara, recuperação parcial do valor investido, caso em que são registrados como redução do valor contábil do instrumento. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são mensurados ao valor justo, sendo as variações decorrentes de ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, até a baixa do ativo financeiro.

(d.4.3) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)

Correspondem a ativos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros (SPPJ), e que são mantidos no âmbito de modelo de negócios cujo objetivo é a manutenção dos ativos para recebimento dos respectivos fluxos de caixa contratuais. Dessa forma, para classificação ao custo amortizado (CA), os ativos financeiros devem atender, cumulativamente, ao teste SPPJ e ao modelo de negócios cujo objetivo é a manutenção dos ativos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Ativos oriundos de reestruturação ou renegociação podem ser classificados nessa categoria, desde que atendidos os referidos critérios.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que se referem a recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, conforme previsto no CPC 47. Nos demais casos, o reconhecimento inicial ocorre pelo valor justo. Para ativos classificados ao custo amortizado, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou originação são incorporados ao valor inicial do instrumento.

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado ao longo do prazo dos instrumentos financeiros, com base no método da taxa de juros efetiva.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção contra riscos, incluindo operações de *hedge* com e sem designação contábil, contabilizadas conforme a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo, sendo reconhecidos como ativos quando esse valor é positivo e como passivos quando negativo. Subsequentemente, são reavaliados ao valor justo, com os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do período, ressalvadas as hipóteses de operações de *hedge* sujeitas a tratamento contábil específico.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para mitigar, total ou parcialmente, os riscos decorrentes de variações cambiais e de taxas de juros de passivos financeiros elegíveis para *hedge* contábil.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos é apresentada na Nota 6.2.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são classificadas, no reconhecimento inicial, de acordo com a natureza das operações. As aplicações no mercado aberto (posição bancada e financiada) são, quando aplicável, classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), enquanto os depósitos interfinanceiros são mensurados ao custo amortizado. Os resultados dessas operações são apropriados ao resultado do período, sendo apurados pela diferença entre os valores de compra e venda nas operações compromissadas e pelas receitas de financiamentos lastreados em títulos de renda fixa de terceiros.

Os instrumentos classificados em VJORA são mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários, até a baixa do ativo.

A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados nas Notas Explicativas 7.1 e 8.2.

(g) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são, em sua maioria, mensurados ao custo amortizado, sendo apropriados ao resultado pelo método da taxa de juros efetiva. A mensuração subsequente observa essa base, exceto para as seguintes situações específicas:

- Instrumentos financeiros derivativos e demais passivos financeiros sujeitos à mensuração ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros decorrentes de transferências de ativos financeiros que não atendam aos critérios para baixa, reconhecidos em contrapartida aos recursos recebidos;
- Compromissos de crédito e operações a liberar, mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa estimados, quando aplicável; e
- Garantias financeiras, mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas de crédito esperadas e o valor inicialmente reconhecido, líquido da receita apropriada ao resultado ao longo do prazo da operação, conforme regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(h) Baixa de ativos e passivos financeiros

(h.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos aos fluxos de caixa expiram;
- há transferência substancial dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou
- a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere os direitos de receber os fluxos de caixa de um ativo financeiro ou celebra contrato de repasse e não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas mantém o controle do ativo, este permanece reconhecido na medida do envolvimento contínuo da entidade, sendo reconhecido o passivo associado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados de forma a refletir os direitos e as obrigações retidos pela CAIXA.

O envolvimento contínuo que assume a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da exposição da CAIXA à perda.

Nas operações com transferência substancial de riscos e benefícios, o ativo financeiro é baixado, sendo o resultado da operação reconhecido no resultado do período. Nas operações com retenção substancial de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece integralmente registrado no ativo. Nesses casos, é reconhecido o passivo financeiro correspondente aos recursos recebidos na transação. As receitas e despesas associadas a essas operações são apropriadas ao resultado ao longo do prazo da operação, em bases proporcionais, de modo a refletir adequadamente o custo e a remuneração envolvidos.

Nas operações em que não há transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios, e há transferência de controle, o ativo financeiro é baixado. Eventuais direitos e obrigações remanescentes da operação são reconhecidos como ativos e passivos, conforme aplicável.

Nas situações em que não há transferência do controle do ativo, este permanece reconhecido na medida do envolvimento contínuo da CAIXA. Nesses casos:

- o ativo financeiro é mantido na proporção da exposição da entidade aos riscos do ativo transferido;
- é reconhecido o passivo financeiro associado às obrigações assumidas na operação; e
- o resultado é apropriado ao longo do prazo da operação, de forma a refletir adequadamente os efeitos econômicos da transação.

(h.2) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é liquidado, substituído ou tem seus termos contratualmente modificados de forma substancial, o passivo original é baixado e, quando aplicável, é reconhecido um novo passivo financeiro. A diferença entre o valor contábil do passivo baixado e os valores pagos, recebidos ou assumidos na operação é reconhecida no resultado do período, conforme a natureza da transação. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada, extinta ou quando expira.

(i) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros correspondem a aplicações realizadas pela CAIXA que não se enquadram nas categorias de disponibilidades, operações interfinanceiras de liquidez, operações com títulos e valores mobiliários ou operações de crédito, para as quais existem classificações específicas.

Os outros passivos financeiros referem-se às obrigações que não se classificam como depósitos, operações compromissadas, instrumentos de dívida, derivativos ou obrigações por empréstimos e repasses.

O detalhamento dos ativos e passivos financeiros é apresentado, respectivamente nas Notas Explicativas 8.5 e 15.4.

(j) Outros ativos e passivos não financeiros

Os demais ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die*, bem como a constituição de provisão para perdas, quando necessária.

Os demais passivos incluem valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

O detalhamento dos outros ativos e passivos não financeiros é apresentado, respectivamente nas Notas Explicativas 14 e 19.

(k) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço, apropriados ao resultado na base *pro rata die*.

Os depósitos, as captações no mercado aberto, as obrigações por empréstimos e repasses e os recursos provenientes da emissão de títulos têm seus valores registrados nas correspondentes contas patrimoniais, sendo os respectivos encargos apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações, em bases proporcionais, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15.1, 15.2 e 15.3.

As captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm seus encargos apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações, em bases proporcionais, refletindo a remuneração da obrigação.

(l) Receitas antecipadas

As receitas recebidas antecipadamente correspondem a contraprestações recebidas de clientes antes da transferência do controle dos bens ou serviços contratados. Esses valores são reconhecidos inicialmente como passivo contratual e apropriados ao resultado ao longo do tempo, à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas.

(m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes observam os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. As obrigações fiscais e previdenciárias são registradas de acordo com sua natureza, sendo aquelas sujeitas a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação tratadas como provisões ou passivos contingentes, conforme aplicável.

- **Provisões:** são reconhecidas quando a CAIXA possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e possível a estimativa confiável do valor envolvido;
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes relevantes na data base;
- **Passivos contingentes**: nos termos do CPC 25, não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas, quando relevantes, se a probabilidade de saída de recursos for possível;
- **Obrigações fiscais e previdenciárias:** referem-se, principalmente, a tributos constituídos ou em discussão judicial quanto à sua legalidade ou constitucionalidade. Quando caracterizam obrigação presente, seus montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, independentemente da avaliação de êxito na demanda. Nos casos em que há incerteza quanto à obrigação, aplica-se o julgamento conforme os critérios do CPC 25.

O detalhamento das provisões e dos passivos contingentes, bem como suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 16.

(n) Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras representam compromissos de cobertura de perdas relativas a obrigações de terceiros, sendo seu tratamento contábil relevante para a adequada avaliação do risco de crédito e da exposição financeira da CAIXA.

A alocação nos estágios considera a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, enquanto a mensuração das perdas esperadas incorpora a probabilidade de desembolsos futuros pela instituição em caso de inadimplemento da contraparte, conforme o CPC 48.

A CAIXA constitui provisão para perdas esperadas sobre compromissos de empréstimos, limites de crédito e créditos a liberar, refletindo o risco de crédito associado à eventual utilização desses instrumentos e ao subsequente inadimplemento da contraparte. Os compromissos são caracterizados por, pelo menos, uma das seguintes condições:

- O compromisso não pode ser cancelado unilateralmente pela instituição de forma incondicional;
- A instituição não possui capacidade substancial de cancelar o compromisso ou suspender o desembolso dos recursos, ou não exerce esse direito na gestão normal do instrumento; ou
- A instituição não possui capacidade de monitorar o risco de crédito da contraparte de forma a permitir o cancelamento ou a suspensão tempestiva do compromisso em caso de deterioração de sua capacidade financeira.

A constituição da provisão para garantias financeiras prestadas pela CAIXA considera as seguintes categorias de risco de crédito:

Empréstimos a outras entidades – Referem-se a operações de repasse concentradas junto a instituições financeiras e entidades públicas, nas quais a CAIXA concede garantia ao FGTS sobre os valores repassados. A constituição da provisão para perdas associadas a esses instrumentos baseia-se no modelo de perda de crédito esperada, considerando a exposição ao risco de crédito das entidades tomadoras, a estrutura de coobrigação assumida pela CAIXA e os efeitos das garantias associadas, que impactam a estimativa de perda, especialmente na redução da perda em caso de inadimplência. A mensuração da perda esperada adota abordagem probabilística, contemplando a probabilidade de inadimplência, a perda em caso de *default*, a exposição no momento do *default* e informações prospectivas relevantes.

FIES – Correspondem a créditos concedidos a estudantes pessoa física, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil, operacionalizado pelo FNDE, destinados ao financiamento de cursos de graduação não gratuitos. Esses ativos são reconhecidos e mensurados como instrumentos financeiros, sendo submetidos à avaliação de perda de crédito esperada, considerando o risco das operações e eventuais mecanismos de mitigação associados.

As atividades de administração e operação dos cartões de crédito, bem como a gestão dos cartões de débito, são realizadas pela Caixa Cartões Holding. A CAIXA, entretanto, mantém exposição aos riscos de crédito associados a essas operações, o que caracteriza a retenção substancial de riscos e benefícios. Em decorrência dessa exposição, é reconhecida uma garantia financeira prestada, correspondente às obrigações potenciais relacionadas às operações com cartões.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as operações de cartões compõem a carteira de crédito, de forma a refletir adequadamente as operações e a exposição ao risco de crédito do conglomerado.

Os limites concedidos em operações de cartão de crédito são classificados como compromissos não canceláveis e estão sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em conformidade com a regulamentação vigente.

O detalhamento das perdas esperadas com compromissos de empréstimos e garantias financeiras prestadas é apresentado na Nota Explicativa 17.

(o) Passivos atuariais

Os benefícios de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos serviços prestados pelos empregados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA, relacionados a complementação de aposentadoria e assistência médica, são reconhecidos e mensurados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020, com base em avaliações atuariais que consideram o valor presente das obrigações e os ativos dos planos, quando aplicável.

Destaca-se que o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabelece, para a entidade patrocinadora, os parâmetros para mensuração dos ativos do plano e das obrigações atuariais, bem como do eventual superávit ou déficit dos planos de aposentadoria. Todavia, em virtude das exigências legais vigentes no Brasil, as demonstrações contábeis desses planos são elaboradas em conformidade com as normas do órgão regulador nacional, o que pode resultar em apurações de superávit ou déficit divergentes daquelas apuradas segundo o CPC 33 (R1).

Considerando que a CAIXA já reconhece passivo atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), poderá haver necessidade de complementação desse valor na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento e apurado de acordo com a legislação local, apresentar montante superior ao registrado contabilmente. Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são realizadas semestralmente. Dessa forma, a nota de Benefícios a Empregados é elaborada com base nas posições apuradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro.

O detalhamento encontra-se apresentado na Nota Explicativa 18.

(p) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

O processo de classificação dos instrumentos financeiros da CAIXA em estágios baseia-se na qualidade de crédito, considerando a avaliação da deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A adequada alocação desses instrumentos em estágios é relevante para a adequada evidenciação das informações e para a avaliação dos riscos de crédito associados a esses ativos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu a classificação dos instrumentos financeiros em estágios, substituindo o modelo anterior baseado em níveis de risco (ratings) aplicável às operações de crédito.

A CAIXA classifica seus instrumentos financeiros de acordo com os seguintes estágios:

(p.1) Estágio 1

Perda de crédito esperada para 12 meses: os ativos enquadrados neste estágio encontram-se em situação de normalidade, sem aumento significativo no risco de crédito. Nessa condição, a perda esperada corresponde ao produto da probabilidade de descumprimento para os próximos 12 meses (PD) e da perda em caso de *default* (LGD). Aplica-se aos ativos financeiros originados ou adquiridos com nível de risco compatível com a Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital da Empresa.

(p.2) Estágio 2

Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo: os ativos enquadrados neste estágio apresentam aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Para esses ativos, a perda de crédito esperada é mensurada com base nas perdas ao longo da vida, considerando a probabilidade de inadimplência até o vencimento do instrumento (PD lifetime) e a perda em caso de *default* (LGD).

(p.3) Estágio 3

Perdas de crédito esperada para ativos problemáticos: os ativos enquadrados neste estágio são considerados ativos com deterioração significativa da qualidade de crédito, caracterizados por evidência objetiva de perda e dificuldades na sua recuperação. Para esses ativos, a perda de crédito esperada é mensurada com base na perda em caso de *default* (LGD), considerando a exposição ao risco e as expectativas de recuperação.

(p.4) Revisão da alocação

A alocação em estágio deve ser revisada:

- mensalmente, em função de atrasos no pagamento de principal ou encargos;
- a cada 6 meses, para instrumentos financeiros de uma mesma contraparte cujo valor seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição;
- pelo menos uma vez a cada 12 meses, para os demais instrumentos, exceto aqueles comprovadamente de baixo risco;
- sempre que houver evidências de alteração significativa na qualidade de crédito, considerando, por exemplo, o cenário econômico; e
- quando o instrumento for objeto de renegociação.

(p.5) Realocação

A realocação ocorre quando é evidenciado o aumento ou a redução significativa no risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial, resultando na mudança do estágio em que se encontrava classificado. A avaliação da realocação tem por objetivo refletir, de forma adequada, a deterioração ou a melhoria na qualidade do crédito ao longo do tempo.

(p.6) Aspectos relevantes da classificação em estágios:

Realocação do Estágio 3 para o Estágio 1: ocorre quando o instrumento deixa de apresentar evidência de perda de crédito, mediante melhora substancial da sua qualidade de crédito.

Realocação do Estágio 2 para o Estágio 1: ocorre quando há redução significativa no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Alocação no Estágio 3: quando um instrumento financeiro é classificado nesse estágio, os demais instrumentos da mesma contraparte tendem a ser igualmente classificados, salvo quando houver evidência de risco significativamente inferior (efeito de arrasto).

(q) Risco de crédito

Pode haver aumento significativo no risco de crédito quando verificada uma das seguintes condições:

- Mudanças relevantes em indicadores externos ou internos de risco de crédito;
- Alterações adversas nas condições econômicas ou de negócio da contraparte;
- Evidências de dificuldades financeiras, incluindo a reestruturação de obrigações relevantes; e
- Atraso no pagamento de principal ou encargos, observado o critério de materialidade definido pela Administração.

O risco de crédito também abrange:

- Risco de crédito de contraparte, caracterizado pela possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações com fluxos bilaterais, incluindo negociações de ativos financeiros e derivativos; e
- Risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições relevantes e correlacionadas, tais como:

  (i) a uma mesma contraparte;

  (ii) a contrapartes atuantes em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento;

  (iii) a contrapartes com dependência de uma mesma fonte de receita, produto ou atividade;

  (iv) a instrumentos financeiros com fatores de risco altamente correlacionados; e

  (v) a exposições associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro.

(q.1) Critérios para saída da condição de crédito deteriorado

A reclassificação de ativos financeiros anteriormente caracterizados como problemáticos ocorre quando são observadas evidências objetivas de melhoria na qualidade de crédito do ativo, após o seu enquadramento nessa condição, mediante o cumprimento de período mínimo de observação e desde que não existam parcelas vencidas de principal ou encargos.

(r) Operações reestruturadas

Para fins desta nota explicativa, consideram-se operações reestruturadas as renegociações de ativos financeiros que impliquem a concessão de condições mais favoráveis à contraparte em decorrência de deterioração relevante de sua qualidade creditícia, quando tais condições não seriam concedidas em circunstâncias normais de mercado. Enquadram-se, ainda, como operações reestruturadas, as renegociações que evidenciem agravamento do risco de crédito associado à obrigação. Excetuam-se dessa classificação as renegociações realizadas em consonância com normas do Conselho Monetário Nacional, de órgãos reguladores ou com dispositivos legais específicos que estabeleçam, de forma expressa, tratamento contábil ou regulatório distinto.

(s) Tratamento dos instrumentos financeiros por carteiras

A CAIXA pode realizar a mensuração da perda de crédito esperada em base coletiva, mediante o agrupamento de instrumentos financeiros com características similares de risco de crédito. Para fins de avaliação coletiva, os instrumentos podem ser agrupados, entre outros critérios, conforme segue:

- Pertencimento a grupos homogêneos de risco de crédito;
- Operações de varejo com características similares; e
- Carteiras cujo gerenciamento de risco de crédito seja realizado de forma massificada.

(s.1) Grupo homogêneo de risco

Refere-se ao conjunto de instrumentos financeiros que compartilham características similares de risco de crédito, permitindo sua avaliação e mensuração em base coletiva.
Para fins de agrupamento, são consideradas, entre outras, as seguintes características:

- Perfil de risco da contraparte;
- Modalidade do instrumento financeiro;
- Tipo de garantia ou colateral associado;

- Histórico de atraso no pagamento de principal ou encargos;
- Segmento econômico de atuação;
- Localização geográfica;
- Data de originação; e
- Prazo contratual.

(t) Metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A CAIXA reconhece e mensura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros em montante correspondente às perdas de crédito esperadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023.

A provisão é reconhecida desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro como despesa do período, em contrapartida a:

1) a conta redutora do valor contábil do ativo, no caso de ativos financeiros; e
2) a passivo, no caso de exposições fora do balanço, tais como:

- garantias financeiras prestadas;
- compromissos de créditos a liberar; e
- outras exposições com risco de crédito, quando aplicável.

(u) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e às suas subsidiárias são apurados de acordo com a legislação tributária vigente, mediante a aplicação das alíquotas demonstradas a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% à CAIXA Asset e 9% às demais empresas do conglomerado.
(2) Para as empresas não financeiras optantes pelo regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e a da COFINS é de 7,6%.

(u.1) Tributo diferido

O reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido (AFD) é baseado em estudos técnicos e no julgamento da Administração, considerando a probabilidade de realização de lucros tributáveis futuros e as alíquotas tributárias vigentes na data das demonstrações financeiras. Desde 1º de janeiro de 2021, os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos pelas instituições financeiras passaram a observar as disposições da Resolução CMN nº 4.842/2020.

A partir de 1º de janeiro de 2025, as estimativas de realização do ativo fiscal diferido (AFD) passaram a contemplar valores relativos a perdas esperadas e incorridas, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Lei nº 14.467/2022, aplicáveis às operações inadimplidas até 31 de dezembro de 2024. Nos termos da legislação tributária vigente, as perdas associadas a operações inadimplidas, bem como as relativas a empresas em falência ou recuperação judicial, podem ser consideradas dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Lei nº 14.467/2022, alterada pela Lei nº 15.078/2024, permite que créditos decorrentes de operações inadimplidas em 31 de dezembro de 2024 sejam deduzidos à razão de 1/84 ou 1/120 por período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, bem como a origem e a expectativa de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na Nota Explicativa 10.

(v) Investimentos

Os investimentos em controladas, controladas em conjunto e em empresas sobre as quais a CAIXA exerce influência significativa são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para refletir as práticas contábeis estabelecidas pelas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição.

A composição dos investimentos e o resultado da equivalência patrimonial, estão apresentados na Nota Explicativa 11.

(w) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da CAIXA. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis, considerando valor residual, quando aplicável.

CAIXA passou a aplicar a Resolução CMN nº 4.975/2021, em conjunto com os pronunciamentos do CPC aplicáveis, com adoção prospectiva. Dessa forma, os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 são reconhecidos de acordo com os critérios estabelecidos na referida regulamentação.

(x) Arrendamentos

A CAIXA, na condição de arrendatária, mantém contratos de arrendamento relacionados, principalmente, a aluguéis e cessões onerosas para instalação de suas unidades administrativas e agências. A Instituição não possui contratos de subarrendamento.

Na determinação do prazo dos contratos de arrendamento, a CAIXA considera, além do prazo contratual, eventuais períodos de renovação quando houver razoável certeza de exercício dessas opções, observando a data de início do arrendamento. Para contratos de arrendamento de baixo valor, tais como aparelhos de telefonia móvel e impressoras, é aplicada a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06 (R2).

As vidas úteis dos bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final de cada exercício, sendo ajustadas quando necessário. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor, e estão sujeitos à avaliação de recuperabilidade sempre que há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

A CAIXA não possui propriedades para investimento nem atua como arrendadora em contratos de arrendamento financeiro ou operacional.

A composição dos valores registrados no imobilizado de uso está apresentada na Nota Explicativa 12.

(y) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA são compostos, principalmente, por direitos relacionados à aquisição de folhas de pagamento e por softwares.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos, observados, quando aplicável, os prazos contratuais, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos em contratos de parceria com entidades públicas e privadas, que conferem à CAIXA o direito de prestação de serviços bancários, incluindo processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, administração de carteiras de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outras atividades correlatas. Esses ativos possuem vida útil definida, estimada em 5 anos, e são amortizados pelo método linear. A amortização tem início após eventual período de carência previsto contratualmente.

Os softwares compreendem tanto os adquiridos quanto os desenvolvidos internamente. Os softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando a CAIXA demonstra a intenção e a capacidade de utilizá-los ou vendê-los, bem como a geração de benefícios econômicos futuros de forma confiável, observados os demais critérios aplicáveis. Esses ativos possuem vida útil definida de 5 anos e são amortizados pelo método linear ao longo desse período.

A composição dos valores registrados no ativo intangível está apresentada na Nota Explicativa 13.

(z) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA avalia, periodicamente, os ativos não financeiros com o objetivo de identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável e, sempre que tais indícios são identificados, é estimado o valor recuperável do ativo. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.924/2021.

(aa) Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o regime de competência.

Os critérios específicos de reconhecimento, conforme descrito a seguir, devem ser observados para o reconhecimento das receitas e despesas.

(aa.1) Receita e despesa de juros

As receitas de juros são reconhecidas com base no método da taxa efetiva de juros, ao longo do prazo das operações, em regime de competência. As receitas de tarifas e comissões são reconhecidas quando houver prestação dos serviços correspondentes, desde que seja provável a geração de benefícios econômicos associados e que esses possam ser mensurados de forma confiável.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva da operação (TJEO), aplicável aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e aos ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos da remuneração estão refletidos na variação do valor justo.

A TJEO é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando aplicável, por período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJEO considera todos os termos contratuais do instrumento e inclui taxas, custos de transação e outros custos ou receitas incrementais diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento financeiro que integrem a taxa efetiva, excetuando-se as perdas de crédito esperadas.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de fluxos de caixa futuros. Esses ajustes são calculados com base na taxa de juros efetiva original do instrumento financeiro e reconhecidos no resultado como receita ou despesa de juros. Quando há alteração nas estimativas de recebimento de fluxos de caixa, inclusive em decorrência de mudanças na expectativa de recuperação de crédito, o efeito é reconhecido prospectivamente mediante ajuste no valor contábil do instrumento, sem modificação da taxa de juros efetiva original.

(aa.2) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas pela CAIXA quando a respectiva obrigação de desempenho é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação esperada em troca dos serviços prestados aos clientes. Os custos incrementais de obtenção de contratos, quando materiais e recuperáveis, são reconhecidos como ativo e apropriados ao resultado de forma sistemática ao longo da vigência dos contratos.

Para determinar o momento do reconhecimento das receitas, a CAIXA exerce julgamento na identificação das obrigações de desempenho e na avaliação de sua satisfação em momento específico ou ao longo do tempo.

(aa.3) Receita de dividendos

Os dividendos relativos às participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, são reconhecidos como redução do valor contábil dos respectivos investimentos quando aprovados pelos órgãos societários competentes, uma vez que os resultados dessas investidas já são reconhecidos pela CAIXA por meio da equivalência patrimonial.

(bb) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação, em notas explicativas, dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. Para fins dessa Resolução, considera-se resultado não recorrente aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado apenas incidentalmente às atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 36.

(cc) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.
Os eventos subsequentes classificam-se em:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições já existentes na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições surgidas após a data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando aplicáveis, são divulgados na Nota Explicativa 38, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

(dd) Alteração de política contábil referente à atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) elegíveis ao Capital Principal é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Considerando que tais instrumentos atendem aos critérios de classificação como instrumentos patrimoniais, e que os juros remuneratórios já são tratados como distribuição de resultado, concluiu-se que a atualização monetária deve receber o mesmo tratamento, sendo reconhecida como variação no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do período.

Essa prática está alinhada à natureza econômica dos instrumentos e tem por objetivo proporcionar informações contábeis mais relevantes e úteis aos usuários das demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com os princípios estabelecidos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nota 4 - Julgamentos e estimativas relevantes

A CAIXA elabora estimativas e julgamentos conforme suas políticas contábeis, refletindo a subjetividade inerente às demonstrações financeiras, com premissas definidas segundo o padrão contábil aplicável.

(a) Perda de crédito esperada

A CAIXA constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em metodologia consistente de avaliação, considerando a probabilidade de inadimplência e os riscos inerentes a cada operação. As provisões são revisadas periodicamente e podem ser ajustadas em decorrência de alterações significativas nos fatores de risco.

A mensuração da provisão requer o uso de estimativas e julgamentos contínuos. Assim, as perdas efetivamente observadas em períodos subsequentes podem divergir das estimativas realizadas com base nas premissas vigentes na data da avaliação.

A provisão para perdas esperadas relativa às operações de crédito e a outros créditos com características de concessão é mensurada com base em estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito. Para essa mensuração, são utilizados os seguintes parâmetros: (i) Probabilidade de Inadimplência (*Probability of Default – PD*); (ii) Perda Dada a Inadimplência (*Loss Given Default – LGD*); e (iii) Exposição no Momento da Inadimplência (*Exposure at Default – EAD*).

Para avaliar o risco de crédito das operações do segmento atacado, a CAIXA realiza análises individualizadas com base em premissas que contemplam indicadores financeiros e aspectos qualitativos relacionados às empresas, ao ambiente de negócios e às características dos instrumentos financeiros.

Na CAIXA, o processo de revisão da provisão para perdas esperadas é realizado mensalmente para o segmento varejo. Para o segmento atacado, determinadas carteiras são revisadas com periodicidade semestral ou anual, de acordo com suas características e perfil de risco.

A CAIXA estabelece conceitos, critérios e metodologias contábeis para a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:

- ativos financeiros;

- garantias financeiras prestadas; e
- compromissos de crédito e créditos a liberar.

A CAIXA avalia as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de deterioração da qualidade de crédito dos instrumentos financeiros e a expectativa de recuperação dos respectivos fluxos financeiros.

A CAIXA utiliza a metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que consiste em uma abordagem abrangente de análise e mensuração do risco de crédito. Essa metodologia reconhece as perdas esperadas em diferentes estágios, de acordo com a evolução da qualidade de crédito dos instrumentos financeiros.

(b) Ativos e passivos fiscais

A mensuração e a recuperação dos ativos fiscais diferidos dependem de julgamentos da Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros e à reversão das diferenças temporárias. As estimativas utilizadas consideram projeções de resultados e premissas econômicas vigentes, podendo sofrer alterações que impactem os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(c) Amortização e depreciação

A determinação das despesas de amortização e depreciação requer o uso de julgamentos e estimativas por parte da Administração, principalmente em relação à definição das vidas úteis econômicas e dos valores residuais dos ativos.

As vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis são revisadas periodicamente com base na expectativa de utilização, desgaste físico, obsolescência tecnológica, condições de manutenção e demais fatores que possam afetar a geração de benefícios econômicos futuros. Alterações nas estimativas de vida útil ou valor residual podem resultar em impactos relevantes nas despesas de depreciação e amortização reconhecidas nos períodos subsequentes e nos valores contábeis dos respectivos ativos.

(d) Provisões

A constituição e a mensuração das provisões requerem julgamentos e estimativas da Administração, considerando a natureza das demandas, a opinião da Diretoria Jurídica, o histórico de processos similares, a complexidade das ações e o entendimento predominante dos tribunais. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data-base das demonstrações contábeis.

É constituída também provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período.

Passivos contingentes classificados como de perda remota não são reconhecidos nem divulgados. A avaliação da probabilidade de perda é realizada com base em análises da Diretoria Jurídica e da Administração, considerando os fatos e circunstâncias específicos de cada caso.

São reconhecidas provisões quando:

- a CAIXA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado;
- é provável que será necessária a saída de recursos econômicos para a liquidação da obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

(e) Valor justo e hierarquia de valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apreçamento praticadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um *spread* de crédito a partir do *rating* de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente aplicado à avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de *Hull* é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O CPC 46 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério de utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Com base nesses dois tipos de dados, estabelece-se a seguinte hierarquia de valor justo:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo;
- **Nível 2** – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada; e
- **Nível 3** – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos patrimoniais e títulos de dívida compostos significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar mensurações distintas de valor justo na data do balanço, uma vez que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos adotados em razão de suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- **Mercado secundário de títulos públicos federais:** ANBIMA; e
- **Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para *swap* e taxa DI:** B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A CAIXA exerce seus julgamentos com base em seu conhecimento e na observação do comportamento dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais, e os julgamentos feitos podem variar com base nas condições de mercado.

Itens observados pela CAIXA na mensuração do valor justo:

- Definição clara do valor justo como preço de mercado em transação entre partes conhecedoras e dispostas;
- Utilização da hierarquia de três níveis para mensuração, com base em dados observáveis e não observáveis;
- Importância da manutenção de documentação e justificativas robustas para métodos utilizados, especialmente em mensurações de Nível 3;
- Necessidade de divulgação adequada dos critérios de mensuração e níveis hierárquicos nas demonstrações contábeis; e
- Rigoroso processo de governança dos processos de mensuração, com ênfase em transparência e confiabilidade das informações reportadas.

(f) Passivos atuariais

A mensuração das obrigações atuariais relacionadas aos benefícios pós-emprego requer o uso de julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração. Os valores reconhecidos são apurados com base em avaliações atuariais elaboradas por especialistas independentes, utilizando premissas econômicas e biométricas relacionadas, entre outros fatores, às taxas de desconto, inflação, crescimento salarial, expectativa de vida dos participantes e custos assistenciais futuros, quando aplicável.

A CAIXA realiza a avaliação atuarial semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Individual		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Total de disponibilidades (caixa)	9.773.570	10.057.712
Disponibilidade em moeda nacional	9.517.420	9.769.208
Disponibilidade em moeda estrangeira	256.150	288.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	140.138.719
Depósitos voluntários – Banco Central (Nota 8.1)	8.399.997	5.749.999
Total	260.193.437	155.946.430

Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Total de disponibilidades (caixa)	9.773.857	10.070.353
Disponibilidade em moeda nacional	9.517.707	9.781.849
Disponibilidade em moeda estrangeira	256.150	288.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	140.138.719
Depósitos voluntários – Banco Central (Nota 8.1)	8.399.997	5.749.999
Total	260.193.724	155.959.071

Nota 6 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Nota 6.1 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual							
	30/06/2026							
	Sem vencimento	1 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	-	145.961.882	145.961.882	146.357.875	-	(395.993)
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	58.246	117.244	175.490	173.727	(869)	2.632
Títulos privados de entidades não financeiras	-	39.962	-	6.547.740	6.587.702	6.697.629	(81.778)	(28.149)
Cotas de fundo de investimento	130.967	-	-	-	130.967	130.000	-	967
Ações	3.144	-	-	-	3.144	102.600	-	(99.456)
Total	**134.111**	**39.962**	**58.246**	**152.626.866**	**152.859.185**	**153.461.831**	**(82.647)**	**(519.999)**

Descrição	Individual					
	31/12/2025					
	Sem vencimento	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	152.466.860	152.466.860	152.198.245	-	268.615
Títulos privados de instituições financeiras	-	163.855	163.855	162.163	(811)	2.503
Títulos privados de entidades não financeiras	-	3.300.077	3.300.077	3.345.020	(75.019)	30.076
Cotas de fundo de investimento	131.002	-	131.002	130.000	-	1.002
Ações	876.988	-	876.988	917.736	-	(40.748)
Total	**1.007.990**	**155.930.792**	**156.938.782**	**156.753.164**	**(75.830)**	**261.448**

Descrição	Consolidado							
	30/06/2026							
	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	538.653	149.200.199	149.738.852	150.133.446	-	(394.594)
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	58.246	117.244	175.490	173.727	(869)	2.632
Títulos privados de entidades não financeiras	-	39.962	-	6.547.740	6.587.702	6.697.629	(81.778)	(28.149)
Cotas de fundo de investimento	637.772	-	-	-	637.772	636.994	-	778
Ações	3.144	-	-	-	3.144	102.600	-	(99.456)
Total	**640.916**	**39.962**	**596.899**	**155.865.183**	**157.142.960**	**157.744.396**	**(82.647)**	**(518.789)**

Descrição	Consolidado							
	31/12/2025							
	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	814	136.972	156.477.243	156.615.029	156.081.920	-	533.109
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	-	163.855	163.855	162.163	(811)	2.503
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	3.300.077	3.300.077	3.345.020	(75.019)	30.076
Cotas de fundo de investimento	147.620	-	-	-	147.620	27.147	-	120.473
Ações	876.988	-	-	-	876.988	917.736	-	(40.748)
Total	**1.024.608**	**814**	**136.972**	**159.941.175**	**161.103.569**	**160.533.986**	**(75.830)**	**645.413**

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

No 1º semestre de 2026 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 5.229 (1º semestre de 2025 – R$2.674).

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

Não houve movimentação do/para o estágio 2 na carteira de títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado. As movimentações no estágio 3 contemplam os mesmos saldos no Individual e Consolidado. Os instrumentos financeiros cotas de fundos de investimento e ações foram alocados no estágio 1 de acordo com as características do ativo.

Individual					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos públicos federais brasileiros	152.198.245	(5.840.370)	-	-	146.357.875
Títulos privados de instituições financeiras	162.163	11.564	-	-	173.727
Títulos privados de entidades não financeiras	3.258.472	3.351.637	-	-	6.610.109
Cotas de fundo de investimento	130.000	-	-	-	130.000
Ações	917.736	(815.136)	-	-	102.600
Total	**156.666.616**	**(3.292.305)**	**-**	**-**	**153.374.311**

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	120.920.014	31.278.231	-	-	152.198.245
Títulos privados de instituições financeiras	-	162.163	-	-	162.163
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	2.772.782	-	36.996	3.258.472
Cotas de fundo de investimento	-	130.000	-	-	130.000
Ações	100.448	817.288	-	-	917.736
Total	**121.469.156**	**35.160.464**	**-**	**36.996**	**156.666.616**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos públicos federais brasileiros	156.081.920	(5.948.474)	-	-	150.133.446
Títulos privados de instituições financeiras	162.163	11.564	-	-	173.727
Títulos privados de entidades não financeiras	3.258.472	3.351.637	-	-	6.610.109
Cotas de fundo de investimento	27.147	609.847	-	-	636.994
Ações	917.736	(815.136)	-	-	102.600
Total	**160.447.438**	**(2.790.562)**	**-**	**-**	**157.656.876**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	122.323.519	33.758.401	-	-	156.081.920
Títulos privados de instituições financeiras	-	162.163	-	-	162.163
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	2.772.782	-	36.996	3.258.472
Cotas de fundo de investimento	18.768	8.379	-	-	27.147
Ações	100.448	817.288	-	-	917.736
Total	**122.891.429**	**37.519.013**	**-**	**36.996**	**160.447.438**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Títulos privados de entidades não financeiras	86.548	972	-	-	87.520
Total	**86.548**	**972**	**-**	**-**	**87.520**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	36.996	86.548	(36.996)	-	86.548
Total	**36.996**	**86.548**	**(36.996)**	**-**	**86.548**

Nota 6.2 – Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição ao risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

- *Hedge* de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária; e
- Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado nas carteiras de negociação e bancária, visando controlar a exposição e o consumo de capital necessário para sua cobertura.

Diariamente, são apurados exposição líquida, VaR (*Value at Risk*), CVaR (*Conditional VaR*), concentração em fatores de risco, estrutura a termo, *duration*, *hedge*, testes de estresse, limites e requerimento de capital pelas abordagens Padronizada e Gerencial.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

(a) Derivativo do FGTS

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998 e 649/2010.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero, caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações contábeis da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(b) Contratos de câmbio

Com relação aos derivativos de câmbio, a CAIXA faz uso de contratos futuros de dólar e de FRA (*Foward Rate Agreement*) de Cupom Cambial, para proteger posições proprietárias e fluxo de caixa em moeda estrangeira de variações cambiais. Para operações de emissões no mercado internacional, que ocorrem esporadicamente, podem ser contratados *swaps* como derivativos para *hedge* destas transações.

Todos os derivativos cambiais negociados pela CAIXA são registrados via B3, não havendo risco de crédito pois a *Clearing* assume o papel de contraparte nas operações, realizando ajustes diários das posições e exigindo o depósito de margem de garantia. A liquidação dos contratos de dólar futuro e de FRA de Cupom Cambial estão vinculadas à PTAX, já os contratos de *swap* possuem seus indicadores negociados entre as partes, sendo o mais comum a troca de variação cambial + taxa pré x percentual do DI. Sobre o vencimento destes instrumentos, os contratos de dólar futuro são negociados pela CAIXA para prazos de até 30 dias, enquanto os de FRA de Cupom Cambial são contratados com vencimento em até 1 ano. Os contratos de *swap* podem ter prazos superiores a 5 anos, a depender da necessidade do *hedge*.

(c) *Hedge* contábil

O *hedge* contábil de emissão externa tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é estabelecida sobre a parcela dos fluxos financeiros da emissão designada para *hedge* contábil e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom; e
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro *Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo gerir o risco de taxa de juros da carteira bancária. Nesse programa, utilizam-se contratos de crédito como objetos de *hedge* e a proteção é realizada por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito.

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI; e
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa prefixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso de emissão externa, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor Justo dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.

(c.1) *Hedge* Contábil

Individual / Consolidado							
Estratégia		30/06/2026					
		Instrumentos de *hedge*				Objeto	
Risco de taxa de juros		Valor nominal	Quant.	Valor justo (1)		Valor justo	Ajuste de marcação a mercado
Objeto	Instrumento			Parcela efetiva	Parcela inefetiva		
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	11.658.688	125.300	157.592	41.018	10.018.659	(157.592)
Hedge de emissões externas	*Swap*	3.659.703	32	125.664	-	3.785.367	(125.664)

Individual / Consolidado							
Estratégia		31/12/2025					
		Instrumentos de *hedge*				Objeto	
Risco de taxa de juros		Valor nominal	Quant.	Valor justo (1)		Valor justo	Ajuste de marcação a mercado
Objeto	Instrumento			Parcela efetiva	Parcela inefetiva		
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	16.243.577	178.045	268.976	74.629	14.473.407	(268.976)
Hedge de emissões externas	*Swap*	3.780.785	36	358.190	-	4.138.976	(358.190)

(1) Parcela de marcação a mercado do resultado do instrumento de *hedge*.
(2) Instrumento liquidado em D+1 com contraparte B3.

(c.2) Estrutura temporal do *hedge*

Individual / Consolidado				
Vencimento	*Hedge* da carteira bancária		*Hedge* de emissões externas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
2026	4.380.199	9.372.833	116.739	237.821
2027	6.321.949	5.958.019	221.685	221.685
2028	732.621	697.465	207.632	207.631
2029	176.927	169.851	195.289	195.289
2030	-	-	2.918.358	2.918.359
2031	46.992	45.409	-	-
Total	11.658.688	16.243.577	3.659.703	3.780.785

(d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Individual						
Valor referencial						
Descrição	30/06/2026					31/12/2025
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	**157.817**	**-**	**1.325.299**	**1.331.913**	**2.815.029**	**2.359.479**
Mercado interfinanceiro	157.817	-	1.325.299	1.331.913	2.815.029	2.359.479
Compromissos de venda	**4.828.512**	**40.731**	**5.321.442**	**60.863.736**	**71.054.421**	**80.269.757**
Mercado interfinanceiro	4.538.117	40.731	5.321.442	60.863.736	70.764.026	79.629.377
Moeda estrangeira	290.395	-	-	-	290.395	640.380
Contrato a termo (1)						
Contrato de câmbio - Ativo	**33.284**	**-**	**-**	**-**	**33.284**	**83.328**
Contrato de câmbio – Passivo	**1.778**	**-**	**-**	**-**	**1.778**	**18.390**
Swap - Dólar	**-**	**116.739**	**112.760**	**3.430.204**	**3.659.703**	**3.780.785**
Outros						
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.178.987**	**3.178.987**	**3.090.992**

Consolidado						
Valor referencial						
Descrição	30/06/2026					31/12/2025
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	**275.655**	**2.519.322**	**1.325.299**	**1.331.913**	**5.452.189**	**5.961.568**
Mercado interfinanceiro	275.655	2.519.322	1.325.299	1.331.913	5.452.189	5.961.568
Compromissos de venda	**4.828.512**	**40.731**	**5.321.442**	**60.863.736**	**71.054.421**	**80.269.757**
Mercado interfinanceiro	4.538.117	40.731	5.321.442	60.863.736	70.764.026	79.629.377
Moeda estrangeira	290.395	-	-	-	290.395	640.380
Contrato a termo (1)						
Contrato de câmbio - Ativo	**33.284**	**-**	**-**	**-**	**33.284**	**83.328**
Contrato de câmbio – Passivo	**1.778**	**-**	**-**	**-**	**1.778**	**18.390**
Swap						
Swap - Dólar	**-**	**116.739**	**112.760**	**3.430.204**	**3.659.703**	**3.780.785**
Swap - DI	**271.822**	**-**	**-**	**-**	**271.822**	**204.768**
Outros						
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.178.987**	**3.178.987**	**3.090.992**

(1) Contratos de câmbio indexados a moedas estrangeiras convertidos pela PTAX.

(e) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial.

Descrição	Individual					
	30/06/2026					31/12/2025
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Posição ativa	**3.036**	**-**	**-**	**-**	**3.036**	**46**
Termo	**50**	**-**	**-**	**-**	**50**	**46**
Instituições financeiras e clientes	50	-	-	-	50	46
Futuro	**2.986**	**-**	**-**	**-**	**2.986**	**-**
Índices/B3	2.986	-	-	-	2.986	-
Posição passiva	**213.994**	**23.246**	**22.942**	**864.739**	**1.124.921**	**372.346**
Swap	**-**	**23.246**	**22.942**	**864.739**	**910.927**	**372.342**
Índices/B3	-	23.246	22.942	864.739	910.927	372.342
Termo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**
Instituições financeiras e clientes	-	-	-	-		4
Futuro	**213.994**	**-**	**-**	**-**	**213.994**	**-**
Índices/B3	213.994	-	-	-	213.994	-

Descrição	Consolidado					
	30/06/2026					31/12/2025
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Posição ativa	**3.036**	**84**	**-**	**-**	**3.120**	**46**
Termo	**50**	**-**	**-**	**-**	**50**	**46**
Instituições financeiras e clientes	50	-	-	-	50	46
Futuro	**2.986**	**84**	**-**	**-**	**3.070**	**-**
Índices/B3	2.986	84	-	-	3.070	-
Posição passiva	**214.012**	**23.246**	**22.942**	**864.739**	**1.124.939**	**372.406**
Swap	**18**	**23.246**	**22.942**	**864.739**	**910.945**	**372.352**
Índices/B3	18	23.246	22.942	864.739	910.945	372.352
Termo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**
Instituições financeiras e clientes	-	-	-	-	-	4
Futuro	**213.994**	**-**	**-**	**-**	**213.994**	**50**
Índices/B3	213.994	-	-	-	213.994	50

(f) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Swap	(567.011)	(156.101)	(567.064)	(156.220)
Futuro	2.106.208	(2.389.417)	2.104.127	(2.388.421)
Câmbio	6	(4.592)	6	(4.592)
Total	**1.539.203**	**(2.550.110)**	**1.537.069**	**(2.549.233)**

Nota 6.3 – Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Refere-se a contrato firmado pela CAIXA, no qual foram cedidos direitos oriundos de *Royalties* e Participação Especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural. A CAIXA designou *Royalties* inicialmente de forma irrevogável em razão das características do ativo.

Descrição	Individual / Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo	Valor contábil bruto	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo
Royalties	712.904	(405.580)	307.324	761.375	(501.768)	259.607
Total	**712.904**	**(405.580)**	**307.324**	**761.375**	**(501.768)**	**259.607**

Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Nota 7.1 – Aplicações interfinanceiras de liquidez - operações compromissadas

(a) Composição da carteira de operações compromissadas

Individual / Consolidado				
Descrição	30/06/2026			31/12/2025
	01 a 90 dias	Ajuste a valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**191.906.788**	**24.970**	**191.931.758**	**98.746.297**
Letras financeiras do tesouro	73.353.835	16.051	73.369.886	65.862.907
Letras do tesouro nacional	39.002.251	1.784	39.004.035	24.976.562
Notas do tesouro nacional	79.550.702	7.135	79.557.837	7.906.828
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**50.088.112**	**-**	**50.088.112**	**41.242.011**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	18.347.552
Letras do tesouro nacional	32.248.112	-	32.248.112	22.894.459
Notas do tesouro nacional	17.840.000	-	17.840.000	-
Total	**241.994.900**	**24.970**	**242.019.870**	**139.988.308**

Nota 7.2 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual								
	30/06/2026								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	1.885.197	1.371.556	275.258.349	278.515.102	278.546.547	-	(31.445)
Títulos privados de instituições financeiras	-	293.382	-	-	451.750	745.132	742.311	(3.316)	6.137
Títulos privados de entidades não financeiras	-	99.905	140.527	239.301	14.443.979	14.923.712	15.304.215	(633.356)	252.853
Cotas de fundo de investimento (1)	2.217.652	-	-	-	-	2.217.652	995.411	-	1.222.241
Ações (1)	9.911	-	-	-	-	9.911	19.003	-	(9.092)
Total	**2.227.563**	**393.287**	**2.025.724**	**1.610.857**	**290.154.078**	**296.411.509**	**295.607.487**	**(636.672)**	**1.440.694**

Descrição	Individual								
	31/12/2025								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	3.641.590	2.758.402	1.359.292	285.708.822	293.468.106	293.460.576	-	7.530
Títulos privados de instituições financeiras	-	439.201	284.093	436.357	422.268	1.581.919	1.574.865	(3.360)	10.414
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	151.655	14.107.109	14.258.764	14.396.286	(499.588)	362.066
Cotas de fundo de investimento (1)	2.680.595	-	-	-	-	2.680.595	1.495.411	-	1.185.184
Ações (1)	14.071	-	-	-	-	14.071	18.970	-	(4.899)
Total	**2.694.666**	**4.080.791**	**3.042.495**	**1.947.304**	**300.238.199**	**312.003.455**	**310.946.108**	**(502.948)**	**1.560.295**

Descrição	Consolidado								
	30/06/2026								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	1.885.197	1.371.556	275.258.349	278.515.102	278.546.547	-	(31.445)
Títulos privados de instituições financeiras	-	293.382	-	-	451.750	745.132	742.311	(3.316)	6.137
Títulos privados de entidades não financeiras	-	99.905	140.527	239.301	14.443.979	14.923.712	15.304.215	(633.356)	252.853
Cotas de fundo de investimento (1)	1.707.168	-	-	-	-	1.707.168	495.411	-	1.211.757
Ações (1)	9.911	-	-	-	-	9.911	19.003	-	(9.092)
Total	**1.717.079**	**393.287**	**2.025.724**	**1.610.857**	**290.154.078**	**295.901.025**	**295.107.487**	**(636.672)**	**1.430.210**

(1) A CAIXA designou de modo irrevogável instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em razão da estratégia e característica desses títulos. Em 30/06/2026 esses títulos perfazem o montante de R$ 732.093 em cotas de fundos de investimento e R$ 9.634 em ações.

Descrição	Consolidado								
	31/12/2025								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	3.641.590	2.758.402	1.359.292	285.708.822	293.468.106	293.460.576	-	7.530
Títulos privados de instituições financeiras	-	439.201	284.093	436.357	422.268	1.581.919	1.574.865	(3.360)	10.414
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	151.655	14.107.109	14.258.764	14.396.286	(499.588)	362.066
Cotas de fundo de investimento (1)	1.658.937	-	-	-	-	1.658.937	495.411	-	1.163.526
Ações (1)	14.071	-	-	-	-	14.071	18.970	-	(4.899)
Total	**1.673.008**	**4.080.791**	**3.042.495**	**1.947.304**	**300.238.199**	**310.981.797**	**309.946.108**	**(502.948)**	**1.538.637**

(1) A CAIXA designou de modo irrevogável instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em razão da estratégia e característica desses títulos. Em 31/12/2025 esses títulos perfazem o montante de R$ 11.222 em cotas de fundos de investimento e R$ 11.865 em ações.

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

No 1º semestre de 2026 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 35.314 (1º semestre de 2025 – R$ 2.485).

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

As movimentações nos estágios 2 e 3 contemplam os mesmos saldos no Individual e Consolidado. Os instrumentos financeiros cotas de fundos de investimento e ações foram alocados no estágio 1 de acordo com as características do ativo.

Individual					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos públicos federais brasileiros	293.460.576	(14.914.029)	-	-	278.546.547
Títulos privados de instituições financeiras	1.574.865	(832.554)	-	-	742.311
Títulos privados de entidades não financeiras	13.562.928	1.331.317	-	(154.531)	14.739.714
Cotas de fundo de investimento	1.495.411	(500.000)	-	-	995.411
Ações	18.970	33	-	-	19.003
Total	**310.112.750**	**(14.915.233)**	**-**	**(154.531)**	**295.042.986**

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	131.377.330	-	-	293.460.576
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(1.279.457)	-	-	1.574.865
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	4.965.064	(241.129)	(140.460)	13.562.928
Cotas de fundo de investimento	1.557.330	(61.919)	-	-	1.495.411
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	**175.493.321**	**135.001.018**	**(241.129)**	**(140.460)**	**310.112.750**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos públicos federais brasileiros	293.460.576	(14.914.029)	-	-	278.546.547
Títulos privados de instituições financeiras	1.574.865	(832.554)	-	-	742.311
Títulos privados de entidades não financeiras	13.562.928	1.331.317	-	(154.531)	14.739.714
Cotas de fundo de investimento	495.411	-	-	-	495.411
Ações	18.970	33	-	-	19.003
Total	**309.112.750**	**(14.415.233)**	**-**	**(154.531)**	**294.542.986**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	131.377.330	-	-	293.460.576
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(1.279.457)	-	-	1.574.865
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	4.965.064	(241.129)	(140.460)	13.562.928
Cotas de fundo de investimento	557.330	(61.919)	-	-	495.411
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	**174.493.321**	**135.001.018**	**(241.129)**	**(140.460)**	**309.112.750**

Individual / Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos privados de entidades não financeiras	423.164	(423.164)	-	-	-
Total	**423.164**	**(423.164)**	**-**	**-**	**-**

Individual / Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	-	182.035	241.129	-	423.164
Total	**-**	**182.035**	**241.129**	**-**	**423.164**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Títulos privados de entidades não financeiras	410.194	(224)	154.531	-	564.501
Total	**410.194**	**(224)**	**154.531**	**-**	**564.501**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	30.022	239.712	140.460	-	410.194
Total	**30.022**	**239.712**	**140.460**	**-**	**410.194**

Nota 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado

Nota 8.1 – Depósitos no Banco Central

Individual / Consolidado			
Descrição	Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	6.068.158	10.061.220
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	60.821.247	59.315.401
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	46.777.321	40.408.928
Conta de pagamentos instantâneos	Taxa SELIC	469.528	1.356.252
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	8.399.997	5.749.999
Total		**122.536.251**	**116.891.800**

Nota 8.2 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros

(a) Composição da carteira de depósitos interfinanceiros de liquidez por prazo de vencimento

Individual / Consolidado					
Carteira	30/06/2026				31/12/2025
	1 a 90 dias	Acima de 360 dias	Perdas esperadas	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**8.251.060**	**360.755**	**(13.994)**	**8.597.821**	**7.808.018**
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	150.365
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	8.251.060	360.755	(13.994)	8.597.821	7.657.653
Total	**8.251.060**	**360.755**	**(13.994)**	**8.597.821**	**7.808.018**

(1) A integralidade da carteira de depósito interfinanceiro encontra-se alocada no estágio 1.

(a.1) Acordo de compensação e liquidação de obrigações

Individual		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
BMG S.A.	980	12.371
Banco Mercantil do Brasil S.A.	2.934	2.746
Banestes S.A.	110.876	103.909
Total	**114.790**	**119.026**

Nota 8.3 – Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Individual / Consolidado					
Descrição	30/06/2026				
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Títulos privados de entidades não financeiras	-	2.898.728	2.948.184	(49.456)	2.898.728
Títulos de governos estrangeiros	247.352	-	249.851	(2.499)	247.352
Total	**247.352**	**2.898.728**	**3.198.035**	**(51.955)**	**3.146.080**

Individual / Consolidado				
Descrição	31/12/2025			
	Acima de 360 dias	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Títulos privados de entidades não financeiras	2.238.931	2.239.603	(672)	2.238.931
Total	**2.238.931**	**2.239.603**	**(672)**	**2.238.931**

(b) Movimentação por estágios da carteira

Não houve movimentação do/para os estágios 2 na carteira de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. As movimentações no estágio 3 contemplam os mesmos saldos no Individual e Consolidado.

Individual / Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/para estágio 2	Transferência do/para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos privados de entidades não financeiras	2.239.603	668.535	-	-	2.908.138
Títulos de governos estrangeiros	-	249.851	-	-	249.851
Total	**2.239.603**	**918.386**	**-**	**-**	**3.157.989**

Individual / Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/para estágio 2	Transferência do/para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	1.541.305	(1.541.305)	-	-	-
Títulos privados de entidades não financeiras	2.198.643	40.960	-	-	2.239.603
Total	**3.739.948**	**(1.500.345)**	**-**	**-**	**2.239.603**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/para estágio 2	Transferência do/para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Títulos privados de entidades não financeiras	-	40.046	-	-	40.046
Títulos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-
Total	**-**	**40.046**	**-**	**-**	**40.046**

Nota 8.4 – Carteira de crédito mensurada ao custo amortizado

(a) Composição da carteira de crédito

Descrição	Individual					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Empréstimos e direitos creditórios descontados (1) (2)	240.793.437	(30.914.925)	209.878.512	236.975.990	(30.211.369)	206.764.621
Financiamentos (2)	15.673.398	(1.644.051)	14.029.347	13.516.909	(1.381.549)	12.135.360
Financiamentos rurais	61.446.109	(9.662.489)	51.783.620	62.053.408	(6.594.249)	55.459.159
Financiamentos imobiliários (1)	995.964.127	(20.637.323)	975.326.804	930.687.442	(18.111.147)	912.576.295
Financiamentos de infraestrutura	110.474.593	(4.657.611)	105.816.982	110.146.098	(4.812.460)	105.333.638
Cessão de créditos	2.636.664	(25.541)	2.611.123	2.870.790	(26.325)	2.844.465
Outros ativos com características de concessão de crédito	3.098.488	(187.689)	2.910.799	3.132.122	(269.870)	2.862.252
Total	**1.430.086.816**	**(67.729.629)**	**1.362.357.187**	**1.359.382.759**	**(61.406.969)**	**1.297.975.790**

(1) Contempla o *hedge* em empréstimos e direitos creditórios descontados no montante R$ 146.007 (31/12/2025 - R$ 259.044) e em financiamentos imobiliários no montante de R$ 11.585 (31/12/2025 - R$ 9.932).
(2) Os programas governamentais (Giro CAIXA e microcrédito Pronampe, Giro CAIXA FGI e Procred) totalizaram o montante de R$ 31.712.419 (31/12/2025 - R$ 31.702.837).

Descrição	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Empréstimos e direitos creditórios descontados (1) (2)	241.423.797	(30.914.925)	210.508.872	238.119.347	(30.211.369)	207.907.978
Financiamentos (2)	15.673.398	(1.644.051)	14.029.347	13.516.909	(1.381.549)	12.135.360
Financiamentos rurais	61.446.109	(9.662.489)	51.783.620	62.053.408	(6.594.249)	55.459.159
Financiamentos imobiliários (1)	995.964.127	(20.637.323)	975.326.804	930.687.442	(18.111.147)	912.576.295
Financiamentos de infraestrutura	110.474.593	(4.657.611)	105.816.982	110.146.098	(4.812.460)	105.333.638
Cessão de créditos	2.636.664	(25.541)	2.611.123	2.870.790	(26.325)	2.844.465
Outros ativos com características de concessão de crédito	20.581.391	(1.435.411)	19.145.980	20.499.259	(1.571.784)	18.927.475
Total	**1.448.200.079**	**(68.977.351)**	**1.379.222.728**	**1.377.893.253**	**(62.708.883)**	**1.315.184.370**

(1) Contempla o *hedge* em empréstimos e direitos creditórios descontados no montante R$ 146.007 (31/12/2025 - R$ 259.044) e em financiamentos imobiliários no montante de R$ 11.659 (31/12/2025 - R$ 9.932).
(2) Os programas governamentais (Giro CAIXA e microcrédito Pronampe, Giro CAIXA FGI e Procred) totalizaram o montante de R$ 31.712.419 (31/12/2025 - R$ 31.702.837).

(b) Movimentação por estágios da carteira de crédito

Estágio 1 (1)	Individual				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para o estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	196.241.323	9.882.982	(2.795.916)	(4.744.263)	198.584.126
Financiamentos	11.373.312	2.284.633	(230.019)	(202.260)	13.225.666
Financiamentos rurais	48.270.809	887.095	(1.519.528)	(4.382.820)	43.255.556
Financiamentos imobiliários	879.242.325	67.900.328	(4.054.695)	(6.254.327)	936.833.631
Financiamentos de infraestrutura	104.004.050	297.655	(6.645)	(189.717)	104.105.343
Cessão de crédito	2.739.658	(225.374)	(3.983)	590	2.510.891
Outros ativos com características de concessão de crédito	2.786.642	38.654	(13.457)	(24.100)	2.787.739
Total	**1.244.658.119**	**81.065.973**	**(8.624.243)**	**(15.796.897)**	**1.301.302.952**

(1) Inclui o montante de R$ 52.665.967 (31/12/2025 – 44.570.102) referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.

Individual					
Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	9.701.287	286.626	2.795.916	(3.558.721)	9.225.108
Financiamentos	517.360	19.915	230.019	(207.243)	560.051
Financiamentos rurais	3.066.314	(91.826)	1.519.528	(2.063.881)	2.430.135
Financiamentos imobiliários	11.498.421	34.479	4.054.695	(5.041.784)	10.545.811
Financiamentos de infraestrutura	375.794	962.463	6.645	(277.600)	1.067.302
Cessão de crédito	31.421	(1.809)	3.983	(9.481)	24.114
Outros ativos com características de concessão de crédito	20.132	(7.668)	13.457	(2.366)	23.555
Total	**25.210.729**	**1.202.180**	**8.624.243**	**(11.161.076)**	**23.876.076**

Individual					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	31.033.380	(6.352.161)	4.744.263	3.558.721	32.984.203
Financiamentos	1.626.237	(148.059)	202.260	207.243	1.887.681
Financiamentos rurais	10.716.285	(1.402.568)	4.382.820	2.063.881	15.760.418
Financiamentos imobiliários	39.946.696	(2.658.122)	6.254.327	5.041.784	48.584.685
Financiamentos de infraestrutura	5.766.254	(931.623)	189.717	277.600	5.301.948
Cessão de crédito	99.711	(6.943)	(590)	9.481	101.659
Outros ativos com características de concessão de crédito	325.348	(64.620)	24.100	2.366	287.194
Total	**89.513.911**	**(11.564.096)**	**15.796.897**	**11.161.076**	**104.907.788**

Estágio 1 (1)	Individual				
	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para o estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	168.993.688	24.746.681	9.259.105	(6.758.151)	196.241.323
Financiamentos	7.910.356	3.893.960	(80.365)	(350.639)	11.373.312
Financiamentos rurais	57.442.005	(584.814)	(2.361.887)	(6.224.495)	48.270.809
Financiamentos imobiliários	786.474.231	107.941.089	(5.922.477)	(9.250.518)	879.242.325
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	3.241.054	36.038	(102.162)	104.004.050
Cessão de crédito	3.293.659	(512.086)	(12.809)	(29.106)	2.739.658
Outros ativos com características de concessão de crédito (2)	16.078.584	(13.060.167)	(16.739)	(215.036)	2.786.642
Total	**1.141.021.643**	**125.665.717**	**900.866**	**(22.930.107)**	**1.244.658.119**

(1) Inclui o montante de R$ 44.570.102 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.
(2) Movimentação considera a migração das operações de cartão de débito e crédito para a Caixa Cartões ocorrida em abril de 2025.

Estágio 2	Individual				
	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	1.958.260	(9.259.105)	(4.286.274)	9.701.287
Financiamentos	437.628	165.909	80.365	(166.542)	517.360
Financiamentos rurais	850.510	155.378	2.361.887	(301.461)	3.066.314
Financiamentos imobiliários	6.118.306	684.978	5.922.477	(1.227.340)	11.498.421
Financiamentos de infraestrutura	453.491	(37.280)	(36.038)	(4.379)	375.794
Cessão de crédito	26.741	(2.575)	12.809	(5.554)	31.421
Outros créditos	1.258.829	(1.254.264)	16.739	(1.172)	20.132
Total	**30.433.911**	**1.670.406**	**(900.866)**	**(5.992.722)**	**25.210.729**

Individual					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	(1.756.382)	6.758.151	4.286.274	31.033.380
Financiamentos	578.823	530.233	350.639	166.542	1.626.237
Financiamentos rurais	4.008.564	181.765	6.224.495	301.461	10.716.285
Financiamentos imobiliários	32.603.630	(3.134.792)	9.250.518	1.227.340	39.946.696
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(205.735)	102.162	4.379	5.766.254
Cessão de crédito	76.597	(11.546)	29.106	5.554	99.711
Outros créditos	523.548	(414.408)	215.036	1.172	325.348
Total	**65.401.947**	**(4.810.865)**	**22.930.107**	**5.992.722**	**89.513.911**

Consolidado					
Estágio 1 (1)	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para o estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	197.384.718	9.369.947	(2.795.916)	(4.744.263)	199.214.486
Financiamentos	11.373.312	2.284.633	(230.019)	(202.260)	13.225.666
Financiamentos rurais	48.270.809	887.095	(1.519.528)	(4.382.820)	43.255.556
Financiamentos imobiliários	879.242.325	67.900.328	(4.054.695)	(6.254.327)	936.833.631
Financiamentos de infraestrutura	104.004.050	297.655	(6.645)	(189.717)	104.105.343
Cessão de crédito	2.739.658	(225.374)	(3.983)	590	2.510.891
Outros ativos com características de concessão de crédito	17.985.214	696.559	(523.406)	(57.604)	18.100.763
Total	**1.261.000.086**	**81.210.843**	**(9.134.192)**	**(15.830.401)**	**1.317.246.336**

(1) Inclui o montante de R$ 52.665.967 (31/12/2025 – 44.570.102) referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.

Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	9.701.287	286.626	2.795.916	(3.558.721)	9.225.108
Financiamentos	517.360	19.915	230.019	(207.243)	560.051
Financiamentos rurais	3.066.314	(91.826)	1.519.528	(2.063.881)	2.430.135
Financiamentos imobiliários	11.498.421	34.479	4.054.695	(5.041.784)	10.545.811
Financiamentos de infraestrutura	375.794	962.463	6.645	(277.600)	1.067.302
Cessão de crédito	31.421	(1.809)	3.983	(9.481)	24.114
Outros créditos	1.718.009	(418.890)	523.406	(50.608)	1.771.917
Total	**26.908.606**	**790.958**	**9.134.192**	**(11.209.318)**	**25.624.438**

Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	31.033.342	(6.352.123)	4.744.263	3.558.721	32.984.203
Financiamentos	1.626.237	(148.059)	202.260	207.243	1.887.681
Financiamentos rurais	10.716.285	(1.402.568)	4.382.820	2.063.881	15.760.418
Financiamentos imobiliários	39.946.696	(2.658.122)	6.254.327	5.041.784	48.584.685
Financiamentos de infraestrutura	5.766.254	(931.623)	189.717	277.600	5.301.948
Cessão de crédito	99.711	(6.943)	(590)	9.481	101.659
Outros créditos	796.036	(195.537)	57.604	50.608	708.711
Total	**89.984.561**	**(11.694.975)**	**15.830.401**	**11.209.318**	**105.329.305**

Consolidado					
Estágio 1 (1)	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)	Transferência do/ para o estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	170.043.830	24.839.934	9.259.105	(6.758.151)	197.384.718
Financiamentos	7.910.356	3.893.960	(80.365)	(350.639)	11.373.312
Financiamentos rurais	57.442.005	(584.814)	(2.361.887)	(6.224.495)	48.270.809
Financiamentos imobiliários	786.474.231	107.941.089	(5.922.477)	(9.250.518)	879.242.325
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	3.241.054	36.038	(102.162)	104.004.050
Cessão de crédito	3.293.659	(512.086)	(12.809)	(29.106)	2.739.658
Outros ativos com características de concessão de crédito (2)	16.078.584	2.581.174	(357.492)	(317.052)	17.985.214
Total	**1.142.071.785**	**141.400.311**	**560.113**	**(23.032.123)**	**1.261.000.086**

(1) Inclui o montante de R$ 44.570.102 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.
(2) Movimentação considera a migração das operações de cartão de débito e crédito para a Caixa Cartões ocorrida em abril de 2025.

Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	1.958.260	(9.259.105)	(4.286.274)	9.701.287
Financiamentos	437.628	165.909	80.365	(166.542)	517.360
Financiamentos rurais	850.510	155.378	2.361.887	(301.461)	3.066.314
Financiamentos imobiliários	6.118.306	684.978	5.922.477	(1.227.340)	11.498.421
Financiamentos de infraestrutura	453.491	(37.280)	(36.038)	(4.379)	375.794
Cessão de crédito	26.741	(2.575)	12.809	(5.554)	31.421
Outros créditos	1.258.829	155.536	357.492	(53.848)	1.718.009
Total	**30.433.911**	**3.080.206**	**(560.113)**	**(6.045.398)**	**26.908.606**

Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	(1.756.420)	6.758.151	4.286.274	31.033.342
Financiamentos	578.823	530.233	350.639	166.542	1.626.237
Financiamentos rurais	4.008.564	181.765	6.224.495	301.461	10.716.285
Financiamentos imobiliários	32.603.630	(3.134.792)	9.250.518	1.227.340	39.946.696
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(205.735)	102.162	4.379	5.766.254
Cessão de crédito	76.597	(11.546)	29.106	5.554	99.711
Outros créditos	523.548	(98.412)	317.052	53.848	796.036
Total	**65.401.947**	**(4.494.907)**	**23.032.123**	**6.045.398**	**89.984.561**

(c) Composição da carteira por faixa de atraso

Individual						
Descrição	30/06/2026					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**1.006.174.918**	**65.133.116**	**131.074.678**	**1.151.591**	**121.644.724**	**1.325.179.027**
01 a 30 dias	943.147.384	62.882.341	129.537.063	1.115.479	119.004.039	1.255.686.306
31 a 60 dias	52.890.900	1.219.162	895.043	27.168	1.670.120	56.702.393
61 a 90 dias	10.136.634	1.031.613	642.572	8.944	970.565	12.790.328
Problemáticos adimplidos	**37.444.672**	**7.052.275**	**4.151.158**	**294.107**	**3.280.248**	**52.222.460**
01 a 90 dias	37.444.672	7.052.275	4.151.158	294.107	3.280.248	52.222.460
Problemáticos inadimplidos	**17.980.479**	**12.082.452**	**11.191.728**	**125.309**	**11.305.361**	**52.685.329**
91 a 180 dias	13.084.873	4.355.750	4.044.704	70.543	5.046.742	26.602.612
181 a 360 dias	2.831.776	4.622.026	3.903.652	30.074	3.860.535	15.248.063
Acima de 360 dias	2.063.830	3.104.676	3.243.372	24.692	2.398.084	10.834.654
Total	**1.061.600.069**	**84.267.843**	**146.417.564**	**1.571.007**	**136.230.333**	**1.430.086.816**

Individual						
Descrição	31/12/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**913.830.227**	**81.708.975**	**155.806.790**	**1.174.242**	**117.348.654**	**1.269.868.888**
01 a 30 dias	859.216.348	80.133.359	154.302.549	1.151.017	115.040.333	1.209.843.606
31 a 60 dias	43.895.744	973.593	1.117.842	7.116	1.632.065	47.626.360
61 a 90 dias	10.718.135	602.023	386.399	16.109	676.256	12.398.922
Problemáticos adimplidos	**30.422.686**	**10.357.449**	**4.262.952**	**305.476**	**1.957.709**	**47.306.272**
01 a 90 dias	30.422.686	10.357.449	4.262.952	305.476	1.957.709	47.306.272
Problemáticos inadimplidos	**11.531.127**	**12.128.319**	**7.895.847**	**310.973**	**10.341.333**	**42.207.599**
91 a 180 dias	7.959.894	5.756.446	3.704.735	195.254	4.567.730	22.184.059
181 a 360 dias	2.130.074	3.482.807	2.826.898	32.620	3.725.128	12.197.527
Acima de 360 dias	1.441.159	2.889.066	1.364.214	83.099	2.048.475	7.826.013
Total	**955.784.040**	**104.194.743**	**167.965.589**	**1.790.691**	**129.647.696**	**1.359.382.759**

Consolidado						
Descrição	30/06/2026					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**1.006.174.918**	**65.133.116**	**131.074.678**	**1.151.591**	**139.757.987**	**1.343.292.290**
01 a 30 dias	943.147.384	62.882.341	129.537.063	1.115.479	137.117.302	1.273.799.569
31 a 60 dias	52.890.900	1.219.162	895.043	27.168	1.670.120	56.702.393
61 a 90 dias	10.136.634	1.031.613	642.572	8.944	970.565	12.790.328
Problemáticos adimplidos	**37.444.672**	**7.052.275**	**4.151.158**	**294.107**	**3.280.248**	**52.222.460**
01 a 90 dias	37.444.672	7.052.275	4.151.158	294.107	3.280.248	52.222.460
Problemáticos inadimplidos	**17.980.479**	**12.082.452**	**11.191.728**	**125.309**	**11.305.361**	**52.685.329**
91 a 180 dias	13.084.873	4.355.750	4.044.704	70.543	5.046.742	26.602.612
181 a 360 dias	2.831.776	4.622.026	3.903.652	30.074	3.860.535	15.248.063
Acima de 360 dias	2.063.830	3.104.676	3.243.372	24.692	2.398.084	10.834.654
Total	**1.061.600.069**	**84.267.843**	**146.417.564**	**1.571.007**	**154.343.596**	**1.448.200.079**

Descrição	Consolidado					
	31/12/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**913.830.227**	**81.708.975**	**155.806.790**	**1.174.242**	**135.859.148**	**1.288.379.382**
01 a 30 dias	859.216.348	80.133.359	154.302.549	1.151.017	133.550.827	1.228.354.100
31 a 60 dias	43.895.744	973.593	1.117.842	7.116	1.632.065	47.626.360
61 a 90 dias	10.718.135	602.023	386.399	16.109	676.256	12.398.922
Problemáticos adimplidos	**30.422.686**	**10.357.449**	**4.262.952**	**305.476**	**1.957.709**	**47.306.272**
01 a 90 dias	30.422.686	10.357.449	4.262.952	305.476	1.957.709	47.306.272
Problemáticos inadimplidos	**11.531.127**	**12.128.319**	**7.895.847**	**310.973**	**10.341.333**	**42.207.599**
91 a 180 dias	7.959.894	5.756.446	3.704.735	195.254	4.567.730	22.184.059
181 a 360 dias	2.130.074	3.482.807	2.826.898	32.620	3.725.128	12.197.527
Acima de 360 dias	1.441.159	2.889.066	1.364.214	83.099	2.048.475	7.826.013
Total	**955.784.040**	**104.194.743**	**167.965.589**	**1.790.691**	**148.158.190**	**1.377.893.253**

O artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 determina que, para calcular as provisões de perdas esperadas por risco de crédito, as instituições financeiras devem classificar seus ativos financeiros em cinco carteiras, conforme o tipo de garantia ou a ausência dela:

- **Carteira 1**: Créditos com garantias sólidas, como imóveis em alienação fiduciária ou garantias da União e de organismos internacionais.
- **Carteira 2**: Créditos com garantias como arrendamento mercantil, hipotecas de primeiro grau, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, garantias de instituições autorizadas pelo Banco Central e seguros de crédito de entidades não relacionadas.
- **Carteira 3**: Créditos ligados a recebíveis, como operações de desconto ou garantias por cessão fiduciária, caução ou penhor de direitos creditórios, além de outras garantias não previstas nas carteiras anteriores.
- **Carteira 4**: Operações sem garantias, como capital de giro, adiantamentos de câmbio, debêntures e crédito rural para investimento.
- **Carteira 5**: Créditos de maior risco, como crédito pessoal com ou sem consignação, crédito rotativo e rural sem garantias, além de outras operações comerciais com características de crédito também sem garantias.

(d) Composição da carteira por setor de atividade

Descrição	Individual			
	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	**85.971.847**	**6,01**	**85.038.188**	**6,26**
Administração direta	72.954.479	5,10	72.989.329	5,37
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	6.118.720	0,43	5.853.054	0,43
Administração indireta – outros	6.898.648	0,48	6.195.805	0,46
Setor privado	**1.344.114.969**	**93,99**	**1.274.344.571**	**93,74**
Pessoa jurídica	**175.667.056**	**12,28**	**169.825.901**	**12,49**
Construção civil	34.163.627	2,39	31.214.567	2,31
Comércio varejista	24.350.564	1,70	25.332.661	1,86
Comércio atacadista	19.365.413	1,35	18.576.632	1,37
Transporte	12.775.234	0,89	12.715.721	0,94
Energia elétrica	12.927.927	0,90	12.564.908	0,92
Saneamento e infraestrutura	10.315.288	0,72	10.413.177	0,77
Saúde	9.065.914	0,63	7.526.241	0,55
Agronegócio e extrativismo	6.680.208	0,47	6.524.951	0,48
Outras indústrias	6.460.628	0,45	6.413.304	0,47
Alimentação	5.001.614	0,35	4.618.938	0,34
Siderurgia e metalurgia	3.562.939	0,25	3.737.905	0,27
Serviços financeiros	3.671.306	0,26	3.573.251	0,26
Petroquímico	2.682.933	0,19	2.084.058	0,15
Têxtil	1.835.683	0,13	1.947.631	0,14
Comunicação	1.430.017	0,10	1.439.375	0,11
Serviços pessoais	587.272	0,04	586.058	0,04
Outros serviços	20.790.489	1,46	20.556.523	1,51
Pessoa física	**1.168.447.913**	**81,71**	**1.104.518.670**	**81,25**
Total	**1.430.086.816**	**100,00**	**1.359.382.759**	**100,00**

Descrição	Consolidado			
	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	**85.971.889**	**5,94**	**85.038.226**	**6,17**
Administração direta	72.954.483	5,04	72.989.329	5,30
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	6.118.720	0,42	5.853.054	0,42
Administração indireta – outros	6.898.686	0,48	6.195.843	0,45
Setor privado	**1.362.228.190**	**94,06**	**1.292.855.027**	**93,83**
Pessoa jurídica	**177.422.621**	**12,25**	**171.531.561**	**12,45**
Construção civil	34.448.450	2,38	31.473.866	2,28
Comércio varejista	24.996.121	1,73	25.986.054	1,89
Comércio atacadista	19.468.438	1,34	18.676.807	1,36
Transporte	12.854.113	0,89	12.790.568	0,93
Energia elétrica	12.928.275	0,89	12.565.392	0,91
Saneamento e infraestrutura	10.346.390	0,71	10.439.183	0,76
Saúde	9.114.701	0,63	7.569.821	0,55
Agronegócio e extrativismo	6.693.225	0,46	6.538.115	0,47
Outras indústrias	6.507.317	0,45	6.460.385	0,47
Alimentação	5.025.465	0,35	4.642.599	0,34
Siderurgia e metalurgia	3.593.388	0,25	3.768.982	0,27
Serviços financeiros	3.679.400	0,25	3.581.128	0,26
Petroquímico	2.688.414	0,19	2.089.675	0,15
Têxtil	1.865.839	0,13	1.977.112	0,14
Comunicação	1.459.196	0,10	1.468.769	0,11
Serviços pessoais	608.758	0,04	606.669	0,04
Outros serviços	21.145.131	1,46	20.896.436	1,52
Pessoa física	**1.184.805.569**	**81,81**	**1.121.323.466**	**81,38**
Total	**1.448.200.079**	**100,00**	**1.377.893.253**	**100,00**

(e) Renegociadas/Reestruturadas

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Renegociações (1)	451.690.685	417.493.101
Reestruturações (2)	28.868.867	24.491.686
Baixas para prejuízo	(1.584.855)	(1.230.787)

(1) Montante das renegociações não caracterizadas como reestruturações.
(2) O percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados foi de 6,39% (5,54% - 31/12/2025).

(f) Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático)

A expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito em 30/06/2026 totaliza o montante de R$ 104.908.151 (31/12/2025 - R$ 89.091.304).

No 1º semestre de 2026 as receitas não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 1.435.104 (1º semestre 2025 - R$ 7.301.481).

(g) Crédito Rural

Individual / Consolidado				
30/06/2026				
Descrição	Recursos alocados	Total de exigibilidade	Total de exigibilidade (%)	Custo por descumprimento das exigibilidades
Depósito à vista	17.479.228	16.609.739	31,5%	-
Poupança rural	9.461.950	9.449.559	70%	-
LCA – Letra de crédito do agronegócio	11.853.636	11.366.829	60%	-
Total	**38.794.814**	**37.426.127**		

Individual / Consolidado				
31/12/2025				
Descrição	Recursos alocados	Total de exigibilidade	Total de exigibilidade (%)	Custo por descumprimento das exigibilidades
Depósito à vista	16.236.411	16.609.739	31%	(57.337)
Poupança rural	7.409.399	9.449.560	70%	(14.485)
LCA – Letra de crédito do agronegócio	8.527.770	10.605.952	60%	-
Total	**32.173.580**	**36.665.251**		**(71.822)**

(h) Garantias

Em 30/06/2026, a carteira de crédito da CAIXA apresentou cobertura por garantias reais de 87,1% (86,8% em 31/12/2025) da sua exposição. O valor de cobertura por garantias corresponde ao valor das garantias consideradas para cobertura do saldo devedor, observados os limites e critérios de elegibilidade aplicáveis.

Individual / Consolidado			
Descrição	30/06/2026		
	Valor da Exposição	Valor da Garantia	% de cobertura
Empréstimos e direitos creditórios descontados	240.793.438	84.375.264	35,04
Financiamentos	15.673.398	7.815.710	49,87
Financiamentos rurais	61.446.109	49.983.747	81,35
Financiamentos imobiliários	995.964.126	995.772.312	99,98
Financiamentos de infraestrutura	110.474.593	105.392.359	95,40
Cessão de créditos	2.636.664	2.635.011	99,94
Outros ativos com características de concessão de crédito	3.098.487	409.847	13,23
Total	**1.430.086.815**	**1.246.384.250**	

Individual / Consolidado			
Descrição	31/12/2025		
	Valor da Exposição	Valor/ da Garantia	% de cobertura
Empréstimos e direitos creditórios descontados	236.975.990	82.461.836	34,80
Financiamentos	13.516.909	6.177.735	45,70
Financiamentos rurais	62.053.408	52.821.140	85,12
Financiamentos imobiliários	930.687.442	930.503.299	99,98
Financiamentos de infraestrutura	110.146.098	102.822.645	93,35
Cessão de créditos	2.870.790	2.868.855	99,93
Outros ativos com características de concessão de crédito	3.132.122	2.474.330	79,00
Total	1.359.382.759	1.180.129.840	

Em razão da elevada representatividade dos financiamentos habitacionais na carteira de crédito da CAIXA, as garantias imobiliárias constituem a principal modalidade de mitigação do risco de crédito da Instituição.

As operações de crédito da CAIXA contam ainda com diversas modalidades de garantias e instrumentos mitigadores de risco, dentre os quais se destacam programas e mecanismos de garantia suportados pelo Governo Federal, as coberturas prestadas por fundos garantidores.

Além dessas garantias, as operações de crédito contam com instrumentos mitigadores diversos, definidos de acordo com as características de cada produto e com o perfil de risco das operações. Entre eles, destacam-se programas e mecanismos de garantia suportados pelo Governo Federal, coberturas prestadas por fundos garantidores, hipotecas, avais e fianças, penhores rurais e de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária de recebíveis, aplicações financeiras caucionadas e alienação fiduciária de bens móveis.

A composição e os percentuais de cobertura podem variar conforme o risco da operação, o perfil do tomador e as condições da modalidade contratada, de forma a assegurar níveis adequados de mitigação do risco de crédito.

Na definição da estrutura de garantias, são considerados aspectos como liquidez, exequibilidade, custos de operacionalização, benefícios regulatórios e capacidade de monitoramento ao longo do ciclo de vida do crédito.

Esse monitoramento é realizado durante toda a vigência das operações, com o objetivo de acompanhar a suficiência da cobertura, a manutenção das condições de elegibilidade e a adequação do valor das garantias frente à exposição assumida pela Instituição.

O valor apresentado corresponde ao montante elegível para cobertura das operações de crédito, apurado com base na avaliação dos bens ou direitos vinculados e na aplicação dos critérios internos de elegibilidade, fatores de ajuste e limites de cobertura estabelecidos para cada modalidade de garantia.

Nota 8.5 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado

(a) Composição

Descrição	Individual			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor contábil líquido de perdas	Valor contábil	Valor contábil líquido de perdas
Créditos vinculados ao SFH (b)	22.259.796	18.923.747	22.544.916	19.141.390
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16 (e))	23.277.720	23.277.720	22.468.788	22.468.788
Rendas a receber do setor público (1)	2.095.426	2.094.129	1.714.142	1.713.238
Rendas a receber do setor privado (1)	316.845	316.003	255.250	254.705
Cartão de crédito	19.976	19.976	882.989	882.989
Demais	233.664	233.664	159.675	159.675
Total	**48.203.427**	**44.865.239**	**48.025.760**	**44.620.785**

Descrição	Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor contábil líquido de perdas	Valor contábil	Valor contábil líquido de perdas
Créditos vinculados ao SFH (b)	22.259.796	18.923.747	22.544.916	19.141.390
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16 (e))	23.277.720	23.277.720	22.468.788	22.468.788
Rendas a receber do setor público (1)	2.095.426	2.094.129	1.714.142	1.713.238
Rendas a receber do setor privado (1)	527.847	527.005	495.581	495.036
Cartão de crédito	325.245	325.245	1.162.931	1.162.931
Demais	233.692	233.692	159.675	159.675
Total	**48.719.726**	**45.381.538**	**48.546.033**	**45.141.058**

(1) A Resolução CMN nº 4.966/2021, em seu artigo 1º, § 2º, inciso II, especifica os critérios contábeis que não são aplicados aos ativos provenientes de contratos da instituição com clientes, os quais representam valores a receber que são recepcionados pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25 de 1967 do Conselho de Administração do BNH (Banco Nacional de Habitação).

A responsabilidade institucional do FCVS apresenta-se nas seguintes finalidades:

Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;

Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;

Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente, e assumir, também, as despesas de recuperação ou

indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor; e liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do SFH.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

A segregação dos créditos do FCVS é realizada com base nos seguintes status:

- Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA Agente Financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);
- Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;
- Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;
- Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso;
- Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, junto ao FCVS; e
- Impedimento financeiro – Risco de crédito – Contempla os instrumentos financeiros vinculados aos contratos do FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, que estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos, à luz das definições da Resolução CMN 4.966/2021, atribuindo a eles perda esperada igual a 100% e alocando-os no estágio 3.

Individual / Consolidado						
Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido
FCVS a receber	**31.272.339**	**(12.386.858)**	**18.885.481**	**31.402.290**	**(12.278.326)**	**19.123.964**
Não habilitado	6.343	(5.544)	799	38.959	(27.749)	11.210
Habilitado e não homologado	72.312	(48.421)	23.891	83.362	(50.390)	32.972
Homologado com/sem recurso ou manifestação	7.880.100	(2.848.865)	5.031.235	6.356.839	(2.175.340)	4.181.499
Homologados validados e em novação	8.503.131	(105.009)	8.398.122	9.350.513	(107.093)	9.243.420
Negativa de cobertura (1)	11.474.404	(6.042.970)	5.431.434	12.169.091	(6.514.228)	5.654.863
Impedimento Financeiro – Risco de crédito (Estágio 3) (2)	3.336.049	(3.336.049)	-	3.403.526	(3.403.526)	-
FGTS a ressarcir	**38.266**	**-**	**38.266**	**17.426**	**-**	**17.426**
Total (líquido de provisão)	**31.310.605**	**(12.386.858)**	**18.923.747**	**31.419.716**	**(12.278.326)**	**19.141.390**

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R$ 3.788.735 (31/12/2025 - R$ 4.661.557) líquido de provisão para perdas esperadas. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150 de 21/12/2000.
(2) A totalidade dos contratos com impedimento financeiro estão classificados no estágio 3.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150/2000, alterada pela Lei nº 13.932/2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras, metodologia estatística e baseada em conceitos de risco operacional; uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS.

Nota 9 – Provisão para perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros

(a) Perdas esperadas por classe

Descrição	Individual					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Perda incorrida	Perda esperada	Total	Perda incorrida	Perda esperada	Total
Ativos financeiros	**(31.258.165)**	**(40.580.926)**	**(71.839.091)**	**(26.074.767)**	**(39.316.627)**	**(65.391.394)**
Títulos e valores mobiliários	-	(771.274)	(771.274)	-	(579.450)	(579.450)
Carteira de crédito	(27.919.977)	(39.809.652)	(67.729.629)	(22.669.792)	(38.737.177)	(61.406.969)
Outros ativos financeiros	(3.338.188)	-	(3.338.188)	(3.404.975)	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**-**	**(2.643.093)**	**(2.643.093)**	**-**	**(3.065.343)**	**(3.065.343)**
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	-	(1.332.460)	(1.332.460)	-	(1.712.733)	(1.712.733)
Garantias financeiras prestadas	-	(1.310.633)	(1.310.633)	-	(1.352.610)	(1.352.610)
Total	**(31.258.165)**	**(43.224.019)**	**(74.482.184)**	**(26.074.767)**	**(42.381.970)**	**(68.456.737)**

Descrição	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Perda incorrida	Perda esperada	Total	Perda incorrida	Perda esperada	Total
Ativos financeiros	**(31.258.165)**	**(41.828.648)**	**(73.086.813)**	**(26.074.767)**	**(40.618.541)**	**(66.693.308)**
Títulos e valores mobiliários	-	(771.274)	(771.274)	-	(579.450)	(579.450)
Carteira de crédito	(27.919.977)	(41.057.374)	(68.977.351)	(22.669.792)	(40.039.091)	(62.708.883)
Outros ativos financeiros	(3.338.188)	-	(3.338.188)	(3.404.975)	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**-**	**(1.395.371)**	**(1.395.371)**	**-**	**(1.763.429)**	**(1.763.429)**
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	-	(1.332.460)	(1.332.460)	-	(1.712.733)	(1.712.733)
Garantias financeiras prestadas	-	(62.911)	(62.911)	-	(50.696)	(50.696)
Total	**(31.258.165)**	**(43.224.019)**	**(74.482.184)**	**(26.074.767)**	**(42.381.970)**	**(68.456.737)**

(b) Movimentação da provisão para perdas esperadas por instrumento financeiro e estágio

Individual					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Ativos financeiros	**(10.782.596)**	**3.092.316**	**(490.587)**	**(2.214.906)**	**(10.395.773)**
Títulos e valores mobiliários	(108.160)	(49.776)	-	773	(157.163)
Carteira de crédito	(10.674.436)	3.142.092	(490.587)	(2.215.679)	(10.238.610)
Passivos financeiros	**(1.134.089)**	**363.916**	**(92.765)**	**(163.820)**	**(1.026.758)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(734.746)	288.417	(58.577)	(109.044)	(613.950)
Garantias financeiras prestadas	(399.343)	75.499	(34.188)	(54.776)	(412.808)
Total	**(11.916.685)**	**3.456.232**	**(583.352)**	**(2.378.726)**	**(11.422.531)**

Individual					
Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Ativos Financeiros	**(4.385.429)**	**(1.756.534)**	**490.587**	**1.522.986**	**(4.128.390)**
Títulos e valores mobiliários	(98.724)	98.724	-	-	-
Carteira de crédito	(4.286.705)	(1.855.258)	490.587	1.522.986	(4.128.390)
Passivos financeiros	**(751.514)**	**1.217**	**92.765**	**(359)**	**(657.891)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(281.405)	37.761	58.577	790	(184.277)
Garantias financeiras prestadas	(470.109)	(36.544)	34.188	(1.149)	(473.614)
Total	**(5.136.943)**	**(1.755.317)**	**583.352**	**1.522.627**	**(4.786.281)**

Individual					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Ativos financeiros	**(50.223.369)**	**(7.783.479)**	**2.214.906**	**(1.522.986)**	**(57.314.928)**
Títulos e valores mobiliários	(372.566)	(240.772)	(773)	-	(614.111)
Carteira de crédito	(46.445.828)	(7.609.494)	2.215.679	(1.522.986)	(53.362.629)
Outros ativos financeiros	(3.404.975)	66.787	-	-	(3.338.188)
Passivos financeiros	**(1.179.740)**	**57.117**	**163.820**	**359**	**(958.444)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(696.582)	54.095	109.044	(790)	(534.233)
Garantias financeiras prestadas	(483.158)	3.022	54.776	1.149	(424.211)
Total	**(51.403.109)**	**(7.726.362)**	**2.378.726**	**(1.522.627)**	**(58.273.372)**

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros	**(11.317.223)**	**7.588.131**	**(3.598.233)**	**(3.455.271)**	**(10.782.596)**
Títulos e valores mobiliários	(139.813)	39.172	2.878	(10.397)	(108.160)
Carteira de crédito	(11.177.410)	7.548.959	(3.601.111)	(3.444.874)	(10.674.436)
Passivos financeiros	**(898.057)**	**(124.097)**	**(44.637)**	**(67.298)**	**(1.134.089)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(878.405)	165.711	(10.413)	(11.639)	(734.746)
Garantias financeiras prestadas	(19.652)	(289.808)	(34.224)	(55.659)	(399.343)
Total	**(12.215.280)**	**7.464.034**	**(3.642.870)**	**(3.522.569)**	**(11.916.685)**

Individual					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Ativos Financeiros	**(7.465.777)**	**(1.802.629)**	**3.598.233**	**1.284.744**	**(4.385.429)**
Títulos e valores mobiliários	-	(95.846)	(2.878)	-	(98.724)
Carteira de crédito	(7.465.777)	(1.706.783)	3.601.111	1.284.744	(4.286.705)
Passivos financeiros	**(139.701)**	**(656.957)**	**44.637**	**507**	**(751.514)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(139.699)	(151.887)	10.413	(232)	(281.405)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(505.070)	34.224	739	(470.109)
Total	**(7.605.478)**	**(2.459.586)**	**3.642.870**	**1.285.251**	**(5.136.943)**

Individual					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros	**(36.045.891)**	**(16.348.005)**	**3.455.271**	**(1.284.744)**	**(50.223.369)**
Títulos e valores mobiliários	(43.599)	(339.364)	10.397	-	(372.566)
Carteira de crédito	(32.305.678)	(16.300.280)	3.444.874	(1.284.744)	(46.445.828)
Outros ativos financeiros	(3.696.614)	291.639	-	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**(520.462)**	**(726.069)**	**67.298**	**(507)**	**(1.179.740)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(460.240)	(248.213)	11.639	232	(696.582)
Garantias financeiras prestadas	(60.222)	(477.856)	55.659	(739)	(483.158)
Total	**(36.566.353)**	**(17.074.074)**	**3.522.569**	**(1.285.251)**	**(51.403.109)**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Ativos financeiros	**(11.180.523)**	**3.194.173**	**(524.490)**	**(2.269.332)**	**(10.780.172)**
Títulos e valores mobiliários	(108.160)	(49.776)	-	773	(157.163)
Carteira de crédito	(11.072.363)	3.243.949	(524.490)	(2.270.105)	(10.623.009)
Passivos financeiros	**(736.162)**	**262.048**	**(58.857)**	**(109.387)**	**(642.358)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(734.746)	288.417	(58.577)	(109.044)	(613.950)
Garantias financeiras prestadas	(1.416)	(26.369)	(280)	(343)	(28.408)
Total	**(11.916.685)**	**3.456.221**	**(583.347)**	**(2.378.719)**	**(11.422.530)**

Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2026
Ativos Financeiros	**(4.854.475)**	**(1.792.869)**	**524.490**	**1.521.786**	**(4.601.068)**
Títulos e valores mobiliários	(98.724)	98.724	-	-	-
Carteira de crédito	(4.755.751)	(1.891.593)	524.490	1.521.786	(4.601.068)
Passivos financeiros	**(282.468)**	**37.553**	**58.857**	**844**	**(185.214)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(281.405)	37.761	58.577	790	(184.277)
Garantias financeiras prestadas	(1.063)	(208)	280	54	(937)
Total	**(5.136.943)**	**(1.755.316)**	**583.347**	**1.522.630**	**(4.786.282)**

Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2026
Ativos financeiros	**(50.658.309)**	**(7.794.810)**	**2.269.332**	**(1.521.786)**	**(57.705.573)**
Títulos e valores mobiliários	(372.566)	(240.772)	(773)	-	(614.111)
Carteira de crédito	(46.880.768)	(7.620.825)	2.270.105	(1.521.786)	(53.753.274)
Outros ativos financeiros	(3.404.975)	66787	-	-	(3.338.188)
Passivos financeiros	**(744.799)**	**68.457**	**109.387**	**(844)**	**(567.799)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(696.582)	54.095	109.044	(790)	(534.233)
Garantias financeiras prestadas	(48.217)	14.362	343	(54)	(33.566)
Total	**(51.403.108)**	**(7.726.353)**	**2.378.719**	**(1.522.630)**	**(58.273.372)**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros	**(11.317.223)**	**7.279.565**	**(3.632.797)**	**(3.510.068)**	**(11.180.523)**
Títulos e valores mobiliários	(139.813)	39.172	2.878	(10.397)	(108.160)
Carteira de crédito	(11.177.410)	7.240.393	(3.635.675)	(3.499.671)	(11.072.363)
Passivos financeiros	**(898.057)**	**184.469**	**(10.073)**	**(12.501)**	**(736.162)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(878.405)	165.711	(10.413)	(11.639)	(734.746)
Garantias financeiras prestadas	(19.652)	18.758	340	(862)	(1.416)
Total	**(12.215.280)**	**7.464.034**	**(3.642.870)**	**(3.522.569)**	**(11.916.685)**

Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Ativos Financeiros	**(7.465.777)**	**(2.307.314)**	**3.632.797**	**1.285.819**	**(4.854.475)**
Títulos e valores mobiliários	-	(95.846)	(2.878)	-	(98.724)
Carteira de crédito	(7.465.777)	(2.211.468)	3.635.675	1.285.819	(4.755.751)
Passivos financeiros	**(139.701)**	**(152.272)**	**10.073**	**(568)**	**(282.468)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(139.699)	(151.887)	10.413	(232)	(281.405)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(385)	(340)	(336)	(1.063)
Total	**(7.605.478)**	**(2.459.586)**	**3.642.870**	**1.285.251**	**(5.136.943)**

Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros	**(36.045.891)**	**(16.836.667)**	**3.510.068**	**(1.285.819)**	**(50.658.309)**
Títulos e valores mobiliários	(43.599)	(339.364)	10.397	-	(372.566)
Carteira de crédito	(32.305.678)	(16.788.942)	3.499.671	(1.285.819)	(46.880.768)
Outros ativos financeiros	(3.696.614)	291.639	-	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**(520.462)**	**(237.407)**	**12.502**	**568**	**(744.799)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(460.240)	(248.213)	11.639	232	(696.582)
Garantias financeiras prestadas	(60.222)	10.806	863	336	(48.217)
Total	**(36.566.353)**	**(17.074.074)**	**3.522.570**	**(1.285.251)**	**(51.403.108)**

(c) Movimentação da provisão para perdas esperadas por classe

Descrição	Individual / Consolidado						
	1º semestre de 2026						
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	Carteira de crédito	Outros ativos financeiros	Comp. de crédito/ créd. a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Constituição	(862)	(279.400)	(13.873.702)	(210.373)	(225.049)	(86.348)	(14.675.734)
Reversão	-	87.575	93.398	277.160	605.269	128.321	1.191.723
Saldo final	**(862)**	**(191.825)**	**(13.780.304)**	**66.787**	**380.220**	**41.973**	**(13.484.011)**

Descrição	Individual / Consolidado						
	1º semestre de 2025						
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	Carteira de crédito	Outros	Comp. de crédito/ Cred. a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Constituição	-	(185.523)	(5.442.336)	(45.943)	(429.923)	(1.091.063)	(7.194.788)
Reversão	7.315	-	22.657	1.099.104	447.789	570	1.577.435
Saldo final	**7.315**	**(185.523)**	**(5.419.679)**	**1.053.161**	**17.866**	**(1.090.493)**	**(5.617.353)**

Nota 10 – Ativos e passivos fiscais

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Tributos correntes	-	-	(1.185.757)	(769.392)
Tributos diferidos	4.221.669	(415.184)	4.247.093	(419.524)
Passivo fiscal diferido	(460.201)	909.612	(465.927)	901.385
Títulos VJR/Objeto de *hedge*	(627.086)	753.745	(627.086)	753.744
Depósito em garantia	166.885	155.867	166.885	155.867
Outros	-	-	(5.726)	(8.226)
Ativo fiscal diferido	4.681.870	(1.324.796)	4.713.020	(1.320.909)
Diferenças temporárias – constituição/realização	(189.203)	(1.324.796)	(158.053)	(1.320.909)
Prejuízo fiscal/Base negativa	4.871.073	-	4.871.073	-
Imposto de renda e contribuição social do período	4.221.669	(415.184)	3.061.336	(1.188.916)

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	3.455.186	10.217.517	5.880.409	12.465.084
Encargos de IRPJ e CSLL	(1.554.834)	(4.597.883)	(2.646.184)	(5.609.288)
Juros sobre o capital próprio	642.115	634.346	642.115	634.346
Participação em coligadas e controladas	1.606.511	1.133.755	(2.661.668)	2.020.170
Participação dos empregados nos lucros	(481.586)	(475.760)	(481.586)	(475.760)
Outros	(212.206)	3.305.542	3.961.566	2.661.140
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(1.185.757)	(769.392)

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo fiscal diferido no resultado	4.165.423	3.672.740	4.173.585	3.673.238
Ajustes a valor justo de títulos VJR	426.347	98.694	426.347	98.694
Atualização monetária de depósitos em garantia	3.686.624	3.519.739	3.686.624	3.519.739
Outras	52.452	54.307	60.614	54.805
Passivo fiscal diferido no PL	747.569	804.884	747.569	804.884
Ajuste a valor justo	747.569	804.884	747.569	804.884
Total do passivo fiscal diferido	4.912.992	4.477.624	4.921.154	4.478.122

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	Individual				Consolidado			
	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Diferenças temporárias	**60.698.315**	**12.764.562**	**(12.903.722)**	**60.559.155**	**60.852.786**	**12.795.415**	**(12.903.722)**	**60.744.479**
Provisão para perdas esperadas	48.280.414	10.376.773	(11.112.578)	47.544.609	48.280.414	10.376.773	(11.112.578)	47.544.609
Provisão para perdas – FCVS a receber	3.993.660	974.972	(895.768)	4.072.864	3.993.660	974.972	(895.768)	4.072.864
Passivos atuariais	2.408.461	106.011	(90.210)	2.424.262	2.408.461	106.011	(90.210)	2.424.262
Provisões trabalhistas	2.026.517	4.862	-	2.031.379	2.026.517	4.862	-	2.031.379
Provisões cíveis	1.513.501	86.379	-	1.599.880	1.513.501	86.379	-	1.599.880
Provisões fiscais	305.382	22.303	(20.091)	307.594	305.382	22.303	(20.091)	307.594
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	216.683	281.669	(141.737)	356.615	216.683	281.669	(141.737)	356.615
Impairment – ativos mantidos para venda (AMV)	150.902	1.805	(10.047)	142.660	150.902	1.805	(10.047)	142.660
Outros	1.802.795	909.788	(633.291)	2.079.292	1.957.266	940.641	(633.291)	2.264.616
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	**3.561.096**	**4.871.073**	**-**	**8.432.169**	**3.561.096**	**4.871.073**	**-**	**8.432.169**
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL a realizar	3.561.096	4.871.073	-	8.432.169	3.561.096	4.871.073	-	8.432.169
Total dos créditos com impacto no resultado	**64.259.411**	**17.635.635**	**(12.903.722)**	**68.991.324**	**64.413.882**	**17.666.488**	**(12.903.722)**	**69.176.648**
Passivos atuariais	7.489.807	337.556	(324.134)	7.503.229	7.489.807	337.556	(324.134)	7.503.229
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no PL	**7.489.807**	**337.556**	**(324.134)**	**7.503.229**	**7.489.807**	**337.556**	**(324.134)**	**7.503.229**
Total dos créditos tributários	**71.749.218**	**17.973.191**	**(13.227.856)**	**76.494.553**	**71.903.689**	**18.004.044**	**(13.227.856)**	**76.679.877**
Total dos créditos não constituídos	**49.668**	**-**	**(17.279)**	**32.389**	**49.668**	**-**	**(17.279)**	**32.389**

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

Ano de Realização	Individual		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2026	6.677.150	6.604.303	6.677.150	6.604.303
2027	9.875.475	8.954.905	9.875.475	8.954.905
2028	5.630.929	4.709.571	5.630.929	4.709.571
2029	5.963.263	4.624.548	5.963.263	4.624.548
2030	6.537.465	4.715.616	6.537.465	4.715.616
2031	7.233.125	4.865.117	7.233.125	4.865.117
2032	8.331.140	5.234.550	8.331.140	5.234.550
2033	9.757.072	5.733.190	9.757.072	5.733.190
2034	8.572.142	4.724.042	8.572.142	4.724.042
2035	7.916.792	4.089.198	8.102.116	4.280.646
Total	76.494.553	54.255.040	76.679.877	54.446.488

Nota 11 – Investimentos

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Líder do Conglomerado**	**Caixa Econômica Federal**	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Núclea	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Caixa Seguridade	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Controlada**	**Holding**	**Sim**
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
Caixa Cartões	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Sim**
Elo Holding	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Holding	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares	Sim
Caixa Loterias	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Serviços Lotéricos**	**Sim**
Caixa Asset	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Distrib. de títulos e valores mobiliários**	**Sim**

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.
(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

Individual												
Empresa	% de participação				Patrimônio líquido		Valor contábil	Movimentação			Valor contábil	Resultado MEP
	30/06/2026		31/12/2025									2025
	Total	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025	Resultado MEP	Dividendos e JCP (1)	Outros	30/06/2026	1º semestre
Caixa Seguridade	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	13.794.589	13.550.484	10.840.388	1.848.182	(1.632.000)	(20.899)	11.035.671	1.681.826
Caixa Cartões Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	1.337.293	1.222.941	1.222.941	432.344	(317.992)	-	1.337.293	257.322
Caixa Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	709.359	539.052	539.052	671.199	(500.892)	-	709.359	68.557
Caixa Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	647.244	849.357	849.357	587.237	(789.350)	-	647.244	484.650
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	1.070.273	991.596	180.876	9.054	1.182	(791)	190.321	3.710
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	278.208	307.668	47.042	(4.504)	-	-	42.538	(1.488)
Galgo Sistemas de Informações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(599)
Núclea	8,18%	8,18%	8,18%	8,18%	1.883.819	1.853.320	151.517	26.512	(24.029)	10	154.010	25.477
Outros investimentos (2)	-	-	-	-	136	136	136	-	-	-	136	-
Total					**19.720.921**	**19.314.554**	**13.831.309**	**3.570.024**	**(3.263.081)**	**(21.680)**	**14.116.572**	**2.519.455**

(1) Dividendos e JCP propostos no período totalizaram R$3.263.081, efetivamente recebidos R$ 3.698.885.
(2) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis.

Empresa	Consolidado											
	% de participação (1)				Patrimônio líquido		Valor contábil	Movimentação			Valor contábil	Resultado MEP
	30/06/2026		31/12/2025									
	Total	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025	Resultado MEP	Dividendos e JCP (2)	Outros	30/06/2026	2025 1º semestre
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	12.238.616	12.261.104	7.356.662	738.130	(747.694)	(3.928)	7.343.170	696.862
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	5.481.563	5.281.860	2.548.497	254.376	(158.213)	193	2.644.853	223.145
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	2.113.220	2.029.644	1.522.159	389.966	(317.685)	(9.603)	1.584.837	304.772
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	449.207	367.748	275.793	119.552	(52.673)	(5.790)	336.882	99.255
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	824.384	666.868	500.133	130.884	(12.752)	-	618.265	126.235
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	79.784	59.417	44.563	15.274	-	-	59.837	18.223
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	820.232	904.300	440.625	153.493	(187.700)	(6.985)	399.433	111.605
PAN Corretora	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	26.669	41.966	20.564	12.441	(19.937)	-	13.068	11.792
Elo Holding (3)	33,34%	-	33,34%	-	745.253	859.329	286.457	62.586	(11.731)	-	337.312	-
Elo Serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.884
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%-1	75,00%	50%-1	437.140	430.789	323.092	9.668	(4.905)	-	327.855	8.178
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	1.070.273	991.596	180.876	9.054	1.182	(791)	190.321	3.710
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	278.208	307.668	47.042	(4.504)	-	-	42.538	(1.488)
Galgo Sistemas de Informações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(599)
Núclea	8,18%	8,18%	8,18%	8,18%	1.883.819	1.853.320	151.517	26.512	(24.029)	10	154.010	25.477
Outros investimentos (4)	-	-	-	-	-	395	395	-	-	-	395	-
Total					**26.448.368**	**26.056.004**	**13.698.375**	**1.917.432**	**(1.536.137)**	**(26.894)**	**14.052.776**	**1.731.051**

(1) Os percentuais de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.
(2) Dividendos e JCP Propostos totalizaram R$ 1.536.137, sendo efetivamente recebidos no período R$ 1.277.009 sendo; R$ 382.968 da Holding XS1; R$ 158.212 da CNP Brasil; R$ 332.215 da XS3 Seguros; R$ 52.672 da XS4 Capitalização; R$ 95.720 da XS5 Consórcios; R$ 12.799 da XS6 Assistência; R$ 111.082 da Too Seguros; R$ 26.583 da PAN Corretora; R$ 99.854 Elo Holding e R$ 4.904 da Caixa Cartões Pré-Pagos S.A.
(3) Em outubro de 2025 foi efetivada a reorganização societária do Grupo Elo, resultando em: alienação a valor contábil da participação na Elo Serviços, com redução de 41,41% para 33,34%; constituição da Elo Holding pela Caixa Cartões (33,34%) e Elo Participações Ltda – Elopar (66,66%), com a migração de suas respectivas participações na Elo Serviços para a nova empresa; e incorporação da Elo Serviços pela Elo Holding como subsidiária integral.
(4) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Contas de Pagamento.

(b) Informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	Consolidado							
	30/06/2026							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	**220.049.462**	**414.598**	**2.798.525**	**2.034.626**	**570.671**	**235.377**	**1.262.333**	**30.293**
Ativo não circulante	**12.287.701**	**5.101.935**	**1.179.133**	**2.239.676**	**1.142.140**	**52.294**	**1.372.413**	**29**
Passivo circulante	**199.667.855**	**34.970**	**1.863.570**	**3.819.665**	**192.002**	**144.283**	**1.723.839**	**3.653**
Passivo não circulante	**20.430.692**	**-**	**868**	**5.433**	**696.425**	**63.604**	**90.673**	**-**
Passivo contingente	(206.649)	-	868	-	-	-	13.039	-
Receitas	17.116.937	538.449	938.661	1.376.835	583.418	116.675	1.124.073	32.466
Despesas	(15.886.706)	(11.244)	(418.681)	(1.217.425)	(408.900)	(96.308)	(849.474)	(7.075)
Lucro/prejuízo do período	**1.230.231**	**527.205**	**519.980**	**159.410**	**174.518**	**20.367**	**274.599**	**25.391**
Outros resultados abrangentes	(6.561)	399	(107.298)	(47.336)	-	-	(86.247)	-
Resultado abrangente total	1.223.670	527.604	412.682	112.074	174.518	20.367	188.352	25.391
Patrimônio líquido ajustado	**12.238.616**	**5.481.563**	**2.113.220**	**449.204**	**824.384**	**79.784**	**820.234**	**26.669**
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	**7.343.170**	**2.644.853**	**1.584.837**	**336.886**	**618.265**	**59.837**	**401.915**	**13.068**
Outros ajustes	-	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

Descrição	Consolidado							
	31/12/2025							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	**204.685.124**	**470.328**	**2.530.000**	**1.734.952**	**446.977**	**211.032**	**1.167.073**	**59.110**
Ativo não circulante	**12.185.622**	**4.850.991**	**1.215.154**	**2.051.906**	**1.033.292**	**52.427**	**1.494.799**	**38**
Passivo circulante	**184.837.459**	**39.459**	**1.714.708**	**3.411.085**	**261.000**	**140.437**	**1.670.249**	**17.181**
Passivo não circulante	**19.772.184**	**-**	**801**	**8.025**	**552.400**	**63.604**	**87.323**	**-**
Passivo contingente	(211.329)	-	801	6	-	-	21.530	-
Receitas	32.549.420	1.053.810	1.560.116	2.068.299	1.162.259	293.365	1.964.523	65.195
Despesas	(30.053.534)	(165.144)	(773.777)	(1.798.193)	(814.810)	(243.838)	(1.480.845)	(10.944)
Lucro/prejuízo do período	**2.495.886**	**888.666**	**786.339**	**270.106**	**347.449**	**49.527**	**483.678**	**54.251**
Outros resultados abrangentes	(108.262)	(122.668)	(85.956)	(39.617)	-	-	(71.990)	-
Resultado abrangente total	2.387.624	765.998	700.383	230.489	347.449	49.527	411.688	54.251
Patrimônio líquido ajustado	**12.261.103**	**5.281.860**	**2.029.645**	**367.748**	**666.869**	**59.418**	**904.300**	**41.967**
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	**7.356.662**	**2.548.497**	**1.522.159**	**275.797**	**500.133**	**44.563**	**443.107**	**20.564**
Outros ajustes	-	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

(c) Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto e coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	Individual				
	30/06/2026				
	TecBan	Quod	Elo Holding	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núclea
Ativo circulante	**852.632**	**135.366**	**267.285**	**957.963**	**737.547**
Ativo não circulante	**2.425.216**	**1.011.224**	**744.839**	**347.664**	**1.411.945**
Passivo circulante	**655.849**	**383.850**	**238**	**868.487**	**237.698**
Passivo não circulante	**1.551.726**	**484.532**	**-**	**-**	**27.975**
Passivo contingente	-	-	-	-	359
Receitas	1.597.468	170.908	324.346	202.078	138.816
Despesas	(1.527.874)	(200.367)	(202)	(189.188)	(85.586)
Lucro/prejuízo do período	**69.594**	**(29.459)**	**324.144**	**12.890**	**53.230**
Resultado abrangente total	69.594	(29.459)	324.144	12.890	53.230
Patrimônio líquido ajustado	**1.070.273**	**278.208**	**1.011.886**	**437.140**	**1.883.819**
% de participação	13,01%	15,29%	33,34%	75,00%	8,18%
Saldo do investimento	**139.243**	**42.538**	**337.312**	**327.855**	**154.010**
Outros ajustes	51.078	-	-	-	-

Descrição	Individual				
	31/12/2025				
	TecBan	Quod	Elo Holding	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núclea
Ativo circulante	**766.711**	**187.906**	**-**	**1.068.468**	**823.353**
Ativo não circulante	**2.473.255**	**1.025.754**	**859.407**	**358.856**	**1.334.903**
Passivo circulante	**668.796**	**377.032**	**78**	**996.535**	**277.299**
Passivo não circulante	**1.579.574**	**528.960**	**-**	**-**	**33.086**
Receitas	2.982.215	373.386	55.737	415.677	1.539.850
Despesas	(2.943.971)	(398.779)	(78)	(388.144)	(905.676)
Lucro/prejuízo do período	**38244**	**(25.393)**	**55659**	**27533**	**634174**
Resultado abrangente total	38.244	**(25.393)**	55.659	27.533	634.174
Patrimônio líquido ajustado	**991.596**	**307.668**	**859.329**	**430.789**	**1.853.320**
% de participação	13,01%	15,29%	33,34%	75,00%	8,18%
Saldo do investimento	**129.007**	**47.042**	**286.457**	**323.092**	**151.517**
Outros ajustes	51.869	-	-	-	-

Nota 12 – Imobilizado de uso

(a) Composição

Individual						
Descrição	Vida útil (em anos)	30/06/2026				31/12/2025
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.978.850**	**(966.939)**	**(31.212)**	**980.699**	**968.381**
Edificações	25	1.774.050	(966.939)	(29.451)	777.660	763.167
Terrenos	-	204.800	-	(1.761)	203.039	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**3.391.908**	**(354.211)**	**-**	**3.037.697**	**2.522.862**
Imóveis	-	3.111.263	(262.012)	-	2.849.251	2.293.974
Veículos, embarcações e outros	-	280.645	(92.199)	-	188.446	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5**	**2.837.915**	**(2.071.393)**	**-**	**766.522**	**747.693**
Imobilizações em curso	**-**	**444.794**	**-**	**-**	**444.794**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**-**	**6.689.781**	**(4.402.688)**	**(63)**	**2.287.030**	**2.067.809**
Sistema de comunicação e de segurança	3 a 10	1.171.519	(804.782)	-	366.737	351.045
Sistema de processamento de dados	3 a 5	5.518.262	(3.597.906)	(63)	1.920.293	1.716.764
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**1.121.928**	**(542.622)**	**(8.267)**	**571.039**	**465.998**
Obras de arte	**-**	**1.357**	**-**	**-**	**1.357**	**1.357**
Total		**16.466.533**	**(8.337.853)**	**(39.542)**	**8.089.138**	**7.155.400**

Consolidado						
Descrição	Vida útil (em anos)	30/06/2026				31/12/2025
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.978.850**	**(966.939)**	**(31.212)**	**980.699**	**968.381**
Edificações	25	1.774.050	(966.939)	(29.451)	777.660	763.167
Terrenos	-	204.800	-	(1.761)	203.039	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**3.402.698**	**(356.417)**	**-**	**3.046.281**	**2.532.526**
Imóveis	-	3.122.053	(264.218)	-	2.857.835	2.303.638
Veículos, embarcações e outros	-	280.645	(92.199)	-	188.446	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5**	**2.837.915**	**(2.071.393)**	**-**	**766.522**	**747.693**
Imobilizações em curso	**-**	**444.794**	**-**	**-**	**444.794**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**-**	**6.689.841**	**(4.402.745)**	**(63)**	**2.287.033**	**2.067.814**
Sistema de comunicação e de segurança	3 a 10	1.171.539	(804.802)	-	366.737	351.045
Sistema de processamento de dados	3 a 5	5.518.302	(3.597.943)	(63)	1.920.296	1.716.769
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**1.121.928**	**(542.622)**	**(8.267)**	**571.039**	**465.998**
Obras de arte	**-**	**1.357**	**-**	**-**	**1.357**	**1.357**
Total		**16.477.383**	**(8.340.116)**	**(39.542)**	**8.097.725**	**7.165.069**

(b) Movimentação

Individual							
Descrição	31/12/2025 Líquido	Movimentação					30/06/2026 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	
Imóveis de uso	**968.381**	**26.165**	**14.549**	**-**	**(28.396)**	**-**	**980.699**
Edificações	763.167	28.340	14.549	-	(28.396)	-	777.660
Terrenos	205.214	(2.175)	-	-	-	-	203.039
Ativos de direito de uso	**2.522.862**	**-**	**825.320**	**-**	**(219.837)**	**(90.648)**	**3.037.697**
Imóveis	2.293.974	-	804.376	-	(158.451)	(90.648)	2.849.251
Veículos, embarcações e outros	228.888	-	20.944	-	(61.386)	-	188.446
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**747.693**	**148.506**	**-**	**(11.368)**	**(118.309)**	**-**	**766.522**
Imobilizações em curso	**381.300**	**(177.329)**	**240.823**	**-**	**-**	**-**	**444.794**
Móveis e equipamentos de uso	**2.067.809**	**(28)**	**586.318**	**(814)**	**(366.255)**	**-**	**2.287.030**
Sistema de comunicação e de segurança	351.045	(11.782)	89.472	(513)	(61.485)	-	366.737
Sistema de processamento de dados	1.716.764	11.754	496.846	(301)	(304.770)	-	1.920.293
Móveis em estoque e outros equipamentos	**465.998**	**(14.894)**	**157.047**	**(1.116)**	**(36.308)**	**312**	**571.039**
Obras de arte	**1.357**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.357**
Total	**7.155.400**	**(17.580)**	**1.824.057**	**(13.298)**	**(769.105)**	**(90.336)**	**8.089.138**

Consolidado							
Descrição	31/12/2025 Líquido	Movimentação					30/06/2026 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	
Imóveis de uso	**968.381**	**26.165**	**14.549**	**-**	**(28.396)**	**-**	**980.699**
Edificações	763.167	28.340	14.549	-	(28.396)	-	777.660
Terrenos	205.214	(2.175)	-	-	-	-	203.039
Ativos de direito de uso	2.532.526	**-**	**825.320**	**-**	**(220.916)**	**(90.649)**	**3.046.281**
Imóveis	2.303.638	-	804.376	-	(159.530)	(90.649)	2.857.835
Veículos, embarcações e outros	228.888	-	20.944	-	(61.386)	-	188.446
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**747.693**	**148.506**	**-**	**(11.368)**	**(118.309)**	**-**	**766.522**
Imobilizações em curso	**381.300**	**(177.329)**	**240.823**	**-**	**-**	**-**	**444.794**
Móveis e equipamentos de uso	**2.067.814**	**(28)**	**586.317**	**(815)**	**(366.255)**	**-**	**2.287.033**
Sistema de comunicação e de segurança	351.045	(11.782)	89.472	(513)	(61.485)	-	366.737
Sistema de processamento de dados	1.716.769	11.754	496.845	(302)	(304.770)	-	1.920.296
Móveis em estoque e outros equipamentos	**465.998**	**(14.894)**	**157.047**	**(1.116)**	**(36.308)**	**312**	**571.039**
Obras de arte	**1.357**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.357**
Total	**7.165.069**	**(17.580)**	**1.824.056**	**(13.299)**	**(770.184)**	**(90.337)**	**8.097.725**

(c) Arrendamento

Os ativos de direito de uso referem-se aos contratos de locação de imóveis e demais ativos utilizados nas operações administrativas e bancárias, os quais geraram saída de caixa no montante de R$ 311.963.

Demonstramos a seguir a análise do passivo de arrendamento por vencimento, com base no prazo remanescente dos contratos de arrendamento mercantil.

Descrição	Individual		Consolidado	
Prazo de Vencimento	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	21.097	31.454	23.049	31.920
1 a 5 anos	187.299	1.873.393	195.007	1.883.056
Acima de 5 anos	2.817.017	573.114	2.817.017	573.114
Total	3.025.413	2.477.961	3.035.073	2.488.090

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	Individual				
	30/06/2026				31/12/2025
	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	4.063.839	(2.475.466)	(259)	1.588.114	1.709.944
Softwares	2.584.449	(1.223.700)	(128)	1.360.621	1.248.812
Licenças e direitos autorais	1.587.441	(423.823)	-	1.163.618	1.103.706
Outros intangíveis	617.088	(133.766)	-	483.322	545.080
Total	8.852.817	(4.256.755)	(387)	4.595.675	4.607.542

Descrição	Consolidado				
	30/06/2026				31/12/2025
	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	4.063.839	(2.475.466)	(259)	1.588.114	1.709.944
Softwares	2.584.449	(1.223.700)	(128)	1.360.621	1.248.812
Licenças e direitos autorais	1.587.441	(423.823)	-	1.163.618	1.103.706
Outros intangíveis	647.138	(142.775)	-	504.363	569.120
Total	8.882.867	(4.265.764)	(387)	4.616.716	4.631.582

(b) Movimentação

Individual						
Descrição	31/12/2025	Movimentação				30/06/2026
	Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Constituição/ Reversão de *Impairment*	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.709.944	184.834	-	(306.405)	(259)	1.588.114
Softwares	1.248.812	538.527	(283.539)	(178.435)	35.256	1.360.621
Licenças e direitos autorais	1.103.706	392.050	(51.554)	(280.584)	-	1.163.618
Outros intangíveis	545.080	-	-	(61.758)	-	483.322
Total	**4.607.542**	**1.115.411**	**(335.093)**	**(827.182)**	**34.997**	**4.595.675**

Consolidado						
Descrição	31/12/2025	Movimentação				30/06/2026
	Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Constituição/ Reversão de *Impairment*	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.709.944	184.834	-	(306.405)	(259)	1.588.114
Softwares	1.248.812	538.527	(283.539)	(178.435)	35.256	1.360.621
Licenças e direitos autorais	1.103.706	392.050	(51.554)	(280.584)	-	1.163.618
Outros intangíveis	569.120	-	-	(64.757)	-	504.363
Total	**4.631.582**	**1.115.411**	**(335.093)**	**(830.181)**	**34.997**	**4.616.716**

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Antecipações salariais e outros adiantamentos (1)	7.215.994	1.325.415	7.216.120	1.325.543
Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque (b)	5.730.106	6.130.953	5.730.106	6.130.953
Valores a apropriar	1.992.853	1.536.461	2.029.353	1.562.461
Relações interfinanceiras e interdependências	1.068.688	581.598	1.068.688	581.598
Dividendos e JCP a receber	840.320	1.285.353	509.772	287.945
Valores a ressarcir – Caixa Cartões Holding	409.136	44.855	114.846	44.855
Despesas antecipadas	225.276	116.111	226.003	117.994
Créditos específicos	55.316	120.581	55.316	120.581
Devedores diversos	244.477	1.371.134	353.477	1.858.012
Total	**17.782.166**	**12.512.461**	**17.303.681**	**12.029.942**

(1) Acréscimo referente aos valores adiantados ao FGC das contribuições ordinárias, conforme previsto em seu estatuto.

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos	5.977.077	6.401.038
Ativos não financeiros mantidos para venda – próprios	49.510	47.809
Material de consumo	20.535	17.438
Total	**6.047.122**	**6.466.285**
Perdas por redução ao valor recuperável – recebidos	(310.563)	(332.875)
Perdas por redução ao valor recuperável – próprios	(6.453)	(2.457)
Total líquido de provisão	**5.730.106**	**6.130.953**

(c) Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**(335.332)**	**(418.905)**
Constituição	(69.405)	(82.916)
Baixas	87.721	166.489
Saldo final	**(317.016)**	**(335.332)**

Nota 15 – Passivos financeiros ao custo amortizado

Nota 15.1 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Individual						Consolidado	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	**56.326.807**	**-**	**-**	**-**	**56.326.807**	**54.596.876**	**55.553.214**	**54.012.688**
Pessoas físicas	31.973.562	-	-	-	31.973.562	29.394.279	31.973.562	29.394.279
Pessoas jurídicas	17.868.373	-	-	-	17.868.373	17.609.771	17.473.657	17.609.490
Vinculados	2.454.136	-	-	-	2.454.136	2.211.464	2.075.259	1.627.557
Governo	1.879.475	-	-	-	1.879.475	1.948.524	1.879.475	1.948.524
Depósitos obrigatórios	738.502	-	-	-	738.502	1.849.361	738.502	1.849.361
Instituições do sistema financeiro	565.857	-	-	-	565.857	571.103	565.857	571.103
Contas encerradas	161.652	-	-	-	161.652	261.376	161.652	261.376
Depósitos em moedas estrangeiras	2.586	-	-	-	2.586	11.343	2.586	11.343
Outros	682.664	-	-	-	682.664	739.655	682.664	739.655
Depósitos de poupança	**405.581.425**	**-**	**-**	**-**	**405.581.425**	**396.218.727**	**405.581.425**	**396.218.727**
Pessoas físicas	385.149.696	-	-	-	385.149.696	374.496.436	385.149.696	374.496.436
Pessoas jurídicas	15.258.302	-	-	-	15.258.302	15.420.822	15.258.302	15.420.822
Contas encerradas	5.173.427	-	-	-	5.173.427	6.301.469	5.173.427	6.301.469
Depósitos a prazo	**128.134.624**	**9.458.790**	**58.935.697**	**164.948.453**	**361.477.564**	**320.589.607**	**361.477.564**	**320.589.607**
Depósitos judiciais	128.134.624	-	-	-	128.134.624	118.538.999	128.134.624	118.538.999
CDB	-	9.458.790	58.935.697	164.948.453	233.342.940	202.050.608	233.342.940	202.050.608
Depósitos especiais e de fundos e programas	**45.679.109**	**-**	**-**	**-**	**45.679.109**	**50.429.954**	**45.679.109**	**50.429.954**
Outros depósitos	**107.730**	**-**	**-**	**-**	**107.730**	**92.049**	**107.730**	**92.049**
Total	**635.829.695**	**9.458.790**	**58.935.697**	**164.948.453**	**869.172.635**	**821.927.213**	**868.399.042**	**821.343.025**

(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	16.169.010	20.123.758
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação de Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	7.862.500	7.384.932
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM (1)	4.288.122	1.009.685
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	3.920.764	7.539.249
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	2.993.743	2.721.347
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	2.753.607	2.728.517
Garantia crédito hipotecário	1.839.028	1.745.746
Depósitos – PREVHAB	1.717.672	1.611.248
Depósitos especiais com remuneração – SRF	1.317.701	1.179.437
Fundo Garantia Safra – FGS	1.181.101	2.009.645
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP – FEP CAIXA	464.315	414.739
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	183.910	428.411
Outros	987.636	1.533.240
Total	**45.679.109**	**50.429.954**

(1) Variação corresponde principalmente à integralização de cotas da União no montante de R$ 5.500.000 referente ao Fundo do programa Pé-de-Meia, ocorrida em março/2026.

Nota 15.2 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações por empréstimos e repasses	**649.315.608**	**588.104.550**	**649.315.608**	**588.104.550**
FGTS	594.841.865	552.470.376	594.841.865	552.470.376
BNDES	17.225.271	17.453.409	17.225.271	17.453.409
Fundo Social - Lei nº 12.351/2010	29.194.010	11.651.109	29.194.010	11.651.109
Empréstimos no exterior	2.519.136	2.471.995	2.519.136	2.471.995
Fundo da Marinha Mercante	2.082.498	2.143.054	2.082.498	2.143.054
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	914.936	911.951	914.936	911.951
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	329.009	345.608	329.009	345.608
Outras	2.208.883	657.048	2.208.883	657.048
Captações no mercado aberto	**226.309.070**	**199.920.878**	**225.774.894**	**198.441.258**
Carteira própria	**176.220.958**	**158.673.837**	**175.686.782**	**157.194.217**
Letras financeiras do tesouro	112.928.334	85.886.264	112.928.334	85.695.223
Letras do tesouro nacional	56.247.215	65.999.321	55.713.039	64.710.742
Debêntures	7.045.409	5.851.615	7.045.409	5.851.615
Certificados de recebíveis imobiliários	-	874.453	-	874.453
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	62.184	-	62.184
Carteira de terceiros	**50.088.112**	**41.247.041**	**50.088.112**	**41.247.041**
Letras do tesouro nacional	32.248.112	22.899.489	32.248.112	22.899.489
Notas do tesouro nacional	17.840.000	-	17.840.000	-
Letras financeiras do tesouro	-	18.347.552	-	18.347.552
Depósitos interfinanceiros	**5.667.183**	**5.380.504**	**5.667.183**	**5.380.504**
Total	**881.291.861**	**793.405.932**	**880.757.685**	**791.926.312**

Repasses no país - FGTS

Os recursos repassados pelo FGTS destinam-se ao financiamento de operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Referencial (TR), acrescida de taxa média de juros de 4,81% a.a. (habitação: 4,71% a.a.; saneamento: 5,01% a.a.; infraestrutura: 5,92% a.a.; saúde: 6,36% a.a.), e apresentam prazo médio de retorno de 291 meses (habitação: 303 meses; saneamento: 144 meses; infraestrutura: 130 meses; saúde: 120 meses).

Empréstimos no exterior

O saldo de empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no mercado internacional para financiamento de operações de exportação e importação de clientes, bem como por emissões de títulos de dívida no exterior. Tais instrumentos estão sujeitos a taxas de juros de até 5,63% ao ano, substancialmente indexadas ao dólar dos Estados Unidos, e apresentam vencimento até 2030.

Nota 15.3 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos (b)	308.760.120	294.345.710	308.760.120	294.345.710
Instrumentos financeiros subordinados (c)	45.584.899	41.138.493	45.584.899	41.138.493
Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis ao capital - IHCD (d) (1)	34.883.363	36.022.961	75.034	921.703
Total	**389.228.382**	**371.507.164**	**354.420.053**	**336.405.906**

(1) Contempla os juros remuneratórios e a atualização monetária de IHCD.

(a.1) Instrumento de dívida subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

(a.2) Letras financeiras subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R$ 11.266.800, desse total R$ 7.362.541 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Individual / Consolidado							
Captações	Rem. a.a / Indexador	Vencimento				30/06/2026	31/12/2025
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliário	CDI	18.122.948	33.647.155	44.417.718	149.926.820	246.114.641	235.849.908
Letra de crédito imobiliário	IPCA	-	-	1	1.521.469	1.521.470	747.768
Letra de crédito imobiliário	Prefixada	4.027.440	6.969.241	6.867.630	5.671.313	23.535.624	17.337.859
Letra de crédito imobiliário - FGTS	TR	-	3.388	-	-	3.388	6.710
Letra financeira	IPCA	-	-	-	3.503.353	3.503.353	3.282.571
Letra financeira	CDI	-	6.985.376	-	15.215.781	22.201.157	20.728.872
Letra de crédito do agronegócio	CDI	2.537.300	911.810	2.496.645	2.502.741	8.448.496	12.549.298
Títulos e valores mobiliários no exterior							
Bond social (B1)	5,625%	-	-	-	3.431.991	3.431.991	3.842.724
Total		**24.687.688**	**48.516.970**	**53.781.994**	**181.773.468**	**308.760.120**	**294.345.710**

(b.1) Títulos e valores mobiliários no exterior

Em maio de 2025, a CAIXA realizou sua primeira emissão de títulos com temática social no mercado internacional. A emissão tem como objetivo captar recursos para o financiamento de projetos que promovam a inclusão financeira, em conformidade com as melhores práticas globais de finanças sustentáveis, seguindo diretrizes para garantir a alocação transparente e rastreável dos recursos em projetos com impacto social positivo.

Individual / Consolidado							
Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Bond social	US$	700.000	5,625%	13/05/2025	13/05/2030	3.431.991	3.842.724

(1) Valores em milhares de US$.

(c) Instrumentos financeiros subordinados

Individual / Consolidado							
Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data da captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo devedor 30/06/2026	Saldo devedor 31/12/2025
Nível I – Complementar (1) (2)							
Letras financeiras elegíveis							
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	106.607	-	1.219.607	1.130.930
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	389	-	4.589	4.256
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	55.779	-	657.279	609.489
Perpétuo	100% CDI + 1,25	out/25	3.460.500	355.160	-	3.815.660	3.549.758
Perpétuo	100% CDI + 1,25	nov/25	2.188.800	220.373	-	2.409.173	2.241.279
jan/37	100% CDI + 0,70	jun/26	3.898.800	13.953	-	3.912.753	-
Nível II (1)							
Instrumento de dívida subordinada – FGTS							
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.133.278	(5.133.343)	(65)	258.148
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.972.203	(2.410.631)	2.561.572	2.745.530
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.402.291	(1.920.016)	2.482.275	2.622.371
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	3.044.700	(1.012.053)	6.032.647	6.230.831
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	2.528.057	-	5.528.057	5.348.027
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	2.897.137	-	6.897.137	6.672.426
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	2.689.202	-	6.689.202	6.467.853
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	1.375.013	-	3.375.013	3.257.595
Total			**37.266.800**	**18.794.142**	**(10.476.043)**	**45.584.899**	**41.138.493**

(1) A composição do Patrimônio de Referência está detalhada na Nota Explicativa 33 (d).
(2) Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizaram um montante de R$ 752.763 em 30/06/2026 (31/12/2025 – R$ 167.712).

(d) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis ao capital - IHCD

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Contrato 348/2007 (1)	17.990.795	17.441.272
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 869/2013 (2)	3.000.000	4.000.000
Total - Contratos	**34.101.393**	**34.551.870**
Atualização monetária	706.937	549.388
Total Consolidado - Patrimônio líquido	**34.808.330**	**35.101.258**
Juros remuneratórios	75.034	921.703
Total	**34.883.364**	**36.022.961**

(1) Incorporação da atualização monetária de R$ 549.523 em maio/2026.
(2) Amortização de R$ 1.000.000 em junho/2026.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Para fins de apresentação no balanço patrimonial consolidado, os Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital (IHCD) são compostos por principal autorizado e sua atualização monetária do período corrente e apresentados no Patrimônio Líquido, pois ambos atendem aos critérios de classificação contábil como instrumentos patrimoniais. No Patrimônio de Referência (Nota 33 (d)), considera-se apenas o valor de face do principal autorizado somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores, em virtude dos contratos possuírem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Nota 15.4 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos para destinação específica (b)	19.028.189	18.909.872	20.467.947	20.395.130
Receitas antecipadas (c)	7.328.068	7.530.708	7.721.068	7.985.513
Obrigações por operações vinculadas à cessão	2.605.466	2.827.858	2.605.466	2.827.858
Passivo de arrendamento	3.025.413	2.477.961	3.035.073	2.488.090
Recursos vinculados a operações de crédito	1.403.009	1.356.784	1.403.009	1.356.784
Recursos do FGTS para amortização	1.239.437	1.008.477	1.239.437	1.008.477
Negociação e intermediação de valores	17.609	52.168	17.641	52.209
Obrigações por transações de pagamentos	122	114	122	114
Total	**34.647.313**	**34.163.942**	**36.489.763**	**36.114.175**

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos provenientes de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do governo ou de entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fundos e programas sociais	**16.857.201**	**15.447.409**	**16.857.201**	**15.447.409**
Remuneração do agente financeiro – FGTS	6.981.304	7.972.914	6.981.304	7.972.914
Programas habitacionais de interesse social	1.962.270	2.240.861	1.962.270	2.240.861
Programas de transferência de renda (1)	3.150.594	2.026.487	3.150.594	2.026.487
Novo Minha Casa Minha Vida – NMCMV	2.301.930	1.533.221	2.301.930	1.533.221
FIES	464.398	429.163	464.398	429.163
Remuneração do agente financeiro – OGU	208.152	298.935	208.152	298.935
Recursos do FGTS	1.053.667	349.244	1.053.667	349.244
Outros fundos e programas	734.886	596.584	734.886	596.584
Fundos financeiros e de desenvolvimento	**1.761.271**	**657.454**	**1.761.271**	**657.454**
FAT	1.761.259	655.973	1.761.259	655.973
FINSOCIAL	-	1.481	-	1.481
PIS	12	-	12	-
Operações com loterias	**409.717**	**2.805.009**	**1.849.475**	**4.290.267**
Total	**19.028.189**	**18.909.872**	**20.467.947**	**20.395.130**

(1) Inclui o montante de R$ 626.033 (31/12/2025 - R$ 1.462.583) referente a recursos destinados ao pagamento do Novo Bolsa Família.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 30/06/2026 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, administrado pela Caixa Cartões, no montante de R$ 392.000 (31/12/2025 - R$ 454.804) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de 10 anos;
- CNP (Holding XS1) no montante de R$ 5.460.000 (31/12/2025 - R$ 5.600.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045;
- Tokio Marine (XS3) no montante de R$ 1.102.000 (31/12/2025 - R$ 1.140.000), Icatu (XS4) no montante de R$ 132.750 (31/12/2025 - R$ 137.250), CNP (XS5) no montante de R$ 184.375 (31/12/2025 - R$ 190.625), e Tempo (XS6) no montante de R$ 21.750 (31/12/2025 - R$ 22.500), em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade;
- FISERV, no montante de R$ 118.000 (31/12/2025 - R$ 122.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões Pré-Pagos; e
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R$ 308.333 (31/12/2025 - R$ 318.333), para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento pré-pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões Pré-Pagos.

Nota 16 – Provisões

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhistas (b.2)	4.514.176	4.503.372	4.514.176	4.503.372
Cíveis (b.3)	3.555.289	3.363.335	3.571.833	3.378.083
Fiscais (b.4)	683.541	678.627	683.541	678.627
Pré-pagamento FGTS (c)	793.072	871.322	793.072	871.322
Demais	1.168	8.773	1.168	8.773
Total	**9.547.246**	**9.425.429**	**9.563.790**	**9.440.177**

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso de ações judiciais:

I) Metodologia individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota; ações massificadas que estão em fase de execução são também provisionadas por esta metodologia.

II) Massificada, metodologia estatística para cálculo do valor provável de desembolso para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Individual							
Descrição	31/12/2025	Movimentação					30/06/2026
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.2)	**4.503.372**	**327.131**	**138.429**	**1.756.288**	**(551.993)**	**(1.659.051)**	**4.514.176**
Cíveis (b.3)	**3.363.335**	**209.570**	**65.241**	**944.935**	**(449.705)**	**(578.087)**	**3.555.289**
Feitos diversos	1.476.866	164.913	33.220	574.942	(286.413)	(315.900)	1.647.628
Poupança – planos econômicos	698.003	15.059	4.456	67.087	(84.610)	(78.671)	621.324
Contingenciamento do FGTS	620.108	-	19.770	12.746	(848)	(29.766)	622.010
Habitacional	568.358	29.598	7.795	290.160	(77.834)	(153.750)	664.327
Fiscais (b.4)	**678.627**	**58.461**	**17.725**	**43.250**	**(81.458)**	**(33.064)**	**683.541**
ISSQN	417.462	8.201	12.907	13.831	(69.298)	(6.989)	376.114
INSS	5.664	5.235	518	284	(7)	(222)	11.472
IPTU	109.338	6.439	1.428	18.614	(8.027)	(6.398)	121.394
Outros	146.163	38.586	2.872	10.521	(4.126)	(19.455)	174.561
Total	**8.545.334**	**595.162**	**221.395**	**2.744.473**	**(1.083.156)**	**(2.270.202)**	**8.753.006**

Consolidado							
Descrição	31/12/2025	Movimentação					30/06/2026
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.2)	**4.503.372**	**327.131**	**138.429**	**1.756.288**	**(551.993)**	**(1.659.051)**	**4.514.176**
Cíveis (b.3)	**3.378.083**	**215.742**	**65.241**	**944.935**	**(454.081)**	**(578.087)**	**3.571.833**
Feitos diversos	1.491.614	171.085	33.220	574.942	(290.789)	(315.900)	1.664.172
Poupança – planos econômicos	698.003	15.059	4.456	67.087	(84.610)	(78.671)	621.324
Contingenciamento do FGTS	620.108	-	19.770	12.746	(848)	(29.766)	622.010
Habitacional	568.358	29.598	7.795	290.160	(77.834)	(153.750)	664.327
Fiscais (b.4)	**678.627**	**58.461**	**17.725**	**43.250**	**(81.458)**	**(33.064)**	**683.541**
ISSQN	417.462	8.201	12.907	13.831	(69.298)	(6.989)	376.114
INSS	5.664	5.235	518	284	(7)	(222)	11.472
IPTU	109.338	6.439	1.428	18.614	(8.027)	(6.398)	121.394
Outros	146.163	38.586	2.872	10.521	(4.126)	(19.455)	174.561
Total	**8.560.082**	**601.334**	**221.395**	**2.744.473**	**(1.087.532)**	**(2.270.202)**	**8.769.550**

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2026, constavam 60.246 (31/12/2025 - 57.856) processos trabalhistas provisionados, sendo 30.820 (31/12/2025 - 27.704) sujeitos à metodologia massificada e 29.426 (31/12/2025 - 30.152) sujeitos à metodologia individualizada.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de

certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2026, constavam 390.705 (31/12/2025 - 346.516) processos cíveis provisionados, sendo 346.133 (31/12/2025 - 308.744) sujeitos à metodologia massificada e 44.572 (31/12/2025 - 37.772) sujeitos à metodologia individualizada.

Destacam-se as demandas relativas aos expurgos inflacionários dos planos econômicos, decorrentes da correção de saldos de cadernetas de poupança. Em 2017, foi celebrado acordo coletivo entre FEBRABAN, CONSIF e entidades de defesa do consumidor, homologado pelo STF e ao qual a CAIXA aderiu, com pagamentos iniciados em 2018. O acordo foi sucessivamente prorrogado e em 23/05/2025, o STF declarou a constitucionalidade dos planos econômicos, reafirmou a validade do acordo coletivo e determinou sua aplicação a todos os processos sobre expurgos inflacionários, além de prorrogar por mais 24 meses, a partir de 03/06/2025, o prazo para novas adesões. Embora a CAIXA tenha observado a legislação vigente à época, o montante provisionado para essas ações, considerando a jurisprudência atual do STF, era de R$ 621.324 em 30/06/2026 (31/12/2025 – 698.003).

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2026, para estes processos é de R$ 622.010 (31/12/2025- R$ 620.108).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2026, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 30/06/2026 realizou 31.115 (31/12/2025 – 66.233) acordos processuais (74% referente a ações indenizatórias e 26% referentes a recuperações de créditos), reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2026, correspondem ao total de R$ 1.239.813 (31/12/2025 - R$ 1.287.975) , para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 11.472 (31/12/2025 - R$ 5.664).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2026, corresponde ao montante de R$ 1.753.449. (31/12/2025 -. R$ 1.764.775).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2026 o valor da provisão constituída é de R$ 376.114 (31/12/2025 -. R$ 417.462).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 30/06/2026, totalizam R$ 27.115 (31/12/2025 - R$ 26.143), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

- Os financiamentos habitacionais, concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações;
- Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente; e
- Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS, é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(d.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 18.299.246 (31/12/2025 - R$ 10.833.974) em 30/06/2026, dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/1998, totaliza R$ 9.984.605 em 30/06/2026

(31/12/2025 – R$ 9.710.993). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;

b) Autuações de Cofins decorrentes de interpretação restritiva acerca do alcance da isenção de tributos federais estabelecida no artigo 28 da Lei nº 8.036/90. A fazenda pública federal reconheceu a isenção de tributos federais sobre atos praticados e operações realizadas por agente operador e por agente financeiro do FGTS, e o administrador do FI-FGTS, compreendendo tributos cujos fatos geradores sejam determinados com fundamento nos conceitos de faturamento e lucro; no entanto, ressalvou que a isenção não abrangeria tributos instituídos posteriormente à publicação da Lei nº 8.036/1990. A controvérsia mantém-se em relação à Cofins, perfazendo o montante de R$ 7.450.559, em 30/06/2026; e

c) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), em 30/06/2026, no valor total de R$ 364.260 (31/12/2025 - R$ 357.475), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 30/06/2026:

(a) Federais totalizam R$ 15.888 (31/12/2025 - R$ 10.598) e

(b) Regionais correspondem a R$ 483.935 (31/12/2025 - R$ 424.582).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos fiscais	15.612.643	15.145.028
Depósitos trabalhistas	6.659.469	6.377.163
Depósitos cíveis	1.005.608	946.597
Total (Nota 8.5)	**23.277.720**	**22.468.788**

Nota 17 – Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

Individual												
30/06/2026												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	206.120.715	(613.950)	205.506.765	1.627.603	(184.277)	1.443.326	1.207.937	(534.233)	673.704	208.956.255	(1.332.460)	207.623.795
Garantias financeiras prestadas	46.474.430	(412.808)	46.061.622	1.754.176	(473.614)	1.280.562	469.595	(424.211)	45.384	48.698.201	(1.310.633)	47.387.568
Repasses – entidades	31.110.064	(27.266)	31.082.798	-	-	-	13.021	(13.021)	-	31.123.085	(40.287)	31.082.798
FIES	51.049	(1.142)	49.907	5.812	(937)	4.875	10.871	(5.272)	5.599	67.732	(7.351)	60.381
Fiança	-	-	-	-	-	-	24.185	(15.273)	8.912	24.185	(15.273)	8.912
Cartão de crédito	15.313.317	(384.400)	14.928.917	1.748.364	(472.677)	1.275.687	421.518	(390.645)	30.873	17.483.199	(1.247.722)	16.235.477
Total	252.595.145	(1.026.758)	251.568.387	3.381.779	(657.891)	2.723.888	1.677.532	(958.444)	719.088	257.654.456	(2.643.093)	255.011.363

Individual												
31/12/2025												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	164.518.511	(734.746)	163.783.765	832.399	(281.405)	550.994	758.732	(696.582)	62.150	166.109.642	(1.712.733)	164.396.909
Garantias financeiras prestadas	47.053.970	(399.343)	46.654.627	1.704.592	(470.109)	1.234.483	531.572	(483.158)	48.414	49.290.134	(1.352.610)	47.937.524
Repasses – entidades	31.795.702	(67)	31.795.635	-	-	-	19.931	(19.931)	-	31.815.633	(19.998)	31.795.635
FIES	59.677	(1.349)	58.328	6.715	(1.063)	5.652	22.415	(16.119)	6.296	88.807	(18.531)	70.276
Fiança	-	-	-	-	-	-	18.538	(12.167)	6.371	18.538	(12.167)	6.371
Cartão de crédito	15.198.591	(397.927)	14.800.664	1.697.877	(469.046)	1.228.831	470.688	(434.941)	35.747	17.367.156	(1.301.914)	16.065.242
Total	211.572.481	(1.134.089)	210.438.392	2.536.991	(751.514)	1.785.477	1.290.304	(1.179.740)	110.564	215.399.776	(3.065.343)	212.334.433

Consolidado												
30/06/2026												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas (1)	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	206.120.715	(613.950)	205.506.765	1.627.603	(184.277)	1.443.326	1.207.937	(534.233)	673.704	208.956.255	(1.332.460)	207.623.795
Garantias financeiras prestadas	31.161.113	(28.408)	31.132.705	5.812	(937)	4.875	48.077	(33.566)	14.511	31.215.002	(62.911)	31.152.091
Repasses – entidades	31.110.064	(27.266)	31.082.798	-	-	-	13.021	(13.021)	-	31.123.085	(40.287)	31.082.798
FIES	51.049	(1.142)	49.907	5.812	(937)	4.875	10.871	(5.272)	5.599	67.732	(7.351)	60.381
Fiança	-	-	-	-	-	-	24.185	(15.273)	8.912	24.185	(15.273)	8.912
Total	237.281.828	(642.358)	236.639.470	1.633.415	(185.214)	1.448.201	1.256.014	(567.799)	688.215	240.171.257	(1.395.371)	238.775.886

(1) O decréscimo da provisão para perdas esperadas em compromissos de empréstimos e créditos a liberar decorre de aprimoramento dos parâmetros de cálculo da provisão para limites em fevereiro de 2026 e ocorreu para todos os limites de produtos de crédito rotativos.

Consolidado												
31/12/2025												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	164.518.511	(734.746)	163.783.765	832.399	(281.405)	550.994	758.732	(696.582)	62.150	166.109.642	(1.712.733)	164.396.909
Garantias financeiras prestadas	31.855.379	(1.416)	31.853.963	6.715	(1.063)	5.652	60.884	(48.217)	12.667	31.922.978	(50.696)	31.872.282
Repasses – entidades	31.795.702	(67)	31.795.635	-	-	-	19.931	(19.931)	-	31.815.633	(19.998)	31.795.635
FIES	59.677	(1.349)	58.328	6.715	(1.063)	5.652	22.415	(16.119)	6.296	88.807	(18.531)	70.276
Fiança	-	-	-	-	-	-	18.538	(12.167)	6.371	18.538	(12.167)	6.371
Total	196.373.890	(736.162)	195.637.728	839.114	(282.468)	556.646	819.616	(744.799)	74.817	198.032.620	(1.763.429)	196.269.191

Nota 18 – Passivos atuariais

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência complementar, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Benefícios de curto prazo	**5.715.746**	**5.081.346**	**5.720.280**	**5.081.346**
Natureza salarial	4.622.165	3.898.987	4.622.165	3.898.987
Participação dos empregados no lucro	1.093.581	1.182.359	1.098.115	1.182.359
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	**22.061.094**	**21.936.713**	**22.061.094**	**21.936.713**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	**12.106.039**	**12.219.006**	**12.106.039**	**12.219.006**
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	**1.751.796**	**1.791.097**	**1.751.796**	**1.791.097**
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4)):	**8.203.259**	**7.926.610**	**8.203.259**	**7.926.610**
REG/REPLAN	6.761.127	6.882.554	6.761.127	6.882.554
Novo Plano	1.442.132	1.044.056	1.442.132	1.044.056
Total	**27.776.840**	**27.018.059**	**27.781.374**	**27.018.059**

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de previdência complementar patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. Formado por seis membros – três indicados pela patrocinadora e três pelos participantes e seus respectivos suplentes.

O Conselho Fiscal, órgão de controle interno da FUNCEF, é composto por quatro membros – dois indicados pela patrocinadora e dois pelos participantes e seus respectivos suplentes.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração da FUNCEF, cabendo-lhe gerir seus Planos de Benefícios e respectivos recursos garantidores, em estrita observância ao disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, no Plano de Gestão Administrativa e na legislação e normas em vigor, em harmonia com as diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também está prevista a criação de Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva, e com seus regimentos internos aprovados por aquele órgão de acordo com a configuração. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos desses órgãos estatutários, os referidos comitês são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva, e por processo de seleção, de acordo com o seu regimento interno e sua finalidade.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência às premissas e/ou parâmetros adotados no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33 (R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

(f) Estratégia de gestão de ativos/passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF obedecem às diretrizes de aplicação dos recursos garantidores determinadas pela Resolução CMN nº 4.994/2022, conforme estabelecido na Política de Investimentos e, que faz uso do *Asset Liability Management* (ALM) na composição da carteira de investimentos de forma que se produza a melhor rentabilidade possível para fazer frente aos passivos e de acordo com as características de cada plano.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo às normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e Cesta-Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e Cesta-Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e Cesta-Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R$ 1.173,26 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A Cesta-Alimentação para o mesmo período é de R$ 924,47 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora, nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos EX-PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD) do REG/REPLAN, nas modalidades saldada e não saldada, os benefícios são determinados conforme regras regulamentares específicas, sendo as obrigações atuariais mensuradas de acordo com o regime de capitalização, no qual o risco atuarial e financeiro é compartilhado entre participantes, assistidos e patrocinadora, conforme estabelecido no plano de custeio. A mensuração das obrigações envolve o cálculo do valor presente dos benefícios concedidos e a conceder, considerando hipóteses biométricas, demográficas e econômicas, de modo que eventuais desvios entre as premissas adotadas e a experiência real podem gerar ganhos ou perdas atuariais e resultar em déficit técnico a ser equacionado. Na modalidade não saldada, aplica-se o Método de Capitalização pelo Método de Crédito Unitário Projetado, enquanto na modalidade saldada o valor do benefício corresponde ao Benefício Saldado, reajustado pelo índice do plano, sem incidência de custo normal futuro; em ambos os casos, a apuração das provisões segue as metodologias definidas em nota técnica atuarial, utilizando as fórmulas regulamentares vigentes que definem o benefício e suas respectivas provisões.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldada e não saldada, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldada houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto na modalidade não saldada, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento têm como base a Resolução CNPC nº 30/2018 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldada.

Em fevereiro de 2025, após aprovações da FUNCEF, CAIXA, SEST e PREVIC, foi realizada a alteração do regulamento do plano REG/REPLAN modalidade Saldada que promoveu o ajustamento dos dispositivos e da forma de cálculo dos benefícios a conceder de pensão por morte e de pecúlio por morte, bem como do regramento de início de acumulação do Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB).

Como consequência direta da alteração regulamentar, foi realizada uma avaliação atuarial especial por Fato Relevante que identificou redução das obrigações atuariais do plano REG/REPLAN modalidade Saldada no valor de R$ 3.117.849 e os PED de 2014, 2015 e 2016 unificados no denominado "PED Unificado".

Esse impacto foi utilizado para amortizar os saldos dos Planos de Equacionamento de Déficit - PED de responsabilidade dos participantes e assistidos, cabendo à CAIXA o aporte paritário, antecipando valores relativos à sua cota-parte do déficit equacionado, em conformidade com o artigo 32, §§ 1º e 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, que trata da responsabilidade paritária em planos de equacionamento de déficit.

A CAIXA efetuou a amortização inicial de R$ 2.621.980, em maio de 2025, permanecendo provisionada a parcela remanescente que, atualizada pela meta atuarial e INPC até dezembro de 2025, acumulava R$ 592.967.

A partir da formalização do primeiro Termo Aditivo referente ao PED Unificado do REG REPLAN Saldado, a CAIXA realizou, em dezembro de 2025, o aporte da parcela remanescente da contribuição extraordinária, na ordem de R$ 592.967, extinguindo a obrigação da sua cota-parte, com a correspondente redução do provisionamento dos benefícios pós-emprego do respectivo plano/modalidade.

Individual / Consolidado				
Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2015	-	-	237 meses	219.415
Exercício 2016	-	-	240 meses	143.796
Unificado (Exercícios 2014, 2015 e 2016)	184 meses	6.397.916	-	-
		6.397.916		363.211

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 30/06/2026 o montante de R$ 6.761.127 (30/06/2025 – R$ 6.985.975), sendo R$ 2.351.280 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R$ 4.409.847 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no 1º semestre de 2026, montam R$ 336.595 (1º semestre/2025 – R$ 2.972.796).

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

- Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	Individual / Consolidado					
	30/06/2026 (1)			31/12/2025 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	66.073	78.471	144.544	67.635	79.293	146.928
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.747	15.747	-	15.889	15.889
Assistidos Ex-PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	50	50	-	50	50
REG/REPLAN saldado (3) (4)	5.746	47.527	53.273	5.871	49.766	55.637
REG/REPLAN não saldado (3)	649	4.926	5.575	653	5.323	5.976
REB (3)	4.817	1.306	6.123	4.903	1.327	6.230
Novo Plano (3) (4)	77.162	11.050	88.212	77.033	11.017	88.050

(1) Conforme posições de 31/03/2026.
(2) Conforme posições de 30/09/2025.
(3) Inclui participantes assistidos que recebem o benefício por meio de decisões judiciais.
(4) Existem ativos e assistidos participantes do REG/REPLAN saldado e Novo Plano concomitantemente.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação, Saúde CAIXA e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, eles são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. No

período apresentado, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, eles não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras, biométricas e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	Individual /Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos Ex-PREVHAB	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	11,26%	10,63%	11,48%	10,80%	11,46%	10,87%
Taxa real de desconto (a.a.)	8,02%	7,41%	8,23%	7,57%	8,21%	7,64%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2025	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2025	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO – 58 segregada por sexo
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Aging Factor (1)	2,92%	2,92%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

(1) Utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	11,34%	10,69%	11,29%	10,66%	11,23%	10,60%	10,55%	10,51%
Taxa real de desconto (a.a.)	8,10%	7,47%	8,05%	7,44%	7,99%	7,38%	7,86%	7,29%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	3,12%	3,12%	2,82%	2,82%
Taxa real de crescimento dos benefícios - rubricas judiciais (a.a.)	Nula	Nula	Nula	Nula	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Taxa nula	Taxa nula	Experiência FUNCEF REB 2014/2023_IV2024	Experiência FUNCEF REB 2014/2023_IV2024	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014/2023_IV2024	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014/2023_IV2024
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2025 (M&F)	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2025 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2025	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2025	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2025

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Individual / Consolidado					
Descrição	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	8,10%	8,05%	7,99%	7,86%	4,75% - REG/REPLAN saldado 4,85% - REG/REPLAN não saldado, REB e Novo Plano
Avaliação de ativos - Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos Ex-PREVHAB	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no início do período	**(12.219.006)**	**(10.527.881)**	**(1.791.097)**	**(1.762.029)**	**(63.953)**	**(62.768)**
Custo do serviço corrente	(99.676)	(85.493)	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	(619.168)	(541.724)	(91.134)	(90.922)	(3.256)	(3.170)
Ganhos/(Perdas) atuariais – experiência	208.080	(239.988)	(49.442)	(68.323)	282	5.914
Ganhos/(Perdas) atuariais – hipóteses financeiras	112.967	(420.263)	72.192	(56.014)	1.897	(1.280)
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	3.967	3.605
Benefícios pagos diretamente pela empresa	510.764	464.186	107.685	107.624	-	-
VPO no final do período	**(12.106.039)**	**(11.351.163)**	**(1.751.796)**	**(1.869.664)**	**(61.063)**	**(57.699)**

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no início do período	**(61.696.417)**	**(60.991.121)**	**(6.498.432)**	**(6.467.845)**	**(768.840)**	**(718.168)**	**(4.930.803)**	**(4.462.996)**
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	(33.173)	(36.532)
Custo de juros sobre VPO	(3.139.770)	(1.576.361)	(330.648)	(167.370)	(39.069)	(36.976)	(250.647)	(244.097)
Contribuições pagas de participantes	-	-	(19.429)	(8.401)	(5.453)	(5.859)	(8.375)	(5.374)
Ganhos/(Perdas) atuariais – experiência	180.542	178.742	345.006	66.987	31.645	(17.427)	(324.868)	55.790
Ganhos/(Perdas) atuariais – hipóteses financeiras	1.535.319	(2.687.758)	173.377	(272.749)	9.323	(56.448)	326.575	(594.560)
Benefícios pagos pelo plano	2.959.228	1.327.894	283.774	127.212	35.223	33.888	167.418	155.132
VPO no final do período	**(60.161.098)**	**(63.748.604)**	**(6.046.352)**	**(6.722.166)**	**(737.171)**	**(800.990)**	**(5.053.873)**	**(5.132.637)**

A Resolução nº 37, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	Individual / Consolidado									
	Assistidos Ex-PREVHAB		REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VJA no início do período	**63.953**	**62.768**	**55.523.281**	**50.394.845**	**6.552.452**	**6.378.705**	**923.063**	**705.413**	**2.842.691**	**1.511.044**
Receitas de juros	3.256	3.170	2.827.084	1.336.602	335.592	169.575	47.747	36.865	143.724	77.477
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(2.179)	(4.634)	(551.135)	3.307.546	(120.687)	279.493	(35.970)	399.819	(716.898)	3.185.385
Contribuições do empregador	-	-	307.253	2.656.053	27.935	6.303	5.069	5.498	59.135	65.928
Contribuições de participantes do plano	-	-	311.281	186.120	19.463	12.505	5.453	5.859	8.375	5.374
Benefícios pagos pelo plano	(3.967)	(3.605)	(2.959.228)	(1.327.895)	(283.774)	(127.212)	(35.223)	(33.888)	(167.418)	(155.131)
VJA no final do período	**61.063**	**57.699**	**55.458.536**	**56.553.271**	**6.530.981**	**6.719.369**	**910.139**	**1.119.566**	**2.169.609**	**4.690.077**

(i.7) Conciliação do ativo/passivo dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Cabe ressaltar que, para o estabelecimento da Provisão dos Benefícios Pós-emprego a ser contabilizada para os planos REG/REPLAN modalidade Saldada e Não Saldada, além de se observar o resultado das avaliações atuariais desses planos, é necessário considerar o saldo devedor atualizado da CAIXA para os planos de equacionamento de déficit vigentes na FUNCEF. Assim, caso o saldo devedor atualizado dos planos de equacionamento de déficit esteja superior ao montante de provisão estabelecido a partir da avaliação atuarial, a CAIXA realiza a complementação da Provisão pela diferença dos valores para garantir que a empresa tenha provisionado recursos suficientes para cumprimento de suas obrigações com aqueles planos. Complementos realizados em dezembro de 2025 para o REG/REPLAN Saldado R$ 3.429.432 e Não Saldado R$ 366.554.

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos Ex-PREVHAB	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no final do período	(12.106.039)	(11.351.163)	(1.751.796)	(1.869.664)	(61.063)	(57.699)
VJA no final do período	-	-	-	-	61.063	57.699
Ativo/(passivo) líquido	**(12.106.039)**	**(11.351.163)**	**(1.751.796)**	**(1.869.664)**	**-**	**-**

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no final do período	(60.161.098)	(63.748.604)	(6.046.352)	(6.722.166)	(737.171)	(800.990)	(5.053.873)	(5.132.637)
VJA no final do período	55.458.536	56.553.271	6.530.981	6.719.369	910.139	1.119.566	2.169.609	4.690.077
Superávit/(déficit) do plano	**(4.702.562)**	**(7.195.333)**	**484.629**	**(2.797)**	**172.968**	**318.576**	**(2.884.264)**	**(442.560)**
Efeito do limite de ativo	-	-	(484.629)	-	(172.968)	(318.576)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuaria (*risk sharing*)	2.351.281	3.597.666	-	1.398	-	-	1.442.132	221.280
Ativo/(passivo) líquido	**(2.351.281)**	**(3.597.667)**	**-**	**(1.399)**	**-**	**-**	**(1.442.132)**	**(221.280)**

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	Individual / Consolidado						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta -alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2027	1.187.008	210.793	8.028	6.126.177	569.768	65.510	358.630
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2028	1.075.373	188.677	7.189	5.591.962	525.217	60.932	341.614
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2029	973.324	168.592	6.404	5.098.681	483.389	56.605	325.136
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2030	892.336	150.367	5.675	4.643.005	444.267	52.456	309.372
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2031 ou posterior	7.977.998	1.033.367	33.767	38.701.273	4.023.711	501.668	3.719.121
Total	**12.106.039**	**1.751.796**	**61.063**	**60.161.098**	**6.046.352**	**737.171**	**5.053.873**
***Duration* do passivo atuarial na data-base de 30/06/2026**	**8,49 anos**	**6,49 anos**	**6,72 anos**	**7,72 anos**	**8,22 anos**	**8,90 anos**	**10,55 anos**

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		REG/REPLAN Saldado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente	(99.676)	(85.493)	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(619.168)	(270.862)	(91.134)	(45.461)	(3.139.770)	(788.181)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	2.827.084	668.301
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(718.844)**	**(356.355)**	**(91.134)**	**(45.461)**	**(312.686)**	**(119.880)**

Descrição	Individual / Consolidado					
	REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	(33.173)	(36.532)
Custo dos juros sobre VPO	(330.648)	(83.685)	(39.069)	(18.488)	(250.647)	(122.049)
Receita de juros sobre o ativo	335.592	84.788	47.747	18.433	143.724	38.739
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**4.944**	**1.103**	**8.678**	**(55)**	**(140.096)**	**(119.842)**

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Individual / Consolidado									
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**(1.461.547)**	**(739.292)**	**(731.110)**	**(696.129)**	**(6.462.364)**	**(5.781.637)**	**(3.370)**	**(67)**	**(436.380)**	**(694.079)**
Ajustes de avaliação patrimonial	321.047	(1.361.825)	22.750	(63.602)	(57.418)	(1.237.685)	(5.069)	(6.005)	(370.577)	468.544
Efeitos fiscais	(171.219)	639.570	(10.237)	28.621	25.838	556.958	2.281	2.702	166.759	(210.845)
Saldo final	**(1.311.719)**	**(1.461.547)**	**(718.597)**	**(731.110)**	**(6.493.944)**	**(6.462.364)**	**(6.158)**	**(3.370)**	**(640.198)**	**(436.380)**

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Renda fixa	47.194.247	47.227.386	5.680.744	5.687.450	734.434	726.156	1.730.588	2.185.903
Renda variável	1.633.280	1.501.826	178.843	167.280	63.100	76.802	156.230	266.548
Investimentos estruturados	215.514	269.861	31.691	44.900	2.310	3.080	3.676	6.522
Investimentos imobiliários	4.721.351	4.807.798	519.365	531.451	52.363	55.191	87.027	120.741
Operações com participantes	1.604.384	1.628.788	111.329	112.275	30.018	31.322	99.645	129.666
Investimentos no exterior	-	-	-	-	25.945	28.468	91.849	132.495
Outros realizáveis	89.761	87.622	9.009	9.096	1.969	2.045	593	816
Total	**55.458.537**	**55.523.281**	**6.530.981**	**6.552.452**	**910.139**	**923.064**	**2.169.608**	**2.842.691**

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis - Locados à CAIXA	75.227	119.116	8056	12.756	996	1.578	877	1.389
Total	**75.227**	**119.116**	**8.056**	**12.756**	**996**	**1.578**	**877**	**1.389**

(i.13) (Despesas)/Receitas e pagamentos esperados para o próximo semestre

Descrição	Individual / Consolidado					
	(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026
Custo do serviço corrente	(99.950)	-	-	-	-	(35.033)
Custo de juros sobre o VPO	(648.190)	(97.502)	(3.238.314)	(325.278)	(39.552)	(270.436)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	3.003.189	354.688	49.805	113.465
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	(29.410)	(10.253)	-
Juros sobre o efeito do *Risk Sharing*	-	-	117.563	-	-	78.485
Total de custo a reconhecer no próximo período	**(748.140)**	**(97.502)**	**(117.562)**	**-**	**-**	**(113.519)**

Descrição	Individual / Consolidado					
	Pagamentos esperados - CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026	31/12/2026
Pagamento esperado de benefícios	593.504	105.397	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	3.826	4.819	54.905
Contribuições de equacionamento	-	-	270.934	14.232	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**593.504**	**105.397**	**270.934**	**18.058**	**4.819**	**54.905**

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Individual / Consolidado						
Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		*Aging Factor*	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	636.465	659.665	649.165	647.117	648.190	636.465
Valor presente da obrigação	11.897.794	12.309.842	11.865.588	12.355.945	12.106.039	11.897.794
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	97.867	102.688	100.968	99.599	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	1.709.475	1.793.487	1.724.911	1.779.497	Não aplicável	Não aplicável
Ex-PREVHAB						
Custo de juros	3.176	3.359	3.292	3.242	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	59.462	62.660	60.227	61.922	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	3.186.485	3.289.284	3.251.763	3.224.217	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	59.247.260	61.059.815	59.125.559	61.233.080	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	321.828	328.695	326.281	324.213	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	5.985.238	6.106.878	5.935.265	6.161.507	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	39.211	39.909	39.418	39.691	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	731.104	743.524	719.048	756.239	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	269.747	271.248	267.507	273.532	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	5.041.463	5.068.510	4.891.724	5.226.820	Não aplicável	Não aplicável

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Individual / Consolidado		
Descrição	2026	2025
	1º semestre	1º semestre
REB	30.240	28.576
Novo Plano	761.529	693.116
Total	**791.769**	**721.692**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Individual / Consolidado		
Descrição	2026	2025
	1º semestre	1º semestre
Causas judiciais	271	255
Total	**271**	**255**

Nota 19 – Outros passivos

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Credores por recursos a liberar	14.803.745	12.489.194	14.803.745	12.489.194
Credores diversos - país	8.135.937	7.852.664	8.721.855	8.434.813
Provisão para pagamentos a efetuar	4.895.262	4.176.981	5.152.030	4.556.064
Relações interfinanceiras e interdependências (1)	2.064.476	1.163.514	19.256.579	18.591.772
Sociais e estatutárias	1.093.581	1.749.642	1.308.116	1.959.642
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.064.433	350.124	1.064.433	350.124
Obrigações por convênios oficiais - INSS	615.817	548.388	615.817	548.388
Obrigações por prestação de serviços de pagamentos	504.278	497.968	504.278	497.968
Valores a pagar a sociedades ligadas	171.135	264.228	294.764	308.626
Outras obrigações diversas	217.845	217.355	217.845	217.359
Total	**33.566.509**	**29.310.058**	**51.939.462**	**47.953.950**

(1) Variação entre individual e consolidado decorre dos fluxos temporários de liquidação das operações de cartões do conglomerado.

Nota 20 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio líquido – Individual x Consolidado

Discriminação	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido – Individual	**118.367.792**	**111.795.824**
IHCD – Elegíveis a capital (1)	34.808.330	35.101.258
Participação dos não controladores	2.812.011	2.775.290
Patrimônio líquido – Consolidado	**155.988.133**	**149.672.372**

(1) Composto por principal autorizado (IHCD) e sua atualização monetária que são reclassificados para o patrimônio líquido (Nota 15.3 (d)).

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas

operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de 80% do capital social.

Individual / Consolidado		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de reavaliação	**190.775**	**194.005**
Reservas de lucros	**7.565.371**	**14.865.371**
Reserva legal	7.517.544	7.517.544
Reserva estatutária – loterias	-	1.386.823
Reserva estatutária – margem operacional	47.827	5.961.004

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o posicionamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Nota 21 – Receitas e despesas de juros e similares

(a) Receitas de Juros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado	**10.224.102**	**7.830.060**	**10.517.796**	**7.953.770**
Títulos e valores mobiliários	10.224.102	7.830.060	10.517.617	7.953.770
Outros ativos financeiros	-	-	179	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**34.521.483**	**27.888.753**	**34.455.032**	**27.816.237**
Títulos e valores mobiliários	19.395.742	12.445.499	19.329.291	12.372.983
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.125.741	15.443.254	15.125.741	15.443.254
Ao custo amortizado	**88.583.164**	**79.613.069**	**88.677.867**	**79.682.046**
Títulos e valores mobiliários	**170.413**	**146.100**	**170.413**	**146.100**
Carteira de crédito (1)	**81.112.921**	**72.094.600**	**81.207.624**	**72.163.577**
Financiamentos imobiliários	45.695.489	39.428.024	45.695.489	39.428.024
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	25.454.851	23.580.461	25.549.553	23.649.438
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	6.776.116	5.872.273	6.776.116	5.872.273
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.211.289	3.272.623	3.211.289	3.272.623
Resultado com outros créditos	(24.824)	(58.781)	(24.823)	(58.781)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**190.290**	**313.470**	**190.290**	**313.470**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	190.290	313.470	190.290	313.470
Depósitos do banco central	**5.940.123**	**5.893.328**	**5.940.123**	**5.893.328**
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.812.837	2.283.890	2.812.837	2.283.890
Depósitos de poupança	2.327.141	2.930.532	2.327.141	2.930.532
Depósitos voluntários	800.145	678.906	800.145	678.906
Outros ativos financeiros	**1.169.417**	**1.165.571**	**1.169.417**	**1.165.571**
Resultado com outros ativos financeiros	1.169.417	1.165.571	1.169.417	1.165.571
Total	**133.328.749**	**115.331.882**	**133.650.695**	**115.452.053**

(1) Inclui recuperação de prejuízos no montante de R$ 2.400.487 (1º semestre de 2025 - R$3.171.040).

(b) Despesas de Juros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Ao custo amortizado	(96.636.603)	(83.548.774)	(95.771.377)	(82.399.260)
Recursos de clientes	(38.527.270)	(33.892.223)	(38.527.270)	(33.892.223)
Depósitos de poupança	(14.867.958)	(13.954.602)	(14.867.958)	(13.954.602)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(14.150.779)	(11.407.722)	(14.150.779)	(11.407.722)
Depósitos judiciais	(5.775.554)	(4.970.975)	(5.775.554)	(4.970.975)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(3.171.693)	(3.057.431)	(3.171.693)	(3.057.431)
Outras captações	(561.286)	(501.493)	(561.286)	(501.493)
Recursos de instituições financeiras e outras	(36.806.026)	(33.722.551)	(36.722.942)	(33.638.125)
Empréstimos e repasses	(20.972.260)	(18.444.780)	(20.972.260)	(18.408.076)
Captações no mercado aberto	(15.507.345)	(15.127.519)	(15.424.261)	(15.079.797)
Depósitos interfinanceiros	(326.421)	(150.252)	(326.421)	(150.252)
Recursos de emissões de títulos de valores mobiliários	(21.303.307)	(15.934.000)	(20.521.165)	(14.868.912)
Recursos de emissões de letras e captação externa	(20.473.641)	(14.833.187)	(20.473.641)	(14.833.187)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(829.666)	(1.100.813)	(47.524)	(35.725)
Total	(96.636.603)	(83.548.774)	(95.771.377)	(82.399.260)
Resultado líquido de juros	36.692.146	31.783.108	37.879.318	33.052.793

Nota 22 – Ganhos e perdas com o valor justo de instrumentos financeiros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado	(674.653)	2.599.080	(686.060)	2.599.473
Títulos públicos federais brasileiros	(664.608)	2.553.142	(676.015)	2.553.486
Títulos privados de instituições financeiras	130	2.741	130	2.741
Títulos privados de entidades não financeiras	(58.225)	69.384	(58.225)	69.384
Cotas de fundo de investimento	10.535	299	10.535	348
Ações	(58.673)	2.954	(58.673)	2.954
Outros ativos financeiros (*Royalties*)	96.188	(29.440)	96.188	(29.440)
Total	(674.653)	2.599.080	(686.060)	2.599.473

Nota 23 – Ganhos e perdas com a negociação de instrumentos financeiros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado	(998.004)	(537.366)	(998.192)	(537.879)
Títulos públicos federais brasileiros	(963.410)	(537.366)	(963.598)	(537.879)
Títulos privados de entidades não financeiras	(238)	-	(238)	-
Ações	(34.356)	-	(34.356)	-
Ao valor justo por meio do resultado abrangente	212.088	144.808	212.088	144.808
Títulos públicos federais brasileiros	209.076	144.884	209.076	144.884
Títulos privados de entidades não financeiras	3.012	(76)	3.012	(76)
Ao custo amortizado	(7)	-	(7)	-
Financiamentos imobiliários (Cessão)	(7)	-	(7)	-
Total	(785.923)	(392.558)	(786.111)	(393.071)

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Serviços de Governo	4.822.494	4.633.409	6.016.069	4.864.619
Administração e fomento de entidades e programas	3.608.778	3.584.765	4.802.353	3.815.975
FGTS	1.916.147	1.701.110	1.916.147	1.701.110
Programa saneamento	258.734	209.090	258.734	209.090
Loterias	274.699	1.105.689	1.468.274	1.336.899
Minha Casa Minha Vida	245.172	115.095	245.172	115.095
FIES	218.201	216.100	218.201	216.100
Outras entidades e programas (1)	695.825	237.681	695.825	237.681
Transferência de Benefícios	980.162	815.213	980.162	815.213
Garantias prestadas - Agente operador	233.554	233.431	233.554	233.431
Conta corrente e tarifas bancárias	1.906.551	2.174.207	1.906.425	2.174.104
Operações de crédito	1.170.382	1.085.124	1.170.382	1.085.124
Convênio e cobrança	926.983	993.865	926.983	993.865
Seguros	527.008	382.420	1.451.776	1.259.231
Fundos de investimento	269.651	222.286	1.348.499	1.121.256
Cartões de débito e crédito	65.179	759.401	1.808.396	1.580.936
Outros	335.459	212.416	299.901	162.327
Total	10.023.707	10.463.128	14.928.431	13.241.462

(1) O saldo inclui R$ 488.682 (1º semestre de 2025: R$ 81.943), referentes a rendas de taxas de administração do FCVS.

Nota 25 – Despesas com pessoal

(a) Remuneração de empregados

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Salários	(9.254.739)	(8.647.036)	(9.390.010)	(8.747.350)
Benefícios	(2.124.931)	(2.019.501)	(2.186.202)	(2.075.621)
Indenizações trabalhistas	(173.110)	(229.070)	(173.110)	(229.070)
Outros	(64.437)	(51.841)	(77.185)	(62.979)
Encargos sociais	(3.905.835)	(3.607.890)	(3.967.142)	(3.653.915)
Previdência social	(2.184.897)	(2.035.736)	(2.219.274)	(2.061.644)
FGTS	(726.456)	(676.836)	(737.673)	(685.269)
Previdência complementar	(766.198)	(683.822)	(778.538)	(693.445)
Outros encargos	(228.284)	(211.496)	(231.657)	(213.557)
Total	(15.523.052)	(14.555.338)	(15.793.649)	(14.768.935)

(b) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	Individual	
	2026	2025
	1º semestre	1º semestre
Maior salário	82.045	76.631
Salário médio	16.182	15.012
Menor salário	4.161	3.937
Benefícios	4.269	4.383

(1) No 1º semestre de 2026 foram contratados 311 empregados (1º semestre de 2025 - 627 empregados).

Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Processamento de dados	(1.030.767)	(1.135.440)	(1.043.106)	(1.148.904)
Amortização/*Impairment*	(828.232)	(659.544)	(831.232)	(662.547)
Depreciação/*Impairment*	(769.104)	(484.988)	(770.184)	(485.036)
Manutenção e conservação de bens	(614.454)	(609.892)	(614.526)	(609.892)
Serviços de terceiros	(587.429)	(559.447)	(587.429)	(559.461)
Aluguéis e arrendamento de bens	(585.563)	(863.206)	(585.563)	(865.069)
Serviços de vigilância e segurança	(520.858)	(497.176)	(520.858)	(497.176)
Serviços especializados	(493.009)	(414.398)	(529.634)	(451.790)
Serviços de transporte	(398.635)	(389.759)	(398.635)	(389.759)
Água e energia	(263.351)	(273.453)	(263.351)	(273.453)
Serviços do sistema financeiro	(256.851)	(231.144)	(259.796)	(231.762)
Comunicações	(197.662)	(268.575)	(197.678)	(268.588)
Propaganda e publicidade	(152.060)	(115.655)	(153.423)	(117.189)
Promoções e relações públicas	(108.413)	(102.393)	(108.413)	(102.419)
Despesas de viagens	(43.295)	(39.498)	(43.904)	(39.910)
Outras	(244.280)	(186.145)	(251.209)	(189.566)
Total	**(7.093.963)**	**(6.830.713)**	**(7.158.941)**	**(6.892.521)**

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
COFINS	(1.567.653)	(1.394.830)	(1.913.412)	(1.623.474)
ISS	(366.747)	(335.263)	(520.721)	(438.067)
PIS/PASEP	(254.847)	(226.699)	(326.737)	(274.007)
IPTU	(92.630)	(88.556)	(92.630)	(88.556)
Outras	(29.965)	(40.497)	(66.345)	(48.953)
Total	**(2.311.842)**	**(2.085.845)**	**(2.919.845)**	**(2.473.057)**

Nota 28 – Outras receitas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Variação cambial (1)	4.650.521	414.057	4.650.521	414.057
Comissões e taxas – agente financeiro FGTS	1.080.211	1.197.669	1.080.211	1.197.669
Recuperação de despesas	1.012.618	1.070.589	930.112	1.032.682
Atualização monetária sobre operações diversas	898.626	844.612	872.559	830.430
Direito de uso – rede CAIXA	209.271	194.831	209.271	194.831
Recuperação de perdas operacionais	102.866	156.256	114.974	156.291
Avaliação atuarial extraordinária (2)	-	900.784	-	900.784
Ganhos na alienação de investimentos (3)	-	841.114	-	841.114
Cartão de crédito	-	61.937	30.950	146.179
Outras	271.096	274.365	355.493	419.905
Total	**8.225.209**	**5.956.214**	**8.244.091**	**6.133.942**

(1) Receitas decorrentes de ajustes de variação cambial de ativos e passivos.
(2) Em março de 2025 foi realizada avaliação atuarial extraordinária, em função das alterações regulamentares do Plano REG/REPLAN ocorridas em fevereiro de 2025 que resultou em reversão de despesa referente a custo do serviço passado, no montante de R$ 900.784.
(3) Receita decorrente da alienação de participação na Caixa Seguridade realizada em oferta pública secundária de ações.

Nota 29 – Outras despesas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Variação cambial (1)	(4.379.995)	(417.735)	(4.379.995)	(418.231)
Lotéricos e parceiros comerciais	(1.420.004)	(1.505.523)	(1.420.004)	(1.505.523)
Atualização monetária sobre fundos e programas e operações diversas (2)	(1.395.618)	(727.457)	(1.396.895)	(728.431)
Benefício pós-emprego	(920.105)	(1.003.873)	(920.105)	(1.003.873)
Descontos concedidos	(842.137)	(351.174)	(854.691)	(378.091)
Financiamentos imobiliários	(807.611)	(532.461)	(807.611)	(532.461)
Perdas de risco operacional	(713.253)	(1.276.013)	(796.304)	(1.398.436)
Imóveis adjudicados/arrematados	(671.876)	(627.877)	(671.876)	(627.877)
Alavancagem de negócios	(532.132)	(474.432)	(532.132)	(474.432)
Obrigações com fundos e programas	(513.037)	(497.741)	(513.037)	(612.486)
Serviços automatizados	(363.897)	(294.649)	(363.897)	(294.649)
Passivo de arrendamento	(254.301)	(29.708)	(255.040)	(29.742)
Loterias	(155.118)	(118.492)	(192.612)	(154.140)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(149.420)	(183.298)	(149.420)	(183.298)
Cartão de débito e crédito	(88.174)	(548.816)	(1.213.637)	(809.104)
Outras	(809.643)	(565.912)	(840.638)	(451.694)
Total	**(14.016.321)**	**(9.155.161)**	**(15.307.894)**	**(9.602.468)**

(1) Despesas decorrentes de variação cambial de ativos e passivos.
(2) O saldo inclui R$ 1.155.801 (1º semestre de 2025: R$ 490.987), referente à atualização monetária do FCVS e dos recursos disponíveis para pagamento de benefícios sociais.

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Contingências Judiciais	(2.481.660)	(2.394.843)	(2.481.660)	(2.394.843)
Trabalhistas	(1.670.767)	(1.600.774)	(1.670.767)	(1.600.774)
Cíveis	(773.214)	(749.361)	(773.214)	(749.361)
Fiscais	(37.679)	(44.708)	(37.679)	(44.708)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	(176.008)	(210.943)	(176.008)	(210.943)
Pré-pagamento – FGTS	79.609	913.910	79.609	913.910
Taxa Performance das carteiras adquiridas	30.738	(25.275)	30.738	(25.275)
Outras	(35.455)	(112.493)	180.459	(193.102)
Total	(2.582.776)	(1.829.644)	(2.366.862)	(1.910.253)

Nota 31 – Resultado não operacional

Descrição	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Resultado na alienação e baixa de investimentos e ativos não financeiros mantidos para venda	198.042	350.501	198.042	350.501
Constituição/reversão de provisões	(51.519)	(43.720)	(51.520)	(43.720)
Ganhos e perdas de capital	(15.446)	(18.226)	(15.446)	(18.226)
Outros (1)	(253.639)	(375.301)	(253.635)	(375.301)
Total	(122.562)	(86.746)	(122.559)	(86.746)

(1) Inclui despesas relativas à manutenção, avaliação ou distrato de ativos mantidos para venda (AMV), no montante de (R$ 289.847) (1º semestre de 2025 – R$ 430.319).

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

(b) Controladas

Em consonância com sua estratégia, a CAIXA realiza negócios através de suas subsidiárias Caixa Seguridade, Caixa Cartões, Caixa Loterias e Caixa Asset.

(c) Controladas em conjunto

São controladas em conjunto as entidades nas quais a CAIXA participa indiretamente, por meio de suas controladas Caixa Seguridade e Caixa Cartões.

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA, a Núclea, TecBan e Quod, bem como as empresas pré-operacionais Caixa Imóveis e Negócios Digitais.

Por meio da Caixa Seguridade, é coligada a CNP Seguros *Holding* Brasil S.A., constituída para viabilizar a participação nas empresas do Grupo CNP Seguros, assim como a companhia *Holding* XS1, que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a Caixa Seguridade, incluindo suas investidas.

(e) Pessoal-chave da Administração

Composto pelos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos demais órgãos estatutários da CAIXA e Subsidiárias.

(f) Outras entidades

Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal, tais como Petrobrás, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Correios e Emgea, dentre outras, além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como FGTS, FAR, FCVS, FIES.

A FUNCEF, entidade que administra o plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade daquela entidade.

Descrição	Individual											
	30/06/2026						31/12/2025[1]					
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades
Ativo	**722.344.087**	**1.731.417**	**435.256**	**1.578.599**	**41.646**	**45.396.775**	**567.134.100**	**2.697.541**	**760.031**	**1.840.601**	**34.685**	**32.848.479**
Disponibilidades	-	-	-	1.531.400	-	-	-	-	-	1.838.408	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	236.164.022	-	-	-	-	3.499.984	139.411.682	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	248.943.409	851.226	-	-	-	2.143	287.354.761	1.391.087	-	-	-	4.775
Rendas a receber	730.729	840.320	71.171	47.199	-	511.265	638.719	1.270.901	85.788	2.193	-	288.863
Operações de crédito	236.164.022	-	-	-	37.729	13.979.073	139.411.682	-	-	-	31.165	9.815.311
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	-	(392)	(279.021)	-	-	-	-	(410)	(396.159)
Outros ativos financeiros	341.907	39.871	364.086	-	4.450	36.734.165	317.261	35.553	674.245	-	3.974	32.010.573
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	(2)	-	(1)	-	(141)	(9.050.834)	(5)	-	(2)	-	(44)	(8.874.884)
Passivo	**112.549.925**	**804.750**	**55.775**	**544**	**55.927**	**865.953.172**	**148.253.065**	**621.781**	**79.914**	**555**	**53.523**	**742.418.716**
Recursos de clientes	7.284.070	395.162	37.070	544	55.927	28.307.899	3.162.790	457	60.113	555	53.523	31.104.150
Recursos de instituições financeiras e outras	2.411.280	379.311	-	-	-	797.866.224	2.191.055	584.139	-	-	-	701.320.446
Recursos para destinação específica	102.471.915	30.277	-	-	-	37.506.027	142.675.615	37.185	-	-	-	7.823.047
Obrigações diversas	187.665	-	18.705	-	-	2.138.610	136.805	-	19.801	-	-	1.983.739
Outros passivos financeiros	194.995	-	-	-	-	134.412	86.800	-	-	-	-	187.334
Garantias	-	-	-	-	**66.290**	**60.726.999**	-	-	-	-	**58.306**	**61.760.488**
Recebidas	-	-	-	-	66.290	12.052.982	-	-	-	-	58.306	12.498.568
Prestadas	-	-	-	-	-	48.674.017	-	-	-	-	-	49.261.920

(1) Saldos comparativos reprocessados em Títulos e valores mobiliários (R$ 287.354.761), Operações de crédito (R$ 139.411.682), Outros ativos financeiros (R$ 32.010.573), Recursos de instituições financeiras e outras (R$ 701.320.446) e Recursos para destinação específica (R$ 142.675.615 e R$ 7.823.047).

Descrição	Consolidado									
	30/06/2026					31/12/2025[1]				
	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades
Ativo	**725.110.683**	**435.256**	**1.578.952**	**41.646**	**45.523.023**	**570.275.116**	**760.031**	**1.840.623**	**34.685**	**32.958.065**
Disponibilidades	-	-	1.531.400	-	-	-	-	1.838.408	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	236.164.022	-	-	-	3.499.984	139.411.682	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	251.710.005	-	-	-	16.648	290.495.777	-	-	-	10.126
Rendas a receber	730.729	71.171	47.552	-	623.008	638.719	85.788	2.215	-	393.098
Operações de crédito	236.164.022	-	-	37.729	13.979.073	139.411.682	-	-	31.165	9.815.311
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	(392)	(279.021)	-	-	-	(410)	(396.159)
Outros ativos financeiros	341.907	364.086	-	4.450	36.734.165	317.261	674.245	-	3.974	32.010.573
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	(2)	(1)	-	(141)	(9.050.834)	(5)	(2)	-	(44)	(8.874.884)
Passivo	**112.549.925**	**55.775**	**1.134**	**55.927**	**865.953.172**	**148.253.065**	**79.914**	**555**	**53.523**	**742.418.716**
Recursos de clientes	7.284.070	37.070	544	55.927	28.307.899	3.162.790	60.113	555	53.523	31.104.150
Recursos de instituições financeiras e outras	2.411.280	-	-	-	797.866.224	2.191.055	-	-	-	701.320.446
Recursos para destinação específica	102.471.915	-	-	-	37.506.027	142.675.615	-	-	-	7.823.047
Obrigações diversas	187.665	18.705	590	-	2.138.610	136.805	19.801	-	-	1.983.739
Outros passivos financeiros	194.995	-	-	-	134.412	86.800	-	-	-	187.334
Garantias	-	-	-	**66.290**	**60.726.999**	-	-	-	**58.306**	**61.760.488**
Recebidas	-	-	-	66.290	12.052.982	-	-	-	58.306	12.498.568
Prestadas	-	-	-	-	48.674.017	-	-	-	-	49.261.920

(1) Saldos comparativos reprocessados em Títulos e valores mobiliários (R$ 290.495.777), Operações de crédito (R$ 139.411.682), Outros ativos financeiros (R$ 32.010.573), Recursos de instituições financeiras e outras (R$ 701.320.446) e Recursos para destinação específica (R$ 142.675.615 e R$ 7.823.047).

Descrição	Individual									
	2026					2025				
	1º semestre					1º semestre				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades
Receitas	**1.935.877**	**14.258**	**-**	**42.248**	**52.568.622**	**5.090.390**	**534.685**	**4.206**	**579.593**	**48.051.155**
Rendas de prestação de serviços	1.064.705	-	-	39.681	3.684.601	3.868.011	-	6	560.429	41.415.745
Rendas de operações de crédito	87.596	-	-	-	44.989.884	-	400.676	-	-	504.655
Resultado de títulos e valores mobiliários	244.591	-	-	-	-	687.942	2.469	-	-	207.878
Outras receitas operacionais	538.985	14.258	-	2.567	3.894.137	534.437	131.540	4.200	17.514	5.922.877
Outras receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	1.650	-
Despesas	**(5.077.953)**	**(2)**	**(108.056)**	**(289.645)**	**(5.303.177)**	**(4.575.029)**	**-**	**(20.445)**	**(195.246)**	**(23.431.013)**
Despesas operacionais	(2.784.473)	-	(7.245)	-	(2.777.419)	(3.625.948)	-	(8.084)	(162.583)	(685.280)
Outras despesas operacionais	(2.293.480)	(2)	(100.811)	(289.645)	(2.525.758)	(949.081)	-	(12.361)	(32.663)	(22.745.733)

Descrição	Consolidado							
	2026				2025			
	1º semestre				1º semestre			
	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades
Receitas	**2.010.006**	**-**	**163.718**	**52.568.622**	**5.161.336**	**4.206**	**703.246**	**48.051.155**
Rendas de prestação de serviços	1.064.705	-	83.249	3.684.601	3.868.011	6	684.082	41.415.745
Rendas de operações de crédito	87.596	-	-	44.989.884	-	-	-	504.655
Resultado de títulos e valores mobiliários	318.720	-	-	-	687.942	-	-	207.878
Outras receitas operacionais	538.985	-	80.469	3.894.137	605.383	4.200	17.514	5.922.877
Outras receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	1.650	-
Despesas	**(5.077.969)**	**(108.056)**	**(565.697)**	**(5.312.791)**	**(4.575.029)**	**(20.445)**	**(195.246)**	**(23.440.845)**
Despesas operacionais	(2.784.489)	(7.245)	(276.052)	(2.787.033)	(3.625.948)	(8.084)	(162.583)	(695.112)
Outras despesas operacionais	(2.293.480)	(100.811)	(289.645)	(2.525.758)	(949.081)	(12.361)	(32.663)	(22.745.733)

(g) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global do Pessoal-chave da administração é submetido anualmente pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

As despesas com remuneração e benefícios ao Pessoal-chave estão demonstradas no quadro abaixo, por colegiado:

Descrição	Individual	
	2026	2025
	1º semestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	**46.113**	**43.548**
Proventos	**16.285**	**13.616**
Diretoria Executiva	13.894	11.503
Conselho de Administração	195	201
Conselho Fiscal	110	112
Comitê de Auditoria	1.144	989
Comitê Independente de Risco	875	754
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	67	57
Remuneração variável	**17.833**	**18.728**
Diretoria Executiva	17.833	18.728
Benefícios	**1.444**	**1.263**
Diretoria Executiva	1.444	1.263
Treinamento	**198**	**100**
Encargos sociais	**10.353**	**9.841**
Benefícios pós-emprego	**839**	**1.185**
Previdência complementar	839	1.185

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da Diretoria.

No item previdência complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e Pessoal-chave da Administração.

(h) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	30/06/2026			30/06/2025		
	Maior valor	Valor médio	Menor valor	Maior valor	Valor médio	Menor valor
Diretoria Executiva	164.702	148.939	145.110	132.564	124.753	113.773
Conselhos de Administração e Fiscal	6.616	6.616	6.616	6.377	5.740	5.102

(1) Remuneração mensal, computadas as vantagens e os benefícios.

Nota 33 – Gestão de riscos e de capital

Na CAIXA, o Gerenciamento de Riscos e de Capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O Gerenciamento de Riscos e de Capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Independente de Riscos e Capital que abrange as empresas do Conglomerado financeiro CAIXA, bem como seu relacionamento com os demais órgãos da Empresa, observadas as disposições do Estatuto CAIXA, da legislação e das normas em vigor.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR é responsável por propor a Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital CAIXA, os Limites de Capital e de Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao Gerenciamento de Riscos e de Capital do Conglomerado.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital CAIXA, os modelos de Risco de Crédito, Mercado/Liquidez e Operacional utilizados no processo de Gerenciamento de Riscos da Instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de se manterem aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

(a) Gerenciamento de riscos

O Conglomerado CAIXA reconhece que a assunção e o Gerenciamento de Riscos é parte integrante e fundamental para geração e proteção de valor da Empresa e para a consolidação da imagem da CAIXA como Banco Público sólido, integrado, rentável, eficiente e socialmente responsável.

Para isso, a CAIXA adota diretrizes para a gestão dos Riscos de Crédito, de Recuperação de Crédito, de Mercado, de Risco da variação das taxas de juros das operações da carteira bancária (IRRBB), de Liquidez, Operacional, Social, Ambiental e Climático, à Integridade, Reputação, Estratégia, Atuarial, Contágio, Terceiros, Modelo e demais riscos considerados relevantes. O objetivo é manter as exposições em níveis compatíveis com apetite definido pela Administração, preservando a solvência, liquidez e sustentabilidade institucional.

São mantidas estruturas de Gerenciamento de Risco compatíveis com a natureza das operações, a complexidade e o volume de suas operações, produtos, serviços, atividades e processos. Tais estruturas são compostas por sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital está disponível no sítio: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/.

(b) Gerenciamento de capital

A avaliação da suficiência de Capital considera o Plano Estratégico, a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e os Riscos aos quais a Instituição está exposta. Esse processo é formalizado por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e do Plano de Capital.

Os limites mínimos de Capital e as regras de distribuição de resultados são estabelecidos em documentos específicos, como a RAS, aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração, e normas internas, garantindo aderência ao planejamento de Capital da Instituição.

A CAIXA adota limites prudenciais para assegurar a solidez de sua estrutura de Capital. A alocação do capital leva em conta fatores estratégicos, negociais e a relação risco retorno. O planejamento de Capital consolida as medidas necessárias ao cumprimento das regras de distribuição de resultados e ao reforço da resiliência da estrutura de Capital, sendo submetido regularmente à deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital está disponível no sítio: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/.

(c) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM mensurados ao valor justo pelos níveis I – valor cotado em mercado ativo – nível II – valor cotado por meio de dados observáveis de mercado – e nível III – dados não-observáveis de mercado – conforme CPC 046/2012.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo, valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício:

(i) o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (*hedge*), com a utilização de instrumentos derivativos, é alta;

(ii) não foram aplicados choques ao *spread* de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; e

(iii) os instrumentos que são objeto de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e seus respectivos instrumentos de *hedge* não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que, de certa forma, estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos financeiros ao custo amortizado da carteira TVM, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancários, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros, têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA, em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na

Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2018, e, portanto, não fazem parte do presente exercício.

As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no sítio da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;

Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2026 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

30/06/2026							
Fator de risco	Cenário I - MtM R$ mil	Choque de alta nas taxas de juros			Choque de baixa nas taxas de juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil
CDI	77.510.424	(2.117.575)	(5.136.353)	(9.782.258)	2.206.986	5.696.029	12.033.278
Pré	9.490.828	(112.123)	(275.580)	(535.884)	114.712	291.759	600.560
Cupom IPCA	2.171.206	(95.284)	(219.710)	(389.587)	107.408	296.846	718.653
Cupom TR	1.483.265	(62.458)	(147.674)	(270.374)	67.515	179.442	399.750
Cupom SELIC	356.263.807	(334.368)	(668.276)	(1.001.724)	334.828	670.118	1.005.870
Cupom IGPM	11.446	(362)	(874)	(1.652)	379	984	2.096
Taxa de exposição	446.930.976	(2.722.170)	(6.448.467)	(11.981.479)	2.831.828	7.135.178	14.760.207
Variação %		-0,61%	-1,44%	-2,68%	0,63%	1,60%	3,30%

31/12/2025							
Fator de risco	Cenário I - MtM R$ mil	Choque de alta nas taxas de juros			Choque de baixa nas taxas de juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil
CDI	78.926.902	(2.312.136)	(5.596.571)	(10.623.458)	2.416.780	6.251.712	13.259.992
Pré	11.453.803	(106.927)	(261.462)	(504.401)	110.198	281.923	586.470
Cupom IPCA	2.117.271	(102.477)	(236.005)	(417.687)	115.726	320.321	777.777
Cupom TR	1.635.688	(67.266)	(158.737)	(289.804)	72.920	194.266	434.704
Cupom SELIC	371.014.921	(400.937)	(801.280)	(1.201.030)	401.532	803.661	1.206.387
Cupom IGPM	11.239	(384)	(925)	(1.742)	404	1.052	2.252
Taxa de exposição	465.159.824	(2.990.127)	(7.054.980)	(13.038.122)	3.117.560	7.852.935	16.267.582
Variação %		-0,64%	-1,52%	-2,80%	0,67%	1,69%	3,50%

(d) Cálculo da exigência de capital regulamentar

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência – PR	**159.558.823**	**157.389.708**
Nível I	**145.956.300**	**144.451.411**
Capital Principal – CP	**138.593.759**	**137.088.871**
Patrimônio líquido prudencial (1)	154.697.621	149.567.175
Ajustes prudenciais (c.1)	(16.103.862)	(12.478.304)
Capital Complementar – CC	**7.362.541**	**7.362.541**
Nível II (2)	**13.602.523**	**12.938.297**
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**1.032.455.737**	**960.072.334**
Risco de crédito – RWACPAD	861.510.615	827.493.440
Risco de mercado – RWAMPAD	8.172.898	8.881.416
Risco operacional – RWAOPAD	162.772.224	123.697.478
Adicional de Capital Principal – ACP	**36.135.950**	**33.602.532**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**118.732.409**	**110.408.318**
Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN	**7.135.396**	**9.421.450**
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	**33.691.015**	**37.559.940**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**13,42%**	**14,28%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**14,14%**	**15,05%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**15,45%**	**16,39%**
Fator F	**8,00%**	**8,00%**

(1) Patrimônio Líquido considera somente os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.
(2) Consoante ao disposto nos art. 29 e 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

(d.1) Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros	(38.661)	(53.077)
Ativos intangíveis	(4.625.043)	(4.629.003)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998.	(8.432.169)	(3.561.095)
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	(259.948)	(266.749)
Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas.	-	(1.034.707)
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado:	(2.748.041)	(2.933.673)
(i) do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar.	(1.110.770)	(1.172.530)
(ii) do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização.	(1.637.271)	(1.761.143)
Total	(16.103.862)	(12.478.304)

(d.2) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

O quadro a seguir demonstra a exigência mínima regulatória estabelecia pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como os valores observados na CAIXA:

Descrição	Regulatório	30/06/2026	31/12/2025
Índice de capital principal (1)	8,00%	13,42%	14,28%
Índice de capital nível I (1)	9,50%	14,14%	15,05%
Índice de basileia (1)	11,50%	15,45%	16,39%
Índice de imobilização (2)	até 50% do PR	10,73%	9,79%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico, totalizando 3,50%.
(2) Conforme Resolução CMN nº 4.957/2021.

Nota 34 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Hierarquia do valor justo

Individual					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 30/06/2026	Valor justo em 30/06/2026	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**691.600.924**	**690.136.720**	**424.269.066**	**247.209.937**	**18.657.717**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**153.169.545**	**153.202.773**	**145.967.854**	**4.087.523**	**3.147.396**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	152.859.185	152.859.185	145.964.874	3.746.915	3.147.396
Instrumentos financeiros derivativos	3.036	36.264	2.980	33.284	-
Outros ativos financeiros	307.324	307.324	-	307.324	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**538.431.379**	**536.933.947**	**278.301.212**	**243.122.414**	**15.510.321**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	242.019.870	-	242.019.870	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	296.411.509	294.914.077	278.301.212	1.102.544	15.510.321
Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 30/06/2026	Valor justo em 30/06/2026	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**1.609.232.207**	**1.374.721.053**	**-**	**1.371.519.015**	**3.202.038**
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.609.232.207**	**1.374.721.053**	**-**	**1.371.519.015**	**3.202.038**
Depósitos no banco central	122.536.251	114.584.986	-	114.584.986	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.597.821	8.598.708	-	8.598.708	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	3.146.080	3.202.038	-	-	3.202.038
Operações de crédito	1.430.086.816	1.208.104.608	-	1.208.104.608	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	44.865.239	40.230.713	-	40.230.713	-
Passivo	**2.175.465.112**	**1.842.875.931**	**213.987**	**1.046.830.922**	**795.831.022**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**1.124.921**	**1.126.692**	**213.987**	**912.705**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	1.124.921	1.126.692	213.987	912.705	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**2.174.340.191**	**1.841.749.239**	**-**	**1.045.918.217**	**795.831.022**
Recursos de clientes	869.172.635	795.831.022	-	-	795.831.022
Recursos de instituições financeiras e outras	881.291.861	629.813.502	-	629.813.502	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	389.228.382	381.457.402	-	381.457.402	-
Outros passivos financeiros	34.647.313	34.647.313	-	34.647.313	-

Individual					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**609.190.198**	**607.773.932**	**446.277.333**	**143.403.840**	**18.092.759**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**157.198.435**	**157.199.001**	**153.166.180**	**2.193.348**	**1.839.473**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	156.938.782	156.939.348	153.166.134	1.933.741	1.839.473
Instrumentos financeiros derivativos	46	46	46	-	-
Outros ativos financeiros	259.607	259.607	-	259.607	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**451.991.763**	**450.574.931**	**293.111.153**	**141.210.492**	**16.253.286**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.988.308	139.991.952	-	139.991.952	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	312.003.455	310.582.979	293.111.153	1.218.540	16.253.286
Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**1.530.942.293**	**1.324.295.686**	**-**	**1.322.056.755**	**2.238.931**
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.530.942.293**	**1.324.295.686**	**-**	**1.322.056.755**	**2.238.931**
Depósitos no banco central	116.891.800	109.496.183	-	109.496.183	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.808.018	7.808.222	-	7.808.222	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.238.931	2.238.931	-	-	2.238.931
Operações de crédito	1.359.382.759	1.163.634.903	-	1.163.634.903	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	44.620.785	41.117.447	-	41.117.447	-
Passivo	**2.021.376.597**	**1.732.138.074**	**-**	**978.957.230**	**753.180.844**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**372.346**	**372.342**	**-**	**372.342**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	372.346	372.342	-	372.342	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**2.021.004.251**	**1.731.765.732**	**-**	**978.584.888**	**753.180.844**
Recursos de clientes	821.927.213	753.180.844	-	-	753.180.844
Recursos de instituições financeiras e outras	793.405.932	578.105.351	-	578.105.351	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	371.507.164	366.315.595	-	366.315.595	-
Outros passivos financeiros	34.163.942	34.163.942	-	34.163.942	-

Consolidado					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 30/06/2026	Valor justo em 30/06/2026	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**695.374.299**	**690.136.720,00**	**424.269.066,00**	**247.209.937,00**	**18.657.717,00**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**157.453.404**	**153.202.773,00**	**145.967.854,00**	**4.087.523,00**	**3.147.396,00**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	157.142.960	152.859.185	145.964.874	3.746.915	3.147.396
Instrumentos financeiros derivativos	3.120	36.264	2.980	33.284	-
Outros ativos financeiros	307.324	307.324	-	307.324	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**537.920.895**	**536.933.947**	**278.301.212**	**243.122.414**	**15.510.321**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	242.019.870	-	242.019.870	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	295.901.025	294.914.077	278.301.212	1.102.544	15.510.321
Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 30/06/2026	Valor justo em 30/06/2026	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**1.627.861.769**	**1.390.208.836**	**-**	**1.387.006.798**	**3.202.038,00**
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.627.861.769**	**1.390.208.836**	**-**	**1.387.006.798**	**3.202.038,00**
Depósitos no banco central	122.536.251	114.584.986	-	114.584.986	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.597.821	8.598.708	-	8.598.708	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	3.146.080	3.202.038	-	-	3.202.038
Operações de crédito	1.448.200.079	1.223.406.277	-	1.223.406.277	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	45.381.538	40.416.827	-	40.416.827	-
Passivo	**2.141.191.482**	**1.809.514.940**	**213.987**	**1.014.178.247,00**	**795.122.706,00**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**1.124.939**	**1.126.692**	**213.987**	**912.705**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	1.124.939	1.126.692	213.987	912.705	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**2.140.066.543**	**1.808.388.248**	**-**	**1.013.265.542**	**795.122.706**
Recursos de clientes	868.399.042	795.122.706	-	-	795.122.706
Recursos de instituições financeiras e outras	880.757.685	629.431.755	-	629.431.755	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	354.420.053	347.344.024	-	347.344.024	-
Outros passivos financeiros	36.489.763	36.489.763	-	36.489.763	-

Consolidado					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**612.333.327**	**607.964.978**	**446.277.333**	**143.594.886**	**18.092.759**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**161.363.222**	**157.199.001**	**153.166.180**	**2.193.348**	**1.839.473**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	161.103.569	156.939.348	153.166.134	1.933.741	1.839.473
Instrumentos financeiros derivativos	46	46	46	-	-
Outros ativos financeiros	259.607	259.607	-	259.607	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**450.970.105**	**450.765.977**	**293.111.153**	**141.401.538**	**16.253.286**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.988.308	140.182.998	-	140.182.998	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	310.981.797	310.582.979	293.111.153	1.218.540	16.253.286
Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial	Valor contábil em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**1.549.973.060**	**1.340.620.138**	**-**	**1.338.381.207**	**2.238.931**
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.549.973.060**	**1.340.620.138**	**-**	**1.338.381.207**	**2.238.931**
Depósitos no banco central	116.891.800	109.496.183	-	109.496.183	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.808.018	7.808.222	-	7.808.222	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.238.931	2.238.931	-	-	2.238.931
Operações de crédito	1.377.893.253	1.179.479.931	-	1.179.479.931	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	45.141.058	41.596.871	-	41.596.871	-
Passivo	**1.986.161.824**	**1.698.573.911**	**-**	**945.899.526**	**752.674.385**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**372.406**	**372.342**	**-**	**372.342**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	372.406	372.342	-	372.342	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.985.789.418**	**1.698.201.569**		**945.527.184**	**752.674.385**
Recursos de clientes	821.343.025	752.674.385	-	-	752.674.385
Recursos de instituições financeiras e outras	791.926.312	577.166.444	-	577.166.444	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	336.405.906	332.246.565	-	332.246.565	-
Outros passivos financeiros	36.114.175	36.114.175	-	36.114.175	-

(b) Movimentação dos ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente no nível 3 de hierarquia de valor justo

Não houve transferência entre o nível 1 e o nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre os níveis e o efeito das mensurações estão descritas no quadro abaixo:

Individual / Consolidado						
Descrição	Valor justo em 31/12/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/ não realizado)	Compras	Vendas/liquidações	Transferência do Nível 3 (1)	Valor justo em 30/06/2026
Títulos e valores mobiliários - VJR	1.839.473	(204.999)	1.908.698	(33.388)	(362.388)	3.147.396
Títulos e valores mobiliários - VJORA	16.253.286	(1.824.682)	2.318.296	(1.036.718)	(199.861)	15.510.321
Total	**18.092.759**	**(2.029.681)**	**4.226.994**	**(1.070.106)**	**(562.249)**	**18.657.717**

Individual						
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/ não realizado)	Compras	Vendas/liquidações	Transferência do Nível 3 (1)	Valor justo em 31/12/2025
Títulos e valores mobiliários - VJR	286.312	(6.013)	1.559.174	-	-	1.839.473
Títulos e valores mobiliários - VJORA	9.981.209	(182.963)	7.330.147	(617.186)	(257.921)	16.253.286
Total	**10.267.521**	**(188.976)**	**8.889.321**	**(617.186)**	**(257.921)**	**18.092.759**

Consolidado						
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/ não realizado)	Compras	Vendas/liquidações	Transferência do Nível 3 (1)	Valor justo em 31/12/2025
Títulos e valores mobiliários - VJR	336.590	(56.291)	1.559.174	-	-	1.839.473
Títulos e valores mobiliários - VJORA	11.276.251	(1.478.005)	7.330.147	(617.186)	(257.921)	16.253.286
Total	**11.612.841**	**(1.534.296)**	**8.889.321**	**(617.186)**	**(257.921)**	**18.092.759**

(1) Títulos transferidos do nível 3 para o nível 2 em virtude de mensuração a partir de taxa indicativa de mercado divulgada pela ANBIMA.

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Instrumento financeiro	Descrição da técnica de avaliação para instrumentos classificados no nível 3
Títulos e valores mobiliários (VJR, VJORA e CA)	Metodologia de fluxo de caixa descontado, onde os instrumentos são evoluídos até o vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela curva livre de risco + *spread* de crédito calculado com base no *rating* estipulado pela caixa + *spread* de resgate antecipado (se houver).
Instrumentos financeiros derivativos – Derivativo FGTS (1)	Metodologia própria para garantir a rentabilidade aos cotistas dos fundos: CA-FGTS (TR+6%) e FI-FGTS (TR+3%). Se os investimentos forem suficientes para garantir a rentabilidade, não há derivativo, caso sejam insuficientes, é calculado o derivativo passivo que é avaliado através do fluxo de caixa descontado.
Recursos de clientes	Metodologia interna de fluxos sem vencimentos.

(1) Derivativo sem registro no balanço em virtude do cumprimento de garantia de rentabilidade.

Nota 35 – Balanço patrimonial por prazo

Ativo	Individual					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	**9.773.570**	**-**	**9.773.570**	**10.057.712**	**-**	**10.057.712**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**235.355**	**152.934.190**	**153.169.545**	**1.008.036**	**156.190.399**	**157.198.435**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	232.319	152.626.866	152.859.185	1.007.990	155.930.792	156.938.782
Instrumentos financeiros derivativos	3.036	-	3.036	46	-	46
Outros ativos financeiros	-	307.324	307.324	-	259.607	259.607
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**248.277.301**	**290.154.078**	**538.431.379**	**151.753.564**	**300.238.199**	**451.991.763**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	-	242.019.870	139.988.308	-	139.988.308
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	6.257.431	290.154.078	296.411.509	11.765.256	300.238.199	312.003.455
Ativos financeiros ao custo amortizado	**395.684.104**	**1.213.548.103**	**1.609.232.207**	**378.190.759**	**1.152.751.534**	**1.530.942.293**
Depósitos no Banco Central	122.536.251	-	122.536.251	116.891.800	-	116.891.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.237.066	360.755	8.597.821	7.700.213	107.805	7.808.018
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	247.352	2.898.728	3.146.080	-	2.238.931	2.238.931
Operações de crédito	262.020.898	1.168.065.918	1.430.086.816	250.628.755	1.108.754.004	1.359.382.759
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.642.537	42.222.702	44.865.239	2.969.991	41.650.794	44.620.785
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(12.409.441)**	**(55.320.188)**	**(67.729.629)**	**(11.321.574)**	**(50.085.395)**	**(61.406.969)**
Ativos fiscais	**17.406.099**	**63.280.503**	**80.686.602**	**12.158.150**	**64.050.412**	**76.208.562**
Correntes	4.192.049	-	4.192.049	4.459.344	-	4.459.344
Diferidos	13.214.050	63.280.503	76.494.553	7.698.806	64.050.412	71.749.218
Outros ativos	**12.029.836**	**5.752.330**	**17.782.166**	**12.430.370**	**82.091**	**12.512.461**
Investimentos em controladas e coligadas em conjunto	**-**	**14.116.572**	**14.116.572**	**-**	**13.831.309**	**13.831.309**
Imobilizado de uso	**-**	**8.089.138**	**8.089.138**	**-**	**7.155.400**	**7.155.400**
Intangível	**-**	**4.595.675**	**4.595.675**	**-**	**4.607.542**	**4.607.542**
Total do ativo	**670.996.824**	**1.697.150.401**	**2.368.147.225**	**554.277.017**	**1.648.821.491**	**2.203.098.508**

Passivo e patrimônio líquido	Individual					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**260.182**	**864.739**	**1.124.921**	**21.290**	**351.056**	**372.346**
Instrumentos financeiros derivativos	260.182	864.739	1.124.921	21.290	351.056	372.346
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.092.230.940**	**1.082.109.251**	**2.174.340.191**	**1.025.344.056**	**995.660.195**	**2.021.004.251**
Recursos de clientes	704.224.182	164.948.453	869.172.635	675.949.123	145.978.090	821.927.213
Recursos de instituições financeiras e outras	238.949.987	642.341.874	881.291.861	210.830.651	582.575.281	793.405.932
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	129.802.997	259.425.385	389.228.382	120.308.749	251.198.415	371.507.164
Outros passivos financeiros	19.253.774	15.393.539	34.647.313	18.255.533	15.908.409	34.163.942
Provisões	**3.217.919**	**6.329.327**	**9.547.246**	**3.256.700**	**6.168.729**	**9.425.429**
Perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	**1.966.315**	**676.778**	**2.643.093**	**2.390.011**	**675.332**	**3.065.343**
Passivos fiscais	**6.496.379**	**-**	**6.496.379**	**6.188.544**	**-**	**6.188.544**
Correntes	1.583.387	-	1.583.387	1.710.920	-	1.710.920
Diferidos	4.912.992	-	4.912.992	4.477.624	-	4.477.624
Passivos atuariais	**8.517.886**	**13.543.208**	**22.061.094**	**8.281.808**	**13.654.905**	**21.936.713**
Outros passivos	**33.566.509**	**-**	**33.566.509**	**29.310.058**	**-**	**29.310.058**
Patrimônio líquido	**-**	**118.367.792**	**118.367.792**	**-**	**111.795.824**	**111.795.824**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.146.256.130**	**1.221.891.095**	**2.368.147.225**	**1.074.792.467**	**1.128.306.041**	**2.203.098.508**

Ativo	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	**9.773.857**	**-**	**9.773.857**	**10.070.353**	**-**	**10.070.353**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**1.280.897**	**156.172.507**	**157.453.404**	**1.162.440**	**160.200.782**	**161.363.222**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	1.277.777	155.865.183	157.142.960	1.162.394	159.941.175	161.103.569
Instrumentos financeiros derivativos	3.120	-	3.120	46	-	46
Outros ativos financeiros	-	307.324	307.324	-	259.607	259.607
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**247.766.817**	**290.154.078**	**537.920.895**	**150.731.906**	**300.238.199**	**450.970.105**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.019.870	-	242.019.870	139.988.308	-	139.988.308
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	5.746.947	290.154.078	295.901.025	10.743.598	300.238.199	310.981.797
Ativos financeiros ao custo amortizado	**413.595.398**	**1.214.266.371**	**1.627.861.769**	**396.018.212**	**1.153.954.848**	**1.549.973.060**
Depósitos no Banco Central	122.536.251	-	122.536.251	116.891.800	-	116.891.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.237.066	360.755	8.597.821	7.700.213	107.805	7.808.018
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	247.352	2.898.728	3.146.080	-	2.238.931	2.238.931
Operações de crédito	279.394.657	1.168.805.422	1.448.200.079	267.893.884	1.109.999.369	1.377.893.253
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	3.180.072	42.201.466	45.381.538	3.532.315	41.608.743	45.141.058
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(13.307.487)**	**(55.669.864)**	**(68.977.351)**	**(12.192.038)**	**(50.516.845)**	**(62.708.883)**
Ativos fiscais	**17.406.826**	**63.465.827**	**80.872.653**	**12.159.387**	**64.204.883**	**76.364.270**
Correntes	4.192.776	-	4.192.776	4.460.581	-	4.460.581
Diferidos	13.214.050	63.465.827	76.679.877	7.698.806	64.204.883	71.903.689
Outros ativos	**11.564.405**	**5.739.276**	**17.303.681**	**6.661.458**	**5.368.484**	**12.029.942**
Investimentos em controladas e coligadas em conjunto	**-**	**14.052.776**	**14.052.776**	**-**	**13.698.375**	**13.698.375**
Imobilizado de uso	**-**	**8.097.725**	**8.097.725**	**-**	**7.165.069**	**7.165.069**
Intangível	**-**	**4.616.716**	**4.616.716**	**-**	**4.631.582**	**4.631.582**
Total do ativo	**688.080.713**	**1.700.895.412**	**2.388.976.125**	**564.611.718**	**1.658.945.377**	**2.223.557.095**

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**260.200**	**864.739**	**1.124.939**	**21.350**	**351.056**	**372.406**
Instrumentos financeiros derivativos	260.200	864.739	1.124.939	21.350	351.056	372.406
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.090.923.171**	**1.049.143.372**	**2.140.066.543**	**1.023.280.248**	**962.509.170**	**1.985.789.418**
Recursos de clientes	703.450.589	164.948.453	868.399.042	675.364.935	145.978.090	821.343.025
Recursos de instituições financeiras e outras	238.415.811	642.341.874	880.757.685	209.351.031	582.575.281	791.926.312
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	129.802.997	224.617.056	354.420.053	120.308.749	216.097.157	336.405.906
Outros passivos financeiros	19.253.774	17.235.989	36.489.763	18.255.533	17.858.642	36.114.175
Provisões	**3.234.463**	**6.329.327**	**9.563.790**	**3.271.448**	**6.168.729**	**9.440.177**
Perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	**775.010**	**620.361**	**1.395.371**	**1.133.445**	**629.984**	**1.763.429**
Passivos fiscais	**6.836.793**	**-**	**6.836.793**	**6.628.630**	**-**	**6.628.630**
Correntes	1.915.639	-	1.915.639	2.150.508	-	2.150.508
Diferidos	4.921.154	-	4.921.154	4.478.122	-	4.478.122
Passivos atuariais	**8.517.886**	**13.543.208**	**22.061.094**	**8.281.808**	**13.654.905**	**21.936.713**
Outros passivos	**51.939.462**	**-**	**51.939.462**	**47.953.950**	**-**	**47.953.950**
Patrimônio líquido	**-**	**155.988.133**	**155.988.133**	**-**	**149.672.372**	**149.672.372**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.162.486.985**	**1.226.489.140**	**2.388.976.125**	**1.090.570.879**	**1.132.986.216**	**2.223.557.095**

Nota 36 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Individual		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Lucro líquido contábil (a)	**6.585.794**	**8.718.664**	**7.367.936**	**9.783.752**
Eventos não recorrentes (b)	**-**	**1.647.386**	**-**	**1.647.386**
PDV 2024 (1)	-	(92.862)	-	(92.862)
Avaliação atuarial REG REPLAN (2)	-	900.784	-	900.784
Ganho na alienação - CAIXA Seguridade (3)	-	839.464	-	839.464
Despesas impactadas pelos eventos (c) (4)	**-**	**(840.628)**	**-**	**(801.708)**
Resultado não recorrente (d = b + c)	**-**	**806.758**	**-**	**845.678**
Resultado recorrente regulatório (e = a - d)	**6.585.794**	**7.911.906**	**7.367.936**	**8.938.074**

- **2026**

Não houve impactos decorrentes de eventos não recorrentes no 1º semestre de 2026.

- **2025**

(1) Indenização de benefício futuro com auxílio alimentação para aposentados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024;

(2) Avaliação atuarial extraordinária do REG/REPLAN por alterações regulamentares aprovadas pelos órgãos competentes;

(3) Relativo à alienação de 82.380.893 ações ordinárias, de emissão da CAIXA Seguridade Participações S.A., por meio de oferta pública secundária;

(4) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 37 – Outras informações

(a) Ativos de fundos de investimento administrados pela CAIXA

Individual		
Descrição (1)	30/06/2026	31/12/2025
Fundos de investimento financeiro	575.920.826	543.567.757
Fundos de investimento em cotas – FIC (2)	409.324.291	366.102.847
Fundos de ações	17.112.614	17.883.859
Total	**1.002.357.731**	**927.554.463**

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.
(2) Inclui fundos de investimento em cotas não considerados no ranking da ANBIMA.

Nota 38 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

Carlos Antônio Vieira Fernandes
Presidente

Adriano Assis Matias
Vice-presidente

Alexandre Gonçalves De Amorim
Vice-presidente

Ânderson Aorivan da Cunha Possa
Vice-presidente

Guilherme Guimarães Mendes
Vice-presidente em exercício

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães
Vice-presidente

Jóse Marcos de Carvalho Araújo
Vice-Presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Vice-presidente

Paulo César Leopoldino Palácios Seabra
Vice-Presidente

Suely Patrão Buhiram
Vice-presidente em exercício

Juliana Grigol Fonsechi
Diretora de Contadoria e Controladoria

Ana Paula Fernandes de Rezende Soares
Superintendente Nacional
Contadora CRC/DF 021323

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotam o regime de COAUD único: (i) CAIXA Loterias S.A. e (ii) CAIXA *Asset*. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf.

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 2 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.

2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função *compliance* atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu

âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.926/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3 Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2026 e considerando as responsabilidade e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados a contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 66, §1º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

4 Destaques

Durante o primeiro semestre de 2026, o Comitê apreciou 128 matérias, sendo 22 para emissão de parecer enviados ao Conselho de Administração para deliberação e 106 para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender às respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) gestão de riscos; (vi) conhecimento do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (vii) Segurança Cibernética; (viii) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (ix) regras gerais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); (x) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xi) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA; (xii) providências adotadas para a implantação da Reforma Tributária Nacional.

O Comitê de Auditoria avaliou e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidos, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), aos temas de ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

4.1 Demonstrações Contábeis

4.1.1 CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Relatório da Administração e a minuta do

Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Durante o primeiro semestre de 2026 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

E, tomou conhecimento do remanejamento orçamentário CAIXA 2026 e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário.

4.1.2 Subsidiárias

CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou seis reuniões com a Caixa Loterias no primeiro semestre de 2026, nas quais opinou sobre proposições referente as Demonstrações Contábeis Intermediárias da CAIXA Loterias, entre outros assuntos.

Opinou sobre as proposições da programação orçamentária da entidade.

CAIXA *ASSET*

O Comitê examinou as Demonstrações Contábeis da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (CAIXA ASSET) e o Relatório da Administração, relativas ao 4º trimestre de 2025, com deliberação favorável à aprovação das referidas demonstrações.

Opinou sobre as proposições da reprogramação orçamentária para o ano de 2027 e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) da companhia, entre outras matérias.

4.2 Auditorias

4.2.1 Auditoria Independente

O Comitê avalia anualmente a objetividade e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Referente às Demonstrações Contábeis, foram ouvidos previamente às publicações do semestre.

4.2.2 Auditoria Interna

No período, o COAUD acompanhou a execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT) 2026 e a sua revisão, bem como opinou sobre a proposta referente ao RAINT 2025, encaminhada à Controladoria Geral da União (CGU). Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e a atuação da Auditoria Interna no processo contábil.

Foram apreciados ainda os relatórios síntese e o resultado de trabalho de auditoria na Funcef.

4.3 Controles

4.3.1 Controles internos

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos.

A propósito do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, o acompanhamento das ações implementadas que atendem às orientações técnicas emitidas pelo Banco Central.

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos temas relacionados à Caixa e às demais empresas sob acompanhamento do Comitê, no âmbito de atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

4.4 Conformidade

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao *compliance*, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de *Compliance* CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.595, de 2017.

4.5 Gerenciamento de Riscos

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

4.6 Integridade

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e ao compromisso com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas

ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP).

4.7 Outros Temas

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, prevenção de fraudes, entre outros temas.

5 Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria;
ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;

iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e

consolidadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitida sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 20 de agosto de 2026.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

JOSE ANTONIO MENDES FERNANDES

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

JOSÉ LUIZ TREVISAN RIBEIRO
Presidente

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 128 – Ata nº 908, de 25/08/2026

Assunto: Proposta de apreciação e aprovação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BRGAAP, e das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS, e as Projeções de Resultados de Longo Prazo 2026 – 2036, e a Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário e o Acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2026.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 60, incisos II, III e XIV do Estatuto Social da CAIXA, **examinou** a proposta de apreciação e aprovação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BRGAAP, e das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS, e as Projeções de Resultados de Longo Prazo 2026 – 2036, e a Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário e o Acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2026, considerando a Resolução do Conselho de Administração n° 1886, de 24/08/2026, o Parecer do Comitê de Auditoria n° 194, de 20/08/2026, e a manifestação da empresa de auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, bem como os subsídios e esclarecimentos obtidos durante a reunião, **opinou favoravelmente, por unanimidade**, sobre a matéria.

Brasília, 25 de agosto de 2026.

KARINA FELIX CARDOSO
Conselheira Titular

RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO
Conselheiro Titular

WAGNER PRIMO FIGUEIREDO NETO
Presidente

Parecer do Conselho de Administração

Parecer nº 033 – Ata nº 982, de 24/08/2026

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BRGAAP; Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS; Projeções de Resultados de Longo Prazo 2026 - 2036; Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; e Acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2026.

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 40, incisos II e XXXI, alíneas “b” e “d”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 194, de 20/08/2026, **aprovou**: **1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BRGAAP, referentes ao 1° semestre de 2026, e registradas na Resolução nº 1886, de 24/08/2026, deste Colegiado; **2)** as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS, referentes ao 1° semestre de 2026; **3)** as Projeções de Resultados de Longo Prazo da CAIXA, referente ao período de 2026 a 2036; **4)** a Revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário; e **5)** o Acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao 1° semestre de 2026.

Brasília, 24 de agosto de 2026.

DANIEL CARDOSO LEAL

FRANCISCO PETROS OLIVEIRA LIMA PAPATHANASIADIS

JOSE LUIZ TREVISAN RIBEIRO

PEDRO LUIZ COSTA CAVALCANTE

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES

ISADORA MARIA BELEM ROCHA CARTAXO ARRUDA
Presidente

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Caixa Econômica Federal - CAIXA
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CAIXA em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ". Somos independentes em relação à CAIXA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (p), (s), (t) e 8.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 30 de junho de 2026, R$ 67.729.629 mil no individual e R$ 68.977.351 mil no consolidado de provisão para perdas esperadas associadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito.

A CAIXA classifica os instrumentos financeiros em estágios baseado na qualidade de crédito e prazo de inadimplência onde é avaliada a deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A realocação ocorre quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1). A perda esperada é calculada em grupos homogêneos que possuem características semelhantes que permitem a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva. A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros créditos com características de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD);
(ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default - LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default - EAD); Ademais, a CAIXA realiza análises individualizadas com base em premissas que contemplam indicadores financeiros e aspectos qualitativos relacionados às empresas, ao ambiente de negócios e às características dos instrumentos financeiros para avaliar o risco de crédito das operações do segmento atacado.

Devido a relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) marcação de operações como ativos problemáticos; e (iii) análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; (ii) recálculo independente das PDs, LGDs, EAD e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios; e

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m) e 16 (a) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R$ 8.753.006 mil no individual e R$ 8.769.550 mil no consolidado.

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico para os processos massificados que consistem na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de desembolso, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) revisão realizada pela administração sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) controle de revisão retrospectiva da suficiência de provisão pela CAIXA;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia massificada utilizada na mensuração e recálculo da referida provisão de acordo com os critérios estabelecidos;

- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos advogados internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;

- Avaliação, da suficiência de provisão para as ações cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e a mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (o) e 18 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 30 de junho de 2026 provisões de benefícios pós-emprego nos valores de R$ 22.061.094 mil (individual e consolidado).

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações de outras entidades. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefícios definidos, e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, das reconciliações dos resultados atuariais, bem como da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação, tábuas de mortalidade, entre outras, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes.
  Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (u) e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R$ 76.494.553 mil no individual e R$ 76.679.877 mil no consolidado, referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudos técnicos e no julgamento da CAIXA, considerando a probabilidade de realização de lucros tributáveis futuros e as alíquotas tributárias vigentes na data das demonstrações contábeis. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de

realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;

- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;
(ii) recalculamos os valores incluídos no estudo técnico de realização dos créditos tributários;

- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários e revisão das divulgações das demonstrações contábeis; e

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de créditos tributários registrados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito na nota explicativa nº 8.5 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante de R$ 31.272.339 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS no montante de R$ 12.386.858 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação por status (Habilitado, Não habilitado, Habilitado e não homologado, Homologado com recurso, Homologado sem recurso, Homologados validados e em novação e Negativa de cobertura). A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras, metodologia estatística e baseada em conceitos de risco operacional; uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS. Adicionalmente os contratos do FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

− Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS (risco operacional e risco de crédito), processamento e contabilização das provisões;

− Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão operacional e para créditos junto ao FCVS;

− Identificação das operações com risco de crédito com a respectiva avaliação da mensuração do valor da provisão de perda esperada, assim como a consistência dos valores alocados por estágio;

− Avaliação, por meio de amostragem, da documentação suporte para classificação da situação operacional dos créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e

− Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

− Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade dos controles gerais de TI e automatizados no nível dos processos de negócio, tais como: autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; e (ii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as

informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e foram apresentadas separadamente pela CAIXA nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 24 de agosto de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional; e

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

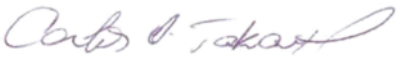
– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referentes às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes



Carlos Massao Takauth

Ltda. CRC SP-014428/F-0

2T26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Sumário

Relatório da Administração 3
Destaques 3
Estratégia 7
Habitação 8
Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade 8
Patrocínios e Investimento no Esporte 9
Patrocínios e Investimento em Cultura 10
Estrutura de Atendimento 11
Sustentabilidade 11
Pagamento de Benefícios Sociais 15
Programas de Crédito e Parcerias 16
Análise de Desempenho e Resultado 17
Conglomerado CAIXA 21
Governança Corporativa 24
Gestão de Pessoas 25
Integridade, Riscos e Controles Internos 26
Distribuição de Dividendos e JCP 30
Auditoria Independente 30
Agradecimentos 31
Glossário 32

Relatório da Administração

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, apresentamos o Relatório da Administração relativo ao segundo trimestre de 2026, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Destaques

Durante o segundo trimestre avançamos na estratégia de modernização tecnológica com a implementação de soluções voltadas à integração de canais, gestão do relacionamento com clientes, atendimento digital, inteligência de dados, automação de processos e evolução do Super App CAIXA, ampliando a capacidade de entrega de jornadas digitais mais simples, seguras e personalizadas.

Ao final de Jun26, atingimos R$ 1,005 trilhão na carteira de crédito imobiliário. Esse resultado reflete o acesso de milhões de famílias que puderam realizar o sonho da casa própria, com mais segurança, dignidade e qualidade de vida. Mais do que um marco numérico, destacamos o alcance desse patamar com a nossa atuação consistente voltada ao acesso ao crédito, focada na diversificação das fontes de recursos e aprimoramento contínuo de nossos processos.



No 2T26, foi publicada a edição 26 do *Ranking Brand Finance 100*, onde figuramos como a **5ª marca de banco mais valiosa do país, com valor estimado em US$ 3,87 bilhões**. Entre os fatores associados ao desempenho estão a atuação no crédito imobiliário e em programas habitacionais, o fortalecimento dos canais digitais, o pagamento de benefícios sociais e o incentivo ao crédito para famílias e pequenos negócios, com destaque para o microcrédito. Também contribuíram a ampliação do relacionamento com clientes em diferentes regiões e o apoio ao esporte e à cultura.

Evidenciando os nossos avanços no processo de modernização e transformação organizacional, recebemos **reconhecimento do Sandbox CAIXA pela revista internacional Global Finance Magazine como *Best Financial Innovation Labs – Financial Service Company Labs***, na 13ª edição do prêmio The Innovators 2026. A conquista nos posiciona entre as organizações mais inovadoras do setor financeiro global e representa nosso primeiro reconhecimento internacional do laboratório de inovação.

O Sandbox CAIXA é um ambiente controlado e normatizado para experimentação de inovações, que permite testar produtos, serviços e processos com segurança, governança e foco no cliente. A meta é escalar experimentos validados, ampliar a capilaridade do modelo e lançar ciclos contínuos de experimentação, fortalecendo nossa estratégia de inovação.

Reforçando nosso compromisso com a centralidade no cliente, o aprimoramento contínuo dos processos de atendimento e a transparência e resolutividade nas demandas dos usuários, destacamos nossa presença no **Guia das Melhores Empresas para o Consumidor 2026**, publicação que reúne organizações com desempenho destacado no relacionamento com clientes. A indicação no guia decorre da participação como **finalista do Prêmio Reclame Aqui 2026, na categoria Ultra Bancos – Mega Operações**. Assim, passamos a integrar o grupo de empresas com melhor avaliação em atendimento e resolução de demandas no país.



Nossa **carteira de finanças sustentáveis atingiu R$ 913,6 bilhões** em Jun26, conectando inovação, inclusão e responsabilidade socioambiental. Em reconhecimento à atuação na agenda de finanças sustentáveis, **conquistamos a medalha de ouro na categoria Conservação da Biodiversidade da 3ª edição do Prêmio ESG**[1], ocorrido no 2T26.



[1] Promovido pela Associação Brasileira de ESG, o prêmio é considerado o maior reconhecimento de práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) do país. A iniciativa valoriza projetos sustentáveis, éticos e socialmente responsáveis, transformando os casos vencedores em referências de mercado.

O reconhecimento foi concedido ao projeto Restauração Ecológica do Corredor de Biodiversidade do Araguaia, apoiado pelo Fundo Socioambiental CAIXA, que promove a recuperação de áreas degradadas nos biomas Cerrado e Amazônia, associando conservação ambiental, proteção dos recursos hídricos e desenvolvimento das comunidades locais.

Continuamos com a expansão da abertura de contas digitais para todos os clientes por meio do novo aplicativo. Desde o início da operação, já foram abertas **5,2 milhões de contas digitais, sendo 42% desses usuários com idade até 25 anos**, representando rejuvenescimento da base de clientes e oportunidades para a construção de um relacionamento sólido e sustentável com a nova geração. No 1S26, foram abertas 3,5 milhões de contas, sendo 1,9 milhão somente no 2T26, reforçando nosso alinhamento à transformação digital no banco.



No âmbito de transformação digital, seguimos avançando na simplificação da experiência dos clientes, com foco na integração de canais, modernização tecnológica e ampliação da oferta de serviços digitais. Entre as iniciativas em desenvolvimento, destaca-se a agenda de **unificação dos aplicativos em uma plataforma mais integrada, orientada à conveniência, segurança e facilidade de acesso**. Essa evolução busca reduzir fricções na jornada dos clientes, fortalecer a centralidade no usuário e ampliar a eficiência operacional da instituição.

O cliente é quem guia nossas escolhas e o **Conselho de Clientes** consolidou-se como o espaço para isso: escuta ativa entre clientes e executivos do banco, onde **sugestões, percepções e experiências compartilhadas têm contribuído diretamente para a melhoria de produtos, serviços e jornadas**. Essa iniciativa traz mais proximidade, inovação e alinhamento de ações estratégicas para geração de valor aos nossos clientes. Desde a sua criação, foram realizadas 20 reuniões (7 delas no 1S26, sendo 3 reuniões no 2T26).

No 1S26, realizamos **R$ 238,5 bilhões em pagamentos de benefícios sociais**, totalizando 227,3 milhões de parcelas. Ainda, **finalizamos a análise técnica de 2,3 mil projetos vinculados ao Novo PAC**, alcançando o valor de R$ 20 bilhões em investimentos,

possibilitando a abertura do processo licitatório e, na sequência, o início dessas obras. Os recursos para esses projetos provêm do Orçamento Geral da União (OGU).

O crescimento sustentável dos nossos resultados está diretamente associado ao **fortalecimento contínuo de práticas estruturantes de transparência, governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, *compliance* e integridade**.

Mantivemos nossas notas de risco pelas agências Fitch Ratings, Moody's e S&P Global Ratings, classificadas com *rating* AAA, na escala nacional. Isso indica que o banco mantém sua solidez, robustez e saúde financeira para honrar seus compromissos perante o mercado financeiro. É a partir desses relatórios que as agências de classificação de risco nos avaliam sob a ótica de estratégia, métricas financeiras, pontos fortes e desafios, e informam sobre o nível de risco das instituições financeiras.

Em evento realizado na CAIXA Cultural Brasília **lançamos o programa "Juntos Por Elas – Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres"**. Foram apresentadas diversas ações que visam à proteção das mulheres por meio da prevenção e do enfrentamento à violência, incluindo o combate ao assédio e à importunação sexual no ambiente de trabalho.

Também com relação aos aspectos ASG, **recebemos no 2T26 a certificação da 7ª edição do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**, um programa do Ministério das Mulheres, em parceria com os ministérios da Igualdade Racial e do Trabalho e Emprego, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem como objetivo fomentar práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco nas áreas de gestão e recursos humanos. O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça certifica que a empresa tem compromisso com a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania.

Após alcançar 12 posições de destaque nos principais *rankings* de projeções macroeconômicas do país no 1T26, permanecemos em evidência neste trimestre, figurando em 8 *rankings* no 2T26. No âmbito do Prisma Fiscal, do Ministério da Fazenda, fomos reconhecidos em sete oportunidades, além da conquista da segunda colocação na variável IPCA no Top 5 Média Móvel 12 meses divulgado pelo Banco Central. Esse conjunto evidencia a consistência metodológica, a capacidade técnica e analítica no acompanhamento e na formulação de projeções para os principais indicadores macroeconômicos.

O alcance desses resultados é impulsionado pelos avanços nas agendas de inovações tecnológicas e transformação digital, visando alinhar nossas ações às expectativas dos nossos clientes. Os investimentos em qualificação do atendimento, aliados à adoção de ferramentas de inteligência artificial, melhorias em sistemas e digitalização de processos fomentam a criação de soluções inovadoras e a geração de valor nos relacionamentos com nossos clientes.

Estratégia[2]

A Estratégia CAIXA 2030 representa nosso compromisso com uma transformação sustentável, estruturada em seis pilares que orientam nossas ações: Cliente no Centro, Eficiência e Rentabilidade, Tecnologia e Inovação, Pessoas, Cultura e Agilidade, Sustentabilidade e Cidadania e Atuação em Ecossistema.

Cada pilar estratégico traduz uma dimensão essencial da transformação e do nosso futuro, com um conjunto integrado de iniciativas orientadas à geração de impacto concreto, sustentável e alinhado ao nosso propósito institucional. Esses pilares funcionam como vetores de mudança organizacional, conectando diretrizes estratégicas e atuando como instrumentos efetivos de materialização do Plano Estratégico Institucional (PEI).

De forma transversal aos pilares estratégicos, o Portfólio CAIXA 2030 contempla os Programas de Transformação Digital, Transformação Organizacional, Transformação Cultural e o Programa de Eficiência. Esses programas estruturantes atuam de maneira integrada para modernizar modelos de atuação e fortalecer capacidades institucionais. Os avanços desses programas apoiam a geração de resultados sustentáveis, em alinhamento à nossa missão pública.



[2] Informações com maior nível de detalhamento sobre estratégia corporativa, propósito, visão e valores podem ser acessadas no sítio eletrônico: https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx.

O objetivo é nos posicionar como referência em experiência do cliente, eficiência operacional, inovação digital, impacto social e sustentabilidade. Ao traduzir a estratégia em execução com foco em resultados concretos, adotamos um portfólio centralizado de iniciativas que asseguram o desdobramento das diretrizes estratégicas em ações coordenadas, promovendo a integração entre os objetivos de longo prazo, o desempenho operacional e a sustentabilidade financeira.

Habitação



Ao final de Jun26, com saldo de R$ 1,005 trilhão na carteira de crédito imobiliário, crescimento de 15,0% em 12 meses, mantivemos nossa liderança no segmento habitacional com 67,9% de participação de mercado.

No 1S26, realizamos 511,1 mil contratos habitacionais, originando R$ 137,6 bilhões em crédito, crescimento de 29,3% em relação ao 1S25.

Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade

No 1S26, foram celebrados 1,5 mil Termos de Compromisso do Novo PAC – OGU, correspondentes a R$ 6,3 bilhões em investimentos. Adicionalmente, foram concluídas as análises técnicas de 2,3 mil projetos, que totalizam R$ 20 bilhões em investimentos, possibilitando o prosseguimento das propostas para as etapas subsequentes. No mesmo período, tiveram início as análises dos processos licitatórios de 3,1 mil instrumentos, vinculados a R$ 21,6 bilhões em investimentos, etapa essencial para a contratação das empresas executoras e para a implementação das intervenções previstas.

Como resultado da evolução da carteira, 2,2 mil operações receberam autorização para início de obras, mobilizando R$ 16,6 bilhões em investimentos. Ao final do 1S26, a carteira do Novo PAC sob nossa gestão está composta por aproximadamente 8,6 mil instrumentos, que totalizam R$ 66,4 bilhões em investimentos destinados à execução de políticas públicas.



O Novo PAC foi estruturado em medidas institucionais e nove eixos de investimento, contemplando as grandes áreas de organização do programa, que reúne todas as obras e serviços destinados à população. A previsão é que o programa tenha R$ 1,7 trilhão em investimentos, entre recursos públicos e privados, até 2026, com geração de 4 milhões de empregos em todo o país.

Patrocínios e Investimento no Esporte



No cenário esportivo nacional, o 2T26 refletiu o nosso compromisso com as diferentes modalidades e manifestações esportivas, abrangendo desde o esporte de alto rendimento até ações voltadas à ampliação do acesso à prática esportiva. Entre os destaques do período, está a contratação do patrocínio à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA).

Ao longo do 2T26, ampliamos nosso apoio a projetos voltados à formação de atletas, ao fortalecimento de competições nacionais de futsal e à promoção da prática esportiva em diferentes regiões do país. Nesse contexto, destacam-se iniciativas como a Liga Feminina de Futsal (LFF) e o Campeonato Brasileiro de Futsal. Além disso, fomentamos importantes eventos do calendário nacional de corridas de rua, entre eles a Maratona de João Pessoa, a Maratona Salvador, a Meia Maratona do Marco Zero, a Volta do Lago CAIXA, o Brazil Run Series/Circuito de Corridas CAIXA e o Cross Urbano CAIXA.

Patrocínios e Investimento em Cultura

O 2T26 foi marcado por ações de intercâmbio institucional, fortalecimento da programação cultural e ampliação da presença da CAIXA Cultural em diferentes territórios. Neste período, as oito unidades da CAIXA Cultural participaram da 24ª Semana dos Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Em junho, teve início o Festival CAIXA Ano Cultural Brasil-China 2026, iniciativa voltada ao intercâmbio entre artistas brasileiros e chineses. O circuito contempla as unidades da CAIXA Cultural no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Curitiba, além de uma mostra gratuita de filmes chineses no Cinema da CAIXA Cultural Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a CAIXA Cultural segue participando das comemorações pelos 300 anos de Fortaleza, com ações como oficinas de aquarela digital, a instalação Fortaleza Somos Nós e espetáculos musicais com Mestre Ambrósio e Leila Pinheiro.



CAIXA Cultural de **Curitiba/PR**

O 2T26 também registrou avanços em projetos de expansão e circulação de exposições. Em maio, foi realizada a primeira reunião que deu início às obras da CAIXA Cultural São Luís. Paralelamente, seguem em circulação as duas exposições resultantes dos Acordos de Cooperação Técnica entre a CAIXA, o Ibram e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Paisagem em Travessia e Reinado do Riso, que passaram por Salvador e Recife, respectivamente, ao longo do segundo trimestre.

Na relação com o público, a CAIXA Cultural segue se consolidando como referência na atração de visitantes. Encerramos o 1S26 com 592,4 mil visitantes, alta de 27,7% em comparação com o 1S25.

Estrutura de Atendimento

Estamos aprimorando continuamente nossa estrutura de atendimento e processos, visando propiciar aos nossos 160,4 milhões de clientes a melhor experiência ao acessarem nossos produtos e serviços. É nesse contexto que diversas soluções digitais têm sido implementadas, tais como a assinatura digital em contratos para pessoa jurídica, maior digitalização dos processos de financiamento habitacional e abertura de conta de forma 100% digital.

A CAIXA mantém ampla capilaridade nacional e presença em 97% dos municípios brasileiros, por meio de agências, unidades lotéricas, correspondentes, canais itinerantes e demais pontos de atendimento. Essa estrutura reforça o papel da instituição na inclusão bancária e financeira, especialmente em localidades com menor oferta de serviços financeiros. A presença física, combinada à expansão dos canais digitais, permite à CAIXA atender diferentes perfis de clientes e assegurar que a transformação digital avance em equilíbrio com a oferta de atendimento próximo, acessível e inclusivo.

Sustentabilidade

Carteira de Finanças Sustentáveis

O nosso portfólio de produtos e serviços possui recursos alocados em iniciativas e setores que promovem a transição para uma sociedade mais justa e sustentável, classificando os negócios a partir da colaboração com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que, consequentemente, causa impacto positivo no meio ambiente, na sociedade e no clima.



A metodologia utilizada considera como produtos e serviços sustentáveis aqueles que beneficiam socialmente a população e/ou diretamente o meio ambiente, que contribuem para o alcance de metas de dois ou mais ODS e não são destinados a setores com alta exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos.

Consideramos produtos de crédito em sentido amplo nos segmentos Habitação, Comercial, Agro e Saneamento e Infraestrutura. Após levantamento do volume de negócios dos produtos identificados, nossa Carteira de Finanças Sustentáveis soma o valor de R$ 913,6 bilhões ao final de Jun26.

Princípios para a Responsabilidade Bancária (PRB)

Em Jun26, divulgamos nosso primeiro Relatório de Implementação dos Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), disponível para consulta no sítio eletrônico: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Reporte-PRB-Caixa-PT.pdf.

O documento foi estruturado com base nos princípios do *framework* criado pela *United Nations Environment Programme Finance Initiative* (UNEP FI), sendo um marco para o primeiro ciclo de implementação dos princípios e inaugura o processo contínuo de prestação de contas à sociedade sobre a incorporação de práticas de sustentabilidade em sua atuação.

A adoção dos princípios reforça nosso posicionamento em finanças sustentáveis, amplia a transparência com os públicos de interesse e contribui para o alinhamento às melhores práticas internacionais, fortalecendo a credibilidade institucional.

Relatório Anual de Finanças Sustentáveis — Primeira Emissão Temática

Em 2024, publicamos o *Framework* de Finanças Sustentáveis, que estabelece as diretrizes para emissões de títulos verdes, sociais e sustentáveis, alinhado aos Princípios da *International Capital Market Association* (ICMA), referência internacional em boas práticas no mercado de capitais. Em 2025, realizamos nossa primeira emissão internacional de títulos sociais (*Social Bond*), no valor de US$ 700 milhões e prazo de cinco anos, com demanda sete vezes superior à oferta inicial, evidenciando a confiança do mercado internacional na Instituição.

Em atendimento à diretriz de prestação de contas prevista no *Framework*, no 2T26 publicamos o primeiro Relatório Anual de Finanças Sustentáveis, disponível para consulta no sítio eletrônico: Relatório Anual de Finanças Sustentáveis.

O documento apresenta ao mercado a destinação dos recursos captados e os impactos socioambientais associados, em conformidade com os Princípios da ICMA, sendo submetido à revisão pós-emissão (*post-issuance review*) pela *Sustainable Fitch*, revisora externa aprovada pela ICMA, que atestou a aderência da alocação e do reporte de

impacto ao *Framework* e às diretrizes da ICMA, bem como a contribuição da operação para os ODS 5, 8, 9 e 10, sem identificação de inconsistências materiais ou riscos socioambientais relevantes.

Neste primeiro ciclo de reporte, alocamos 100% dos recursos captados (R$ 3,9 bilhões) exclusivamente na categoria Inclusão Financeira, sem valor residual, beneficiando 38,5 mil clientes por meio de 44,1 mil operações de crédito direcionadas a Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e pequenas empresas.

Carbono CAIXA

No âmbito do produto Carbono CAIXA e na expansão da nossa atuação, fornecemos créditos de carbono para a compensação das emissões residuais da Seleção Masculina Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2026. A iniciativa integra a estratégia Seleção Carbono Neutra, lançada pela Confederação Brasileira de Futebol em parceria com o Instituto Climático *Von Bohlen Halbach*.

A transação dos créditos de carbono foi realizada entre o Instituto e a CAIXA, que coordena o Programa de Atividades CAIXA em Resíduos Sólidos Urbanos (PoA CAIXA), programa registrado junto à *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), atuando como entidade responsável pela gestão, governança e conformidade dos projetos participantes perante as Nações Unidas.

O PoA CAIXA tem como objetivo apoiar a modernização da gestão de resíduos sólidos no Brasil, promovendo o encerramento de lixões, a implantação e operação adequada de aterros sanitários, a captura e o aproveitamento energético do biogás, além da geração de créditos de carbono.

Projetos em execução apoiados pelo Fundo Socioambiental (FSA) CAIXA[3]

Desde a sua criação, até Jun26, o FSA já comprometeu mais de R$ 715,6 milhões em 272 projetos voltados ao apoio à inclusão socioeconômica, às inovações para políticas e negócios e ao incentivo à construção de políticas públicas urbanas e ambientais.

Atualmente, o FSA possui 85 projetos em execução em sua carteira, que realizam atividades sociais e ambientais nas diversas regiões do Brasil. No 1S26, foram desembolsados R$ 44,1 milhões nas temáticas de Inclusão Produtiva de Mulheres e Autonomia Econômica; Economia Circular, Reciclagem e Inclusão de Catadores; Recuperação Socioambiental e Eventos Climáticos; Transformação Cultural; Desenvolvimento Territorial, Economia Criativa e Juventude; Transformação

[3] Informações com maior nível de detalhamento sobre o FSA CAIXA podem ser acessadas no sítio eletrônico: https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx

Organizacional; Restauração Ambiental, Bioeconomia e Turismo Regenerativo na Amazônia.

Selo CAIXA Gestão Sustentável

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é um reconhecimento concedido aos municípios que apresentam indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental na gestão pública local, propiciando aumento do bem-estar e da qualidade de vida aos cidadãos, associado ao desenvolvimento urbano sustentável.

O Selo reconhece ações vinculadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, por meio de uma avaliação ampla acerca da gestão municipal contando com vinte e dois indicadores de avaliação, classificados em quatro aspectos: Ambiental, Social, Governança e Climático.

Considerando a relevância da temática ASG para nós e para a sociedade, a ação, além de fomentar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade dos municípios avaliados, possibilita aos certificados acesso a condições diferenciadas na contratação de serviços e produtos do banco. Da mesma forma, podemos auxiliar os municípios a melhorarem os resultados dos seus indicadores com produtos e soluções associados a cada indicador, apoiando entes públicos na qualificação da sua gestão.

Certificamos 329 municípios desde a criação do Selo até Jun26, sendo que 51 municípios conquistaram o Selo no último trimestre.



Pagamento de Benefícios Sociais

Por meio dos canais de atendimento físicos, digitais e da rede parceira, realizamos o pagamento de benefícios no montante de R$ 238,5 bilhões no 1S26, distribuídos em 227,3 milhões de parcelas de transferência de renda, programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros.



Destacamos o pagamento total de R$ 77,1 bilhões pelo Bolsa Família, distribuídos em 114,7 milhões de parcelas para 20,2 milhões de famílias; o pagamento de R$ 101,5 bilhões do INSS, distribuídos em 45,9 milhões de parcelas para 7,6 milhões de beneficiários; e o pagamento de R$ 30,6 bilhões em Seguro Desemprego, distribuídos em 16,2 milhões de parcelas para 5,9 milhões de beneficiários.

Realizamos o pagamento do Abono Salarial, contemplando o valor de R$ 19,2 bilhões para 15,2 milhões de beneficiários no 1S26. Adicionalmente, foram R$ 5,9 bilhões pagos no âmbito do Programa Pé-de-Meia, destinado a 5,3 milhões de estudantes de todo o país. Os pagamentos do Auxílio Gás e de outros programas sociais e regionais registraram o valor de R$ 4,2 bilhões.

Apoio às regiões atingidas por calamidades

No 1S26, apoiamos 510 municípios de diversas regiões do país que foram atingidas por calamidades por meio do Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Enviamos empregados especialistas para prestar apoio técnico às prefeituras e realizar atendimento e suporte à população afetada. Ainda, possuímos Caminhões-Agência, que são utilizados para atender as populações dos municípios afetados.

Mobilizamos equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R$ 6.220,00 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na conta vinculada ao FGTS. Nossas unidades também deram suporte aos

clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata.

Promovemos assessoria técnica aos governos locais para operacionalização dos repasses de recursos. As prefeituras contam com o apoio para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, entre outras.

Programas de Crédito e Parcerias

Programas de Crédito para Entes Públicos

Em relação à carteira de crédito com os Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), no 1S26 foram celebrados 163 novos contratos, totalizando R$ 7,3 bilhões, sendo R$ 5,3 bilhões em 134 operações de crédito FINISA, 20 operações de crédito com recursos FGTS no volume de R$ 2,0 bi e 9 operações de crédito FIIS no valor de R$ 98,4 milhões. No âmbito do Novo PAC FGTS no 1S26, destaca-se a assinatura de 12 contratos, no valor total de R$ 1,7 bilhão.

Ao final do 2T26, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 4,5 mil operações ativas, com saldo de R$ 73,2 bilhões e atendimento a 1,8 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil. A carteira com operações de crédito encerrou o trimestre com um índice de adimplência de 99,95%.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União para Estados e Municípios

Atuamos como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral da União, permitindo que municípios de todo o país tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequadas à realidade de cada município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 1S26, foram celebradas 2,1 mil novas operações de repasse, totalizando R$ 7,2 bilhões de investimentos. Nesse mesmo período, foram concluídas 1,5 mil obras, totalizando o valor total de R$ 2,6 bilhões em investimentos.

Apoio à Inovação

No 1S26, originamos R$ 721,3 milhões em operações de Crédito Descentralizado da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com participação aproximada de 21% do montante financiado e liderança nacional no *ranking* de contratações.

O desempenho reforça nosso compromisso com o fomento à inovação, à competitividade empresarial e ao desenvolvimento sustentável, ampliando o acesso das empresas brasileiras a recursos destinados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Somente no 1S26, foram desembolsados aproximadamente R$ 190 milhões para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em diversos segmentos produtivos.

Análise de Desempenho e Resultado[4]

Lucro Líquido

No 2T26, o lucro líquido contábil foi de R$ 3,9 bilhões, aumento de 5,9% na comparação com o 2T25 e de 12,4% em relação ao 1T26. O lucro líquido recorrente no 1S26 totalizou R$ 7,4 bilhões, redução de 17,6% na comparação com 1S25.

Em R$ milhões	2T26	1T26	Δ%	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Margem Financeira	19.664	18.280	7,6	16.358	20,2	37.944	32.710	16,0
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(6.966)	(6.518)	6,9	(3.525)	97,6	(13.484)	(5.617)	140,0
Resultado da Intermediação Financeira	12.698	11.762	8,0	12.834	-1,1	24.460	27.093	-9,7
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.573	7.355	3,0	6.706	12,9	14.928	13.241	12,7
Despesas Administrativas	(11.442)	(11.511)	-0,6	(10.800)	5,9	(22.953)	(21.661)	6,0
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.368)	(3.696)	-8,9	(2.857)	17,9	(7.064)	(3.469)	103,7
Despesas Tributárias	(1.469)	(1.451)	1,2	(1.320)	11,3	(2.920)	(2.473)	18,1
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	929	988	-6,0	866	7,3	1.917	1.731	10,8
Constituição e Reversão de Provisões	(1.579)	(787)	100,6	(699)	125,9	(2.367)	(1.910)	23,9
Resultado Operacional	3.343	2.660	25,7	4.730	-29,3	6.003	12.552	-52,2
Resultado Não Operacional	(53)	(70)	-24,4	(104)	-49,2	(123)	(87)	41,3
IR, CSLL, PLR e Part. dos não Controladores	609	879	-30,7	(944)	-	1.488	(2.681)	-
Lucro Líquido Contábil Consolidado	3.899	3.469	12,4	3.682	5,9	7.368	9.784	-24,7
Eventos Não Recorrentes	-	-	-	-	-	-	846	-
Lucro Líquido Recorrente	3.899	3.469	12,4	3.682	5,9	7.368	8.938	-17,6

A margem financeira alcançou R$ 19,7 bilhões no 2T26, crescimento de 20,2% na comparação com o 2T25 e 7,6% em relação ao 1T26. No semestre, a margem financeira totalizou R$ 37,9 bilhões, aumento de 16,0% na comparação com o 1S25.

No 2T26, as receitas de intermediação financeira somaram R$ 68,7 bilhões, aumento de 14,4% em relação ao 2T25 e de 5,5% quando comparadas ao 1T26. No 1S26 essas receitas totalizaram R$ 133,7 bilhões, aumento de 16,2% em relação ao 1S25.

As despesas de intermediação financeira alcançaram R$ 49,0 bilhões no 2T26, crescimento de 12,2% em relação ao 2T25 e de 4,7% em comparação ao 1T26. No semestre essas despesas somaram R$ 95,8 bilhões, aumento de 16,2% em relação ao 1S25.

[4] Informações com maior nível de detalhamento acerca do desempenho operacional e financeiro da CAIXA no período estão disponíveis no Relatório de Análise de Desempenho, podendo ser acessado no sítio eletrônico: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/.

A despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi R$ 7,0 bilhões no 2T26, aumento de 97,6% quando comparada ao 2T25 e de 6,9% em relação ao 1T26. No 1S26, as despesas alcançaram R$ 13,5 bilhões, aumento de 140,0% quando comparadas ao 1S25. Na análise comparativa com 2025, deve-se considerar que a Resolução CMN nº 4.966/2021 passou a vigorar em 1º de janeiro daquele ano, impactando a base de comparação dos períodos.

A referida norma promoveu alterações relevantes nos critérios de mensuração, reconhecimento e constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, substituindo o modelo anterior, baseado predominantemente em perdas incorridas, por uma metodologia prospectiva fundamentada no conceito de perda esperada. Dessa forma, as variações observadas entre os períodos refletem, em parte, os efeitos da transição regulatória.

As receitas de prestação de serviços (RPS) totalizaram R$ 7,6 bilhões no 2T26, aumento de 12,9% em relação ao 2T25 e de 3,0% na comparação com o 1T26. No 1S26 essas receitas alcançaram R$ 14,9 bilhões, aumento de 12,7% em relação ao 1S25.

As despesas administrativas (despesas de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R$ 11,4 bilhões no 2T26, aumento de 5,9% em relação ao 2T25 e redução de 0,6% em comparação ao 1T26. Essas despesas foram R$ 23,0 bilhões no 1S26, aumento de 6,0% em relação ao 1S25.

Ativos

Nossos ativos totalizaram R$ 2,4 trilhões em Jun26, aumento de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 1,2% frente a Mar26. O crescimento em 12 meses foi influenciado pelo aumento de 11,9% na carteira de crédito e de 20,7% na carteira de TVM e derivativos.

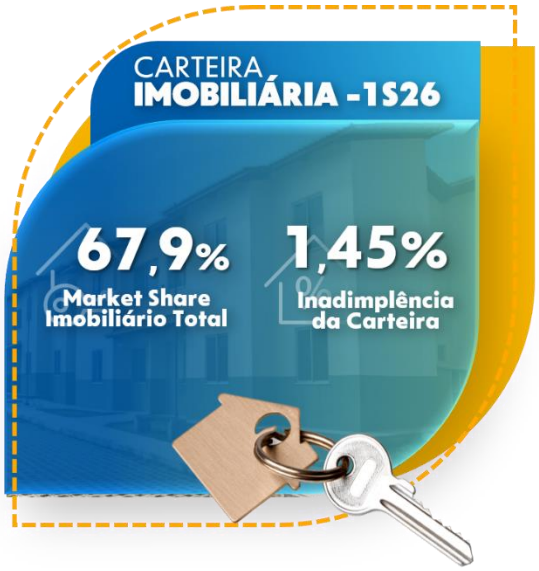
Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou Jun26 com saldo de R$ 1,448 trilhão, crescimento de 11,9% em relação a Jun25 e 2,7% quando comparado a Mar26. Destaque para os aumentos em doze meses de 15,0% no setor imobiliário e 8,7% em Crédito Comercial PF.

No 2T26, foram concedidos R$ 185,3 bilhões em crédito total, aumento de 14,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior e de 2,8% em comparação com o 1T26. No 1S26, totalizou R$ 365,6 bilhões em crédito total, aumento de 16,3% em comparação com o 1S25.



Somos o banco que apoia o brasileiro na conquista da casa própria, mantendo a liderança de mercado no segmento imobiliário, com 67,9% de *market share* em financiamentos imobiliários totais. O índice de inadimplência da carteira foi de 1,45% ao final de Jun26, aumento de 0,19 p.p. na comparação com Jun25 e redução de 0,15 p.p. em relação a Mar26.



O saldo da carteira imobiliária finalizou Jun26 em R$ 1,005 trilhão, crescimento de 15,0% em relação a Jun25 e 4,0% quando comparado a Mar26. No 2T26 foram R$ 73,3 bilhões em contratações (considerando recursos CAIXA e FGTS), aumento de 28,2% em relação ao 2T25 e de 14,1% quando comparado ao 1T26. No 1S26, o volume contratado totalizou R$ 137,6 bilhões, crescimento de 29,3% em comparação ao 1S25.

O segmento de crédito comercial PF encerrou Jun26 com R$ 156,5 bilhões de saldo em carteira, aumento de 8,7% em relação a Jun25 e de 1,0% quando comparado a Mar26. O destaque permanece sendo o crédito consignado, com R$ 115,7 bilhões de saldo, crescimento de 7,4% em comparação a Jun25, e representando 73,9% da carteira comercial PF. Com relação às contratações no segmento PF, no 2T26 estas alcançaram o valor de R$ 80,9 bilhões, aumento de 12,3% na comparação com o 2T25 e redução de 1,6% em relação ao 1T26. No 1S26, foram R$ 163,0 bilhões em contratações, aumento de 13,2% na comparação com o 1S25.

O saldo da carteira de crédito comercial PJ encerrou Jun26 com R$ 113,9 bilhões, aumento de 6,5% em relação a Jun25 e redução de 0,4% quando comparado a Mar26.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R$ 110,5 bilhões ao final de Jun26, crescimento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 0,7% quando comparado a Mar26.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R$ 62,3 bilhões ao final de Jun26, aumento de 3,0% em comparação com Jun25 e redução de 4,0% em relação a Mar26.

Qualidade da Carteira

O índice de inadimplência da carteira de crédito total encerrou Jun26 em 3,64%, aumento de 0,98 p.p. em relação a Jun25 e redução de 0,07 p.p. quando comparado a Mar26. O índice de provisão encerrou Jun26 em 4,76%, aumento de 0,52 p.p. em relação a Jun25 e de 0,03 p.p. quando comparado a Mar26. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 131,04%, redução de 32,7 p.p. em comparação a Jun25 e aumento de 3,4 p.p. em relação a Mar26.

A carteira de crédito total da CAIXA possui 91,0% de seu saldo em Estágio 1 (classificação de menor risco), com grande concentração em operações de longo prazo, principalmente em razão da carteira imobiliária, que corresponde a 69,4% da carteira total. Além da carteira imobiliária, as operações com garantias se concentram nos segmentos de Infraestrutura e Saneamento, Governo, Agronegócio, Créditos Comerciais cobertos por Fundos Garantidores, Penhor e CAIXA Hospitais.

Captações

As captações encerraram Jun26 com saldo de R$ 2,052 trilhões, crescimento de 13,0% em relação a Jun25 e de 0,9% em relação a Mar26, com destaque para a poupança, que representa R$ 405,6 bilhões, aumento de 3,9% na variação anual e de 3,4% na trimestral. Mantemos a liderança no segmento de poupança, aumentando nossa participação de mercado de 38,3% em Jun25 para 39,7% em Jun26.

Ao final de Jun26, as letras alcançaram saldo de R$ 308,8 bilhões, crescimento de 17,0% sobre Jun25 e 1,0% em relação a Mar26. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 21,8% em relação a Jun25 e 2,1% quando comparado a Mar26, finalizando Jun26 com saldo de R$ 271,2 bilhões.

Em depósitos a prazo, os CDBs apresentaram crescimento no período, com variação positiva de 24,1% em 12 meses e 11,8% na comparação com Mar26, finalizando Jun26 com o saldo de R$ 233,3 bilhões.

Liquidez

No 2T26, o índice de liquidez de curto prazo (LCR) foi de 260,7%, aumento de 13,4 p.p. em 12 meses e redução de 5,3 p.p. no trimestre.

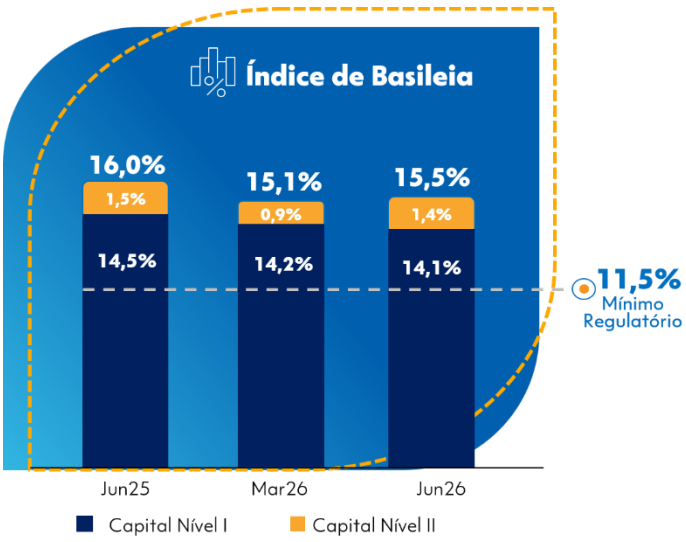
Conforme Resolução BACEN nº 54/20, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

Patrimônio Líquido

Encerramos Jun26 com um patrimônio líquido de R$ 156,0 bilhões, crescimento de 5,7% em 12 meses e de 1,9% no trimestre.

Basileia

Registramos o Índice de Basileia de 15,5% ao final de Jun26, superior em 4,0 p.p. ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.



Destacamos a estrutura de capital, que evidencia a capacidade de executar nosso planejamento estratégico de maneira sustentável.

Em relação aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), em Mai26 foram pagos à União R$ 969,3 milhões referentes aos juros remuneratórios dos contratos de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Adicionalmente, em Jun26 houve o pagamento de R$ 1,0 bilhão relativo à devolução de valores de IHCD, em cumprimento ao cronograma estabelecido com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Tribunal de Contas da União.

Conglomerado CAIXA

CAIXA Seguridade

A CAIXA Seguridade registrou um Lucro Líquido Gerencial de R$ 1,1 bilhão no trimestre, equivalente a um crescimento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 11,4% na comparação com o 1S25. Esse desempenho reflete a execução consistente da estratégia e a robustez de sua estrutura de parcerias, que seguem sustentando a geração de valor e a entrega recorrente de resultados. Sob a ótica contábil, em

conformidade com a norma CPC 50 (IFRS 17), o lucro líquido auferido no período totalizou R$ 1,2 bilhão, crescimento de 12,8% em relação ao 2T25.

No 2T26, o resultado financeiro, na visão agrupada — que considera o efeito de todas as participações na proporção atribuível à CAIXA Seguridade — apresentou crescimento de 19,3% em relação ao 2T25 e representou 35,2% do Lucro Líquido do período. O crescimento reflete o aumento do saldo médio das aplicações financeiras das investidas, com destaque para a Caixa Vida e Previdência (+12,5%) e para a Caixa Capitalização (+90,7%). No 1S26, o resultado financeiro registrou alta de 18,8%. Como consequência, o Índice Combinado Ampliado (ICA) apresentou melhora de 0,3 ponto percentual frente ao 2T25, impulsionado pelo crescimento do resultado financeiro e pela redução da sinistralidade entre os períodos.

Na edição de 2026 do *ranking* Brand Finance Brazil 100, divulgada em junho, a CAIXA Seguridade consolidou sua posição entre as marcas mais relevantes do país. A Companhia foi reconhecida como a marca do setor segurador que mais cresceu em força no período analisado.

CAIXA Asset

Ao final do 2T26, a CAIXA Asset alcançou um total de R$ 661,2 bilhões de ativos sob gestão, crescimento de 9,5% em relação ao fechamento do exercício do ano anterior. Ao final de Mai26, a instituição alcançou 5,7% de *market share*, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Em relação à quantidade de cotistas, no 2T26, os fundos geridos pela CAIXA Asset encerraram o período com 1,7 milhão de investidores, por meio dos 456 produtos sob gestão e distribuídos na CAIXA.

As premiações também foram uma constante para a instituição e fizeram parte do 1S26. Foram 11 participações nos *rankings* de projeções do Ministério da Fazenda, além de figurar no *ranking* Top 5 da Pesquisa Focus, obtendo o 1º lugar nas projeções para a Taxa Selic, referentes à última reunião de 2025 e à primeira reunião de 2026.

CAIXA Cartões

O 2T26 foi marcado por avanços nas verticais de cartões, adquirência, pré-pagos e fidelidade, além da evolução de iniciativas voltadas à eficiência operacional, experiência do cliente e conformidade regulatória, conservando a trajetória de crescimento e fortalecimento do ecossistema de meios de pagamento do Conglomerado CAIXA.

No âmbito das operações de meios de pagamento, foram ampliados os canais de comunicação para confirmação de compras recusadas por prevenção à fraude e implementada a nova estrutura de serviços da URA do Contact Center de Cartão de Crédito, contribuindo para maior segurança das transações, redução de recusas

indevidas, ampliação do autosserviço, agilidade no atendimento e melhoria dos indicadores de qualidade, satisfação e NPS.

O período também foi marcado pelo reconhecimento da CAIXA Cartões no prêmio Melhores do Ano Elo, em maio, na categoria "Excelência em Autorização e Prevenção à Fraude CP e CNP Emissor", evidenciando a maturidade operacional da Companhia, a efetividade dos processos, a robustez dos mecanismos de prevenção e monitoramento de fraudes e o elevado padrão de governança, segurança e confiabilidade de suas operações.

CAIXA Loterias

No 2T26, a CAIXA Loterias registrou arrecadação de R$ 6,2 bilhões, representando um crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2025, e totalizando R$ 12,2 bilhões no 1S26.

Em R$ milhões	2T26	1T26	Δ %	2T25	Δ %	1S26	1S25	Δ %
Prêmio Líquido*	2.289	2.526	-9,4	2.139	7,0	4.815	4.278	12,6
Destinação Social	2.362	3.167	-25,4	2.297	2,8	5.529	4.422	25,0
Seguridade	1.042	1.006	3,6	1.027	1,5	2.048	1.956	4,7
Segurança	591	572	3,4	583	1,5	1.163	1.115	4,4
Esporte	460	431	6,6	435	5,8	891	823	8,2
Educação	94	75	25,8	81	16,5	168	198	-15,1
Cultura	173	168	3,4	171	1,4	341	327	4,5
Saúde	0,9	0,6	52,4	0,5	68,4	1,5	0,9	63,5
Outros	1,1	1,1	6,8	0,9	22,2	2,2	2,6	-15,9
Tributos (IR sobre prêmio)	457	914	-50,0	409	11,5	1.370	1.040	31,8
Custeio e Manutenção	1.117	1.141	-2,1	1.159	-3,6	2.259	2.211	2,2
Total Arrecadado**	**6.225**	**5.967**	**4,3**	**6.065**	**2,6**	**12.192**	**11.570**	**5,4**

*Pode contemplar prêmios decorrentes de apostas realizadas no trimestre anterior, pois considera a data de pagamento do prêmio.
**Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

Durante o trimestre, no que se refere à atuação da CAIXA Loterias no âmbito dos temas riscos, *compliance* e integridade, foram realizados trabalhos com foco nas práticas voltadas à gestão da Segurança da Informação, visando manutenção das Certificações ISO/IEC 27001 e WLA-SCS. A obtenção, pela CAIXA Loterias, do mais alto nível de certificação da WLA – nível 2 – ratifica o atendimento e certificação pelo Padrão ISO/IEC 27001 para sistemas de gerenciamento de segurança da informação nos processos de gestão de sorteios, apuração e pagamentos de prêmios sob a responsabilidade das Loterias CAIXA.

A Companhia possui certificação de Nível 3 de Jogo Responsável, emitida pela World Lottery Association (WLA), validando internacionalmente a eficácia das ações adotadas no âmbito do Programa Jogo Responsável. Esse programa busca inibir o comportamento compulsivo, prevenir o jogo para menores de 18 anos e orientar as pessoas quanto à existência de tratamento e prevenção de danos relacionados a jogos.

Governança Corporativa[5]

A nossa Governança Corporativa constitui o sistema formado por princípios, regras, estruturas, instrumentos e processos pelos quais a organização é dirigida e monitorada, com vistas à proteção dos direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável.

A ética, enquanto conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão, embasa os cinco princípios de governança corporativa a seguir – integridade, transparência, responsabilização (*accountability*), equidade e sustentabilidade – e as melhores práticas para alcançá-los:

- **Integridade**: praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação, preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente;

- **Transparência**: disponibilizar para as partes interessadas informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos;

- **Responsabilização**: desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões;

- **Equidade**: tratar o sócio único e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração: direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente;

- **Sustentabilidade**: zelar pela viabilidade econômico-financeira, reduzir as externalidades negativas de nossos negócios e operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos.

Destacamos os nossos principais instrumentos de Governança Corporativa, que norteiam a atuação dos agentes de governança para garantir a qualidade e efetividade do processo decisório:

- Estatuto Social;
- Políticas;
- Modelo de Tomada de Decisão;

[5] Informações com maior nível de detalhamento sobre a governança corporativa CAIXA podem ser acessadas no sítio eletrônico: https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/paginas/default.aspx.

- Manuais Normativos;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Regime de Alçadas;
- Arquitetura Organizacional.

Gestão de Pessoas

As atividades na área de pessoas perpassam toda nossa estratégia para mantermos o protagonismo na transformação de vida das pessoas, além de humanizar relações de trabalho, fortalecer o relacionamento com os clientes, viabilizar o acesso à moradia, fortalecer a governança e a eficiência operacional, promover políticas de sustentabilidade e gerar valor nos relacionamentos ao ofertar soluções inovadoras em negócios, tecnologia e ambiência.

Em Jun26, contávamos com 84,1 mil empregados atuando nas agências, filiais e matriz; sendo 46,9 mil homens e 37,2 mil mulheres. Desse total, 4,7 mil são Pessoas com Deficiência (PcD), o que corresponde a 5,6% do quadro do banco.

Adicionalmente, destacam-se as oportunidades disponibilizadas aos jovens: são 7 mil talentos em formação que atuam como estagiários e aprendizes em todas as regiões do Brasil.

Tendo em vista que as ações de treinamento e capacitação são fundamentais para a transformação digital no banco, atuamos continuamente na qualificação de nossos empregados, ofertando soluções educacionais que favorecem o desenvolvimento de capacidades digitais.

Transformação Digital – Certificações

Visando promover a capacitação contínua dos nossos empregados com os modelos, estruturas e premissas das organizações voltadas à transformação digital, disponibilizamos aos empregados certificações externas reembolsáveis para os profissionais atuantes no programa, assim como a relação de certificações aprovadas segundo o papel desempenhado na unidade ágil.

As certificações ajudam a preparar os empregados para o futuro do trabalho, contribuem com nossa competitividade no mercado bancário, estimulam a inovação e criatividade, além de melhorarem a produtividade e eficiência das equipes, promovendo redução de custos e uma maior adaptação às mudanças.

Liderança Feminina

A promoção da liderança feminina permanece como uma das prioridades de nossa estratégia de equidade de gênero, por meio de ações voltadas ao desenvolvimento profissional, à mentoria, à capacitação e ao aperfeiçoamento dos processos de ascensão na carreira. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas educacionais promovidas pela Universidade CAIXA, que fortalecem a atuação institucional para ampliação da participação de mulheres em posições de liderança.

Nosso compromisso contínuo com a promoção da igualdade de oportunidades foi novamente reconhecido com a conquista, pela sétima edição consecutiva, do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério das Mulheres.

Transformação Cultural

O Programa de Transformação Cultural é uma iniciativa estratégica que busca implementar uma cultura organizacional que suporte a Estratégia Corporativa 2030. Para isso, contempla ações estruturadas, como desenvolvimento de lideranças, atuação de embaixadores da cultura, programas de capacitação, comunicação interna e monitoramento contínuo de indicadores. A Cultura-alvo atua como elemento direcionador da melhoria dos ambientes organizacionais, favorecendo a segurança psicológica e resultados sustentáveis.

Integridade, Riscos e Controles Internos

Adotamos um processo de melhoria contínua do ambiente anticorrupção e prevenção ao assédio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que orientam os empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.

O nosso Programa de Integridade tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos, praticados na forma ativa ou passiva, assegurando a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de integridade.

O Programa está alinhado aos princípios e às diretrizes da nossa Política de Controle Interno, *Compliance* e Integridade, observando também as diretrizes da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA (disponíveis para acesso no link: https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/estatuto-politicas).

Salienta-se que o Programa está estruturado em cinco pilares: (i) Comprometimento da Alta Administração; (ii) Gestão Adequada de Riscos; (iii) Protocolos de Integridade; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Monitoramento e Medidas Disciplinares, que funcionam de forma conjunta e sistêmica, interrelacionando-se e possibilitando o aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade CAIXA.



Esses pilares perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações emanadas pela Controladoria-Geral da União.

O modelo de gestão do Programa ocorre por meio da coordenação, monitoramento, controle e avaliação de instrumentos e mecanismos transversais sob responsabilidade dos atores do Ecossistema de Integridade, que contribuem para mitigar o risco à integridade em suas respectivas áreas de atuação, à medida que identificam fragilidades e práticas ilícitas.

Assim, é um processo dinâmico, em que os principais atores do Ecossistema trabalham juntos e de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade do Programa, o aprimoramento dos mecanismos de controles internos e uma atuação pautada em relacionamentos éticos e na sustentabilidade dos nossos negócios e resultados.

A articulação centralizada pela Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Integridade confere maior transparência e celeridade para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, visando fortalecer nossa imagem e reputação em patamares de excelência e de reconhecimento pela sociedade e pelo mercado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP

Atuamos em estrito cumprimento às normas de PLD/FTP, em especial as emanadas do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários. Nesse sentido, dispomos de política, procedimentos e controles internos voltados para a temática com o intuito de prevenir sua utilização para a prática destes ilícitos.

Investimos na aplicação das mais modernas técnicas e metodologias de analytics, data science e machine learning para a constante evolução dos mecanismos de monitoramento

e controle, visando à identificação de situações suspeitas, que são devidamente reportadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), contribuindo para a integridade e proteção do Sistema Financeiro Nacional.

A gestão da cultura e a capacitação nesta temática são instrumentos fundamentais para assegurar o cumprimento da nossa Política de PLD/FTP. Promovemos continuamente treinamentos e capacitação aos empregados, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura organizacional consciente e proativa na prevenção de atividades ilícitas.

No 8º Congresso Internacional do Instituto de Integridade, ESG, Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (IPLD), um dos principais eventos do país sobre o tema, que ocorreu em Mai26, recebemos o reconhecimento por nossa atuação em PLD/FTP, como a organização com o maior número de empregados certificados nos últimos 12 meses, certificações que atestam elevado conhecimento técnico e aderência às melhores práticas da área, evidenciado nosso protagonismo e alinhamento às melhores práticas de mercado.

Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Adotamos o Modelo das Três Linhas para o gerenciamento de riscos, que atribui papéis e responsabilidades a todos os níveis da organização para além da área de riscos e auditoria. Esse modelo fortalece a governança e contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, minimizando perdas.

Por meio da nossa estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, são implementados modelos, metodologias, sistemas, rotinas e indicadores que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e reporte para a mitigação de efeitos adversos resultantes dos riscos incorridos, inclusive em cenários de normalidade e de estresse.



Monitoramos e avaliamos periodicamente o modelo de gestão de riscos, visando elevar a maturidade da sua estrutura, em aderência às melhores práticas e conformidade às normas internas.

Adicionalmente, possuímos Sistema de Controles Internos (SCI), uma ferramenta de gestão, composto por um conjunto de políticas, metodologias, procedimentos e atores

institucionais em busca de um interesse comum: a consecução dos objetivos estratégicos da organização.

A importância do SCI é corroborada pelas publicações da Resolução CMN nº 4.968/2021 e da Resolução CMN nº 5.178/2024, que, dentre as principais disposições, destacam o foco no monitoramento contínuo das atividades de controle, a adequada segregação de funções e a independência das áreas com vistas a evitar situações de conflito de interesses e assegurar o envolvimento ativo da Alta Administração no fortalecimento de nossos controles internos.

Realizamos a supervisão dos controles internos das participações societárias, da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos processos de Mercado de Capitais, contemplando a intermediação, custódia e ofertas públicas de valores mobiliários, bem como o monitoramento de indicadores de 1ª linha, de acordo com as atividades mandatórias, reforçando nosso compromisso com a conformidade regulatória.

Canal de Denúncias[6]

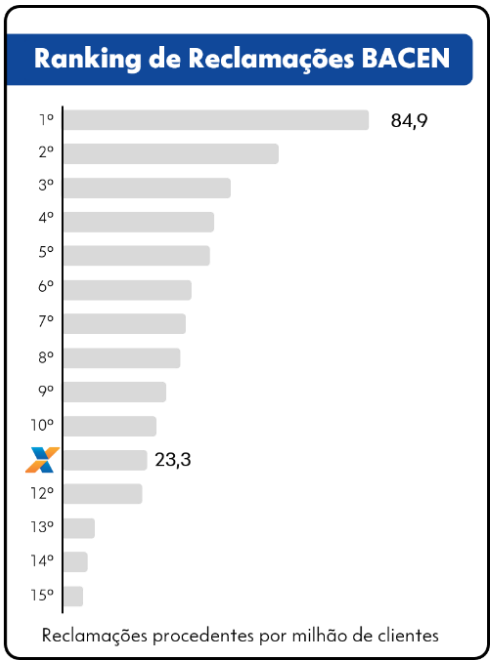
O Canal de Denúncias é um mecanismo para recebimento de denúncias internas e externas, anônimas ou não, sobre a colaboração ou a prática de atos suspeitos de corrupção ou de outros atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira, com o estabelecimento de regras de não retaliação e proteção ao denunciante de boa fé.

O canal é hospedado em ambiente seguro, fora do ambiente tecnológico da CAIXA e administrado pela empresa Aliant (integrante do grupo ICTS), com gestão operacional pela unidade de Ouvidoria, que pode sugerir melhorias no processo/sistema, enquanto unidade de 1ª linha. Ainda, há unidade de 2ª linha que avalia se o processo de recepção e apuração de denúncias está adequado, a fim de mitigar riscos operacionais e de integridade.

Por meio do referido canal, empregados, ex-empregados, membros estatutários, colaboradores, prestadores de serviço, clientes, parceiros, fornecedores ou qualquer cidadão pode reportar as denúncias com indícios da prática de irregularidade ou de ato ilícito envolvendo a CAIXA.

[6] O canal de denúncias pode ser acessado no sítio eletrônico: https://www.caixa.gov.br/atendimento/canal-denuncia/paginas/default.aspx

Ouvidoria



Mantivemo-nos na 11ª colocação no *ranking* de Reclamações do BACEN do 2T26. O *ranking* é formado a partir das reclamações do público, registradas nos canais de atendimento do BACEN, e a classificação das instituições se dá em ordem decrescente do índice de reclamações, ou seja, da instituição mais reclamada para a menos reclamada.

Rotineiramente são produzidas informações quantitativas e qualitativas pela Ouvidoria com relação às reclamações registradas, as quais são encaminhadas aos principais Comitês, além de todos os dirigentes e gestores de produtos e serviços para avaliação e desenvolvimento de ações que visem aprimorar a jornada dos nossos clientes.

Distribuição de Dividendos e JCP

Conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998 e no Estatuto Social (art. 80), distribuímos à União no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social.

Em Mai26, a título de distribuição de resultados ao controlador, pagamos à União o valor de R$ 582,0 milhões, na forma de juros sobre capital próprio (JCP).

Auditoria Independente

Possuímos processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são publicadas no Diário Oficial a cada contrato ou aditivo.

Agradecimentos

O desempenho alcançado no período reflete a estratégia corporativa alinhada ao engajamento e trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho e comprometimento. Agradecemos também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade, que nos impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento, tão essencial ao nosso desenvolvimento.

Administração.

Glossário

Ambiental, Social e Governança (ASG): Métodos para medir as práticas ambientais (inclusive relacionados ao clima), sociais e de governança de uma empresa, podendo ser usados para investimentos com critérios de sustentabilidade.

Cobertura da Provisão: Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa dividido pelo saldo inadimplente.

Inadimplência: Relação percentual do somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 dias e não baixado em prejuízo pelo saldo total da carteira de crédito.

Índice de Basileia: Índice que permite avaliar a capacidade de uma instituição financeira para enfrentamento aos riscos de crédito, mercado e operacional.

Juros sobre Capital Próprio (JCP): Juros pagos ou creditados de maneira individualizada a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

Margem financeira: Diferença entre receitas e despesas de intermediação financeira, antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Market Share: Indicador de mercado que calcula a porcentagem de participação de uma empresa no seu segmento de atuação.

Modelo das Três Linhas: Modelo de gerenciamento de riscos adotado pela CAIXA organizado em três linhas que possuem papéis e responsabilidades específicas sobre gestão de riscos e ambiente de controle.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecendo educação de qualidade ao longo da vida para todos, protegendo o planeta e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Pé-de-Meia: Programa que oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de colégios públicos para estimular a permanência e a conclusão dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

Sandbox CAIXA: Ambiente controlado para testes de produtos, serviços e processos inovadores, visando validar soluções antes de sua implantação em larga escala.

Saque Calamidade: Modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural que tenha atingido a sua área de residência.

CAIXA

É POR VOCÊ. É POR TODO O BRASIL.

ri.caixa.gov.br

Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA LP - RESP LIMITADA	CNPJ: 05.164.356/0001-84
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 65722
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CNPJ: 00.360.305/0001-04

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI BRASIL TP LP

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA LP - RESP LIMITADA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.caixa.gov.br . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa

Restrições de Investimento: O FUNDO destina-se a acolher investimentos de RPPS, entes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, previamente cadastrados perante a ADMINISTRADORA e fundos de investimentos .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: Proporcionar rentabilidade por meio da aplicação em carteira composta por títulos públicos federais, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. Investir em carteira composta por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com prazo médio superior a 365 dias, estando exposto ao risco das variações das taxas prefixadas, pós fixadas e/ou índices de preços.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**0%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**0%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**N**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 0,01**
Investimento adicional mínimo	**R$ 0,01**
Resgate mínimo	**R$ 0,01**
Horário para aplicação e resgate	**17:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 0,01**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **0** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**0,2%** Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo: **0,20% ao ano**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: Não há.
Taxa de desempenho/performance	**Não há.**
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,2104%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **02/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.caixa.gov.br .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 11.229.374.861,63 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos públicos federais	**78,5%**
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	**21,45%**
Derivativos	**0,02%**

6. RISCO: o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 2

Menor Risco				Maior Risco
1	2	3	4	5

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 48,0914%. No mesmo período o índice de referência [CDI 100%] variou 49,0082%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI 100%]
2024	7,77%	7,99%	97,19%
2023	12,98%	13,05%	99,48%
2022	12,43%	12,37%	100,42%
2021	4,34%	4,4%	98,71%
2020	2,46%	2,77%	88,76%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI 100%]
10	0,96%	1%	95,8%
11	0,91%	0,92%	99,27%
12	0,9%	0,9%	100,08%
1	0,95%	0,97%	98,32%
2	0,79%	0,8%	98,05%
3	0,79%	0,83%	95,28%
4	0,8%	0,89%	89,98%
5	0,79%	0,83%	95,2%
6	0,78%	0,79%	98,34%
7	0,91%	0,91%	100,84%
8	0,86%	0,87%	99,68%
9	0,83%	0,83%	99,83%

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.107,04, já deduzidos impostos no valor de R$ 22,71.

A taxa de ingresso teria custado R$ 0,00. A taxa de saída teria custado R$ 0,00. O ajuste sobre performance individual teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 2,09.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **6,95**	R$ **12,83**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **324,05**	R$ **597,68**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não se aplica

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 08007260101

b. Página na rede mundial de computadores www.caixa.gov.br

c. Reclamações: www.caixa.gov.br

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

b. **Serviço de Atendimento ao Cidadão em** http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

Consulta de Formulário de Informações Complementares

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência	14/09/2018 Exibir
Nome do Fundo	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REF DI LP - RESP LIMITADA
CNPJ do Fundo	11.061.230/0001-87
Tipo do Fundo	FDOS DE INVESTIMENTO
Cód. CVM	142492
Administrador	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ do Administrador	00.360.305/0001-04

Formulário de Informações Complementares

Informações Complementares de código:
35163

CNPJ do fundo:
11.061.230/0001-87

Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

Local, Meio ou forma de divulgação

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Diariamente

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários- www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Sempre que houver alteração do seu conteúdo

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado por canais eletrônicos da ADMINISTRADORA

Descrição da forma de Divulgação:
Mensalmente

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada por meios eletrônicos, conforme Regulamento, e disponibilizada na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br. O resumo das deliberações será disponibilizado por meios eletrônicos

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

Tipo do meio de divulgação: Físico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala: 0800-726-2492

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo
O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos:Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.Risco proveniente do uso de derivativos: possibilidade dos instrumentos de derivativos não produzirem os efeitos esperados, bem como, ocasionarem perdas aos cotistas quando da realização ou vencimento das operações.Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado.Risco de concentração: eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas.Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação.Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores exógenos diversos.Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.

Informações Políticas sobre o gestor

Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira: Não

Descrição da politica relativa ao exercicio de direito do voto:
A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido
As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda (IR) e sujeitam-se a alíquota zero de IOF-Títulos e Valores Mobiliários, salvo aquelas realizadas nos termos do Decreto n° 6.306/2007 e alterações posteriores, que poderão estar sujeitas a incidência de IOF. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos no FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I - 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência; II - 20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência; III - 17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência; IV - 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência. B) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos no FUNDO à alíquota de 15%. C) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A. D) Incidirá IOF - Títulos e Valores Mobiliários à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos auferidos, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site www.caixa.gov.br. E) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez
A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

Informações de Risco

Informação se existe ou não agência de classificação de rating
Não

CNPJ

Nome do Prestador
N/A

Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada
N/A

Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM
N/A

Detalhamento do administrador

Apresentação do administrador
A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; - Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

Apresentação do gestor de recursos
A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

Detalhamento do Serviço Prestado

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Administração

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Gestão da Carteira

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Distribuição de Cotas

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Escrituração de Cotas

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Auditoria Independente

Nome do Prestador:
KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

Detalhamento de Distribuição

Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico: Sim

Descrição detalhada
As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros.

Outras Informações

Informações sobre autorregulação anbima:
ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

Demais informações relevantes ao investidor
Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO BAIXA SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retornos investindo em ativos e derivativos de renda fixa. Esses Fundos devem possuir duration média ponderada da carteira inferior a 21 (vinte e um) dias úteis e buscam minimizar a oscilação nos retornos promovida por alterações nas taxas de juros futuros. Os Fundos que possuírem ativos no exterior deverão realizar o hedge cambial desta parcela, excluindo estratégias que impliquem exposição em moeda estrangeira ou em renda variável (ações etc.). Estão nesta categoria também os Fundos que buscam retorno investindo em ativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais.Parâmetros de Movimentações: Investimento inicial mínimo: R$ 20.000.000,00; Investimento Adicional mínimo: R$ 1.000,00; Resgate mínimo: R$ 1.000,00; Valor mínimo de permanência: R$ 300.000,00; Horário para aplicação e resgate: 17:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o

cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

Fale com a CVM

Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Set/2024 Exibir	
Nome do Fundo/Classe: CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REF DI LP - RESP LIMITADA	CNPJ: 11.061.230/0001-87
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 142492
Subclasse (se aplicável):	
Administrador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CNPJ: 00.360.305/0001-04

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI TOPAZIO CORPORATIVO RF REF DI LP

Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REF DI LP - RESP LIMITADA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no www.caixa.gov.br . As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa

Restrições de Investimento: o FUNDO destina-se a receber aplicações de pessoas jurídicas privadas, com sede no Brasil, cadastradas previamente perante a ADMINISTRADORA .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: Proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em títulos públicos federais, de forma a acompanhar as variações diárias da taxa do Depósito Interfinanceiro - DI, com prazo médio da carteira superior a 365 dias

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. Investir no mínimo 95% do patrímonio líquido do FUNDO em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, à variação do Depósito Interfinanceiro - DI (CETIP)

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	**0%**
Aplicar em crédito privado até o limite de	**0%**
Aplicar em um só fundo até o limite de	**0%**
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	**S**
Alavancar-se até o limite de	**0%**

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	**R$ 3.000.000,00**
Investimento adicional mínimo	**R$ 100,00**
Resgate mínimo	**R$ 100,00**
Horário para aplicação e resgate	**17:00**
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	**R$ 300.000,00**
Prazo de carência	**Não há.**
Condições de carência	**Não há.**
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas **no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.** **No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.**
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de **0** dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	**0,1%** Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo: **0,10% ao ano**
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do **fundo** o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: Não há.
Taxa de desempenho/performance	
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram **0,1067%** do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de **02/10/2023** a **30/09/2024** . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em **www.caixa.gov.br .**

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R$ 10.646.217.363,73 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	**54,42%**
Títulos públicos federais	**45,57%**

6. RISCO: o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 1

Menor Risco	**Maior Risco**

1	2	3	4	5

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 48,6136%. No mesmo período o índice de referência [CDI 100%] variou 49,0082%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI 100%]
2024	8%	7,99%	100,13%
2023	13,01%	13,05%	99,68%
2022	12,53%	12,37%	101,25%
2021	4,45%	4,4%	101,27%
2020	2,36%	2,77%	85,16%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [CDI 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI 100%]
10	0,97%	1%	97,16%
11	0,91%	0,92%	98,7%
12	0,9%	0,9%	100,64%
1	0,97%	0,97%	100,16%
2	0,8%	0,8%	99,75%
3	0,83%	0,83%	100,13%
4	0,88%	0,89%	99,52%
5	0,83%	0,83%	99,32%
6	0,79%	0,79%	99,7%
7	0,91%	0,91%	100,53%
8	0,88%	0,87%	101,26%
9	0,84%	0,83%	100,67%

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R$ 1.107,23, já deduzidos impostos no valor de R$ 22,74.

A taxa de ingresso teria custado R$ 0,00. A taxa de saída teria custado R$ 0,00. O ajuste sobre performance individual teria custado R$ 0,00.

b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R$ 1,06.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R$ 1.331,00	R$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R$ **3,52**	R$ **6,50**
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R$ **327,48**	R$ **604,01**

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do fundo são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através de sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O distribuidor oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não foi verificada a existência de efetivo/potencial conflito de interesses

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

a. Telefone 08007260101

b. Página na rede mundial de computadores www.caixa.gov.br

c. Reclamações: www.caixa.gov.br

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em http://www.cvm.gov.br.

---

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

Consulta de Formulário de Informações Complementares

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência	02/08/2018 Exibir
Nome do Fundo	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA LP - RESP LIMITADA
CNPJ do Fundo	05.164.356/0001-84
Tipo do Fundo	FDOS DE INVESTIMENTO
Cód. CVM	65722
Administrador	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ do Administrador	00.360.305/0001-04

Formulário de Informações Complementares

Informações Complementares de código:
34127

CNPJ do fundo:
05.164.356/0001-84

Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

Local, Meio ou forma de divulgação

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Diariamente

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários- www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Sempre que houver alteração do seu conteúdo

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - www.cvm.gov.br

Descrição da forma de Divulgação:
Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:
O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado por canais eletrônicos da ADMINISTRADORA

Descrição da forma de Divulgação:
Mensalmente

Tipo do meio de divulgação: eletrônico

Descrição do local de divulgação:

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada por meios eletrônicos, conforme Regulamento, e disponibilizada na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br. O resumo das deliberações será disponibilizado por meios eletrônicos

Descrição da forma de Divulgação:
Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

Tipo do meio de divulgação: Físico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Na página da ADMINISTRADORA na internet - www.caixa.gov.br

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Tipo do meio de divulgação: Eletrônico

Descrição de texto enviada pela instituição:
Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

Descrição do local de divulgação
Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala: 0800-726-2492

Descrição da forma de divulgação
A qualquer tempo

Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo
O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos:Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado.Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.Risco proveniente do uso de derivativos: relacionado à possibilidade dos instrumentos de derivativos não produzirem os efeitos esperados, bem como, ocasionarem perdas aos cotistas quando da realização ou vencimento das operações.Risco de concentração: a eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas.Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação.Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores exógenos diversos.Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.Informações detalhadas podem ser obtidas no regulamento.

Informações Políticas sobre o gestor

Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira: Não

Descrição da politica relativa ao exercicio de direito do voto:
A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido
As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda e sujeitam-se a alíquota zero de IOF - Títulos e Valores Mobiliários. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos no FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I - 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência; II - 20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência; III - 17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência; IV - 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência. B) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos no FUNDO à alíquota de 15%. C) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A. D) Incidirá IOF - Títulos e Valores Mobiliários à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos auferidos, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site www.caixa.gov.br. E) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez
A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

Informações de Risco

Informação se existe ou não agência de classificação de rating
Não

CNPJ

Nome do Prestador
N/A

Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada
N/A

Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM
N/A

Detalhamento do administrador

Apresentação do administrador
A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; - Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

Apresentação do gestor de recursos
A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

Detalhamento do Serviço Prestado

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Administração

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Gestão da Carteira

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Distribuição de Cotas

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Escrituração de Cotas

Nome do Prestador:
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41: Auditoria Independente

Nome do Prestador:
KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

Detalhamento de Distribuição

Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico: Sim

Descrição detalhada
As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros.

Outras Informações

Informações sobre autorregulação anbima:
ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

Demais informações relevantes ao investidor
Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO LIVRE SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos e derivativos de renda fixa, sem compromisso de manter limites mínimo ou máximo para a duration média ponderada da carteira. O hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais.Parâmetros de Movimentações: Investimento inicial mínimo: R$ 1.000,00; Investimento Adicional mínimo: R$ 0,00; Resgate mínimo: R$ 0,00; Valor mínimo de permanência: R$ 0,00; Horário para aplicação e resgate: 17:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da

política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

Fale com a CVM